

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Doutorado

**Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX**

**Autor: Marcelo Braz**

**Orientador: Dr. José Paulo Netto**

**Rio de Janeiro, Setembro de 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Marcelo Braz Moraes dos Reis**

**Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação do Professor Doutor José Paulo Netto, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

**Rio de Janeiro, Setembro de 2006**

## **Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX**

**Doutorando: Marcelo Braz Moraes dos Reis**

**Orientador : Dr. José Paulo Netto**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

---

Dr. José Paulo Netto (Presidente)

---

Dr. Carlos Nelson Coutinho

---

Dr. José Maria Gomez

---

Dr. Ronaldo do Livramento Coutinho

---

Dr. Antônio Carlos Mazzeo

Dedico este trabalho à Marcelle

“Caliandra do cerrado

Arde minha vida,

Flor do Diabo!”

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Helcir e Jumília, e à minha irmã, Luciana, pela força de sempre e pela compreensão em minhas ausências.

À Marcelle, companheira de força, amor e paixão.

Ao meu orientador, José Paulo Netto, a gratidão pelo apoio, pela aposta e pela paciência com minhas dificuldades.

Ao meu mano mais novo, Raphael, amigo de todas as horas. Meu agradecimento especial pela revisão criteriosa do texto final.

Aos colegas de turma de doutorado, em especial ao amigão Mario Henrique pela camaradagem e pelos livros emprestados.

Aos colegas docentes da ESS/UFRJ, especialmente à Leila e à Mavi, parceiras da coordenação de graduação.

Aos professores Carlos Nelson Coutinho e Ronaldo Coutinho, pela crítica qualificada e fraterna no Exame de Qualificação.

Aos alunos da ESS/UFRJ, particularmente aqueles que freqüentaram a disciplina Núcleo Temático que me serviu de laboratório de pesquisa.

Ao conjunto dos funcionários da ESS/UFRJ, muito especialmente os da secretaria acadêmica.

Aos companheiros do CFESS, das gestões 2002-2005 e 2005-2008, pela compreensão e força em minhas muitas ausências, especialmente à Joaquina, Bete, Ruth, Cris e Djanise.

## Resumo

Esta tese de doutorado intitulada **Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX** teve como objetivo estudar as principais experiências históricas de partidos e movimentos do proletariado que resultaram em processos revolucionários no referido século, enfatizando seus mais importantes acontecimentos políticos e as idéias de seus mais destacados expoentes teóricos.

Tal problemática estudada possibilitou abordar momentos históricos nos quais as lutas de classes em suas formas mais desenvolvidas – a busca do proletariado por sua emancipação - estiveram associadas, indissolúvelmente, ao protagonismo do partido. Em suas diversas acepções, o papel de protagonista dos partidos revolucionários se desenrolou no âmbito de toda uma tradição política de organização do proletariado que teve início antes mesmo do século XX. Essa tradição político-organizativa de classe, além de suscitar a construção de instrumentos políticos do proletariado os mais diversos, propiciou também o surgimento de uma gama variada de interlocutores dos movimentos socialista e comunista. Resultou daí o desenvolvimento de todo um universo teórico e ideo-cultural voltado para o processo revolucionário. Uma verdadeira tradição teórico-política correspondeu ao mundo da política do proletariado.

O reconhecimento destas constatações foi possível através de um resgate histórico que compreendeu tanto o período inaugural desta tradição – que tem no *Manifesto do Partido Comunista* a sua maior expressão – quanto os períodos subseqüentes que se desdobraram em função das idéias basilares de Marx e de Engels e das necessidades das lutas de classes de cada época. Desta forma, foram destacadas na tese as experiências das Internacionais (principalmente a II Internacional e a Internacional Comunista), bem como, por sua indiscutível relevância histórica, da Revolução Russa, seus antecedentes, seu desenlace decisivo e seu desenvolvimento posterior. Foram dessas experiências que

surgiram as mais importantes correntes do pensamento revolucionário, que conceberam o partido e a revolução de diferentes ângulos, nem sempre convergentes.

Das várias acepções de partido e de revolução estudadas, procurou-se destacar, além das bases postas no *Manifesto do Partido Comunista*, as que se constituíram ao longo dos movimentos socialista e comunista – os partidos social-democratas da II Internacional, o partido bolchevique leninista e o partido stalinista. Dentre eles, o partido idealizado por Lênin foi o que mais influenciou as diversas gerações revolucionárias, que dele fizeram as mais variadas leituras: reafirmando-o, complementando-o ou contestando-o. Ele foi a base (embora não a única) de muitas das interpretações que surgiram – a trotskista, a luxemburgueana, a maoísta, a eurocomunista e, até mesmo, a stalinista.

Concluiu-se que todos os processos revolucionários que resultaram num derrubamento do poder de classe da burguesia e na constituição de algum tipo de Estado proletário, tiveram o partido - em qualquer uma de suas formas revolucionárias - como protagonista político em uma das seguintes situações: ou o partido assumiu tal papel no momento do desenlace revolucionário, quando se consuma a ruptura estrutural e inaugura-se imediatamente um estágio de transição; ou no próprio processo transicional, fase seqüencial à ruptura, em que se busca a consolidação da nova sociedade; ou mesmo em todas as etapas do processo revolucionário, de sua preparação prévia, de seu arremate decisivo e de sua posterior afirmação como nova ordem social.

## Abstract

The aim of this doctoral thesis called **Proletarian Party and Revolution: its problematics in the 20<sup>th</sup> century** was to study the main historical experiences of the proletarian parties and movements which have resulted in revolutionary processes in the century mentioned above, highlighting its most important political events and the ideas of its most distinguished theorists.

The problematics studied allowed me to approach historical moments in which the class struggles in their most developed forms – the proletariat search for its emancipation – have been so closely associated to the protagonist role of the party. In its various conceptions, this protagonist role of revolutionary parties has unfolded in the scope of a political tradition of organization of the proletariat, which started even before the 20<sup>th</sup> century. This political-class-organizing tradition not only gave rise to the construction of a number of political instruments of the proletariat, but also enabled the rise of a wide range of interlocutors of the socialist and communist movements. The result was the development of a whole theoretical and ideo-cultural universe surrounding the revolutionary process. The world of the proletariat politics resulted in a true theoretical-political tradition.

The recognition of these verifications was possible through a historic rescue that covered both the inaugural period of this tradition – whose main expression is the *Communist Party Manifesto* – and the subsequent periods that unfolded by virtue of Marx and Engels fundamental ideas and the needs of the class struggles of each period. Therefore, this thesis emphasizes the experiences of the Internationals (mainly the 2<sup>nd</sup> International and the Communist International), as well as the Russian Revolution – for its unquestionable historical relevance – the context that preceded it, its decisive upshot and its posterior development. From these experiences arose the most important streams of the revolutionary thought which conceived the party and the revolution from different angles, not always converging.

From the various conceptions of party and revolution investigated, I intended to focus on – in addition to those fundamentals laid down by the *Manifesto* – the shapes they assumed throughout the socialist and communist movements – the social-democrat parties of the II International, the Bolshevik Leninist party, the Stalinist party. Among them, the party idealized by Lenin was the one that influenced most the different revolutionary generations who made various readings of it: reaffirming it, supplementing it or opposing it. It was the basis (although not the only one) of many interpretations that appeared later on – the Trotskyist, Luxemburgian, the Maoist, the Eurocommunist and even the Stalinist.

I have concluded that the revolutionary processes which resulted in the overthrow of the bourgeois class power and the constitution of some type of proletarian State had the party – in any of its revolutionary forms – as the political protagonist in any of the following situations: the party was either the protagonist of the moment of revolutionary upshot, when the structural rupture takes place and a stage of transition is immediately inaugurated; or the transitional process itself, the phase subsequent to the rupture at which the consolidation of a new society is sought; or even all the stages of the revolutionary process – its previous preparation, its decisive denouement and its following affirmation as a new social order.

## Resumen

Esta tesis doctoral llamada **Partido proletario y revolucion: su problemática en el siglo XX** tuvo como objetivo estudiar las principales experiencias históricas de partidos y movimientos del proletariado que resultaron en procesos revolucionarios en el referido siglo, enfatizando sus más importantes acontecimientos políticos y las ideas de sus más destacados exponentes teóricos.

Tal problemática estudiada me permitió abordar momentos históricos en los cuales las luchas de clases en sus formas más desarrolladas – la búsqueda del proletariado por su emancipación – estuvieron asociadas indisolublemente al protagonismo del partido. En sus diversas concepciones, el rol protagónico de partidos revolucionarios se desarrolló en el ámbito de toda una tradición política de organización del proletariado que tuvo inicio antes mismo del siglo XX. Esta tradición político-organizativa de clase además de suscitar la construcción de instrumentos políticos del proletariado los más diversos, también propició el surgimiento de una gama variada de interlocutores de los movimientos socialista e comunista. Resultó de ahí el desarrollo de todo un universo teórico y ídeo-cultural voltado para el proceso revolucionario. El mundo de la política del proletariado resultó en una verdadera tradición teórico-política.

El reconocimiento de estas constataciones fue posible a través de un rescate histórico que cubrió tanto el período inaugural de esta tradición – que tiene en el *Manifiesto del Partido Comunista* su más grande expresión – cuanto los períodos subsecuentes que se desdoblaron debido a las ideas basales de Marx y de Engels y de las necesidades de las luchas de clases de cada época. Así, fueron destacadas en la tesis las experiencias de las Internacionales (principalmente la II Internacional y la Internacional Comunista), así como, por su indiscutible relevancia histórica, la Revolución Rusa, sus antecedentes, su desenlace decisivo y su desarrollo posterior. De estas experiencias surgieron las más

importantes corrientes del pensamiento revolucionario que concibieron el partido y la revolución de diferentes ángulos ni siempre convergentes.

De las varias concepciones de partido y de revolución estudiadas, busque destacar, además de las bases del *Manifiesto*, las formas que asumieron en el movimiento socialista e comunista – los partidos social-demócratas de la II Internacional, el partido bolchevique leninista, el partido stalinista. Entre ellos, el partido idealizado por Lênin fue lo que más ha influenciado las diversas generaciones revolucionarias que hicieron las más variadas lecturas de él: reafirmando, complementando u contestando. Él fue la base (aunque no la única) de muchas interpretaciones que sugieren – la trotskista, la luxemburguiana, la maoísta, la eurocomunista e, hasta mismo, la stalinista.

Se concluyó que todos los procesos revolucionarios que resultaron en un derribamiento del poder de la clase burguesa y en la constitución de algún tipo de Estado proletario tuvieron el partido - en cualquier una de sus formas revolucionarias - como protagonista político en una de las siguientes situaciones: o el partido fue el protagonista del momento de desenlace revolucionario cuando se consuma la ruptura estructural y se inaugura inmediatamente un estadio de transición; o del propio proceso transicional, fase secuencial a la ruptura en que se busca la consolidación de la nueva sociedad; o mismo de todas las etapas del proceso revolucionario – de su preparación previa, de su arremate decisivo y de su posterior afirmación como nuevo orden social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1.</b> ....	<b>21</b>
<b><i>O Manifesto do Partido Comunista: gênese e fundação dos princípios que nortearam a formação de partidos revolucionários</i></b>	
1.1. Condições históricas .....	<b>23</b>
1.2. A concepção de partido .....	<b>34</b>
1.2.1. Sobre o Internacionalismo .....	<b>56</b>
1.2.2. Sobre o caráter público do partido (e das organizações políticas do proletariado em geral) .....	<b>59</b>
1.2.3. Outros princípios centrais do <i>Manifesto</i> .....	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>63</b>
<b>A II Internacional, sua crise e a criação da Internacional Comunista: o reformismo, o triunfo do partido leninista e a Revolução Russa</b>	
2.1. Partido, Movimento Operário e Revolução: do <i>Manifesto</i> à II Internacional .....	<b>64</b>
2.2. O desenvolvimento do partido na II Internacional .....	<b>72</b>
2.3. Partido, Revolução, Socialismo: as diversas concepções presentes em Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bernstein e Lênin .....	<b>79</b>
2.4. O partido em Lênin .....	<b>101</b>
2.4.1. O lugar de Lênin no movimento socialista e comunista mundial .....	<b>101</b>
2.4.2. O partido em <i>Que Fazer?</i> .....	<b>105</b>

**CAPÍTULO 3 .....117**

**Partido e Revolução na trajetória da Internacional Comunista**

- 3.1. A falência da II Internacional e a criação da Internacional Comunista (IC): o triunfo do partido leninista bolchevique durante a Revolução Russa ..... **118**
- 3.2. O papel dos partidos do campo socialista na Revolução Russa ..... **126**
- 3.3. O desafio do partido bolchevique no poder: guerra civil e comunismo de guerra ..... **138**
- 3.4. A consolidação da Revolução Bolchevique e a criação da IC ..... **156**
- 3.5. As tarefas práticas do partido no poder: a NEP e o *apoio nas massas* da IC ..... **168**
- 3.6. A bolchevização stalineana e a oposição trotskista: a defesa da URSS como divisor entre o *internacionalismo* e o *socialismo num só país* ..... **175**
- 3.7. Os paradoxos do nascente stalinismo no âmbito das cisões da IC ..... **183**
- 3.8. O “surto” esquerdista da IC de Stalin diante das contradições internas da URSS e da crise mundial capitalista ..... **189**

**CAPÍTULO 4 .....197**

**O partido stalinista no comando do movimento comunista**

- 4.1. As contradições e a crise da Internacional Comunista ..... **198**
- 4.2. O avanço do nazifascismo e a constituição das frentes únicas: mais uma guinada da IC ..... **204**
- 4.3. Stalinismo e partidos comunistas: o saldo teórico-político ..... **215**

<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>229</b>
<b>Expansão e declínio do partido stalinista</b>	
5.1. Do fim da Internacional Comunista ao XX Congresso do PCUS .....	230
5.2. O realinhamento comunista diante do hegemonismo dos EUA .....	246
5.3. As “vias específicas e nacionais”, o esgotamento do Kominform e o <i>Relatório</i> <i>Kruschev</i> .....	255
5.4. Os fatores internos e externos que propiciaram a elaboração e a divulgação do Relatório Kruschev .....	259
5.5. O conflito sino-soviético e o seu significado para o conjunto do movimento comunista .....	266
 <b>CAPÍTULO 6 .....</b>	 <b>277</b>
<b>A desestalinização, a crise do movimento comunista e a ofensiva capitalista: a falência do “socialismo real”</b>	
6.1. A desestalinização: ponto de partida para a diversificação do movimento .....	281
6.2. As contradições da desestalinização, os rescaldos de 68 e as alternativas revolucionárias abertas .....	285
6.3. A alternativa eurocomunista .....	292
6.4. A crise do movimento comunista em seu estágio terminal .....	316
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>337</b>
 <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	 <b>354</b>

## INTRODUÇÃO

Mas quem é o partido?

Ele fica sentado em uma casa com telefones?

Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas?

Quem é ele?

Nós somos ele.

Você, eu, vocês – nós todos.

Ele veste sua roupa, camarada, e pensa com a sua cabeça

Onde moro é a casa dele, e quando você é atacado

ele luta.

Mostremo-nos o caminho que devemos seguir, e nós

O seguiremos como você, mas

Não siga sem nós o caminho correto

Ele é sem nós o mais errado.

Não se afaste de nós!

Podemos errar, e você pode ter razão, portanto

Não se afaste de nós!

Que o caminho curto é o melhor que o longo, ninguém

nega

Mas quando alguém o conhece

E não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve

sua sabedoria?

Seja sábio conosco!

Não se afaste de nós!

*(Mas quem é o Partido?, Bertold Brecht)*

Estudar questões como partido e revolução significa, além da obviedade de estar remando contra a maré, uma retomada em pleno século XXI dos problemas que emergiram ainda em meados do século XIX.

Desde que irrompe o movimento revolucionário do proletariado organizado como classe – desde que o proletariado transitou de uma condição de classe-em-si para uma condição de sujeito coletivo auto-consciente, como classe-para-si, no âmbito da formação de

uma verdadeira “questão social” que pôs as lutas de classes no centro da ordem burguesa - instalaram-se as condições sócio-políticas para a formação e o desenvolvimento das formas mais evoluídas de consciência e de organização política de classe; numa palavra, *quando o proletariado se organizou nos embriões daquilo que hoje conhecemos como partidos políticos revolucionários, abriu-se um tempo de revoluções que, ao largo dos séculos XIX e XX, se multiplicou para além da Europa, ganhou o mundo, penetrou rigorosamente em todas as nações, culturas e povos, inscrevendo na história moderna, em seu estágio burguês, uma página – mais que isso, um capítulo – que ainda não se encerrou.* Esse capítulo, inaugurado em meados do século XIX ainda não está terminado: do ponto de vista da questão central que se abriu naquele período – a “questão social” como expressão da tomada de consciência de classe e da organização política do proletariado e, a partir daí, da eclosão de toda uma “época de revoluções sociais” - podemos dizer que *o século XIX ainda está em aberto.*

Se considerarmos a introdução de significativas modificações e inovações na estrutura social da sociedade burguesa e no perfil de suas duas classes fundamentais, é possível asseverar que os problemas centrais abertos no século XIX permanecem os mesmos: a burguesia e o proletariado como classes fundamentais, as lutas de classes que delas surgem, a “questão social”, o Estado capitalista. Permanecem *os mesmos problemas centrais*, porém, emergiram e continuam emergindo outros que exigem atualização constante da reflexão teórico-crítica, de modo a procurar compreender *as novas manifestações que incidem sob a base dos mesmos fenômenos macrossocietários e multisseculares.*

Da mesma maneira que essa “época de revoluções sociais” propiciou a *visibilidade sócio-política* das contradições e dos antagonismos sociais que já estavam maduros e saturados na realidade social, permitiu também, a partir desses pressupostos sócio-históricos – maturação e saturação na realidade social e possibilidade de torná-las visíveis socialmente -, o *advento dos instrumentos políticos de ação coletiva* que fariam da

consciência social acerca das desigualdades estruturais e de suas causas - tornada possível pela visibilidade sócio-política que esses fenômenos adquiriram – um elemento subjetivo fundamental para a busca da emancipação. Para libertar-se do jugo da exploração e conquistar o poder político as massas trabalhadoras, especialmente a classe operária – liderada por seus melhores representantes –, valeram-se da criação de partidos políticos que exprimissem seus interesses e que encabeçassem a luta política maior – superior àquela travada pelas associações profissionais e sindicatos – contra os seus exploradores. Ao longo da sua história, a classe operária criou diversas organizações que atenderam a variados objetivos de luta. Das cooperativas e formas de mutualismo – bases do socialismo utópico – até as *trade-unions* – embriões do que se passou a conhecer no sindicalismo – , passando pelas formas ainda pouco evoluídas de consciência e de organização de classe – onde se destacou o ludismo – até as organizações que colocaram, pela primeira vez de maneira abrangente, a questão política em relevo – como foi o cartismo; dessas protoformas das organizações políticas do proletariado é que nasceram os modernos partidos políticos.

A partir daí, a luta pela emancipação política e social – a revolução como seu meio decisivo – na sociedade capitalista está associada, indissolavelmente, ao protagonismo do partido. De modo que, como já afirmado na *Introdução*, do final do século XIX e ao longo do século XX – quando passamos a conhecer a forma mais evoluída de partido do proletariado, precisamente aquele que se formou ao longo do movimento social-democrata europeu e que deu lugar aos partidos comunistas, entre a II e a III Internacionais – *todos os processos revolucionários que resultaram num derrubamento do poder de classe da burguesia e na constituição de algum tipo de Estado proletário tiveram o partido como protagonista político* em uma das seguintes situações: durante o *desenlace do processo revolucionário mais decisivo, quando se realiza a ruptura estrutural seguida de um imediato estágio de transição; no próprio processo transicional, fase seqüencial à ruptura em que se busca a consolidação da nova sociedade; ou mesmo em todos os momentos do movimento revolucionário – de*

*sua preparação prévia, de seu arremate decisivo e de sua posterior afirmação como nova ordem social perante as massas.*

E, assim como o foi – e na medida em que *os fundamentos centrais que movem a ordem burguesa e que reproduzem suas contradições e antagonismos estruturais continuam intactos* (ainda que com novas roupagens) –, sustento que, a despeito de toda a indiscutível crise por que passa, o partido foi e continua sendo o principal instrumento coletivo de classe que *pode*, historicamente, ser o dirigente do processo revolucionário. As notórias dificuldades atuais não retiram do partido esta condição. O momento contra-revolucionário em que vivemos é expressão *também*<sup>1</sup> da crise de instrumentos políticos de mediação universal, marcadamente aqueles que se peculiarizam pela elevação das diversas lutas das massas trabalhadoras a uma condição política maior, conectando-as às lutas que põem em questão os fundamentos principais que constituem e que reproduzem a ordem burguesa, substancialmente, a propriedade privada dos meios de produção fundamentais. Daí, portanto, a importância de resgatar estudos teóricos e históricos acerca do partido, como forma de reafirmar suas potencialidades e de expor criticamente seus limites, conhecidos na própria história.

A noção de partido está profundamente ligada ao mundo moderno. Está intimamente ligada ao nascimento e à constituição de uma nova sociedade – fundada no modo de produção capitalista. Rigorosamente, pode-se afirmar que os partidos socialistas são a primeira forma clássica de partido político. Importa estudar a noção de partido revolucionário porque o seu entendimento deve considerar, como ponto de partida, o fato de que a sua emergência faz parte do processo de constituição do sistema moderno de partidos políticos, do qual os partidos operário-socialistas são as protoformas. O partido político do tipo comunista é representante nobre do partido político moderno. Sua natureza coincide com os preceitos da modernidade, uma vez que apresenta inclinação à totalidade e à

---

<sup>1</sup> Embora não o principal, uma vez que as condições objetivas do ser concreto das classes trabalhadoras constituem a base social mais importante para se entender a crise que abateu o conjunto dos organismos de classe do proletariado. Apresentarei na última parte da tese alguns apontamentos acerca do problema, bem como a indicação bibliográfica que o aborda.

universalização. Constatação disso é o fato de que, segundo U. Cerroni (1982: 21), todos os partidos nascem após os socialistas, inclusive os liberais, muitos em contraste a eles ou referenciando-os.

De acordo com este autor, deve-se “estudar a gênese do partido socialista para compreender o fenômeno do partido político moderno” (*Idem*: 14). Para ele, o partido político socialista aponta para o gênero humano, para uma outra condição de humanidade, livre das deformações típicas da sociedade burguesa. Ele é mais do que uma “agregação ideológica” ou corporativa, e indica a reunião dos interesses maiores da humanidade. Portanto, deve estar livre de interesses imediatos da classe operária, deve superá-los, rompendo com o economicismo, a partir de uma perspectiva classista (*Ibidem*: 26).

A base para o entendimento dos partidos proletários está na compreensão dos movimentos operários. O partido do proletariado tem sua raiz, sua chave compreensiva, no movimento organizado da classe operária. Segundo Cerroni, há esquematismos em Marx e em Lênin que tolhem a construção de um partido político com ampla concepção de mundo, que articule cultura, ciência (saber/conhecimento), política e economia (*Ibidem*: 21). Para ele, declinam os modelos enrijecidos de dogmatismos, dando lugar a uma política onde prevalece a articulação acima aludida, na qual há uma verificabilidade experimental dos programas partidários na própria realidade onde se intervém. Isso não quer dizer que o partido político tem como fim precípua a ciência, mas quer dizer que, sem ela, não exerce sua real função, qual seja, dar a direção social ao conjunto da sociedade.

Tanto Marx e Engels, como se verá a seguir, quanto Lênin, que também será estudado, indicam proposições teóricas que ultrapassam um simples esquematismo e não se limitam a uma programática partidária, ainda que possam indicá-la também. Em Marx, há uma *relação orgânica* entre teoria e revolução – sua teoria é, também, uma teoria da revolução -, originada das próprias conseqüências que o processo de conhecimento põe. As revelações dos nexos causais que movem a realidade, dos seus determinantes centrais e de suas conseqüências – isto é, da exploração do trabalho por parte do capital e das

desigualdades sociais entre as classes dela decorrentes – e as descobertas que possibilitam, demandam objetivamente um desdobramento prático-político, ele mesmo revolucionário. Daí a relação de unidade, não dicotômica e não identitária, entre teoria e prática em Marx; e daí, também, a necessidade de formas de mediação entre elas, que permitam o entrelaçamento do nível reflexivo com as exigências práticas.

A atividade criadora e auto-consciente dos homens – a *práxis* – compreende os vários níveis em que emergem as necessidades sociais concretas dos próprios homens. Entre elas – entre a *práxis* e as necessidades sociais dos homens – se interpõem formas de mediação que dão concreção a esse processo como processo de humanização; isso ocorre na medida em que os homens dão *conseqüências práticas* aos seus objetivos e finalidades, *subjetivando-se e se objetivando num mesmo processo*. Na *práxis política*, as formas de mediação dão concretude às ações políticas auto-conscientes dos homens. Antes mesmo, são elas que viabilizam a própria prática política das classes como sujeitos coletivos, que *se realizam à medida em que se organizam como tais*. Por isso, afirmava G. Lukács, “a organização é a forma de mediação entre a teoria e a prática. E, como em toda a relação dialética, também aqui os membros da relação dialética só na e pela sua mediação se tornaram concretos e reais” (Lukács, 1974: 307). Só assim a teoria pode se plasmar como prática revolucionária. Isso não depende apenas das vontades dos homens, depende também das possibilidades objetivas com as quais eles se deparam no processo histórico.

Ou seja, é na relação entre essas condições – a rigor, entre as vontades dos homens (as *condições subjetivas*) e as determinações histórico-concretas sobre as quais agem e pelas quais estão envolvidos (as *condições objetivas*) – que se efetivam as diversas formas de mediação na *práxis política* e que, então, se constroem as várias formas de *organização política* que serão tão revolucionárias quanto revolucionário for o direcionamento político a elas imprimido pelos próprios homens como sujeitos coletivos; e *serão tão revolucionárias quanto for a sua relação com a teoria revolucionária*. Por isso é que Lênin observou que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”, entendendo-se aí a presença

de três questões que estão sendo discutidas aqui: a unidade entre teoria e prática; a necessidade de uma teoria da revolução para as organizações políticas do proletariado; e a própria necessidade de formulação e de criação de teorias revolucionárias. Como argumentava Lukács:

ora, a questão da organização de um partido revolucionário só se pode desenvolver a partir de uma teoria da própria revolução. Só quando a revolução entra na ordem do dia é que a questão da organização revolucionária irrompe com imperiosa necessidade nas consciências das massas e dos seus porta-vozes teóricos(...) (*Idem*: 305).

E os partidos políticos são, de maneira geral, as organizações políticas que exprimem os interesses comuns mais universais e detêm a capacidade (historicamente determinada e fundamentalmente orientada pela teoria) de dirigir as ações de classes, estratos e grupos sociais no conjunto de toda uma luta política complexa que envolve um amplo leque de conflitos sociais entre essas classes antagônicas. O partido é, pois, o instrumento de classe que vincula a teoria à prática política do proletariado, que dirige e orienta as massas, apresentando-lhes seus objetivos estratégicos com os quais tenta convencê-las para lograr conduzi-las no processo revolucionário; esse processo pode se dar num lapso de tempo curto – podendo, portanto, resultar numa abrupta derrubada das classes dominantes, na destruição de seus aparelhos de dominação (fundamentalmente o Estado e seus diversos aparatos político-institucionais e repressivos) e na tomada do poder – ou, num largo período histórico no qual a luta pela transformação social se realiza processualmente e materializa-se em avanços graduais efetivados por reformas sociais na própria estrutura da sociedade<sup>2</sup>. Do que se depreende que *partido* e *revolução* – mais precisamente, tipos de partido revolucionário do proletariado e formas de se empreender a revolução – compreendem uma gama variada de possibilidades e de concepções desdobradas das condições – econômicas, políticas e ideo-culturais que assumem formas

---

<sup>2</sup> Discutirei o reformismo como uma *pretensa* variante do processo revolucionário; na verdade, como um abandono dele.

nacionais específicas no interior de determinadas formações econômico-sociais – nas quais as lutas de classes se desenvolvem.

A crise que as esquerdas vivem hoje é, sobretudo, uma crise de suas expressões mais avançadas: os movimentos socialista e comunista. Se as suas causas são as mais diversas e as mais profundas – assentes em determinantes concretos da sociedade capitalista cujas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas abateram o conjunto da classe trabalhadora, em especial o proletariado urbano-industrial –, suas conseqüências são (ainda que também profundas) mais evidentes e mais explícitas: vêem-se na vitória ideológica do individualismo burguês, na desmobilização social e política das grandes massas trabalhadoras, no desinteresse delas pelas formas coletivas de participação política e, como desdobramento principal, no enfraquecimento brutal e generalizado dos instrumentos que dão materialidade aos sujeitos coletivos – as organizações políticas de classe. Mais: a crise é maior exatamente nas organizações políticas mais importantes para a emancipação dos trabalhadores, ou seja, nos partidos políticos revolucionários. Estudá-los é estudar as próprias possibilidades de transformação social; discutir a falência de *algumas de suas formas históricas* é imprescindível para problematizar as alternativas possíveis à superação da crise; realizar *uma viagem de volta às mais importantes experiências revolucionárias que existiram efetivamente* é decisivo para lançar luzes sobre o debate atual. É o que veremos aqui, principalmente nos *Capítulos 2, 3 e 4*.

E, como já afirmei, o debate atual tem sinalizado uma profunda descrença no *partido* como instrumento político-organizativo da classe proletária. Esta descrença tem sido convertida, além de num óbvio descrédito político, em algo mais grave que, por sua vez, se expressa em três fenômenos que guardam diferenças entre eles, mas que estão perfeitamente imbricados: por um lado, na afirmação pura e simples – que se processa pelos diversos canais em que se veicula a ideologia dominante, mas que tem sido corroborada por uma alegre intelectualidade pós-moderna e por desavisados segmentos de esquerda – da *falência do partido como instrumento coletivo de transformação*; um segundo

fenômeno, que “pega carona” no primeiro e que se espalha também entre a festiva intelectualidade e a desavisada esquerda, parte da constatação da falência e *enxerga no fragmento* (ou nos fragmentos) social (ais) e *nas suas formas moleculares de mobilização social, bem como na sublimação dos particularismos sociais, a alternativa à crise*, ou, pelo menos, uma de suas saídas; por fim, um outro fenômeno se sobrepõe aos outros, tem maior fôlego, goza de maior representatividade e, o que é mais importante, cumpre funcionalidade política mais especial na reprodução da ordem burguesa: trata-se do *crescimento de partidos reformistas de todo tipo nas últimas décadas* – naquelas em que o neoliberalismo passou a deles se servir em todo o mundo, ou seja, a partir dos anos 70 e mais fortemente dos anos 80 do século passado –, sejam eles partidos de trabalhadores, trabalhistas, socialistas de centro e de direita, social-democratas ou mesmo os de corte operário e, nalguns poucos casos, os próprios partidos comunistas. A lista é vastíssima e variada; os exemplos são igualmente diversificados. Cumpre asseverar que *tanto mais se afirmava a crise dos movimentos socialista e comunista* – que ganhou impulso derradeiro e decisivo com o fim da União Soviética no início dos anos 90 – *mais se intensificaram os fenômenos supracitados e, com eles, mais se afundavam os partidos revolucionários numa crise*, que é, simultaneamente, *de legitimidade, de base social, de definição de objetivos estratégicos e de, em suma, projeto societário*.

A crise expressou o desmoronamento das experiências revolucionárias edificadas ao longo do século XX. Junto com o fim da União Soviética esgotaram-se também as experiências dos países do Leste Europeu que constituíam o chamado “bloco socialista”, restando apenas, fora daquele continente, exemplos isolados e problemáticos em Cuba, na Coreia do Norte e na – cada vez menos socialista – China. Por outro lado, como já apontei, ocorreu um processo de ascensão de formatos partidários reformistas de todo tipo que levou de roldão partidos comunistas. Como afirmou R. Antunes,

com o fim da União Soviética, deu-se, entretanto, um movimento diverso: por um lado, um forte processo de social-democratização dos PCs, (caso do PCI, que majoritariamente se

tornou PDS, *Partido Democrático de Esquerda*); por outro, alguns PCs simplesmente desapareceram, enquanto outros, como o PCP (de Portugal) e o PCF (França), procuram resistir. Outros ainda – e estes estão entre os exemplos mais interessantes – se reestruturaram, procurando *refundar* o movimento de esquerda. É o caso do PRC, *Partido da Refundação Comunista*, na Itália, que aglutinou as forças de esquerda oriundas do antigo PCI (Antunes, 2004: 40).

Este cenário requer repensar a questão do partido a partir de duas questões fundamentais que compõem o núcleo central da argumentação desta tese de doutorado. Primeiro, a idéia de que *todas as revoluções proletárias* desenvolvidas ao longo do século XX se caracterizaram por dois aspectos determinantes: ou *tiveram os partidos políticos (socialistas ou comunistas) como seus principais protagonistas* desde a preparação do processo revolucionário, passando pelo seu desenlace decisivo e se prolongando pela sua afirmação e consolidação posteriores ou *os engendraram ulteriormente* como desdobramento político e os tiveram como principais condutores. Segundo, a constatação de que a partir das próprias revoluções *se consolidou, no quadro da tradição marxista, toda uma tradição teórico-política voltada para o debate em torno da concepção de revolução e da noção de partido revolucionário*; tal tradição deu continuidade – *aprofundando, inovando, revisando ou deformando* – aos debates que se iniciaram na segunda metade do século XIX.

Por isso, nesta tese serão estudados os seus principais autores, a saber: Lênin, K. Kautsky, L. Trotsky, Rosa Luxemburgo, E. Bernstein e J. Stalin. Serão retomados criticamente aqueles que se tornaram os interlocutores exponenciais dessa tradição e que se caracterizaram por duas peculiaridades em comum e por outra diversa. A primeira peculiaridade é que todos os autores que aqui serão estudados se notabilizaram não só por suas atividades teóricas, mas também por suas atividades políticas; eles foram, num só tempo, teóricos e dirigentes políticos (inclusive de partidos) e dedicaram parte considerável de seus esforços reflexivos à produção de conhecimentos voltados para as questões prático-políticas dos contextos em que atuavam. Uma outra característica em comum refere-

se à filiação teórica a qual estavam vinculados: à tradição marxista. A ela se vinculavam, a ela se reportavam e dela partiram, seja para aprofundá-la, para inová-la, para revisá-la ou mesmo para torná-la vulgar<sup>3</sup>, deformando-a.

O traço que os distingue consiste justamente na enorme divergência que resultava das suas interpretações teóricas. Ainda que partissem da mesma filiação teórica e que se debruçassem sobre os mesmos temas – destacadamente, partido e revolução, ainda que sob contextos diferenciados –, chegaram, muitas vezes, a conclusões colidentes. Formaram-se até mesmo escolas próprias de pensamento e mesmo correntes políticas – muitas delas nem mesmo desejadas pelos teóricos aos quais atribuíam a última verdade do conhecimento ou, por outro lado, eram mesmo estimuladas – que se prestavam a publicizar as idéias dos teóricos como forma de disputar a direção política do movimento revolucionário. Pense-se no leninismo e no trotskismo – neste caso, com o agravante de ter sido publicizado como ideologia anticomunista por Stalin – ou no stalinismo, que se configurou em um fenômeno mais complexo<sup>4</sup> do que uma “escola de pensamento” ou mesmo uma corrente política do movimento revolucionário; ou ainda, no revisionismo bernsteiniano.

O estudo desses autores se torna mais rico quando submetido à dinâmica histórica a qual estavam subordinados e na qual mergulharam em suas diversas tarefas práticas e em suas exigências teórico-reflexivas. Por isso, o resgate histórico das experiências revolucionárias se fez mais do que necessário para minhas pretensões. Foi ele que permitiu suplantar o teoricismo e escapar do risco de um tratamento teórico-formal-abstrato onde as idéias, muitas vezes, aparecem descontextualizadas porque desestorizadas. Esta opção teórico-metodológica não atribui ao autor deste trabalho nenhuma garantia de acerto teórico

---

<sup>3</sup> O *marxismo vulgar* só posteriormente pôde assim ser denominado. Antes, parte dele chegou mesmo a ser considerada a autêntica e legítima (leia-se oficial) continuidade do marxismo. O marxismo-leninismo de Stalin – ou, pelo menos, algumas de suas expressões – só posteriormente foi *amplamente* condenado como a vulgarização do marxismo. A expressão *marxismo vulgar* foi criada por Lukács (1974) como crítica ao marxismo da II Internacional.

<sup>4</sup> O fenômeno do stalinismo será amplamente discutido na tese por abranger boa parte da trajetória do movimento comunista internacional e por, conseqüentemente, imprimir nele uma marca indelével.

e, tampouco, nenhum atestado de imunidade crítica às conclusões a que chegará. Mas, certamente, oferece uma bússola para o processo de conhecimento, demarcando o horizonte do estudo e estabelecendo as prioridades específicas à natureza dos temas escolhidos para a pesquisa.

Por isso, as idéias sobre partido e revolução aparecerão imbricadas nos movimentos políticos que historicamente as tornaram possíveis. Daí a importância teórico-metodológica de resgatar as principais experiências revolucionárias do século XX. Dar-se-á relevo especial às duas principais Internacionais (principalmente à Internacional Comunista) que aparecem na tese nos *Capítulos 2, 3 e 4. A Revolução Russa* (problematizada no *Capítulo 3*) – sua preparação, seu arremate decisivo e seu processo político transicional – será especialmente enfocada pela riqueza histórica que o seu desenvolvimento proporcionou; nela, partido e revolução estiveram o tempo todo no centro do debate. Ou seja, serão estudados os debates teórico-políticos (mais atinentes, embora não só, à questão do partido e da revolução) que se desdobraram ao largo de sua afirmação histórica, de seu processo de desenvolvimento, de sua expansão para além dos marcos russos, bem como de suas variantes deformadoras. No conjunto desse processo histórico é que serão identificadas, em sua maior parte, as noções produzidas sobre os temas que interessam nesta tese.

Entretanto, iniciamos a tese com o resgate do debate que se deu antes dos eventos históricos descritos. Começamos pelas idéias que Marx e Engels inauguraram ainda na década de 40 do século XIX e que se tornaram referências obrigatórias do debate em torno de partido e de revolução. Com o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, foram introduzidas as bases conceituais que marcariam definitivamente os rumos dos debates teóricos e políticos no universo socialista e comunista. Partimos do pressuposto de que o *Manifesto* tem centralidade no desenvolvimento da tradição marxista, em particular para o seu pensamento político. Ele exerceu e exerce enorme influência entre os herdeiros do legado marxista, tanto entre os movimentos socialista e comunista mundiais, quanto entre os

intelectuais. Ou seja, tanto no plano prático-político quanto no plano teórico, o documento histórico logra destacada importância.<sup>5</sup>

Para C. N. Coutinho, há uma enorme atualidade do formato de partido apresentado no *Manifesto*. Marx e Engels nos ofereceram uma primeira sistematização teórico-política do tipo de organização política da classe trabalhadora. O partido é, assim, entendido como o mais amplo instrumento de ação política do proletariado, como “o principal (embora não único) instrumento de constituição da subjetividade dos trabalhadores e do encaminhamento de suas lutas de emancipação (...)”. Para este autor,

ao enfatizarem nesse texto [no *Manifesto*] a importância do partido político, Marx e Engels parecem ter descoberto o principal instrumento capaz de promover a passagem da ‘classe em si’ à ‘classe para si’, ou seja, do proletariado como fenômeno objetivo ao proletariado com sujeito coletivo autoconsciente, uma passagem cuja necessidade já fora enunciada por Marx em *A miséria da filosofia*, escrito em 1847 (Coutinho, 1998: 56).

No mesmo texto de Marx citado por Coutinho, o partido como instrumento político do proletariado aparece *em sua forma embrionária* estabelecida na Inglaterra com o cartismo. Ali, já se nota a presença de níveis de consciência que elevaram a mobilização social dos trabalhadores à condição da luta política, como sugeriu Marx:

Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que não tinham outro escopo senão uma greve passageira, e que desaparecia com ela. Formaram-se coalizões permanentes, *trade-unions* que constituem um baluarte para os operários nas suas lutas contra os industriais.(...) A formação destas greves, coalizões, *trade-unions*, caminhou simultaneamente com as lutas políticas dos operários que constituem agora um grande partido político, com a denominação de *Cartista* (Marx, s/d.b: 147).

---

<sup>5</sup> O *Manifesto* é “(...) quase com certeza e de longe, o escrito individual mais influente desde a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, da Revolução Francesa. (...) Mesmo antes da Revolução Russa de 1917, havia sido publicado em várias centenas de edições em cerca de trinta idiomas, inclusive três em japonês e uma em chinês. [Mais tarde,] (...) embora a Guerra Fria tivesse começado, quando de seu centenário o *Manifesto* não era mais publicado apenas por editores comunistas ou marxistas, mas, em tiragens enormes, por editoras despolitizadas com introduções escritas por acadêmicos de renome. Em suma, ele não era mais apenas um documento marxista clássico, mas se tornara um clássico político *tout court*” (Hobsbawn, 1998: 294; 295; 297, respectivamente. “Introdução ao Manifesto Comunista” in *Sobre História*; São Paulo: Cia das Letras, 1998).

O proletariado saía de uma condição na qual não se reconhecia como classe para se afirmar – no dizer de Coutinho – como “sujeito coletivo autoconsciente”; evoluía de uma condição em que não passava de um amontoado de trabalhadores mais ou menos dispersos e em que se uniam para organizar lutas passageiras que não ultrapassavam o universo de reivindicações atadas as suas condições salariais e de trabalho para, a partir da identificação de interesses cada vez mais abrangentes, se reunirem enquanto classe para-si, isto é, como sujeito coletivo de uma classe política constituída por interesses de classe. Ou seja, a burguesia forjava no seio da grande indústria os operários modernos, as “armas” que lhe trariam a própria morte; e ela se daria através de “movimentos autônomos da imensa maioria no interesse da imensa maioria”. As consagradas formulações de Marx encontram reflexões basilares no seguinte trecho da *Miséria da Filosofia*:

A grande indústria aglomera num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide seus interesses. Mas a manutenção dos salários, este interesse comum que têm com o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. Assim, a coalizão tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para poderem fazer uma concorrência geral ao capitalista. (...) Isto é de tal modo verdadeiro, que os economistas ingleses se mostram muito espantados de ver os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos destes economistas, não foram criadas senão para a defesa do salário. Nesta luta – verdadeira guerra civil – *reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários* para uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um *caráter político*. As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, *interesses comuns*. Assim, esta massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda em si mesma. Na luta, na qual assinalamos apenas algumas fases, esta massa se reúne, se constitui *em classe em si mesma*. Os interesses que ela defende *tornam-se interesses de classe*. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (*Idem*: 147-148; grifos meus).

Não se nota no *Manifesto* uma noção *exata* do partido, com uma conceituação mais definida. Isto não implica deduzir que há uma ausência ou mesmo uma indefinição quanto à questão. Há no *Manifesto* uma *noção mais abrangente de partido*. Podemos dizer que todo

o pensamento político marxista posterior partiu das idéias gerais contidas no *Manifesto* sobre o partido, seu papel, sua função, sua forma de organização e seus objetivos. Pois lá, encontramos, pela primeira vez, segundo Coutinho, expressos “de modo sistemático os fundamentos de sua [de Marx-Engels] teoria política, ou, mais precisamente, da teoria histórico-materialista do Estado e da revolução” (Coutinho, 1998: 44).

As noções lá expressas sinalizam as bases conceituais fundamentais para os partidos revolucionários que se formariam ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente os partidos comunistas. As elaborações teórico-políticas posteriores, criadas por marxistas os mais distintos – intelectuais, dirigentes políticos –, representaram variadas formas de interpretação à luz de novas determinações sócio-históricas que deram prosseguimento à tradição marxista, tornando-a a *principal referência teórica* dos movimentos revolucionários do proletariado conhecidos ao longo dos referidos séculos. Se, não poucas vezes, redundaram em deformações e vulgarizações que prestaram um desserviço ao marxismo e aos próprios movimentos aos quais estavam ligadas, em outras resultou na construção efetiva de uma verdadeira *tradição teórico-crítica revolucionária* que vinculou objetivamente o pensamento marxiano e marxista ao movimento vivo do proletariado e de suas organizações políticas.

Ergueu-se, por assim dizer, ao lado da tradição marxista, toda uma *tradição teórico-comunista ou teórico-socialista* no conjunto dos movimentos do proletariado dos séculos XIX e XX. Ela nem sempre esteve em sintonia com as próprias idéias de Marx e de Engels, mas delas partiram e se desenvolveram, a elas se reportavam, e para elas voltavam-se, seja para renová-las ou mesmo que para revisá-las – resultando, no primeiro caso, em contribuições originais, análises complementares, fecundas atualizações, enfim, numa verdadeira renovação que conectou a tradição marxista aos processos políticos revolucionários e consolidou um campo reflexivo voltado para as questões prático-políticas dos mesmos processos, tornando a teoria uma força material, uma força prática posta em

ação pelos homens<sup>6</sup>; ou, no segundo caso, acarretando revisionismos que promoveram uma descolagem quase sempre irremediável das fontes marxiano-engelsianas, como reconheceu Cerroni:

(...) o pragmatismo político inseriu na tradição marxista um elemento posterior de deformação, esse também limitativo do desenvolvimento científico.(...) O fato é que o socialismo é facilmente privado desta sua também essencial conotação científica porque no movimento prevalece ou o empirismo da luta cotidiana (em nome, oxalá!, de um *instinto* operário que é, com dano, exaltado da análise *materialista* do mundo) ou a auto-suficiência do dirigente político (no sentido amplo) que tende a se considerar portador de cada verdade. Então, a teoria acaba necessariamente no sótão: porque a prática mesma é exaltada como teoria ou porque nos iludimos que basta oferecer a alma à classe para se constituir fundadas estratégias (Cerroni, 1979: 56-57).<sup>7</sup>

Não se trata aqui de discutir se há ou não uma “ciência política marxista”, mas de ressaltar a dimensão prático-política do marxismo, fundamental para o próprio desenvolvimento do socialismo como movimento também de idéias, e de apontar e problematizar os modelos teóricos e teórico-políticos – e daí as noções de partido e de revolução – que surgiram na trajetória do próprio movimento socialista e comunista, como será estudado nesta tese. A importância disso assenta numa abordagem crítica das experiências historicamente conhecidas, fundamentalmente as do século XX.

Marx e Engels construíram suas análises a partir de uma herança teórico-cultural oriunda das fontes da Ilustração. São representantes, também, de um pensamento fruto das contradições e dos antagonismos na ordem burguesa, que pôs condições para uma “crise cultural” que irrompe no decisivo ano de 1848. Essa crise assinala uma transição teórica dos

---

<sup>6</sup> Tal como se vê no materialismo histórico-dialético de Marx: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras: do que se trata é de transformá-lo” (*Teses sobre Feuerbach*), em que fazia a crítica da filosofia idealista donde recolheu alguns dos elementos teóricos que o permitiram pôr “Hegel de cabeça pra baixo”. Para T. Eagleton, “se Marx é de fato algum tipo de filósofo, ele se distingue da maioria de tais pensadores por considerar suas reflexões, por mais abstrusas que sejam, em última análise, práticas, estando inteiramente a serviço de forças políticas reais, e na verdade como um tipo de força política em si mesma. Esta é a celebrada tese marxista da unidade entre teoria e prática (...)” (Eagleton, 1999: 47).

<sup>7</sup> Cerroni escreveu o texto em polêmica com N. Bobbio, debatendo especificamente a relação da democracia com o socialismo.

críticos burgueses para um pensamento conservador, comprometido com a legitimação da ordem, mistificando-a de várias maneiras (Netto, 1998).

Não ficam dúvidas do legado que Marx herda da Ilustração, do pensamento moderno racional do qual é discípulo. No entanto, opera uma superação (no sentido de negação com continuidade ou de uma continuidade crítica) de tal herança, colocando o proletariado no protagonismo que lhe é devido. Para chegar a estes parâmetros, a teoria marxiana-engelsiana partiu da tríade clássica de referências – identificada por Lênin como o núcleo central do marxismo – que lhe dão bases teórico-filosóficas, quais sejam: a filosofia clássica alemã (de G. W. F. Hegel sobretudo), a economia clássica inglesa, a partir da qual se elabora a crítica da economia política (de A. Smith e D. Ricardo substantivamente) e a crítica social radical da ordem burguesa dos socialista utópicos franceses (destacadamente, F. Fourier e S. Simom, além de R. Owen).

Marx trabalha numa perspectiva analítica na qual a sociedade burguesa, seus fundamentos, suas condições, seus pressupostos, são dissecados no rol de uma ampla e abrangente teoria social. Para isso, estuda e funda uma concepção de homem e de sociedade que inaugura uma nova página no pensamento social: funda uma ontologia do ser social que tem no trabalho a sua centralidade e tem o entendimento de que o homem é um ser prático-social, ou seja, sujeito de sua própria história. Assim, desborda o objeto central (a ordem burguesa e seus fundamentos), na medida em que a entende como desenvolvimento mais avançado de um longo processo de constituição de sociedades marcadas pela apropriação privada (de classes) dos meios de produção e por determinadas divisões do trabalho.

No *Manifesto*, todas essas determinações teórico-filosóficas já estavam postas, embora tenham sido amplamente pesquisadas *a posteriori*. Em outras palavras, tanto Marx quanto Engels já tinham, à época da redação do *Manifesto*, suas formações já consolidadas. A fase “jovem”<sup>8</sup> de nossos autores não lhes imprime nenhum tipo de cisão com momentos

---

<sup>8</sup> Vale lembrar que o *Manifesto* foi escrito quando Marx e Engels sequer tinham trinta anos.

posteriores, como supunha a interpretação althusseriana. Obras fundamentais já haviam sido escritas, como os *Manuscritos de 1844*<sup>9</sup>, *A Sagrada Família* (1845), *A ideologia alemã* (1845-46), *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (1845), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *Teses sobre Feuerbach* (entre 1845-46), e *A Miséria da Filosofia*, de 1847.

Os elementos essenciais do pensamento marxiano-engelsiano já estavam postos: o protagonismo revolucionário do proletariado<sup>10</sup>, a possibilidade ontológica da revolução, a centralidade do trabalho e a práxis que efetivam e molduram a existência humana. A teoria social marxiana retoma a herança teórico-cultural emancipadora, redirecionando-a de acordo com as determinações da própria ordem burguesa.

Segundo Netto, desse universo teórico-cultural desdobrou-se um impasse que apontava para uma

crise cultural que(...) tem por marco o ano de 1848. A sua solução histórica deu-se em duas direções: de uma parte, com a *teoria social de Marx*, os componentes emancipatórios são criticamente reelaborados numa perspectiva de classe proletária (justamente a relação de continuidade e ruptura que Marx mantém com suas fontes); de outro lado, com o *pensamento da ordem* dividido entre um funcional, ainda que aparentemente 'radical', anticapitalismo romântico (articulado especialmente numa constelação *irracionalista*) e um positivismo domesticado (prisioneiro de um *racionalismo formal*), em cujo berço nascem as ciências sociais (Netto, 1998: XXXII).

A questão que nos parece fundamental refere-se aos elementos centrais das formulações marx-engelsianas que se relacionam às determinações sociais primordiais do pensamento materialista-histórico. Eles se relacionam ao método de investigação da realidade, no qual há um *primado ontológico da economia*, donde o *trabalho*, como ato fundante do mundo material e espiritual dos homens, articula todos os outros elementos que

---

<sup>9</sup> Nesta obra já encontramos estudos que afirmam a centralidade do trabalho e, ainda, o debate sobre a alienação.

<sup>10</sup> Tal protagonismo se expressa, do ponto de vista teórico, na própria herança teórico-cultural emancipadora que passa a ter a classe proletária como central. Ela se realizou efetivamente pelas próprias determinações concretas da realidade, ontologicamente entendida.

compõem a vida social. Tal primado envolve as diversas particularidades componentes do real numa universalidade concreta. O *movimento político* do trabalho, a *classe organizada* se insere nesta universalidade e, apesar de possuir uma dinâmica própria de constituição e movimento, deve ser entendido naquela universalidade porque determinada por ela, por sua dinâmica diretora.

## **CAPÍTULO 1**

***O Manifesto do Partido Comunista: gênese e fundação dos princípios que  
nortearam a formação de partidos revolucionários***

Este capítulo tem como objetivo principal discutir a concepção de partido revolucionário presente no clássico texto de Marx e Engels: *Manifesto do Partido Comunista*.

Para tanto, percorrerei algumas etapas fundamentais à aproximação teórico-histórica necessária. Cabe esclarecer que, para discutir a problemática proposta, buscarei a concepção de partido de Marx e Engels, situando-a no movimento vivo da história, em particular naquela na qual nossos pensadores viviam, moviam-se e refletiam. Por isso, a primeira parte deste capítulo resgatará as condições históricas nas quais foram concebidas as idéias presentes no *Manifesto*. A partir delas é que as concepções de Marx e de Engels serão apresentadas como desdobramentos *ideais* de um contexto histórico específico.

Como observou João Antônio de Paula,

[o] *Manifesto Comunista* será a grande inspiração e roteiro de lutas do movimento operário desde o seu lançamento. Seus temas, sua metodologia, a busca de análise rigorosa da situação histórica em seus elementos objetivos e subjetivos, sua conclamação à ação, sua dimensão prometéica e insurgente imantam os manifestos e programas socialistas a partir daí (Paula, 1998: 144).

Para ele, o “papel central dos manifestos, dos programas políticos, é captar, de forma crítica, o sentido e a natureza das conjunturas históricas, para construir instrumentos organizativos e de luta com vistas à revolução, à transformação” (*Idem*).

As formulações basilares do *Manifesto* foram modificadas e/ou acrescidas de acordo com as *necessidades (e as vontades) históricas de cada época*. O que se pretende discutir neste capítulo é a idéia de que *encontramos no Manifesto os princípios gerais que fundaram a noção de partido comunista desde então, rediscutindo, para isso, o contexto sócio-histórico da época*. Isso não significa dizer que há em Marx e Engels um modelo de partido do proletariado – seja ele comunista, socialista ou operário. Como bem assinalou Hobsbawn,

o 'Partido Comunista' a que se referia o título de seu manifesto nada tinha a ver com os partidos da moderna política democrática ou os 'partidos de vanguarda' do comunismo leninista, para não falar dos partidos estatais de tipo soviético e chinês. Nenhum desses ainda existia. 'Partido' ainda significava essencialmente uma tendência ou corrente de opinião ou política, embora Marx e Engels reconhecessem que quando essa corrente encontrava expressão em movimentos de classe, desenvolvia algum tipo de organização (Hobsbawn, 1998: 299).

## 1.1. Condições históricas

Inicialmente mostrarei, de forma breve, os variados aspectos políticos que envolveram as revoluções de 1848. Procurarei apresentar a forma como as classes em luta agiram nos diferentes países do continente europeu no século XIX.

O quadro social na Europa era propício às agitações políticas ocorridas: imperava uma situação social de miséria e desemprego crescentes. Junto a isso, havia um nível restrito de democracia política frente às aspirações de um ascendente movimento revolucionário dos trabalhadores. Os resquícios do Antigo Regime obstaculizavam a participação política do proletariado. Mantinham-se privilégios de classes antigas (nobreza e clero) diante de crescentes insatisfações. O desenvolvimento econômico do capitalismo já apresentava as marcas que o caracterizam: socialização da produção e apropriação privada dos produtos; desenvolvimento das forças produtivas e miséria social.

Como diz M. Florenzano, todos

os historiadores estão de acordo em considerar que *a revolução de 1848* foi o resultado da  *fusão de duas crises*: uma crise  *política* e uma crise  *econômica* (...) entre 1846-1848, a França (e o mesmo,  *mutatis mutandis*, vale para boa parte da Europa<sup>11</sup>) passou, simultaneamente, pela última crise, aguda, de tipo de antigo regime (isto é, por uma grave

---

<sup>11</sup> Deve-se acrescentar a observação de que na Inglaterra – recorde-se que esse país, como observou Marx, com o incremento da grande indústria pós-crise de 1825 “inaugura o ciclo periódico de sua vida moderna” – a burguesia entra numa fase de lutas internas entre “os governos e os interesses feudais agrupados em torno da Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia, economicamente por meio da disputa do capital industrial com a propriedade aristocrática da terra, que se escondia na França, atrás da oposição entre minifúndio e latifúndio e que, na Inglaterra, irrompeu abertamente desde as leis do trigo”. Na Inglaterra, então, temos a eclosão de uma grande crise em 1830, “crise que se tornou, de uma vez por todas, decisiva” (Marx, 1996: 135).

escassez de gêneros alimentícios e que, a partir da agricultura, afetou também a indústria têxtil e o comércio a ela vinculado) e pela 1ª crise, igualmente aguda, de tipo novo (isto é, capitalista, de superprodução, com escassez financeira e com paralisação da indústria metalúrgica e ferroviária). Se cada uma das duas crises já era suficiente para provocar fome e desemprego e, em conseqüência, agitação social e revolta, as duas somadas, ao deixarem milhões de famintos e desempregados, agravaram a crise social já em curso por causa da industrialização, e em conseqüência, abriram o caminho à revolução (Florenzano,1999: 14, grifos nossos).

Os dois países mais industrializados eram os mais afetados pela crise econômica: Inglaterra e Bélgica. No entanto, tal crise não foi acompanhada de uma crise política, já que aqueles países “resolveram-na” noutra momento, no qual conformaram as insatisfações das classes burguesas e amorteceram os anseios dos trabalhadores através de vários mecanismos políticos, dentre os quais o da ampliação do sufrágio universal (de modo a colocar todos os proprietários próximos ao governo), como no caso da Bélgica; ou com o sufocamento das reivindicações operárias<sup>12</sup>, incorporando-as “pelo alto”, como no caso inglês. Dessa forma, nesses países não havia questionamentos substantivos à monarquia e ao parlamento por parte das classes proprietárias.

Para o referido autor,

(...) o que aconteceu na Bélgica e na Inglaterra foi que 1848 havia sido decidido em 1831 e 1832. A constituição belga de 1831 reunia tudo que liberais e burgueses poderiam querer como forma ideal de governo: uma monarquia constitucional(...), reconhecimento da soberania do povo, um legislativo bicameral (onde as câmaras eram inteiramente eleitas pelo povo), um poder judiciário (independente), um clero pago pelo Estado (mas dele independente), e uma declaração de direitos dos cidadãos solidamente baseada nos princípios de 1776 e 1789 (e, sob muitos aspectos, mais avançada do que estes). Não admira, assim, que, em 1848, a constituição belga tenha exercido uma considerável influência na Alemanha, Itália, Escandinávia e outros países. (...) Quanto à Inglaterra, o Ato de Reforma, aprovado em 1832, ao aumentar em 50% o número de eleitores(...) e ao reformar as

---

<sup>12</sup> Notadamente, os cartistas com suas reivindicações, cujas propostas centrais foram redigidas na Carta do Povo, de 1838 (que continha seis pontos e que fora apresentada ao parlamento inglês para pressioná-lo, a fim de obter sua aprovação). Além disso, há que se destacar a enorme manifestação promovida pelos cartistas em 10 de abril de 1848, que terminou fracassada.

circunscrições eleitorais com base na população, abriu caminho legal para a classe média, a burguesia empresarial, finalmente, poder ser a maioria no Parlamento (*Idem*: 16).

Em todas as grandes revoluções, da inglesa de 1640 à russa de 1917, verificou-se uma

alienação dos intelectuais com relação ao Estado e uma fratura – e uma crise moral – no interior das classes ou frações de classes dominantes(...), nenhuma dessas condições existiam na Bélgica e na Inglaterra em 1848, bem como não existia (ou porque tinha acabado de ser superada, ou porque estava em refluxo, ou, ainda, porque não havia emergido) na Suíça, na Polônia, na Península Ibérica, na Escandinávia e na Rússia (daí porque em nenhuma dessas regiões houve revolução) (*Ibidem*: 16-17).

Por outro lado, tais situações apareciam na França e, agravadas pelo problema nacional, em todos os 39 Estados alemães, nos sete Estados italianos e, principalmente, no Império dos Habsburgos. Nesses países, ao contrário do que ocorria na Inglaterra, setores importantes desejavam uma revolução.

Engels, em diversos artigos publicados em 1847 e no documento que seria denominado *Princípios do Comunismo*, como projeto de um programa para a Liga dos Comunistas, esboça análises de conjuntura nas quais vislumbra o desencadeamento de processos revolucionários na Europa, como bem notou F. Claudín:

a continuação de um breve período de dominação burguesa, no caso alemão; da fugaz vitória de uma fração burguesa sobre outra, no caso francês, e da batalha direta entre proletariado e burguesia no caso inglês. Em(...) *Princípios do comunismo*(...), Engels reitera muito claramente esta previsão: ‘a revolução do proletariado se avizinha segundo todos os indícios’ (Claudín, 1975: 15).

A revolução se alastrou pela França, pela Itália, pela Alemanha e pelo Império Austríaco. Na França, com a derrota da monarquia, procurou-se estreitar as perspectivas democráticas – dando-lhes atributo legalista-formal –, sufocando reivindicações republicanas

a fim de manter os domínios do rei. Assim, superdimensiona-se o papel da revolução na França, de forma que acaba por se desprezar a potencialidade em outros países, como na Itália. Nesse país, houve, entre 1846-47, ou seja, antes da revolução explodir em 24 de fevereiro na França, agitações e reformas políticas que foram fundamentais para a irrupção de movimentos mais densos em 1848, derivando na revolução de Palermo, em 12 de janeiro daquele ano. De uma forma ou de outra, “decorridas poucas semanas das jornadas de fevereiro, a revolução explode em Berlim e em Viena, entre 11 e 18 de março” (Florenzano, 1999: 20).

A revolução em Viena foi bastante representativa do resultado geral das revoluções de 48, ainda que ela tivesse se desconfigurado de tal modo em acordos e conciliações, acabando por fundir o novo ao velho, dando origem a instituições que traziam traços societários heterogêneos.

[O] fracasso da revolução de 1848, na Itália, na Alemanha e no Império Habsburgo, deveu-se, fundamentalmente, a 3 fatores: A) ao medo que a burguesia tinha das revoluções social e democrática; B) aos vários e conflitantes nacionalismos; C) à habilidade do Império Habsburgo em se reformar e lidar com os problemas. [Por conta disso,] “apesar da insurreição vitoriosa em Viena, de março a outubro, o esteio burocrático, militar e social do Estado permaneceu intacto. Depois da queda de Metternich e da abdicação do imperador, os novos dirigentes puderam explorar a fundo as divisões e os temores que dominavam as várias camadas da burguesia e manobrar à vontade entre os povos, porque dispunham de um exército estruturado e obediente, de um aliado, a Rússia, pronto a ajudá-los e, sobretudo, porque souberam eliminar, com uma *reforma pelo alto* a ameaça mais séria: a revolução camponesa”<sup>13</sup> (Florenzano, 1999: 21, 24).

Para Hobsbawn, o quadro político acima esboçado permite-nos identificar que em 1848 havia três modelos de revolução simultâneos:

---

<sup>13</sup> Vale lembrar que, “em plena crise revolucionária, o Estado austríaco aboliu a servidão que ainda pesava sobre os camponeses e com isso rompeu uma possível e irresistível aliança entre campo e cidade” (Florenzano, 1999: 25).

o liberal-moderado (ou, em termos sociais, o da classe média superior [a burguesia] e da aristocracia liberal), o democrata-radical (ou, em termos sociais, o da classe média inferior, parte dos novos industriais, intelectuais e pequena nobreza descontente) e o socialista (ou, em termos sociais, dos ‘trabalhadores pobres’ ou das novas classes operárias industriais)” (Hobsbawn, 1977: 130).

Diante de tantos fatores e variações políticas que incidiram sobre os acontecimentos de 48, as revoluções redundaram em reformas pelo alto, que acabaram por sufocar as tendências realmente revolucionárias oriundas de várias perspectivas políticas.

As revoluções de 48 ganharam diferentes características: de caráter democrático-burguês, insurrecional-operário, agrárias, nacionalistas. Todas confluíram no descontentamento com as estruturas políticas que não davam mais conta das complexas mudanças sócio-econômicas construídas pelo amplo desenvolvimento capitalista. Assim, boa parte da Europa foi varrida por agitações políticas que desafiavam as velhas estruturas.

Assim o foi em Palermo, no dia 12 de janeiro, onde a população se ergue contra a monarquia absolutista de Fernando II, obrigado a outorgar outra Constituição; ainda na Itália, em 14 de fevereiro, o Papa Pio IX se viu obrigado a criar uma comissão para uma reforma liberal; com a vitória do povo de Paris, a revolução ganhou força política. Em 24 de fevereiro, o povo parisiense derrubou a monarquia de Luís Felipe e criou um governo provisório com participação de socialistas, dentre eles Blanc. “Na madrugada de 25 de fevereiro, o povo invadiu a Câmara dos Deputados e forçou o governo provisório a proclamar a República. Era, segundo Marx, a 1ª participação do proletariado como classe independente” (Bianchi, 1999: 31).

Em 5 de março, no Piemonte, foi promulgada pelo rei Carlos Alberto uma Constituição; em Praga, dia 11, foi criada uma Assembléia Popular; dia 13, Metternich foi expulso de Viena por movimentos insurrecionais; dia 14, Roma ganhou uma nova Constituição; dia 15 estourou a Revolução Húngara; Veneza se insurgiu contra a dominação austríaca no dia 17; o rei da Prússia foi obrigado a pôr liberais burgueses num governo provisório, em 18 do mesmo mês; no mesmo dia, ocorreu um novo levante em Milão contra

a ocupação austríaca; dia 19, o rei Luís I da Baviera abdicou. Enfim, em “menos de um mês a paisagem política da Europa se encontrava completamente transfigurada” (*Idem*: 31-32).

As revoluções de 48 se sucederam por conta, fundamentalmente, das crises políticas causadas pelo amplo desenvolvimento econômico do capitalismo nas décadas imediatamente precedentes. Tais transformações alteraram substancialmente o perfil das classes sociais, introduzindo novos estratos entre as classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, assim como entre os camponeses. Ambas viam-se diante de modificações econômicas que lhes impunham novas demandas sociais e políticas que não eram contempladas pelas velhas instituições políticas que traziam, ainda, ranços das estruturas do *Ancien Régime*.

Entre essas demandas sociais e políticas não contempladas, as da classe proletária eram, largamente, as que não encontravam respaldo político nas instituições estabelecidas, uma vez que estas representavam, fundamentalmente, os interesses burgueses, ainda que aliados das velhas classes. Dessa forma, foram se desenvolvendo ao longo dos anos 30, sobretudo, inquietações políticas que cada vez mais ganhavam formas de organizações políticas. Assim o foi com o movimento cartista, com o Comitê de Correspondência Comunista em Bruxelas, com a Liga dos Justos, com a Liga dos Comunistas e com outras organizações políticas dos trabalhadores. De formas distintas, representavam os anseios políticos e as demandas sociais do proletariado que giravam em torno de questões como jornada de trabalho e condições de trabalho em geral.

Aliás, exatamente a degradação das condições de vida dos trabalhadores proporcionou a disseminação de um imenso associativismo político. Segundo Bianchi, em Paris, “no ano de 1823, existiam 160 associações de ajuda mútua, com 11 mil membros e na Itália, 38 destas associações. Os levantes e greves também se generalizaram durante os 10 anos que antecederam as Revoluções de 1848.” Para o autor, na França, na “oposição encontravam-se não só as massas populares como, também, as frações burguesas afastadas do poder, principalmente a industrial, a pequena burguesia e os camponeses.” Na

Alemanha, destacava-se a ausência ainda maior de amplos setores da burguesia dos estratos de poder. No restante da Europa, o sentimento de oposição se alastrou por razões semelhantes, seja “sob a bandeira da democracia, seja sob o estandarte da libertação nacional”; a perspectiva dos diversos movimentos deflagrados neste período era a da “destruição de um sistema social vinculado ao absolutismo e ao particularismo” (Bianchi, 1999: 35-36).

Nessa intensa movimentação proporcionada por um contexto de enormes inquietações políticas e sociais identificamos a origem do *Manifesto do Partido Comunista*. A perspectiva de um tempo revolucionário acelerou a união de algumas importantes associações. Aí localizamos a *unificação entre o Comitê de Correspondência Comunista em Bruxelas, do qual faziam parte Marx e Engels, com a seção londrina da Liga dos Justos*. Em junho de 1847, ocorreu o primeiro congresso com a participação do Comitê de Correspondência Comunista em Paris, organizado por Engels. Tal congresso promoveu avanços significativos, inclusive modificando o nome da organização para *Liga dos Comunistas*. As conseqüências efetivas do referido congresso resultaram na adesão de Marx, a partir de um círculo da Liga organizado em Bruxelas.

O 2º Congresso, ocorrido em novembro-dezembro de 1847 em Londres, contou com a participação decisiva de Marx que, após intensas discussões, conseguiu afirmar, por unanimidade entre seus membros, suas idéias e posicionamentos políticos no interior da Liga. Marx e Engels ficaram incumbidos de elaborar um programa que representasse as idéias teóricas e práticas do *partido*. Daí nasce o *Manifesto do Partido Comunista*, editado em fevereiro de 1848, pouco antes da emergência dos movimentos revolucionários que sacudiram a Europa naquele ano.

O *Manifesto* surge, então, como um documento originário do movimento da Liga dos Comunistas – criada na década de 30 com o nome de Liga dos Proscritos e que teve seu nome alterado por duas vezes (primeiro passou a se chamar Liga dos Justos e depois Liga dos Comunistas) –, redigido por Marx e Engels (membros da Liga, que foram incumbidos de

prepará-lo, de forma que expressasse os princípios políticos do movimento e que, ao mesmo tempo, o promovesse na arena política de então).

Engels assim descreveu o processo de construção do *Manifesto*, delegada a ele e a Marx pela Liga dos Comunistas:

Todas as objeções e dúvidas foram levantadas e encarregaram-nos, a Marx e a mim, de elaborar o *Manifesto*. Foi o que foi feito rapidamente. Algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro, foi enviado para Londres para ser impresso. Deu, desde então, a volta ao mundo; traduzido em quase todas as línguas, serve ainda hoje, nos países mais diversos, de guia ao movimento proletário. A antiga divisa da Liga: 'Todos os homens são irmãos', era aí substituída pelo novo grito de guerra: 'Proletários de todos os países, uni-vos!', que proclama, abertamente, o caráter internacional dos trabalhadores, e hoje o proletariado militante de todos os países inscreveu-o na sua bandeira (Engels, 1975: 120).

Alguns fatores históricos foram decisivos para a elaboração do *Manifesto* e, antes disso, para as mudanças político-ideológicas operadas no movimento da Liga, que vivenciou ao longo dos anos 40 um verdadeiro giro político-ideológico como resposta aos desafios prático-políticos com que se defrontava. Mais precisamente, foram decisivas para o giro da Liga as críticas ao caráter extremamente eclético de suas idéias e, por outro lado, o sucesso do movimento cartista no início dos anos 40.

A 1ª edição do *Manifesto* saiu em fevereiro de 1848 (entre os dias 23 ou 24) com 3 mil exemplares, em língua alemã. Segundo Netto, embora ele tenha sido escrito por Marx e Engels, de fato a responsabilidade literária por sua confecção foi de Marx (Netto, 1998: XIV-XV).

A revolução irrompe em Paris na madrugada de 24 de fevereiro de 1848 e se espalhou ao longo daquele ano e no ano seguinte para vários países da Europa como Hungria e Itália do Norte (Lombardia), ambas dominadas pela Áustria, a Prússia, a Baviera, a Saxônia, a Boêmia, os territórios poloneses ocupados pela Prússia, todos os Estados italianos (reino da Sardenha, de Nápoles, Estados pontifícios, etc). Como salienta Netto, “ao *Manifesto* não se deve nenhum papel estimulador dos eventos de 1848 – mesmo que tenha

previsto como iminente, em antecipação arguta, uma explosão revolucionária” (Netto, 1998: XVII).

O *Manifesto* expressa, como texto teórico-político, um processo de maturação da ordem burguesa que promoveu a ruptura com o domínio feudal, construindo suas próprias instituições e seus próprios mecanismos de auto-reprodução. Tendo a indústria moderna como sua maior afirmação – o que trouxe também uma moderna sociedade urbano-industrial –, pode-se dizer que a burguesia, enquanto classe, realizou-se efetivamente de modo que as “franjas sociais” do *Ancien Régime* já não mais significavam ameaças à nova ordem burguesa. Trata-se, agora, de promover condições para a conservação dos domínios burgueses como forma de garantir as melhores condições para sua reprodução enquanto classe, e que pressupõem, necessariamente, os processos de acumulação e de valorização do capital.

Pode-se afirmar que o *Manifesto* interpretou esse momento, percebendo que diante desse novo domínio de classe que se cristalizou, uma nova classe surgia como protagonista das mudanças, originária das próprias estruturas da sociedade burguesa, como o “outro lado” de uma ordem claramente dividida em duas classes visceralmente antagônicas. Trata-se do proletariado, que passa a assumir o caráter histórico e revolucionário que outrora desempenhou a burguesia.

Para Claudín,

[o] Manifesto não contém só a teoria da revolução proletária, em geral; contém também a tese de que a dominação da burguesia havia chegado ao limite de suas possibilidades históricas no Ocidente europeu e a revolução proletária está ali, na ordem do dia (Claudín, 1975: 16).

Essas questões estão circunscritas na cena dos eventos de 48. E o *Manifesto* teve o enorme êxito de antecipação e de sistematização teórico-político (o que não quer dizer que tenha tido papel estimulador) das contradições históricas e das lutas de classes decorrentes

que se emolduravam no período. 1848 representa, em termos histórico-universais, a tomada de consciência do proletariado como classe para si, saindo da subsunção política à burguesia, que acobertava os antagonismos de classe existentes. Pela primeira vez, o proletariado se assume como classe e traz para si suas reivindicações históricas, seu projeto sócio-político em contraposição à burguesia. Para Netto, “1848, numa palavra, explicita em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal [tornando evidente então] o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado”. Em outros termos: “o protagonismo que o proletariado *praticamente* assume a partir de 1848 está prefigurado/configurado *teoricamente* no *Manifesto*” (Netto, 1998: XIX-XXI).

Segundo Netto, há no *Manifesto* três níveis constitutivos, distintos entre eles, porém articulados: a *perspectiva de classe*, a *análise teórica* e a *proposta política*. O *Manifesto* é um documento político, essencialmente político-programático, fundado numa análise teórica. É fundamental no texto a centralidade que a ação política detém a partir das análises teóricas prévias. Tal ação política tem a perspectiva de um radical anti-utopismo. Ela deve romper, portanto, com voluntarismos e messianismos, bem como com fatalismos. A recusa de tais posturas igualmente utópicas e, portanto, a-históricas, está presente no *Manifesto*. Nele,

[a] ação política *eficaz* não podia derivar unilateralmente da ‘vontade do sujeito’ nem da sua passividade diante do movimento social(...) A *liberdade* de escolha na indicação de objetivos políticos está na razão direta do conhecimento dos processos em curso: quanto mais conhece os processos em que está inserido, mais livre é o sujeito para circunscrever os fins a que visa(...) A programática comunista (e a ação conseqüente) não resulta de escolhas abstratas: resulta de opções que se tornam factíveis pelo conhecimento que se adquire dos processos em cujo interior são tomadas (Netto, 1998: XLVIII).

Somente a “articulação de tendências determinadas objetivamente e vontade política (de classe) organizada” servem de parâmetros para assegurar que a queda da burguesia e

a vitória do proletariado são processos “igualmente inevitáveis” (*Idem*: XLIX). Daí decorre a ineliminável unidade entre teoria e ação na obra marxiana-engelsiana, ao estilo da célebre frase de Lênin: “sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário”. Enfim, “o movimento revolucionário dinamiza a teoria que lhe corresponde” (*Ibidem*: L). A *perspectiva de classe é a mediação* entre ambos. Tal perspectiva, ela própria, não deriva da vontade política dos sujeitos, mas advém do próprio movimento do real, da centralidade ontológica que o trabalho (e a forma de trabalho concreto que se tem em determinada *sociedade de classes*) significa no mundo dos homens. Em outras palavras, a perspectiva de classe significa a demarcação de que os interesses sociais antagônicos de classes sociais balizam o movimento do real e, por sua vez, a teoria.

A perspectiva de classe ilumina as análises teóricas que, por sua vez, devem sustentar as propostas políticas. Tais formulações políticas sem bases teóricas orientadas por uma clara perspectiva de classe podem conduzir a idealismos, voluntarismos, fatalismos e utopismos de toda espécie.

## **1.2. A concepção de partido**

Cabe agora examinar a concepção de partido que Marx e Engels expressam no documento em análise. Os antecedentes históricos supramencionados permitem-nos avançar na compreensão de tal noção sem que incorramos em extrações teórico-formal-abstratas do pensamento marxiano-engelsiano na obra em questão.

O engajamento de Marx e Engels no movimento operário e as conseqüentes posições teóricas que assumiram representam o espírito teórico-cultural e político de uma época histórica. Eles estavam ambientados numa conjuntura (os anos 40) na qual a decadência ideológica da burguesia se operava em sintonia com sua afirmação como a classe conservadora; e, paralelo a isso, uma intensificação das críticas teóricas cada vez mais democrático-radicais. Nesse contexto, multiplicavam-se críticas à ordem burguesa e

também surgiam inúmeras críticas românticas a ela, com propostas de reforma social, vinculadas ao socialismo utópico.

A inserção de Marx e Engels no movimento operário foi determinante para os autores, assim como o foram para o movimento. Ambos participaram e engrossaram o movimento operário como diversos outros intelectuais de viés democrático-radical. A diferencialidade está no *contributo efetivo que deram ao movimento ao introduzirem o elemento de classe como central*, dando ao projeto comunista uma clara perspectiva revolucionária classista. Nas palavras de Netto: “(...) o *núcleo duro* da transformação de ambos, ainda que o contributo pessoal de cada um deles tenha sido distinto, consiste em ter elaborado teoricamente a perspectiva de classe necessária para fundar o projeto comunista revolucionário”<sup>14</sup> (Netto, 1998: XXXVI).

Esta centralidade do elemento de classe pressupõe, dialeticamente, a centralidade da luta de classes inerente à sociedade burguesa. Como afirma Claudín,

a classe operária não é determinada unicamente pelo lugar que seus elementos ocupam no sistema de produção – que só faz deles uma massa de trabalhadores assalariados com características comuns –, senão por sua luta contra a classe exploradora e dominante. Luta que se impõe como uma necessidade objetiva e vital sob os efeitos do mecanismo mesmo da exploração capitalista (Claudín, 1975: 46).

Netto realça dois aspectos fundamentais para se pensar o contexto do *Manifesto*, diferenciando as condições prático-políticas das teóricas. Para ele, as possibilidades históricas para o desencadeamento de um processo revolucionário dependem da articulação daquelas duas condições. Como bem anotou:

a revolução de 1848 colocou, no primeiro, a concreta possibilidade de auto-percepção do proletariado enquanto classe; o *Manifesto* elaborou teoricamente esta possibilidade – entretanto, esta elaboração não pode ser concebida como uma decorrência imediata dos processos concretos e objetivos (históricos) que vinham se operando desde os anos vinte.

---

<sup>14</sup> Segundo o autor, “é no *Manifesto* que, pela primeira vez, aparece plenamente este traço constitutivo do projeto comunista (...)” (Netto, 1998: XXXVI).

Antes, o *Manifesto* constitui a *resposta* teoricamente elaborada que dava conta daqueles processos e, ao fazê-lo, transcendeu-os (Netto: XXXVI; grifo original).

Deve-se, então, ao *Manifesto* a *inscrição pioneira e definitiva (enquanto momento teórico) da perspectiva proletária no horizonte do movimento comunista*. Para Netto:

Esta perspectiva de classe foi, essencialmente, o dado novo posto teoricamente na concreção histórico-social pela atividade de Marx e Engels. A partir dele, e especificamente dele, esta perspectiva (de classe proletária) inscreveu-se como constitutivo ineliminável no projeto e no processo da revolução que se direciona ao comunismo (*Idem*: XXXVII).

Antes disso, tinha-se um conjunto de perspectivas socialistas de distintos matizes: os socialistas utópicos, que apontavam para uma reforma social que envolvesse o conjunto das classes sociais; os blanquistas que atribuíam a um grupo restrito o papel de vanguarda, retirando o protagonismo da classe organizada; e, ainda as idéias de Weitling, que indicava o movimento da “massa dos oprimidos” como condição revolucionária. Em todas as perspectivas, percebe-se a ausência do protagonismo da classe proletária organizada ou uma subsunção política dela como classe. O *Manifesto* inaugura e instaura, no plano teórico, “a autonomia política da intervenção social dos trabalhadores e de seu projeto societário”. (Netto: XXXVIII)

Todas essas premissas assinalaram uma associação entre o movimento operário e o seu projeto de classe: o comunismo. O proletariado organizado como classe para-si, depois dos contributos marxiano-engelsianos, brevemente resgatados anteriormente, passa a reconhecer-se universalmente no projeto comunista como etapa final de sua auto-emancipação. E esse reconhecimento traria desdobramentos teórico-políticos – às idéias, aos formatos políticos organizativos engendrados historicamente –, ao longo do século XIX, do século XX, até nossos dias, percorrendo variadíssimas perspectivas, correntes e tendências no interior do próprio movimento operário.

Como se sabe, só no século XIX é que o socialismo ganha maiores dimensões e os socialistas começaram a desempenhar um papel destacado na vida política dos países europeus mais avançados.

Os socialistas utópicos (Owen, Fourier, St. Simon) foram figuras de importância capital nesse período (...) e o movimento cartista na Grã-Bretanha, florescido nos anos anteriores e posteriores a 1840, mostrou que a nova classe operária das fábricas formava uma base potencialmente forte para um partido político socialista (Sweezy, 1965: 16).

Segundo Sweezy<sup>15</sup>, em texto que trata dos 100 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels “iniciaram seu trabalho de transformar o socialismo” de uma utopia em uma ciência<sup>16</sup> no início da década de 1840. (...) O *Manifesto* marca, portanto, um divisor decisivo na história do socialismo. O pensamento e a experiência anteriores levaram a ele e os aperfeiçoamentos subsequentes partiram dele ” (*Idem*: 17)

Ao verificarmos a diferencialidade que o *Manifesto* traz na análise da sociedade burguesa da época, perceberemos que Marx e Engels foram muito além da mera descrição da realidade que observavam factualmente. Ou seja, suas análises superavam qualquer perspectiva meramente empirista, de maneira que conseguiram antecipar muitas tendências que viriam a se plasmar efetivamente duas ou três décadas depois. Partindo de elementos postos na realidade que indicavam, já desde o início dos oitocentos, a maturação da nova sociedade (a capitalista) frente aos elementos remanescentes do *Ancien Régime*, nossos autores procuraram vislumbrar novas possibilidades a partir das necessidades históricas das classes sociais.

Aliás, a questão das classes sociais como constituintes da sociedade não era nenhuma novidade em si, até mesmo o fato de se considerara o movimento da realidade a

---

<sup>15</sup> Como o próprio autor lembra, seu texto foi escrito “em colaboração íntima” com Leo Huberman.

<sup>16</sup> Em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de Engels, escrito entre 1876-1878 como parte de *Anti-Dühring* e publicado inicialmente pelo jornal *Vorwärts* do movimento socialista alemão, temos registrado uma sucinto e decisivo percurso dessa importante transformação do socialismo. Diz Engels: “O socialismo moderno é, em primeiro lugar, pelo seu conteúdo, fruto do reflexo na inteligência, por um lado, dos antagonismos de classe que imperam na moderna sociedade entre possuidores e despossuídos, capitalistas e operários assalariados, e, por outro lado, da anarquia que reina na produção” (Engels, 1983: 28).

partir dos interesses antagônicos de duas classes sociais; a novidade era exatamente o papel de protagonista do proletariado na afirmação de seu projeto, que implica necessariamente na derrubada da burguesia<sup>17</sup>. Vale dizer que os próprios dados concretos, numéricos mesmo, da classe trabalhadora dos anos 40 apontavam para um quadro no qual não se poderia prever tão nitidamente tal protagonismo da classe proletária.

Segundo Netto, a elaboração teórica operada no *Manifesto* é a própria auto-consciência de classe, momento teórico da consciência de classe. Sem a reflexão sistemática que desemboca na elaboração de idéias, o proletariado não se plasma como classe revolucionária. Ou seja, a teoria é um elemento imprescindível, condição *sine qua non* para a emancipação política do proletariado e, antes dela, é um pressuposto para a conversão da possibilidade (da revolução) para a sua efetividade.

Percebemos, então, que a teoria é condição indispensável à emancipação do proletariado. Vemos que ela compõe o processo político de libertação da classe proletária que passa pela compreensão dos elementos que determinam a existência concreta da classe, em todas as suas esferas de produção e reprodução sociais.

No pensamento de Marx e de Engels a compreensão teórica é, ao mesmo tempo, condição indispensável e *um dos momentos* da luta política do proletariado por sua emancipação. O entendimento da *política* advém daí e se evidencia em suas preocupações acerca de questões como: lutas de classes, revolução, organização política, estratégias e táticas políticas do movimento socialista. Todas elas relacionadas aos aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo, questão central em toda a tradição marxista (Hobsbawn, 1983).

A relevância da política no pensamento marxiano-engelsiano deve-se à atuação política que tiveram como revolucionários ativos e, principalmente, pelo entendimento de que *numa sociedade classista as “evoluções sociais” traduzem-se em revoluções políticas*;

---

<sup>17</sup> Cabe ao proletariado organizado descobrir na realidade os meios para essa derrubada (dos quais o partido foi (e é) uma forma política clássica para tal): “E esses meios não devem ser *tirados* da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de *descobri-los* nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece” (*Idem*: 55).

para o proletariado, a *conquista do poder político* é, também, condição *sine qua non* para a superação da ordem social burguesa e *um dos momentos* da luta política.

Marx se recusou a caracterizar a sociedade comunista em suas bases fragmentárias ou genéricas, preferindo apontar princípios gerais que encontramos na *Crítica ao Programa de Gotha* do partido operário alemão e nos *Gründrisse*. No *Manifesto*, Marx e Engels traçam perspectivas gerais à luta do proletariado que deve se organizar através de associações, inicialmente setoriais, mas tornando-se cada vez mais abrangentes, inclusive de caráter nacional, organizando movimentos, reivindicações gerais e específicas, até chegar à *organização em partido político*. À “organização do proletariado em classe segue-se portanto à organização em partido político” (Hobsbawn, 1983: 314).

Para Marx e Engels o objetivo de transformar a sociedade passa pela constituição de um movimento operário que se reconheça como classe, a fim de tornar-se revolucionário no sentido amplo desta palavra, ou seja, como movimento político da classe. Para isso, um partido político de classe deveria ser organizado como partido operário distinto de qualquer outro das classes dominantes, voltado para a conquista do poder político. Segundo Hobsbawn, a “*natureza desse partido* era uma questão secundária, desde que se tratasse de um *partido de classe*”. Isto não deve se confundir “com os *modos de conceber o partido*, que *pertencem a uma época posterior (...)*” (*Idem*: 315).

O termo *partido* foi usado por Marx e Engels de *maneira genérica* para referir-se a um “*grupo constituído*” de *membros organizados* em torno dos objetivos da classe. Nos anos 50, *referiam-se ao termo partido freqüentemente para indicar a Liga dos Comunistas*. Para Marx, a Liga, assim “como outras organizações revolucionárias precedentes, ‘não passou de um episódio da história do partido, que se move por toda parte de modo natural (...)’” (Marx *apud* Hobsbawn, 1983: 316). Referia-se ao “*partido no grande sentido histórico da palavra*”.

Para Claudín,

o problema do partido está em Marx indissoluvelmente ligado ao da classe(...) quer dizer que a classe operária entendida como acabamos de ver, como um grupo social estruturado, em luta com as outras classes, com consciência de classe nascida e forjada nessa luta, funciona como 'partido político' frente às outras classes, que por sua vez atuam como 'partidos' frente à classe operária (Claudín, 1975: 49).

Há em Marx, segundo Claudín, uma clara concepção de “partido-classe” ou “classe-partido”, ou seja, uma noção de partido comunista construída a partir dos interesses da classe proletária erigidos na luta quotidiana por sua emancipação. “De modo explícito ou implícito esta noção de classe-partido ou partido-classe é uma das noções fundamentais de Marx em suas grandes análises da revolução de 1848 (...) Para Marx não existia o partido do proletariado, senão o proletariado *como partido*” (*Idem*: 323).

A partir de tais pressupostos do *Manifesto* é que se pretende identificar a noção de partido, situada no contexto histórico brevemente exposto, como resposta política às necessidades sociais particulares com as quais defrontavam-se Marx e Engels.

A seguir trabalharei com diversos autores que procuraram extrair do pensamento de Marx e de Engels (não só no *Manifesto*) a concepção de partido a ser discutida. Recorrer-se-á, naturalmente, às fontes originais, sobretudo do *Manifesto*, cotejando diferentes traduções.

Para K. Papaioannou, referindo-se ao *Manifesto*, os comunistas não constituem um partido em particular,

os próprios partidos não são senão expressões passageiras e limitadas do movimento operário, totalidade que os desborda e se manifesta em todos os níveis da realidade social. 'O partido no sentido eminentemente histórico da palavra' de que fala Marx em sua carta a Freiligrath (de 29 de fevereiro de 1860), designa o conjunto de forças pelas quais se manifestam a 'autoatividade', a 'autolibertação', a 'economia política operária' nas fábricas, as cooperativas, as organizações sindicais, etc. Desse tipo de 'partido' que 'nasce espontaneamente do solo da sociedade moderna', as organizações puramente políticas não são senão expressões 'efêmeras', simples 'episódios'. A política é só uma das dimensões da ação mediante à qual sai o proletariado de sua passividade geral e se afirma na história (Papaioannou, 1991: 224).

Deduz-se daí que a noção de partido de Marx e Engels é bastante *aberta*, designando o próprio movimento do proletariado em suas várias expressões. *Partido* seria o proletariado em ação, em suas próprias lutas, momento mais evoluído delas, quando adquirem dimensões eminentemente políticas. No *Manifesto* parece *não haver um modelo de organização política pré-estabelecido*, que se possa universalizar trans-historicamente.

Neste sentido, Marx ressalta os momentos diferenciados da luta do proletariado, conferindo importância às organizações sindicais que devem ser autônomas em face dos partidos. Para ele, a luta sindical tem um caráter mais permanente, na medida em que articula o cotidiano dos trabalhadores em sua luta histórica contra a burguesia, na afirmação do trabalho frente ao capital. Diz Marx a sindicalistas alemães, em 1869:

os sindicatos nunca devem vincular-se a uma organização política nem encontrar-se sob sua dependência [...]. Os sindicatos são as escolas do socialismo. Os operários se educam e se tornam socialistas nos sindicatos[...]. Todos os partidos políticos sem exceção, sejam quais forem, só entusiasma a massa operária durante algum tempo e momentaneamente; por outro lado, os sindicatos captam a massa de maneira durável, só eles são capazes de representar um verdadeiro partido e de opor uma muralha ao poder do capital (Marx *apud* Papaioannou, 1991: 224-5)<sup>18</sup>.

Para este autor, a relação de Marx com o partido não foi determinante em seu pensamento. Diferentemente do que supôs Lênin que, em *Empiricriticismo*, considerou Marx e Engels como “homens de partido”, Papaioannou sustenta que os dois pensadores não viam como determinantes em suas elaborações teóricas suas próprias inserções em organizações partidárias, embora tivessem clareza da importância da ação política. Segundo

---

<sup>18</sup> Esta questão nos remete ao debate político-sindical que atravessou o século XX e ainda perdura acerca da autonomia sindical frente a partidos políticos. Há diversas posições relacionadas ao assunto, muitas delas com interpretações próprias das posturas de Marx e de Engels, e de Lênin também.

o autor, “seja como for, em Marx, essa indispensável ação política não significa de modo algum o Absoluto monolítico que postula a idéia moderna do ‘espírito de partido’”.<sup>19</sup>

Tal espírito de partido tem a ver com a idéia lenineana segundo a qual a atividade política (inclusive a político-partidária) de Marx teria sido decisiva para seus avanços intelectuais. Para Marx, tal atividade tem função indispensável ao processo revolucionário, se pensarmos nas várias reflexões que desenvolveu, nas quais encontramos a unidade entre teoria e ação. Sua clareza em relação à ação política não significava que ele próprio deveria estar à frente dela.

Marx tinha noção exata de que sua importância maior estava na contribuição teórica, na reflexão que desenvolveu ao longo de sua vida. Quando questionado sobre sua atividade prática, interpelado a reorganizar a extinta Liga dos Comunistas, afirmou:

(...) mais uma vez escrevi que já não tinha ligação alguma com qualquer associação desde 1852, e que tinha a firme convicção que os meus trabalhos teóricos serviam mais à classe operária do que a minha entrada para associações que tinham tido a sua época no continente. Na seqüência do que fui atacado várias vezes, se não abertamente, pelo menos de forma compreensível, por causa da minha ‘inatividade’ (Marx,1975: 158-9).

Ou seja, a clareza teórica de Marx em relação à importância da atividade política não deve ser confundida com a atividade política do próprio Marx.

Não haveria em Marx e Engels um modelo de organização política ideal, que pudesse ser generalizado ou universalizado. A ação política deveria ser a prioridade dos comunistas que agiriam de forma a promover meios de elevar o proletariado à condição de classe organizada politicamente. Recusaram, em diversos momentos, qualquer tipo de organização clandestina, e repudiavam formas hierárquicas, cultos a autoridades – individuais ou coletivas, políticas ou intelectuais –, ou tentativas de criar algum tipo de monopólio da ação política do proletariado. Por isso, efetivaram uma luta contra as

---

<sup>19</sup> Papaioannou trava inúmeras polêmicas com Lênin cujas idéias são, muitas vezes, pinçadas (fora do lugar) em trechos de sua obra para sustentar os argumentos do autor. Combate o marxismo-leninismo fortemente, hipotecando a Lênin todo o seu legado.

perspectivas lassaleanas e bakunineanas. Isso não significa que não percebiam a necessidade de unidade de pensamento e de ação políticas ao movimento da classe. Senão vejamos:

Para assegurar o triunfo da revolução, é necessária a unidade do pensamento e da ação. As Internacionais<sup>20</sup> buscam criar unidade mediante a propaganda, a discussão e a organização pública do proletariado. Bakunin não quer senão uma organização secreta de uma centena de pessoas, os representantes privilegiados da idéia revolucionária, que erguem por si mesmos um estado maior revolucionário [...] A unidade de pensamento e de ação não significa nada mais que ortodoxia e obediência cega (Marx e Engels *apud* Papaioannou, 1991: 268).

Já para P. Togliatti, a concepção marxiana de partido é a do partido político da classe operária, como partido político de massa e de luta. A noção que o autor busca não se afasta da presente no *Manifesto*, segundo a qual o partido expressa a classe organizada em torno dos objetivos comunistas. A estrutura e o *modelo partidário dependerá em grande medida das estruturas sociais de cada época*, atentando-se sempre para pressupostos (podemos considerar como princípios também) que devem estar presentes em qualquer experiência histórica.

Para Togliatti, tais pressupostos estão identificados com a idéia de um *partido dirigente das massas*, que se propõe a guiá-las na direção da transformação social. O partido teria, para esse importante pensador italiano (especial interlocutor do pensamento de Antônio Gramsci), papel de instrumento político para o proletariado organizado como classe, como forma de reafirmar e pôr em prática, através de uma linha programática de ação política, as propostas que objetivam a transformação social. Para ele,

a classe operária se afirma como classe dirigente pelo seu programa, que indica objetivos mais longínquos e apresenta soluções adequadas para os problemas próximos urgentes; e

---

<sup>20</sup> Embora Papaioannou atribua essa citação a Marx e a Engels, não é possível que Marx tenha feito tal análise, uma vez que viveu apenas a I Internacional e, obviamente, não poderia tecer qualquer tipo de comentário sobre “as Internacionais”, como quis o autor.

cabe ao partido, em contato com outras forças democráticas, elaborá-lo e torná-lo popular, transformando-o no programa de uma grande movimento de trabalhadores (Togliatti, 1980: 215).

Um partido fortemente vinculado aos interesses reais da classe trabalhadora em seus diversos estratos, que tenha as funções de direcionar as ações políticas para além dos interesses imediatos (econômico-corporativos, no sentido gramsciano), vinculando-os aos interesses políticos (ético-políticos) da classe. Para isso, deve se ligar cada vez mais às massas; sua capacidade de direção, sua solidez e sua extensão relacionam-se ao seu “caráter de massa”. Tais características *dependem das circunstâncias históricas, que por sua vez indicam os formatos de organização* de acordo com as necessidades sociais. Os problemas são postos pela própria realidade. Togliatti discute, por exemplo, a questão do *partido dirigente único*, que teve no modelo soviético que prevaleceu no século XX, um exemplo emblemático. Para ele, aquele modelo ou qualquer outro deve ser subordinado às necessidades históricas das classes.

De qualquer maneira, independentemente dos momentos históricos correspondentes, um elemento não deve ser deixado de lado se se quer avançar rumo ao socialismo: é a questão da *unidade política da classe*. Ela pode passar por um *partido dirigente único*, por um *modelo de pluralidade de partidos* de várias tradições e de várias bases sociais entre os trabalhadores, mas, em qualquer situação, deve-se buscar alcançar níveis cada vez mais amplos de unidade política entre os objetivos comunistas. Esta *unidade pode se expressar num partido unificado, ou numa pluralidade de partidos* na qual, sem prejuízo das peculiaridades de cada um, prevalece a *unidade político-ideológica em torno dos objetivos* maiores.

Neste último caso, diz Togliatti, “trata-se de se encontrar, nessas circunstâncias, um sistema de contatos e de articulações particulares entre as forças que aceitem uma certa base unitária, mesmo tendo e conservando cada uma delas, tradição, organização e personalidade próprias”. Tal unidade

não pode surgir das cabeças dos dirigentes de um único partido. Deveria ser o resultado de uma grande elaboração, de princípios e de política, a ser realizada em contato e com a participação direta das próprias massas trabalhadoras, dos operários e dos intelectuais de vanguarda(...) (*Idem*: 218).

Podemos dizer que uma relativa busca de unidade transcorreu entre os movimentos operários de 1848 nos vários países. Em panfleto de abril daquele ano, voltado para a Alemanha, vemos a presença desse espírito de unidade:

Isolados como estivemos até aqui, somos fracos, ainda que nos contemos por milhões. Unidos e organizados, constituiremos, pelo contrário, uma força irresistível. Razão para que, irmãos, formemos, em todas as cidades e todas as aldeias, uniões operárias em que discutiremos sobre as nossas condições(...) (*in* Marx e Engels, 1975: 69).<sup>21</sup>

Vemos enfatizada a perspectiva da unidade entre os movimentos e a “*primeira iniciativa* do ‘partido Marx’ para a revolução: o apelo à união geral do proletariado para a luta, condição prévia de qualquer sucesso ulterior, no interesse tanto da revolução como da própria classe operária” (*Idem*).<sup>22</sup>

Trata-se da unidade político-ideológica da classe proletária, que passa por objetivos e princípios. A mesma *unidade* é desejada por Marx *no interior da própria organização política*. Aqui podemos refletir sobre a idéia de que Marx concebia uma forma de democracia interna, na qual as decisões da maioria deveriam prevalecer sobre as minorias. Em texto de Marx e Engels, transcrito de uma reunião do Conselho central da Liga, em setembro de 1850, vemos que uma das propostas de Marx refere-se a sua intenção de transferir o Conselho Central de Londres para Colônia como forma de garantir a unidade interna da Liga. Marx chega a defender a separação da Liga em duas, como maneira de se garantir os interesses maiores do partido através da unidade de ação. Diz Marx:

---

<sup>21</sup> Wallau/Cluss (Associação de formação operária). Cf. Seeblätter, 13 de abril de 1848.

<sup>22</sup> O “partido Marx” refere-se à parte majoritária da Liga dos Comunistas que transferiu-se de Londres para Colônia após cisão interna. A minoria denominava-se “partido Willith-Schapper”.

A minoria do Conselho central está em revolta aberta contra a maioria (...) Eis porque a presença do Conselho central se tornou impossível em Londres. A unidade do Conselho central já não pode ser salvaguardada, deveria cindir-se e formar duas Ligas; como o interesse do partido prevalece, proponho esta saída para o conflito (*Ibidem*: 103).<sup>23</sup>

Marx não deixou um modelo de organização partidária como já dissemos. Também nem o quisera. Sua noção de partido poderia ser reconhecida como *histórica*, ou seja, o tipo de organização política do proletariado dependerá sempre do momento histórico e de suas necessidades. Para ele, a “Liga, tal como a Sociedade das Estações de Paris e cem outras organizações, não foi mais que *um episódio* na história do partido que nasce espontaneamente do solo da sociedade moderna” (Marx, 1975: 159, **negrito original**)<sup>24</sup>.

Nesse mesmo texto, Marx procura desfazer um entendimento equivocado, no qual a Liga, já extinta, era tratada como partido: “(...) tentei afastar esse mal-entendido que faria compreender por ‘partido’ uma Liga morta há oito anos ou uma redação de jornal dissolvida há doze. Quando falo, entretanto, de partido, *entendo o termo partido na sua dimensão histórica*” (*Idem*: 161, grifo nosso). Interessa reter aqui a noção claramente histórica de partido para Marx, quando do momento pós-revoluções de 48, quando os movimentos comunistas viviam certo refluxo diante das novas injunções político-conjunturais que limitaram objetivamente o leque para a ação política.

Tal historicidade na noção de partido em Marx e em Engels também, não significava que alguns princípios não fossem afirmados como prioritários em vários de seus escritos. Um exemplo refere-se à questão do caráter secreto das organizações. A clandestinidade não deveria ser o caminho para uma organização comunista, na medida em que conflita com um princípio vital para sua sobrevivência e expansão: a propaganda política. Somente em conjunturas histórico-nacionais específicas, nas quais reinam a arbitrariedade, a autocracia, a perseguição e a repressão política generalizadas é que devem as

---

<sup>23</sup> Marx proporá a Schapper, mais tarde, a criação de dois distritos em Londres, no interior da mesma Liga.

<sup>24</sup> Marx a Ferdinand Feilgraht, 29 de fevereiro de 1860.

organizações comunistas recorrer ao recurso do secretismo e da clandestinidade. Em mensagem do Comitê da Liga, presidido por Marx, na qual se analisa o período pós-revolucionário, lê-se:

O 13 de Junho de 1849 em Paris, a derrota dos levantamentos alemães de Maio, o esmagamento da revolução húngara pelos Russos marcaram o fim de um grande período da revolução de 1848 (...) Mas, tal como antes de 1848, as condições do momento impediam o proletariado de se organizar à luz do dia: foi necessário, portanto, recorrer de novo à organização secreta (*in* Marx e Engels, 1, s/d.: 126).<sup>25</sup>

Numa avaliação do Comitê na mesma mensagem supracitada, vemos outros aspectos relevantes para pensarmos as formas organizativas do partido de Marx e Engels. Além do enaltecimento do caráter público (não clandestino) do partido, podemos verificar duas outras características enfatizadas por nossos autores. A primeira refere-se ao *internacionalismo*, princípio recorrente nos diversos escritos marxianos-engelsianos desde o *Manifesto*, ou seja, a defesa, em qualquer situação, do caráter internacional da luta proletária por sua emancipação como classe, pressupondo uma articulação necessariamente internacional que levou, como sabemos, à organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional.

Por outro lado, observamos outro importante aspecto enfatizado junto ao internacionalismo da organização, qual seja: a idéia de criar e unir um grande e mesmo partido internacional do proletariado. Atentemos à citação:

(...) o movimento internacional do proletariado europeu e americano tornou-se atualmente tão forte que não só a sua forma primeira, forma acanhada – a Liga secreta –, como ainda a sua segunda forma, infinitamente mais alta – a Associação Internacional dos Trabalhadores de caráter público –, seria para ele [para o Império alemão] um entrave. De fato, o simples sentimento de solidariedade, fundado no reconhecimento da identidade da condição de

---

<sup>25</sup> Vê-se que o método analítico dos autores sempre parte da realidade e de suas permanentes mudanças.

classe entre os operários de todos os países e de todas as línguas, basta para criar e unir um único e mesmo grande partido do proletariado (*Idem*).<sup>26</sup>

Percebemos aí uma defesa de criação de *um grande partido do proletariado, internacional, único e unido*. Sobressai aqui, além do *internacionalismo e da unidade*, a perspectiva de se constituir um *único partido do proletariado*, aspecto bastante polêmico na medida em que foi objeto de muitas discussões ao longo do século XX, que foi laboratório de um tipo de movimento comunista que tinha em seu horizonte um formato de partido único, comunista e de vanguarda, tese que prevaleceu ao longo da Terceira Internacional. Embora possamos aprofundar essa discussão noutro momento, vale o registro e a suscitação de algumas questões.

Terão Marx e Engels defendido o modelo do partido único como a melhor tática ao movimento comunista internacional? A unidade político-ideológica do movimento comunista, indiscutivelmente presente nas perspectivas teórico-políticas de Marx e Engels, se desdobrava na organização de um partido único? Ou seja, há correlação entre a perspectiva da unidade com a idéia do partido único?

Sabemos que no *Manifesto* há um relevante trecho no qual diz-se que “os comunistas, em face dos outros partidos operários, não formam um partido à parte. Os comunistas não têm interesses diferentes dos interesses de todo o proletariado. Não estabelecem princípios particulares, com os quais pretendam moldar o movimento operário” (Marx e Engels: 1998, 20).<sup>27</sup> Cabe aqui debater tais questões a partir de dois vieses. Primeiro, cabe discutir a diferença entre unidade e partido único. Segundo, vale discutir “por dentro” do *Manifesto* a noção de partido expressa no trecho supracitado.

Vimos que a unidade no movimento comunista pressupõe a constituição de uma base unitária que envolva setores sociais os mais distintos, no interior das camadas do próprio proletariado, como também entre outras classes sociais, como os pequeno-

---

<sup>26</sup> Aqui, percebe-se o internacionalismo que marca o pensamento teórico-político de Marx e de Engels. Discutirei esse assunto ainda nesse capítulo, páginas adiante.

<sup>27</sup> Marx, K e Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*; prólogo de José Paulo Netto; São Paulo: Cortez, 1998 (p.20).

burgueses, os camponeses e os democratas em geral. Esse horizonte está bem definido no próprio *Manifesto*, quando convoca à união todas as classes sociais exploradas numa cruzada política contra a burguesia. Em nenhum momento do *Manifesto* temos algum tipo de defesa de constituição de partido único dos comunistas. Podemos desdobrar a hipótese de que, *historicamente*, pode o movimento comunista construir uma base unitária tal que leve ao ordenamento de um único partido. Mas, essa hipótese não nos permite afirmar que essa *possibilidade histórica* possa se generalizar, nem tampouco que signifique a afirmação de qualquer modelo organizativo pré-estabelecido.

Por outro lado, a Seção II do *Manifesto*, parcialmente supracitada, permite interpretações diferenciadas dos termos ali expostos. Os termos que distinguem os interesses dos comunistas dos partidos operários não deixam dúvidas quanto aos princípios que devem orientar a sua atuação no movimento comunista, nos diversos partidos operários. Quando se diz que os comunistas não têm interesses diferentes dos interesses de todo o proletariado, pode-se dizer que não há no documento qualquer proposta de conceber os interesses dos comunistas *separadamente* dos interesses de todo o proletariado como classe. Tal afirmação se assegura no trecho da mesma Seção que determina de forma bastante definida que “(...) os comunistas, em face dos outros partidos operários, não formam um partido à parte (...)”. Ou seja, junto ao proletariado organizado como classe é que devem se organizar os comunistas.

No entanto, se os comunistas não se encontram separados do proletariado, organizados em quaisquer “partidos especiais”, eles *têm interesses* (partidários e não interesses de classe) *distintos, diferentes* dos interesses dos restantes dos partidos proletários quando “fazem valer os interesses comuns de todo o proletariado, independentemente da nacionalidade; (...) representam sempre o interesse do movimento geral.”; e, ainda, por serem (os comunistas), “(...) praticamente, a fração mais decidida dos partidos operários (...); teoricamente, têm em relação à massa restante do proletariado a

vantagem de sua compreensão das condições, do curso e dos objetivos gerais do movimento proletário” (Marx e Engels, 1978: 149).

Os comunistas como tais, tomados isoladamente, não têm interesses distintos do proletariado em seu conjunto, na medida em que defendem os interesses maiores desta classe; mas, quando *em partidos* ou *frente aos partidos* do proletariado, ou seja, *quando organizados*, distinguem-se por afirmar certos princípios ausentes (ou velados) no seio do próprio proletariado. Diz-se no documento que *os comunistas formam a parte mais resoluta ou mais decidida* do movimento do proletariado.

Ao mesmo tempo, o texto parece nos deixar uma ambigüidade quando afirma que os comunistas “não estabelecem princípios *especiais* [ou particulares] segundo os quais pretendam moldar o movimento proletário”. Ao que nos parece, *os pontos de diferenciação dos comunistas assentam-se exatamente sobre princípios especiais ou mesmo particulares* (no sentido de especiais e não no de particularidades/interesses sociais contrapostos à universalidade).<sup>28</sup>

Sobre tais questões cabem *duas problematizações*. A primeira diz respeito a uma certa “imprecisão” ou um certo “generalismo” no tratamento de algumas categorias postas no *Manifesto*. Para destacar as peculiaridades dos comunistas em relação ao proletariado, ora o texto se refere a este último como “movimento proletário” ou “movimento operário”, ora “partido proletário” ou “partidos operários”; ou mesmo, simplesmente, a referência a “proletários em geral”. Tais aspectos não têm a ver com possíveis imprecisões teóricas do próprio Marx ou de Engels, como podem querer os mais afoitos antimarxistas. Deve-se, penso, ao caráter político do documento que buscou torná-lo mais acessível aos diversos grupos sociais vinculados direta ou indiretamente ao movimento do proletariado.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Vale destacar que o nome da seção II do *Manifesto (Proletários e Comunistas)* não foi assim intitulado despropositadamente. Parece sugerir uma diferenciação, no sentido de uma especialidade dos comunistas.

<sup>29</sup> Tal característica literária não trouxe prejuízo qualitativo algum ao documento. Pelo contrário, coroou-o como um dos mais clássicos textos políticos de todos os tempos, exatamente por conseguir chegar às variadas camadas sociais da sociedade, com linguagem textual que demarcou uma nova concepção da civilização humana, na qual o homem é fruto de sua luta material pela existência ao longo da história. Como observou Hobsbawn, “(...) O

Tais características do documento são devidas, também, aos seus próprios objetivos. É sabido, como vimos, que Marx e Engels foram incumbidos de dar redação às intenções da Liga dos Comunistas; de sintetizar, num único documento, suas concepções de sociedade, suas perspectivas revolucionárias e, ainda, sua linha programática, no que vislumbravam ser a vanguarda de todo o movimento proletário. Para isso, Marx e Engels (destacadamente Marx, como se sabe) escreveram um texto político que procurou reafirmar princípios gerais os mais sintonizados com os anseios maiores do proletariado, atentando-se para peculiaridades nacionais, para as diversas tradições de movimentos (trabalhistas, socialistas – utópicos, blanquistas –, comunistas)<sup>30</sup> e que tivesse, ainda, o sentido de vislumbrar tarefas imediatas e de projetar tendências e possibilidades históricas.

Tais peculiaridades tornaram o *Manifesto* um texto que possui incrível perdurabilidade histórica<sup>31</sup>, indicando uma clara perspectiva de estar à frente dos movimentos da época, mesmo que retirando deles as suas potencialidades. Em outras palavras, para se colocar à frente de sua época e, ao mesmo tempo, para apontar e indicar suas tarefas imediatas, o *Manifesto* angariou uma envergadura na qual conseguiu galgar ao *status* de manifesto universal de todo o movimento proletário mundial. Para isso, coube-lhe claramente um esforço de busca de unidade político-ideológica que acabou se tornando uma de suas grandes marcas. Essas particularidades fizeram com que Marx e Engels buscassem maiores generalizações ou pelo menos, que optassem por não se deterem em especificidades na própria redação. Na verdade, essa Seção do texto busca estabelecer uma unidade não identitária entre comunistas e proletários, entre movimento comunista mundial e o movimento de todo o proletariado em suas diversas organizações.

---

Manifesto Comunista como retórica política possui uma força quase bíblica. Em suma, é impossível negar seu poder de persuasão enquanto literatura” (Hobsbawn, 1998: 300; *op.cit.*).

<sup>30</sup> “Daí a distinção da parte IV, entre os ‘partidos operários já constituídos (...) os chartistas na Inglaterra e reformistas agrários na América do Norte’ e os outros que ainda não estavam assim constituídos” (Hobsbawn, 1998: 299).

<sup>31</sup> “Dois elementos conferem ao *Manifesto* sua força. O primeiro é sua visão, mesmo no início da marcha triunfal do capitalismo, de que esse modo de produção não era permanente, estável, o ‘fim da história’, mas uma fase temporária na história da humanidade, e, como suas predecessoras, uma fase destinada a ser substituída por outro tipo de sociedade (...). O segundo é o seu reconhecimento das tendências históricas necessárias de *longo prazo* do desenvolvimento capitalista” (*Idem*: 301).

A segunda problematização refere-se a uma questão de ordem metodológica. Não há dúvidas de que, na ontologia marxiana (e o *Manifesto* é uma obra que a traz implicitamente) o homem se processa na realidade social a partir de sua luta pela existência em que busca, na relação com a natureza e com outros homens, seus meios de sobrevivência. Essa luta, ao longo da história de toda a humanidade, se traduziu em históricas divisões sociais de classes nas sociedades que, por sua vez, erigiram determinadas relações sociais que reproduziam/reproduzem, em última instância, as relações de produção determinantes, sempre divididas entre classes possuidoras e classes despossuídas dos meios de produção. “A história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes”: esta frase resume o que procuro sustentar.

A partir deste entendimento, conclui-se que a sociedade burguesa é o último estágio da pré-história humana, que de sua destruição nascerá uma nova sociedade na qual será abolida a propriedade privada, serão coletivizados os meios de produção; na qual “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”; e que a própria burguesia, com seu desenvolvimento, produziu e produz as armas que irão derrubá-la: os proletários organizados em classe.

Assim compreendido, podemos deduzir daí que o proletariado, entendido como o representante da classe que só dispõe de sua força de trabalho na sociedade, desprovida dos meios fundamentais da produção, seria o único sujeito que possuiria potencialidade revolucionária. Só o proletariado detém a condição de sujeito revolucionário. Seus interesses são, portanto, afins aos dos *comunistas* que teriam a função de serem os *potencializadores ou os provocadores da (latente) tendência revolucionária do proletariado*.

Por isso, *não teriam os comunistas interesses especiais ou particulares*, já que objetivam, em última instância o mesmo horizonte da classe proletária: a sua auto-emancipação. *Seriam, na verdade, a sua projeção auto-consciente, portadores do projeto de emancipação no seu nível político mais elevado que traz consigo, por sua vez, princípios capturados das próprias necessidades sociais da classe*.

Tal problematização me parece relevante, pois relaciona-se diretamente com a questão da organização política dos comunistas. Mostra-se claro, até aqui, que *os comunistas não devem formar um partido à parte, mas que devem potencializar a elevação da luta política em todos os níveis, independentemente do formato organizativo histórico do proletariado*. Tal elevação significa demarcar, em todo momento, os princípios pelos quais os comunistas se diferenciam e agem. A questão que se coloca, e que me parece relevante, refere-se à distinção, no interior do *Manifesto*, daquilo que tem *natureza de princípio* do que tem *natureza de diretriz à ação política*. Explico-me: resta-nos saber o que em Marx e Engels (no *Manifesto*) tem caráter de princípio e o que tem caráter de ordenamentos prático-políticos à ação organizada do proletariado. Mais ainda: em que medida os princípios orientam as formulações de tais diretrizes.

A discussão até aqui desenvolvida acerca dos termos encontrados no texto, de suas diferencialidades, de suas distintas interpretações (sempre resguardando a historicidade das categorias), faz-me tangenciar um importante debate sobre a diferença entre princípio e diretriz de ação e a forma como se relacionam no *Manifesto*. Destacarei os que considero mais recorrentes (e também os mais polêmicos) para o trato da questão partidária na trajetória dos movimentos comunista e socialista.

### **1.2.1. Sobre o internacionalismo**

Pode-se dizer que o *internacionalismo* no *Manifesto* tem sentido de princípio na medida em que é apresentado como condição *sine qua non* para o triunfo do proletariado, pois remete as lutas nacionais à sua real circunscrição internacional no conjunto do movimento global do capital (e do trabalho), como relação social que determina todas as outras relações<sup>32</sup>. No entanto, em determinadas épocas históricas pode o proletariado

---

<sup>32</sup> Sobre a questão, assinalou Trotsky: “O desenvolvimento internacional do capitalismo determina o caráter internacional da revolução proletária. (...) O desenvolvimento do capitalismo uniu de forma tão estreita as diversas partes de nosso planeta, as ‘civilizadas’ e ‘não-civilizadas’, que o problema da revolução socialista

demarcar como diretriz dominante as lutas nacionais pelo socialismo<sup>33</sup>, tendo os comunistas a tarefa primordial de conquistar, desenvolver e consolidar o socialismo num determinado país. Resta-nos saber se tal possibilidade histórica pode tornar o internacionalismo uma diretriz prático-política (tal como o nacionalismo o é) declinando de sua condição de princípio.

A questão metodológica para a organização política é de extrema relevância, uma vez que nos obriga a colocar as determinações concretas num primeiro plano, livrando-nos de determinismos (predominantes no marxismo vulgar e em suas várias incursões teóricas e políticas) e, também, dos subjetivismos, nos quais a consciência quer se sobrepor ao real (aqui toda forma de utopismos e idealismos guardam lugar, assim como suas derivações “principistas”).

Sabemos que as tradições políticas socialistas e comunistas dividiram-se (e dividem-se), muitas vezes, entre estas posições. Pensemos nos determinismos típicos de correntes oriundas da Segunda Internacional<sup>34</sup>. Pensemos nos reformismos (de origens distintas, com destaque o gradualismo de matiz kautskiano), que em nome de pragmatismos políticos deixam de lado os princípios fundamentais à luta socialista, subordinando-os a estratégias e táticas que não vislumbram a ultrapassagem da ordem estabelecida.

Lembremos do stalinismo como uma forma de determinismo, no qual a luta nacional acabou se tornando um fim em si mesmo, transformada em questão de princípio. Pensemos, também, em diversas correntes trotskistas que adotam, muitas vezes, o internacionalismo como um fim em si mesmo, elevando-o como *princípio teórico-político-abstrato*. Em todas essas posturas teórico-políticas prevalece uma *abordagem a-histórica da realidade* e de seu movimento. *Ambas confundem, de maneiras diferentes, meios (a*

---

adquiriu, completa e definitivamente, um caráter mundial” (Trotsky, 1979:6). Vale registrar que Trotsky se opunha frontalmente à Segunda Internacional, dentre outros motivos, por esta ter suprimido, *praticamente*, o princípio internacionalista (pós-1914), representado no *Manifesto* pelas célebres frases: “Os operários não têm pátria” e “Trabalhadores de todos os países, uni-vos.”

<sup>33</sup> Cabe dizer que não está em questão, neste momento, a experiência stalinista no século XX, cujo modelo político ficou largamente conhecido pela perspectiva da construção do “socialismo num só país”, como estudarei mais adiante.

<sup>34</sup> No próximo capítulo analisarei mais detidamente a Segunda Internacional.

organização política – o partido –, a revolução, a unidade político-ideológica) *com fins* (a destruição da propriedade privada burguesa, o socialismo, o comunismo) e vice-versa. Assim, *confundem princípios com diretrizes/ordenamentos prático-políticos, elevando estes últimos à condição de princípios e vice-versa.*

Pense-se, mais anteriormente, nos rumos da I Internacional, especificamente na direção que a social-democracia alemã imprimiu à luta socialista em Gotha, no Congresso de maio de 1875, assinalando um internacionalismo abstrato denunciado por Marx:

E a que reduz seu internacionalismo o Partido Operário Alemão? À consciência de que o resultado de suas aspirações será a fraternização internacional dos povos, uma frase tomada da Liga Burguesa pela Paz e Liberdade, que se deseja fazer passar como equivalente da fraternidade internacional das classes trabalhadoras, em sua luta comum contra as classes dominantes e seus governos” (Marx *in* Marx/Engels, 2, s/d.: 217).

No que se refere ao internacionalismo, há uma prevalência da luta internacional sobre a luta nacional (*que é uma forma particular daquela*) da classe proletária. Essa determinação é ineliminável do movimento da sociedade de classes capitalista. Isso não significa congelar essa facticidade, desistoricizando-a. Pois pode-se cogitar um específico momento histórico no qual a luta internacional se plasma de tal forma em situações nacionais que acaba por fazer com que a luta pelo socialismo num determinado país se torne prioridade política.

Aqui, afirma-se uma *relativa autonomia do momento político em relação à economia*. Essa autonomia (*sempre relativa!*) permite-nos identificar movimentos próprios no interior das lutas de classes que podem modificar as prioridades políticas de uma determinada época. Dessa forma, o *internacionalismo* no *Manifesto* aparece como reprodução ideal (teórico-política) de um determinado momento histórico da luta proletária pela sua emancipação como classe. A *luta nacional* aparece como *forma particular* cuja forma universal está nas lutas de classes postas no plano internacional.

Segundo Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, a luta nacional é o *momento mais imediato* das lutas de classes (quando relacionado com o seu plano internacional), no qual há o enfrentamento com as burguesias nacionais, de maneira que *a luta de classes internacional aparece, imediatamente, como luta nacional*. Ou seja, é uma condição real inescapável o embate das classes no plano nacional. Por outro lado, urge que se busque sempre ultrapassar os limites nacionais, tanto no nível analítico-teórico, quanto no nível prático-político. Diz Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*: “Naturalmente, a classe operária, para poder lutar, tem que organizar-se **como classe** em seu próprio país, já que este é o campo imediato de suas lutas. Neste sentido, sua luta de classes é nacional, não *por seu conteúdo*, mas, como diz o **Manifesto Comunista**, ‘por sua forma’” (Marx in Marx/Engels, 2, s/d: 217, negritos próprios; itálicos meus).

Segundo Claudín,

por seu conteúdo a luta do proletariado contra a burguesia, e portanto a revolução proletária, não é nacional. Como se depreende de toda a exposição do Manifesto, ainda que não o diga explicitamente, e de outros textos desse período, seu caráter é internacional, mundial, universal (os três termos são utilizados indistintamente nos textos de 1846-1848). Caráter que é o do próprio mundo criado pela burguesia, unificado pelo mercado e a natureza das novas forças produtivas (Claudín, 1975: 27).

É exatamente o que atesta o próprio *Manifesto*: “Pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional. É natural que o proletariado de cada país destrua, inicialmente, sua própria burguesia.” (Marx-Engels, 1978: 147)

### **1.2.2. Sobre o caráter público do partido (e das organizações políticas do proletariado em geral)**

A mais ampla publicização das idéias comunistas deve orientar as organizações políticas do proletariado. Tal pressuposto indica o necessário caráter público das ações organizativas dos comunistas. É sabido que Marx impôs uma condição à Liga para que ela dela participasse: o seu não-secretismo. Tal princípio está colado à necessária divulgação e massificação das idéias revolucionárias. Vincula-se à necessidade de construção de um partido (ou de uma organização política) que tenha caráter de massas, sem o qual não se obtém triunfo na luta política.

Pois bem, podemos argumentar a partir daí que tal caráter (necessário) público da organização *não significa, necessariamente, que toda ela deva ser pública*. Em outras palavras, pode-se conceber uma *forma organizativa necessariamente e politicamente pública convivendo com formatos semi-públicos ou mesmo clandestinos, variando de acordo com as exigências históricas de cada época*.

Aqui sobressai uma determinada articulação entre princípios e diretrizes prático-políticas na qual temos *a mais ampla publicização* como princípio fundamental (se se quer atribuir um caráter de massas à luta proletária), ao mesmo tempo em que tem sentido de ordenamento prático-político à construção de uma organização política de massas. Por outro lado, e concomitantemente, pode-se conceber formas semi-públicas e mesmo secretas convivendo com formas públicas como arranjos estratégicos da luta de classes.

No *Manifesto*, o contexto histórico apontava para a mais ampla publicização dos ideais comunistas entre as massas, o que exigia, naturalmente, organizações políticas cada vez mais voltadas para estruturas que permitissem divulgação, massificação e propaganda política dos objetivos comunistas. No entanto, coexistiam à época formas secretas ou semi-secretas que, ou representavam estruturas políticas herdadas de lutas políticas anteriores à

48 ou porque representavam concepções estratégicas de organização distintas das do *Manifesto*.

### **1.2.3. Outros princípios centrais do *Manifesto***

Como vimos até aqui, *não há no Manifesto uma teoria da organização do partido*. Há, indubitavelmente, um *conjunto de princípios* que compõem, a um só tempo, uma *linha programática geral* e as *diretrizes* – também gerais – que têm a pretensão de *nortear a ação política dos comunistas nos partidos ligados aos interesses do proletariado*.

Se *não* se pode deduzir do documento de Marx e Engels um modelo de partido revolucionário, dele decorrem os *objetivos estratégicos* sem os quais a luta do proletariado não ultrapassa os marcos do economicismo, não se metamorfoseando em luta política revolucionária. Tais objetivos são aqueles que põem em xeque a ordem burguesa em seus aspectos centrais, através dos quais ela é questionada e combatida sistematicamente, até a sua inteira superação.

Essa superação só pode ser pensada e elaborada teórica e politicamente, a partir de uma indispensável análise que contemple as particularidades da classe proletária. Tal reflexão é o ponto de partida para se projetar qualquer objetivo estratégico e ela indicará a maneira pela qual os princípios programáticos se realizarão na prática política concreta. Pode-se compreender que no *Manifesto* há uma clara preocupação de articular historicamente o ser do proletariado, inserindo-o em contextos e particularidades próprias de cada época. O perfil da classe na época de Marx e de Engels era bastante limitado ao proletariado industrial que, do ponto de vista quantitativo, era relativamente reduzido.

Pode-se dizer que o partido de Marx e de Engels, a partir das considerações acima, apresenta traços de um partido de massas e de quadros com a vanguarda da classe operária. Ele articula os objetivos estratégicos e os princípios programáticos elaborados para o contexto histórico das lutas de classes à época dos autores. No entanto, eles mesmos

apontam questões que devem permear todas as lutas proletárias, pois o conteúdo revolucionário neles contido os fazem ultrapassar os seus limites históricos. Assim, além daqueles anteriormente discutidos – o internacionalismo e o caráter público das organizações políticas do proletariado – deve-se assinalar: a necessidade de em toda e em qualquer questão política enfatizar o *combate à propriedade privada*; o *apoio a todos os movimentos democráticos e progressistas que colidam com a ordem burguesa*; a *busca permanente de unidade entre as forças democráticas da sociedade*.

Tais princípios e diretrizes gerais formam o núcleo que, a meu ver, deve estar presente em toda e qualquer organização proletária que lute pela emancipação da classe. E eles contornaram, implícita ou explicitamente, as diversas organizações e as variadas lutas dos comunistas através de partidos os mais distintos que disputaram a direção social do movimento revolucionário, por meio principalmente das *Internacionais*, em todo o mundo. Como eles se efetivaram na realidade é o que procurarei ressaltar ao longo desta tese.

## **CAPÍTULO 2**

**A II Internacional, sua crise e a criação da Internacional Comunista: o reformismo, o triunfo do *partido* leninista e a Revolução Russa**

## 2.1. Partido, Movimento Operário e Revolução: do *Manifesto* à II Internacional

Durante os anos 70 do século XIX, Marx e Engels defendem a constituição de diversos partidos políticos organizados, recusando formas sectárias ou dogmáticas, ou que fossem contrárias ao espírito do *Manifesto* que prega a união de todos os partidos (todo o movimento operário) em suas diversidades, em prol dos objetivos da classe. Para Engels, o mais importante era a construção de um partido operário distinto dos outros. “Onde não havia partidos deste tipo, Engels continuava a usar o termo ‘partido’ para definir a soma total dos corpos políticos (isto é, eleitorais) que exprimiam a autonomia da classe operária, independentemente de sua organização” (Hobsbawn, 1983: 316). Vale ressaltar que as questões referentes aos problemas de organização interna, estrutura e disciplina dos partidos não se colocavam historicamente para Marx e Engels tal como na fase posterior (nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX), o que fez com que, naturalmente, não tivessem aprofundado tal problemática.

Para Hobsbawn, o partido de Marx e Engels “deve, pois, procurar tornar-se a classe organizada”. Eles não se “desviarão nunca daquela declaração do *Manifesto*, segundo a qual os comunistas não constituíram um partido distinto, contraposto aos outros partidos operários, nem elaborarão princípios sectários independentes destinados a enquadrar o movimento proletário” (Hobsbawn, 1983: 317).

Para Hobsbawn, não se pode apontar Marx como reformista ou revolucionário ou gradualista a partir de suas posições políticas, já que estas questões só se puseram para o movimento socialista posteriormente a ele. Podemos, sim, perceber que, para ele, o mais importante não era saber se um partido operário é revolucionário ou reformista. Ele “não identificava qualquer conflito de princípio entre a luta quotidiana dos trabalhadores para melhorar suas próprias condições no regime capitalista e a formação de uma consciência política que propugnasse a substituição do capitalismo por uma sociedade socialista(...)”. O

mais importante é não permitir que a luta deixe de focar o aspecto central, qual seja: “a unidade entre luta econômica e política” (*Idem*: 317).

As novas condições políticas que se configuravam nos países capitalistas desenvolvidos no último terço do século XIX colocavam novas questões ao debate acerca do partido. Com os elementos que se consolidavam, tais como, *a extensão do direito ao voto, a legalidade, a política constitucional, que inauguram um novo estado de coisas*, tem-se um quadro distinto, no qual se constituíam *partidos social-democratas nacionais*, como no caso da Alemanha, onde não se verificavam “concorrentes à esquerda”.

Há, então, novas perspectivas de “revolução da maioria”, pensada por Engels, para a qual o partido de massa deveria aglutinar outros partidos representantes de outros estratos sociais. Para Engels<sup>35</sup>,

todas as revoluções se reduziram até hoje à derrocada do domínio de uma classe determinada e sua substituição por outra; mas, até agora, todas as classes dominantes eram somente pequenas minorias comparativamente à massa dominada do povo. Era derrubada uma minoria dominante e outra minoria tomava em suas mãos o timão do Estado e transformava as instituições públicas de acordo com seus interesses” (*Engels in Marx/Engels*, 1, s/d.: 97).

Engels chegou a formular questões nas quais insiste nas possibilidades abertas pelo sufrágio universal, sugerindo mesmo o abandono da perspectiva insurrecional na “atualização” (de 1895) de *A Luta de Classes na França*, de Marx. Ele assim o fez não “apenas por razões técnicas”, segundo Hobsbawn. Assim, optou por questões políticas concretas nas quais a perspectiva insurrecional se defrontava com um novo estado de coisas referente à adesão das massas, em todos os seus estratos, inclusive nas camadas

---

<sup>35</sup> Com a morte de Marx, este, naturalmente, não pôde participar do debate subsequente. Coube a Engels alimentar algumas questões que tomaram corpo mais adiante, nos debates da II Internacional. Mesmo ele não vivenciou plenamente as polêmicas político-teóricas que se avolumaram, embora tenha fornecido elementos importantes a elas.

médias.<sup>36</sup> O sucesso eleitoral da social-democracia alemã entusiasmou Engels<sup>37</sup>, levando-o a identificar na atuação parlamentar um campo político determinante para a vitória do proletariado. Esse quadro político envolvia a complexificação do ordenamento político-institucional da ordem burguesa, bem como a maior sofisticação de suas formas de repressão às lutas do tipo insurrecional<sup>38</sup>. Segundo ele,

Já o *Manifesto Comunista* proclamara a conquista do sufrágio universal, da democracia, como uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante(...). Forneceu-nos, com a agitação eleitoral, um meio inigualável para entrar em contato com as massas populares onde elas ainda estão afastadas de nós, para obrigar todos os partidos a defender diante do povo suas opiniões e seus atos, diante e nossos ataques (...) [Tal quadro suscitou] então que a burguesia e governo chegaram a ter mais medo da atuação legal do que da atuação ilegal do partido operário, mais temor aos êxitos das eleições que aos êxitos da rebelião. Pois também, quanto a isso, haviam-se modificado substancialmente as condições

---

<sup>36</sup> Lembre-se que o contexto europeu, particularmente o francês, que ensejou as brilhantes análises de Marx era substancialmente diferente. Vivia-se um período de afirmação do poder político burguês para o qual foram instituídas medidas que reprimiam o movimento organizado do proletariado. Naquela conjuntura, entre os combates do proletariado contra a burguesia, moviam-se as diferentes frações de classes – os *legitimistas* (os partidários da monarquia “legítima” dos Bourbons, reinante na França até 1792 e durante a Restauração, 1815-30), os *orleanistas* (partidários da dinastia de Orléans, dominante de julho de 1830 até sua destituição em 48), os camponeses e pequena-burguesia principalmente, esta organizada em torno do Partido Montanha. Marx atenta para o giro regressivo verificado na França depois dos movimentos revolucionários de 1848, que resultou numa forte retaliação à Revolução de Fevereiro e a seus desdobramentos nos meses seguintes, particularmente maio e junho: “junho de 1849 foi a Nêmesis para junho de 1848”. O contexto sobre o qual pensava em *A luta de classes na França* não era nem um pouco propício para um abandono da perspectiva insurrecional. Veja-se, sobre tal contexto, as palavras do próprio Marx: “O plano de criar um imposto sobre o capital – na forma de imposto sobre hipotecas –, concebido pelo Governo Provisório e retomado por Goudchaux, foi rejeitado pela Assembléia Constituinte; a lei que limitava a jornada de trabalho para 10 horas foi revogada; a prisão por dívidas, restabelecida; da habilitação para o júri, excluía a maior parte da população, que não sabe ler nem escrever. Por que não também do direito ao voto? A caução para os jornais foi replantada; o direito de associação, limitado” (Marx, K. in Marx, K / Engels, F. *História*. Organização: F. Fernandes; São Paulo: Ática, 1989; p. 279; 255).

<sup>37</sup> Segundo seus próprios dados: “graças à inteligência com que os operários alemães utilizaram o sufrágio universal, instituído em 1866, o crescimento espantoso do Partido surgiu abertamente aos olhos do mundo inteiro em cifras indiscutíveis. Em 1871, 102.000 votos social-democratas; em 1874, 352.000; em 1877, 493.000(...) 1884 – 550.000; 1887 – 763.000; 1890 – 1.427.000 votos” (Engels in Marx/Engels, 1, s/d.: 101-102).

<sup>38</sup> “Não nos iludamos a respeito: uma verdadeira vitória da insurreição sobre as tropas nos combates de ruas, uma vitória como em batalha entre dois exércitos, é coisa das mais raras(...). Se a grandes cidades se estenderam consideravelmente, os exércitos cresceram mais ainda. Depois de 1848, Paris e Berlim não quadruplicaram, mas suas guarnições aumentaram em proporções maiores do que isso. Elas podem agora ser duplicadas em 24 horas, graças às estradas de ferro, e crescer ao nível de exércitos gigantescos, em 48 horas. O armamento dessas tropas imensamente reforçadas é incomparavelmente mais eficaz. Em 1848, tinham o simples fuzil de percussão e carregado pela boca; hoje possuem o fuzil de repetição, retrocarga e pequeno calibre que atira quatro vezes mais longe, com precisão dez vezes maior e dez vezes mais depressa que o anterior(...). Do lado dos insurretos, contrariamente, todas as condições pioraram. Dificilmente ocorrerá uma insurreição que tenha a simpatia de todas as camadas do povo; na luta de classes todas as camadas médias nunca se gruparão de modo inteiramente exclusivo em torno do proletariado(...) o povo aparecerá, portanto, sempre dividido e, assim, faltará uma alavanca poderosa, tão eficaz em 1848” (Engels in Marx-Engels, 1, s/d.: 103; 105. Texto de 1895 – *Introdução para A luta de classes na França*, de Marx).

de luta. A rebelião do antigo estilo, o combate nas barricadas que, até 1848, fora decisivo em toda parte, estava consideravelmente ultrapassado” (Engels *in* Marx-Engels, 1, s/d: 102-103).

Ou seja, complexificou-se o processo revolucionário, ganhando novos contornos políticos e ideológicos. Contudo, Engels *não abdicou do conflito armado como momento necessário na luta de classes*, concordando sempre com Marx quando este diz: “nenhum grande movimento nasceu sem derramamento de sangue” (Marx *apud* Hobsbawn, 1983: 325). Segundo Hobsbawn, “é evidente que Engels não pensava em ter abandonado a revolução, mas simplesmente em ter-lhe adaptado a estratégia e a tática a uma situação distinta, tal como ele e Marx tinham feito por toda a vida” (Hobsbawn, 1983: 325).

As posições e análises de Marx e de Engels quanto às relações entre proletariado e burguesia no processo de constituição política de estados burgueses perpassam, também, a questão da melhor forma de Estado burguês para o desenvolvimento do processo revolucionário, sobretudo após fracassados os processos revolucionários de 48. Os tipos de aliança que devem fazer os movimentos socialistas e os partidos operários de massa frente às diversas possibilidades políticas nas conformações dos estados burgueses passam a, também, compor o debate. As mutações do próprio Estado burguês impingiam o movimento organizado do proletariado a repensar a questão da transição ao socialismo.

Segundo Coutinho, “uma diferente definição da natureza do Estado – o momento da renovação – leva a uma diferente avaliação do papel da dualidade de poderes [da relação entre Estado e revolução] na transição ao socialismo” (Coutinho, 1985: 9). Nos próprios Marx e Engels, vê-se que as variações históricas – inclusive de natureza histórico-nacional – das formas estatais alteraram os seus ângulos de análises e, conseqüentemente, provocaram propostas teórico-políticas distintas. É o que se nota, diferencialmente, no Marx/Engels de 1848 (com o *Manifesto do Partido Comunista*), que a partir de um nível de “abstração alto”, tem-se uma abordagem “restrita” do Estado; posteriormente, no Marx de *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte* (escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852), partindo de um nível mais “concreto de abstração”, opera-se um veio analítico que resulta

numa abordagem “mais ampla” do Estado; ou, com o último Engels (na *Introdução* de 1895)<sup>39</sup>, quando sugere uma nova perspectiva do processo revolucionário como um “trabalho longo e perseverante” e uma nova noção do Estado, não como um “comitê” ou como um mero “poder de coerção” (aparelho de dominação da classe dominante), mas como fruto de um pacto (Coutinho, 1985).

Tanto Marx quanto Engels relacionavam suas análises às questões internacionais. Preocupavam-se sempre em descobrir o pólo revolucionário, em identificar os países que reuniam melhores condições revolucionárias. Assim é que Marx via na Inglaterra as bases concretas para a revolução, na medida em que possuía um capitalismo desenvolvido. Através da Irlanda, percebia-se uma nova possibilidade de revolução a partir do potencial dos camponeses.<sup>40</sup>

As constantes mudanças ensejadas pelo desenvolvimento capitalista no último quartel do século XIX alteraram sobremaneira as estratégias de Marx, e mais ainda as de Engels (que as viveu por mais tempo), em relação ao processo revolucionário, na medida em que se observava o “contínuo progresso mundial da Alemanha e dos Estados Unidos e com a probabilidade de uma revolução russa. Ademais, pela primeira vez desde 1815 sentiu-se com clareza a iminência de uma guerra mundial, observada e analisada com agudeza profética e perícia militar por Engels” (Hobsbawn, 1983: 339).

---

<sup>39</sup> Vale notar que tais mudanças analíticas repercutiriam intensamente – quer pelas inovações teóricas que realmente introduziram, quer pelas transformações sociais que o próprio desenvolvimento capitalista acarretaria nas relações (e nas lutas) entre as classes – nos rumos das organizações e dos debates socialistas. No seio da II Internacional, o célebre texto de Engels serviu tanto para justificações reformistas e revisionistas quanto para rebatê-las e para aperfeiçoar as interpretações dos marxistas verdadeiramente revolucionários. Em prefácio à primeira edição de seu *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*, de 1899, Bernstein conclui acerca do texto engelsiano: “Engels explica detalhadamente, no prefácio à *As lutas de classes*, que já passou a época dos golpes políticos de mão, das ‘revoluções realizadas por minorias conscientes à frente de massas inconscientes’ e que um confronto de enormes proporções com o exército era o meio para *frear* e até para fazer *retroceder* durante certo tempo o contínuo crescimento da social-democracia – em suma, que a social-democracia avança ‘muito melhor pelos meios legais que pelos ilegais e pela subversão’” (Bernstein, s/d.: 39). Já Rosa Luxemburgo concluiu diferente: “Quando, em seu prefácio à *Luta das classes em França*, Engels fez uma revisão da tática do movimento operário moderno, opondo às barricadas a luta geral, não teve em vista – como se deduz claramente de cada linha desse trabalho seu – a questão da conquista definitiva do poder político, e sim a da luta cotidiana atual [1900]; não a atitude do proletariado em relação ao Estado capitalista no momento da tomada do poder, mas sim nos moldes do Estado capitalista. Resumindo, Engels dava diretivas, não ao proletariado vitorioso, mas ao proletariado **oprimido**” (Luxemburgo, 2005b: 101-102).

<sup>40</sup> Esta alusão pode ser considerada possibilitadora às análises posteriores de Lênin acerca da Rússia agrária, especialmente, à questão da unidade operário-camponesa.

O quadro mundial que se complexificava imensamente tornou mais problemática a tarefa revolucionária e, por sua vez, problematizou ainda mais o papel dos partidos socialistas também. Para Kautsky, cujas idéias centrais veremos adiante, esse momento histórico (que para ele abrangia o período de 1873 e 1887) repercutiu na Europa como uma fase de debilitamento das contradições de classe, que punha mais dificuldades para a vitória do proletariado.

O interesse de Engels pela situação internacional aumentava na medida em que cresciam também as determinações daquela situação nos próprios movimentos operários que assumiam uma estrutura de organização de caráter de *internacional*.

O mesmo interesse podia se notar em Marx. Quando da fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT* (conhecida como a *I Internacional*) –, redigiu em outubro de 1864, um texto que serviu de conteúdo ao manifesto de fundação da organização, no mesmo ano. Nele, percebe-se uma clara preocupação de Marx em animar o proletariado para as conquistas políticas no interior da sociedade burguesa consolidada no continente europeu: “conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária”. Marx chama a atenção para a importância e o significado político da regulamentação da jornada de trabalho como “vitória de um princípio; [quando] pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária”. Sinaliza no documento a necessidade de se avançar nas conquistas, em cada nação, que levem a um quadro mais favorável ao proletariado. Os operários, para Marx, devem ser capazes

de dominarem eles próprios os mistérios da política internacional; de observarem a atuação diplomática de seus respectivos governos; de combaterem esta atuação, quando necessário, por todos os meios ao seu alcance; e quando impossibilitados de impedi-la, de se unirem em denúncias simultâneas, e afirmarem as leis simples da moral e da justiça, regras principais do intercâmbio entre as nações” (Marx *in* Marx/Engels, 1, s/d: 320; 319; 321, respectivamente).

Nesse contexto – que abrangeu o tempo de vida da AIT (1864-1876) - fortaleceram-se partidos nacionais que respondiam às particularidades dos países, às questões nacionais que exigiam posições políticas dos socialistas em todo o mundo, como já pontuei. Eles foram embriões do significativo crescimento dos partidos operários nos anos 70 e na década de 80; partidos que assumiram contornos teórico-políticos os mais diversos, mas que guardavam alguma influência do pensamento marxista e que foram fundamentais para a etapa posterior da luta internacional do proletariado em torno da II Internacional, criada em 1889.

A *I Internacional* envolveu diversas lutas nacionais – recorde-se que a questão polonesa fora fundamental para o seu ensejo – e foi palco de divergências no interior do movimento operário, opondo – e poucas vezes unificando – as correntes anarquistas de Bakunin, o proudhonismo e o blanquismo franceses e a perspectiva socialista de Marx e de Engels. A afirmação da política – como, por exemplo, no caso da luta pela extensão do direito ao voto – e a consolidação das organizações políticas do proletariado – de que foi ilustrativo a defesa da constituição de um partido da classe proletária, declarada por Marx e Engels em 1872<sup>41</sup> -, não foram suficientes para arrefecer as divisões internas, principalmente a perspectiva secretista do anarquismo bakunineano<sup>42</sup>, fator, dentre outros, decisivo para a sua desarticulação em 1876.

O Congresso de Gotha em 1875 foi também uma expressão da falência da Internacional. Mesmo que tenha resultado na unificação das forças socialistas alemãs<sup>43</sup>, significou um retrocesso programático verificado no próprio Programa final, cujos eixos foram duramente criticados por Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*. Precisamente para

---

<sup>41</sup> Declaração do Congresso de Haia da *I Internacional*, ocorrido em setembro de 1872, fortemente condicionada pela Comuna de Paris.

<sup>42</sup> Ainda que no Congresso de Haia a maioria tivesse votado de acordo com o Conselho Geral, dirigido por Marx, decidindo pela expulsão de Bakunin da Internacional.

<sup>43</sup> Trata-se da união em Gotha das duas organizações operárias alemãs existentes: o Partido Operário Social-democrata (os eisenachianos, dirigido por Liebknecht e Bebel) e a Associação Geral dos Operários Alemães, organização lassalliana.

suscitar e possibilitar a unificação<sup>44</sup>, retrocedeu-se nos objetivos estratégicos do movimento socialista.<sup>45</sup>

Recorde-se que com a Comuna de Paris em 1871 – mesmo que seu desdobramento não tenha sido diretamente influenciado pela Internacional – Marx concluiu (em 1875, no texto supracitado) que a sua forma histórica já não mais dava conta dos rumos das lutas socialistas: “A ação internacional das classes trabalhadoras não depende, de modo algum, da existência da **Associação Internacional dos Trabalhadores**. Esta constituiu somente uma primeira tentativa para fornecer àquela ação um órgão central; uma tentativa que, pelo impulso que deu, teve uma eficácia perdurável, mas que em sua **primeira forma histórica** não podia prolongar-se depois da queda da Comuna de Paris”<sup>46</sup> (Marx *in* Marx/Engels, 2, s/d.: 217).

## 2.2. O desenvolvimento do partido na II Internacional

É preciso considerar, inicialmente, que a noção de “marxismo da II Internacional” não guarda homogeneidade em suas perspectivas (de revolução, de luta de classes e de partido) e nem entre os seus signatários, tão distintos como Lênin e Rosa Luxemburgo, Kaustsky e Bernstein, G. Plekhânov e Max Addler.

O *processo de formação dos partidos social-democratas* entre meados dos 70 e fins dos 80 do século XIX vincula-se à grande crise mundial que se estendeu de 1873 a 1896. Modificaram-se substancialmente as condições objetivas da luta de classes, motivando

---

<sup>44</sup> “É sabido que o simples fato da unificação satisfaz por si mesmo os operários, mas se engana quem pensa que esse êxito efêmero não custou demasiado caro” (Marx *in* Marx/Engels, 2, s/d.: 208; *Carta de Marx a W. Bracke*, de maio de 1875).

<sup>45</sup> Veremos logo a seguir, com Marx, em que consistiu tal retrocesso e em quais elementos teórico-políticos ele se expressou.

<sup>46</sup> Note-se que com a derrota da Comuna saíam derrotadas também importantes correntes que polarizavam o ambiente ideológico-político na França. Como observou A. R. Bertelli, “a Comuna serviu de cemitério para os postulados proudhonistas – até então muito fortes no seio do movimento operário francês – e para os resquícios do blanquismo, que sobreviviam na tradição francesa operária. Os líderes remanescentes, ou seja, os que não foram assassinados pelas forças de Thiers, tornaram-se quase todos ‘marxistas’, como por exemplo, o jovem Lafargue” (*Apresentação* de Antonio Roberto Bertelli para a *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*; 1987: 16).

novos processos organizativos que alteraram as “velhas” estruturas do movimento operário, levando-o a uma *maior unificação política*. Aí encontramos as chaves para compreender a formação dos modernos partidos da social-democracia alemã. Segundo Andreucci,

as formas anteriores de existência do movimento operário, associações culturais, associações de socorro mútuo, corporações sindicais e toda uma riquíssima variedade de núcleos associativos que reunia os trabalhadores das novas indústrias junto com os trabalhadores das velhas manufaturas foram impelidas *em direção a formas de unificação*, seja pela formação de estados nacionais, seja pelo desenvolvimento industrial, seja finalmente pela piora geral das condições de vida e de trabalho em toda a Europa (Andreucci, 1982: 26; grifos meus).

A social-democracia alemã influenciou substantivamente no movimento operário, no último quartel do século XIX. A expansão de sua influência sobre o conjunto do movimento internacional se deu, *pari passu*, ao seu crescimento eleitoral que abrangeu fases distintas: uma primeira fase desenvolvida na segunda metade da década de 70; uma segunda, situada no momento em que surgem leis anti-socialistas, envolveu o final dos anos 70, mais precisamente 1878, até 1890<sup>47</sup>; a terceira fase, pós-vitória de 1890, foi até o final do século e se caracterizou “pela *discussão do revisionismo*, em seguida a qual uma progressiva internacionalização das formas de existência do movimento operário foi acompanhada de um certo declínio da influência alemã” (*Idem*: 26; grifo meu).

Vale destacar a importância da primeira fase por conta da influência que o *Programa de Gotha* exerceu sobre o movimento operário, sobre a formação política de muitos partidos social-democratas. Mesmo com as críticas que Marx fazia ao *Programa*, sobretudo ao seu conteúdo doutrinário, havia uma necessidade de *unidade* no seio do movimento e dos partidos, encontrada no documento. Após o fim da *I Internacional*, o movimento socialista estava marcado pela ausência de unidade política devido às inúmeras polêmicas e divisões

---

<sup>47</sup> Aqui, mais uma vez, valho-me dos dados de Engels: “(...) o Partido foi momentaneamente dispersado e sua votação caiu, em 1881, a 312.000 (...)” por conta da lei de exceção contra os socialistas (*op. cit.* p. 101).

criadas. O *Programa*, então, completava a necessidade histórica de unificação, de um programa unitário.

Entre 1890 e o final do século verifica-se o período de maior expansão da influência da social-democracia alemã sobre os partidos: “todos os partidos socialistas criados após essa data declararam expressamente que assumiam (...) o programa e a doutrina da social-democracia alemã”. Isto num contexto em que o Império alemão, após crescimento eleitoral do partido social-democrata, passa a tratar a “questão social” como política. Tornou-se o mais forte pelo número de votos, “caíram as leis anti-socialistas (...) e o velho Bismarck acabou por pagar com sua demissão a virada que parecia estar se verificando na vida interna do império” (Andreucci, 1982: 28).

As idéias de Marx e Engels experimentaram variadas formas de divulgação no interior dos movimentos operário e socialista. Ainda que não possa ser considerado um meio de divulgação, o *revisionismo* – como uma forma interpretativa do marxismo que, além de dispor de considerável influência nos meios intelectuais euro-ocidentais, exercia relativa influência no proletariado organizado – acabou por meio de seus próprios canais políticos e informativos, promovendo o debate em torno das idéias marxistas, ensejando polêmicas em torno delas. Se, por um lado, o revisionismo significou o abandono de teses marxianas, por outro, possibilitou, paradoxalmente, certa publicização/interesse delas/por elas. Pense-se, por exemplo, no papel de “Bernstein com o *Sozialdemokrat*, dirigido por ele a partir de 1880, e Kautsky com a *Neue Zeit*, fundada em janeiro de 1883 [que] colocaram toda a sua atividade de publicistas a serviço de difusão do marxismo<sup>48</sup>” (Matthias in Mattick *et.al.*, 1988: 39).

---

<sup>48</sup> “No início dos anos 80, ambos entraram em mais estreito contato com Friedrich Engels ganhando sua confiança e sua amizade, podendo logo, tranqüilamente, se sentirem os legítimos intérpretes da doutrina marxista. Entre os livros que Kautsky produziu no período da lei anti-socialista, teve a máxima difusão a exposição didática do primeiro tomo de *O capital – As doutrinas econômicas de Karl Marx* –, que apareceu em 1887 e logo foi repetidamente reimpresso; muitos eminentes socialistas devem a este livro a sua conversão” (Matthias in Mattick *et.al.*, 1988: 39-40).

Considere-se que, até aquele momento, Kautsky não poderia ser identificado como um revisionista; na verdade, até então, era tido como autoridade do marxismo ortodoxo, pela qual

foi o mais eminente divulgador de Marx da época e, subjetivamente, foi um apaixonado e leal batalhador pelas doutrinas de Marx e Engels”. Tal consideração acerca da importância de Kautsky, se não lhe subtrai seus méritos, tampouco deve lhe poupar de sofrer as críticas necessárias aos problemas de seu marxismo “ (...) que nos pontos essenciais não superou jamais as barreiras da formação pré-marxista, são os limites próprios de sua geração histórica (...) [aos quais até] (...) Engels não estava consciente dos limites da capacidade de percepção de seus discípulos [Kautsky e Bernstein], que tinham se aproximado do marxismo através do *Anti-Düring* (*Idem*:38; 40).

Mas a divulgação do “verdadeiro” marxismo (o de Marx) coube ao velho Engels, quer por seus escritos (os de antes e os de depois da morte de Marx em 1883), quer por suas atividades práticas. Ressalte-se que no momento histórico em que Engels se destaca (de 1883 até 1895, ano de sua morte)<sup>49</sup> percebe-se uma maior necessidade de tornar o marxismo mais conhecido<sup>50</sup>, de todas as formas: através das produções teóricas, através das atividades políticas e de suas necessidades práticas que acabavam, muitas vezes, vulgarizando o marxismo através de manuais. Havia no seio do movimento uma necessidade ideológica de publicizar o marxismo – sua compreensão da história, da sociedade, da luta de classes, do proletariado – a fim de dar subsídios às formulações políticas das diversas organizações (partidos e movimento operário).

Trata-se de um contexto no qual o movimento operário estava ávido por formulações que pudessem, ao mesmo tempo, explicar os problemas fundamentais da sociedade e indicar o caminho da luta política. Daí surgiu campo fértil para a disseminação de determinismos, mecanicismos e fatalismos, inclusive possibilitando um certo casamento do

---

<sup>49</sup> Engels torna-se, com a morte de Marx, principal referência teórica e conselheiro do movimento operário, conforme retomaremos nas páginas seguintes.

<sup>50</sup> Essa necessidade histórica se explicava pelo crescimento do movimento socialista através de partidos (destaque para o social-democrático da Alemanha) e do próprio movimento operário, como já apontamos.

marxismo e, conseqüentemente, do movimento socialista, com o evolucionismo darwinista tão em voga no período<sup>51</sup>. Isso explica, em parte, a indiscutível ascendência teórico-política que o pensamento kautskiano exercia sobre o movimento operário. Sua “interpretação estritamente evolucionista do marxismo (...) [esteve] desde o princípio indissolúvelmente ligada ao modo de operar e ao comportamento tático dos partidos operários em ascensão no período da II Internacional”. (Matthias *in* Mattick, 1988: 37). Junto a isso, podemos acrescentar o fato de que, após a Comuna de Paris, verificamos a crise de muitas “escolas socialistas”, o que fez com que o marxismo (e o movimento socialista) passassem a conviver com diferentes correntes socialistas, tais como o blanquismo, o proudhonismo e o anarquismo, caracterizando um considerável *ecletismo no movimento socialista*.

Segundo Andreucci, o partido político do tipo social-democrata tinha uma ‘vocação de massa’ e o principal instrumento para se exercê-la era a “propaganda e a afirmação das idéias” do partido. Além dela, o partido teria outra vocação: a do “internacionalismo”, pela qual as idéias seriam propagandeadas universalmente, ancoradas na tese de que o proletariado seria o sujeito revolucionário que conduziria o gênero humano à unidade em torno do socialismo<sup>52</sup> (Andreucci, 1982: 34-5). O partido social-democrata alemão era a expressão maior dessas características, as quais acrescenta-se a sua capacidade de formar quadros, lideranças, agitadores e propagandistas. Ele era o partido mais preparado para essas funções de “política cultural”, de organização política voltada aos operários, através de vários instrumentos e mecanismos internos que serviam para elevar a consciência política dos operários, como bibliotecas, “cátedras ambulantes”, círculos de leitura, dentre outros.

---

<sup>51</sup> Segundo D. Riazanov, é “suficiente ler os escritos dos social-democratas entre 1872 e 1875, e ainda os de Wilhelm Liebknecht, discípulo dileto de Marx, para ver quão pouco se desenvolvia o estudo teórico do marxismo. Frequentemente, o órgão central do partido alemão apresentava uma estranha mistura dos mais diferentes sistemas socialistas. O método de Marx e Engels, a concepção materialista da história, a doutrina da luta de classes, tudo isso era grego para a maior parte dos comunistas, e o próprio Liebknecht se orientava tão mal na filosofia do marxismo que confundia o materialismo dialético de Marx e Engels com o materialismo biológico de Moloschoff e Büchner” (Riazanov, 1984: 177-8).

<sup>52</sup> Vimos, páginas atrás, que tal internacionalismo incorreu, à época do Congresso de Gotha, num nível abstrato de conceber a articulação internacional do movimento socialista, aspecto duramente criticado por Marx em sua *Crítica ao Programa de Gotha* (*op. cit.* p.217).

Após a morte de Marx, em 1883, um pouco antes da fundação da Segunda Internacional em 1889, Engels assume o protagonismo que cabia a Marx, tanto no trabalho teórico<sup>53</sup>, quanto no papel de conselheiro de todo o movimento operário mundial. Como anotou Riazanov, a Engels coube o papel de

ser intermediário entre os diferentes partidos socialistas, devia aconselhá-los e, em conseqüência, estar minuciosamente informado de suas situações. E, logo depois da morte de Marx, o movimento desenvolve-se com força, de modo que em 1886 apresenta-se o problema da organização de uma nova Internacional. Todavia, depois de 1889, ano em que se reuniu em Paris o primeiro congresso que fundou a Segunda Internacional (...), Engels, na qualidade de escritor e de conselheiro, teve a mais ativa participação no movimento operário de quase todos os países da Europa (Riazanov, 1984: 188).

A propagação das idéias de Marx e Engels se efetivou durante várias fases da *Segunda Internacional* e se deu através de vários instrumentos e meios, como já dissemos. *A organização política do proletariado através do próprio movimento operário e de diversos partidos seguiu, neste período, a periodização – registrada por historiadores – da própria II Internacional.* Esta periodização pode ser caracterizada em pelo menos *três fases, dos anos 80 do século XIX até 1914.*

A *1ª fase* compreende o período que envolve o fim dos anos 80 e o começo dos 90, na qual se vivenciavam as conseqüências sociais da crise mundial do capitalismo. Esse quadro possibilitou aos *partidos operários e socialistas* um crescimento político e eleitoral significativo. Mais que isso, possibilitou um processo de aproximação política cada vez maior entre a classe operária e aqueles partidos. Verifica-se aí um intenso processo de organização dos movimentos socialistas e operários, expresso em suas forças eleitoral, sindical e de mobilização, tendo como exemplo maior, as festividades em torno do 1º de maio. Vale destacar, nesse momento, a *penetração do marxismo nos partidos e nos*

---

<sup>53</sup> Destaque-se o *Prefácio* à edição polonesa do *Manifesto do Partido Comunista* e, especialmente, o árduo trabalho de organização dos manuscritos de *O capital* deixados por Marx.

*diversos movimentos* em vários países. Segundo Hobsbawn, o “partido social-democrático alemão adotou-o, oficialmente, em 1891” (Hobsbawn, 1982: 79).

A 2ª fase compreende os meados dos anos 90, quando se observa uma retomada da expansão mundial do capitalismo. Concorrente a esse processo temos a permanência do crescimento dos movimentos de massa operário e socialista, embora com novas silhuetas. Trata-se da legalidade deles em certos países, em face da qual assumiram-se posturas de caráter predominantemente reformistas, abdicando-se da revolução e da transformação radical. Atribui-se esta desfiguração, além da questão da legalidade, ao fato de que o capitalismo demonstrava fôlego novo e se renovava, melindrando, então, as idéias fatalistas predominantes no período anterior, que previam uma derrocada final do capitalismo. Foi desse debate que se desdobraram idéias revisionistas – ou seja, análises, como veremos a seguir, que preconizavam a necessidade de reconsiderar o pensamento marxista à luz dos desafios políticos postos pela nova realidade social do capitalismo – e, com elas, uma certa “crise no marxismo”.

Na 3ª fase, que começa com a Revolução Russa de 1905 e vai até 1914, temos uma retomada dos movimentos operários e socialistas, desenvolvida na esteira do processo revolucionário russo de 1905 e, também, nas agitações operárias precedentes à Primeira Grande Guerra Mundial. Temos uma “reativação da esquerda revolucionária”, tanto no seio dos movimentos marxistas quanto no interior de outras correntes de esquerda, como o “sindicalismo revolucionário”, por exemplo. Observa-se no período um crescimento extraordinário dos sindicatos social-democratas (Hobsbawn, 1982: 80).

### 2.3. Partido, Revolução, Socialismo: as diversas concepções presentes em Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bernstein e Lênin

Para Waldenberg, podemos pensar em *quatro correntes distintas no interior do movimento operário, desenvolvidas ao longo da II Internacional*. São elas: o chamado

marxismo “ortodoxo”, calcado na obra de Kautsky, desenvolvida em estreita colaboração com Bebel; o revisionismo, centrado em Bernstein; o sindicalismo revolucionário; a tendência de esquerda denominada *Neue Linke*, de R. Luxemburgo e Pannekoek, militantes do Partido Social-democrata da Alemanha (Waldenberg, 1982).

Tais correntes desenvolveram diferentes “estratégias políticas” (mais denominadas à época de “táticas”<sup>54</sup>) no interior dos partidos socialistas durante o período da II Internacional.

A primeira corrente pode ser reconhecida na frase “*A revolução não é algo que possa ser feito*”. Ela expressa a visão fatalista de Kautsky sobre o processo revolucionário. Para ele, a revolução não é algo que possa ser feito, ela é originária das próprias contradições internas da sociedade capitalista. Em suas teses considerava a social-democracia um partido revolucionário, mas não um partido que faz a revolução. Diz Kautsky que o

*Partido Socialista é um partido revolucionário; não é um partido que faz revoluções. Sabemos que nosso fim não pode ser conseguido senão por uma revolução, porém sabemos também que não depende de nós fazer essa revolução nem de nossos adversários impedi-la. De nenhum modo sonhamos, pois, em provocar ou preparar uma revolução; e como não podemos fazer a revolução à nossa vontade, não podemos dizer absolutamente quando, em que circunstâncias ou sob que formas se cumprirá. Sabemos (...) que o proletariado se engrandecerá cada vez mais, em número e em força, tanto do ponto de vista moral como do econômico e que, em conseqüência, sua vitória e derrota do capitalismo são inevitáveis (Kautsky, 1979: 43; itálicos meus).*

Parecem mais do que evidentes o determinismo e o fatalismo – para os quais a história (e a revolução) são processos naturalizados –, característicos de Kautsky. Por outro lado, registre-se que Kautsky não partilhava da idéia de colapso geral do capitalismo; para ele, a revolução deveria ser obra da classe operária que, num momento oportuno, ou seja, quando já estivessem desenvolvidos os pressupostos objetivos para o socialismo, colocaria em prática seu papel de coveiro do capitalismo. O amadurecimento do socialismo seria a base para a revolução, a partir de um “desenvolvimento contínuo da consciência e da

---

<sup>54</sup> O autor lembra que “Lênin intitulou seu trabalho, dedicado à estratégia do Partido Operário Social-democrata Russo (POSDR), *Dois Táticas da Social Democracia (...)*” (Waldenberg, 1982: 225).

organização do proletariado” (*Idem*: 228). Este processo implica, para Kautsky, um crescente agravamento dos antagonismos de classe que resultará, inevitavelmente, num triunfo final da revolução. Para ele, “(...) o movimento revolucionário que resulte da agravação crescente dos antagonismos de classe não pode sofrer mais do que derrotas momentâneas: *terminará, forçosamente, pela vitória*” (Kautsky, 1979: 17; grifo meu).

Para Waldenberg, a “tese segundo a qual o partido ‘não faz a revolução’, portanto, significava a impossibilidade não só de criar uma situação revolucionária, mas também de prever o momento em que essa situação se verificaria”. Para ele, a visão de Kautsky era a de que o “partido podia desempenhar seu papel de propulsor nas lutas revolucionárias se, quando da eclosão de um movimento espontâneo, as massas estiverem organizadas e disciplinadas através de um trabalho político empreendido há muito tempo” (Waldenberg, 1982: 237). Dessa forma, pode-se incluir Kautsky entre aqueles teóricos que estavam amarrados a um certo “expectativismo revolucionário”, no qual o desenvolvimento do socialismo é um processo que se desdobra independentemente da vontade humana, mesmo ele tendo verificado que a revolução é obra da classe operária.

Durante os anos 90 do século XIX e a primeira década do século XX, diferenciadas posturas políticas se desenvolveram, variando ao sabor das conjunturas. A retomada do crescimento econômico capitalista arrefeceu os ânimos daqueles que apostavam numa tomada insurrecional do poder. Ao lado disso, se desenvolveu uma estratégia política no seio dos partidos socialistas (no bojo da II Internacional) que preconizava um processo mais gradual de transformação social. De fato, a relativa estabilidade capitalista conquistada com a consolidação dos monopólios impingiu ao movimento operário uma fase regressiva, que reduziu as lutas mais gerais e amplas àquelas relativas aos aspectos das condições de trabalho da classe operária, como a ampliação de direitos trabalhistas. Não à toa, a greve geral passou a ser considerada uma importante estratégia política de luta.

Nesse âmbito, o debate sobre reforma e revolução toma vulto. A maior parte dos marxistas envolvidos com o movimento socialista antes da Primeira Grande Guerra Mundial

se inclinaram para a idéia de que as reformas somam na construção do processo revolucionário. Elas adquirem papel estratégico, sobretudo porque ajudam as massas a compreenderem sua situação, ao perceberem com as conquistas parciais, possibilidades concretas de mudar suas condições de vida. A luta entre os setores “radicais” e os “reformistas” no movimento socialista não colocava em questão a importância das reformas para as massas; as reformas sociais dividiam os socialistas no que tange a sua *importância estratégica na luta política*.

Rosa Luxemburgo, destacada liderança teórica e política do partido social-democrata alemão (PSDA)<sup>55</sup>, colaborou decisivamente com o movimento operário internacional e com a luta socialista com um conjunto de idéias que expressavam tanto suas disputas internas contra os reformistas do PSDA e, por extensão, da II Internacional, quanto suas divergências com o partido bolchevique encabeçado por Lênin. Se no aspecto principal da transição socialista convergia com as correntes mais revolucionárias da Internacional, nas *questões organizacionais* destoava, legando ao movimento revolucionário uma tradição conselheira cujos eixos se encontram assentados principalmente em seu texto de 1906 – *Greve de Massas, Partidos e Sindicatos* – no qual analisa e polemiza sobre os diversos aspectos que contornam o movimento político do proletariado em suas variadas formas, abordando para tanto, inúmeras questões de natureza organizacional.

Para Rosa, o socialismo tem como premissas de seu fundamento científico,

---

<sup>55</sup> Polonesa, de origem judaica, sofreu tanto a opressão da Rússia czarista quanto o anti-semitismo na Polônia. Antes de adquirir nacionalidade alemã em 1897, funda junto com seu companheiro Leo Jogisches e com Radek o Partido Social-democrata Internacionalista da Polônia. No entanto, sua atuação destacada se deu no interior do PSDA, onde participou de diversos movimentos revolucionários e teve importante atividade teórica, tanto nas instâncias partidárias, como na revista do partido alemão – *Vorwärts* – e na cadeira de Economia da escola de formação do partido, tendo substituído Hilferding, em 1906, quanto em sua produção independente, destacando-se sua obra econômica mais importante – *A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*, publicada pela primeira vez em 1913 e escrita a partir de seus cursos no partido –, sua crítica a Bernstein em *Reforma ou Revolução*, publicado em 1900, e, ainda, *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, de 1906, resultante de suas análises dos problemas políticos e organizacionais refletidos, principalmente, a partir da Revolução Russa de 1905.

De sua corrente de esquerda – Liga Espartaquista – forma-se o Partido Comunista Alemão em janeiro de 1919, no qual pouco pôde participar já que, em 15 de janeiro do mesmo ano, fora assassinada junto com Karl Liebknecht pelo governo alemão, tendo o partido social-democrata à frente das tropas militares em Berlim em repressão às milícias revolucionárias que combateram na Alemanha na primeira quinzena de janeiro.

três resultados principais do desenvolvimento capitalista: primeiro, na **anarquia** crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; segundo na **socialização** crescente do processo de produção, que cria os germes do regime social futuro, e terceiro, no reforçamento crescente da **organização e da consciência** de classe do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução (Luxemburgo, 2005b: 23).

Para ela, o processo revolucionário amadurece quando se acirram as contradições capitalistas e quando, atuando nelas e a partir delas, o proletariado se lança, num movimento ao mesmo tempo organizado e espontâneo, em lutas que visam o envolvimento crescente das massas para conquistar o poder político. Tal conquista é fruto simultâneo da decomposição da sociedade burguesa e da ação mais ou menos consciente das massas apoiadas por suas diversas organizações, destacadamente o partido. A “transformação socialista pressupõe uma luta demorada e persistente”; a luta pela superação do modo de produção capitalista e a afirmação do socialismo se desenvolve como “**processo**” (*Idem*: 104; 119).

Em oposição a Bernstein escreveu *Reforma ou Revolução* que se tornou, talvez, o mais importante texto marxista de crítica ao idealismo revisionista-reformista<sup>56</sup>. Para ela, o falso dilema colocado pelo oportunismo revisionista opunha equivocadamente reformas e revolução, esvaziando de conteúdo<sup>57</sup> as lutas de classes ao tornar aquelas um fim em si mesmo. Reafirma a importância das reformas sociais como meio para a revolução, fim precípuo do movimento do proletariado:

a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico, que se pode escolher à vontade no refeitório da história, como se escolhe entre salsichas frias ou quentes, e sim **fatores** diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe, condicionados um ao outro e que se completam, ainda que se excluindo reciprocamente, como por exemplo, o pólo Norte e o pólo Sul, a burguesia e o proletariado (*Idem*: 96).

---

<sup>56</sup> Mas não o único. Lembre-se do texto de Kautsky – *A social-democracia e seu crítico Bernstein* que ficou conhecido por *Anti-Bernstein*.

<sup>57</sup> “Não se distinguem uma transformação social e uma reforma legal pela duração, mas pelo conteúdo” (*Idem*: 96).

Como pensava na articulação entre as lutas econômicas e as lutas políticas, entre os aspectos mais imediatos da vida proletária e seus objetivos maiores, Rosa não nutria ilusões e nem determinismos no tocante a questões teórico-políticas importantes tais como democracia, Parlamento, luta sindical, aspectos legais e as próprias reformas:

(...) qualquer constituição legal outra coisa não é que o produto da revolução. Ao passo que a revolução é o ato de criação política da história de classe, a legislação outra coisa não é que a expressão política da vida e da sociedade. Precisamente, o esforço pelas reformas não contém força motriz própria, independente da revolução (*Ibidem*).

A democracia<sup>58</sup>, nos marcos da ordem burguesa só pode ser potencializada pelo proletariado, que a torna ampliada tanto quanto intensifica suas lutas de caráter socialista, de tal modo que “(...) não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas ao contrário, a do desenvolvimento democrático que está ligada ao movimento socialista”. E é visando o abandono do socialismo e a mistificação das reformas e da democracia por parte do revisionismo que Rosa aponta as armas de sua crítica radical: “(...) a democracia não vai sendo viável na medida em que a classe operária renuncia a sua luta emancipadora, mas, ao contrário (...). Renunciando aos esforços socialistas, renuncia-se tanto ao movimento operário, quanto à própria democracia” (Luxemburgo, 2005b: 92-93).

Tais idéias luxemburgueanas foram produzidas num contexto, como foi dito, de relativa estabilidade capitalista e de crescimento vigoroso da atuação parlamentar da social-democracia alemã, na esteira de seu progressivo crescimento eleitoral, que vinha se observando desde a última década do século XIX. Tal quadro parecia propício para as “teorias de adaptação” do capitalismo, por meio das quais se preconizavam as possibilidades de “controle social” das forças do capital e se vislumbravam formas de suavização de suas mazelas sociais. Ainda que tais perspectivas não fossem novidade ou

---

<sup>58</sup> Em oposição à concepção formal abstrata de democracia e ao socialismo evolucionário bersteiniano, Rosa rebate: “Não se pode estabelecer, entre o desenvolvimento capitalista e a democracia, qualquer relação geral absoluta. A forma política é, pois, sempre resultante do conjunto dos fatores políticos tanto interiores, quanto exteriores, e cabem dentro de seus limites todos os graus da escala, desde a monarquia absoluta até a república democrática” (*Idem*: 89).

mesmo inéditas entre as várias tentativas reformadoras<sup>59</sup>, o seu soerguimento numa época de avanço da fase mais madura (a monopolista) do modo de produção capitalista soava como se fossem idéias fora do lugar. No entanto, foi Bernstein quem atribuiu a essas perspectivas o seu acabamento teórico definitivo: “a teoria de Bernstein foi ao mesmo tempo **a primeira e última** tentativa de dar ao oportunismo uma base teórica” (*Idem*: 116). O que trouxe de novidade – a sua consecução teórica mais definida e acabada justamente no estágio imperialista da ordem burguesa – não excluía sua caducidade teórica e seu anacronismo histórico:

A teoria que fundava o socialismo na noção moral da justiça, na luta contra o modo de repartição, em vez de baseá-lo na luta contra o modo de produção, a concepção dos antagonismos de classe sob o aspecto de antagonismos entre pobres e ricos, o esforço tendente a enxertar na economia capitalista o ‘princípio corporativo’, tudo isso, que encontramos na doutrina de Bernstein, já existia antes dele. E, apesar de toda a insuficiência delas, essas teorias, em seu tempo, eram verdadeiras teorias de luta de classe proletária, eram *gigantescos sapatos de bebê*, com que o proletariado aprendeu a caminhar na arena da história. (...) Eis porque hoje a volta às teorias socialistas pré-marxistas nem mesmo significa mais a volta aos gigantescos sapatos de bebê do proletariado, mas a volta aos *chinelos minúsculos e gastos da burguesia* (*Ibidem*: 115-116; *itálicos meus*).

O pensamento de Bernstein envolvia duas pretensões: primeiro, evidentemente, a de rever as idéias marxistas que já não seriam suficientes para a nova fase do capitalismo evoluído, no qual o curso de suas contradições desaguardaria em soluções nas suas próprias margens; e, em decorrência dessa primeira presunção, buscava-se, de alguma maneira,

---

<sup>59</sup> Pense-se, por exemplo, nos próprios socialistas utópicos, na doutrina social contida em *Teoria dos quatro movimentos e dos destinos gerais* (de 1808) de Fourier e no seu ideal dos falanstérios, que em 1830 previa uma organização de formas comunitárias baseadas no bem comum e no trabalho frutuoso; ou no socialismo pequeno-burguês de Proudhon (1809-1865); no “socialismo conservador” de um Rodbertus (1805-1875) com o seu *Para o esclarecimento da questão social*; ou mesmo no “socialismo de cátedra” alemão da virada do século XIX para o XX, com Schmoller, Wagner, Brentano, Schaeffle; e até na política chamada de “compensação” de Heine que imaginava maiores liberdades políticas em troca de concessões ao governo alemão na primeira década do século XX na Alemanha. Segundo Rosa, “as correntes oportunistas há muito existem em nosso movimento(...). Mas é só a partir de 1890 mais ou menos, desde a supressão das leis de exceção contra os socialistas e a volta destes à atividade legal, que se verifica uma corrente unida e de caráter claramente determinado. O socialismo de Estado de Volmar, a votação do orçamento de Baviera, o socialismo agrário da Alemanha do Sul, a política de compensação de Heine, a política alfandegária e a milícia de Schippel, são estas as principais etapas do desenvolvimento da prática oportunista” (Luxemburgo, 2005b: 113).

refundar as premissas socialistas clássicas que estariam assentadas em métodos superados exatamente por esse novo estado das artes do capitalismo. Assim, o reformista alemão procurou, criativamente (diga-se de passagem), converter as idéias marxiano-engelsianas em ideais utópicos de uma sociedade que encontraria em suas contradições e em seus “defeitos” o berço de sua felicidade. Invertia-se o pensamento de Marx e Engels: a plena saturação das contradições de classes na sociedade capitalista desenvolvida que criaria as condições (como possibilidades históricas) políticas para a sua superação daria lugar a um ideal de conformação de seus conflitos sociais, por meio de mecanismos de “controle” criados pela própria burguesia através do Estado – como é caso do sistema de créditos – e, também, pelo proletariado, através de sistemas cooperativos de trabalho e de formas mais justas de repartição da riqueza.

Bernstein<sup>60</sup> não criou o revisionismo. Tampouco inventou o reformismo. Mas foi quem deu àquele a sua forma mais acabada, o que – aliado a sua projeção e credibilidade teórico-políticas entre os marxistas<sup>61</sup> – resultou em infinitas polêmicas, debates intermináveis, declarações de apoio e manifestações radicalmente contrárias dos mais diversos teóricos

---

<sup>60</sup> Foi, indiscutivelmente, um dos maiores teóricos do PSDA e da II Internacional entre a última década do século XIX e a primeira do século XX. Tornou-se, em 1880, o redator-chefe do *Socialdemokrata*, órgão ilegal do partido, publicado em Zurique, para o qual imprimiu uma direção marxista. Expulso da Suíça, onde vivia desde a imposição das leis de exceção contra os socialistas alemães, passa a viver em Londres onde, em 1888, sob influência direta de Engels, escreve *Socialismo e democracia na grande revolução inglesa*. Antes de assumir suas posições revisionistas na série de artigos publicados na *Neue Zeit* -intitulados *Problemas do socialismo* –, escreve texto no qual se alia ao proudhonismo na análise que faz das revoluções de 1848. Entre aqueles artigos é que se encontra sua famosa frase: “O objetivo final nada é. O movimento é que é tudo”; objeto de incontáveis críticas, a infeliz expressão o levou à seguinte reconsideração: “já expliquei, em outra oportunidade, que estou disposto a abandonar a forma da frase sobre o objetivo final(...). Mas tudo o que, sob a forma de teorias preconcebidas sobre o êxito do movimento, transcende a formulação geral de tal objetivo e predetermina a direção e o caráter do próprio, não pode senão desembocar fatalmente no utopismo e obstaculizar e paralisar, em cada época, o progresso real, teórico e prático, do movimento” (Bernstein, s/d.: 289).

Antes da anistia e do retorno à Alemanha em 1901, quando foi eleito deputado ao Reichstag, publica em 1899 aquele que pode ser considerado a sistematização das posições reformistas e revisionistas que vinha assumindo desde a segunda metade da década de 90, especialmente depois da morte de Engels: trata-se da obra *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Defendeu uma posição pacifista durante a guerra e aderiu ao centrismo de Kaustsky, embora não tenha apoiado a formação do Partido social-democrata independente.

<sup>61</sup> Segundo B. Gustaffson, “a importância de seu revisionismo residia, sobretudo, em que havia sido um dos marxistas mais destacados do partido dirigente da Segunda Internacional. (...) Nem Croce, nem Sorel, nem Struve apresentaram em suas concepções uma forma tão sistemática e compacta como fez Bernstein. Os fabianos teriam, certamente, um programa concreto de reformas. Porém, faltava-lhes a base teórica necessária (...). Apenas Merlino podia ser comparado a Bernstein quanto à abrangência de seu enfoque (...) [mas] carecia da influência e autoridade de Bernstein. Assim, Bernstein se converteu no símbolo mais importante do revisionismo internacional” (Gustaffson, 1975: 434-435).

ligados ao PSDA e à II Internacional. Expressava, ao seu tempo, o movimento de idéias e de forças políticas que disputavam os rumos do movimento operário internacional, o alemão em particular, cujas perspectivas foram se afirmando na entrada do século XX até o fatídico 4 de agosto de 1914, quando quase toda a bancada do PSDA votou a favor dos créditos de guerra feitos pelo governo do Kaiser<sup>62</sup>.

As tendências revisionistas assumem de vez o comando do partido, fazendo triunfar as teses reformistas ante uma perspectiva de superação da sociedade capitalista. Consolidava-se a hegemonia revisionista-reformista no partido alemão e, com ela, a falência *de fato* da II Internacional como organismo revolucionário do proletariado. Tal predomínio ideológico-político não teria se desdobrado sem uma perspectiva teórica que representasse, no *plano ideal*, as práticas políticas que buscavam nas reformas as alternativas à sociedade capitalista, como forma de mantê-la. Essas práticas já faziam parte do cotidiano da social-democracia alemã, faltava-lhe um embasamento teórico. Em carta a Bernstein, Auer – líder operário e dirigente social-democrata alemão – expressa bem o que procuro salientar em relação à funcionalidade das idéias bernsteinianas ao movimento socialista de cariz reformista; constatara que as formulações de Bernstein exprimiam aquilo que já era prática corrente entre os militantes e ativistas políticos; constatação expressa na seguinte declaração feita a Bernstein acerca de sua teoria: “essas coisas não se dizem; fazem-se”.

Segundo Bertelli<sup>63</sup>, “ao contrário dos primeiros grandes líderes da social-democracia, como Bebel e Liebknecht, que eram de origem operária e tinham participado das lutas revolucionárias de 1848”, Bernstein pertencia a uma camada de intelectuais militantes sem tradição político-revolucionária:

---

<sup>62</sup> Deve-se ressaltar que Bernstein não pretendia, conscientemente, abandonar o marxismo clássico; estava francamente envolvido, como tantos outros socialistas, em dar respostas aos novos desafios que se colocavam de maneira imperiosa àqueles que atuavam ao lado das lutas do proletariado contra a ordem burguesa. Como indagou-se Bertelli: “Mas, afinal de contas, Bernstein queria com sua proposta renegar o socialismo, abdicar do marxismo? Pretendia aderir à sociedade capitalista?”; concluindo em seguida: “Na verdade, segundo ele, o que pretendia era contribuir para o avanço e modernização do marxismo, a fim de que, saindo da estagnação em que vivia, continuasse sendo o guia para a ação da classe operária na sua luta contra a miséria e as angústias da escravidão salarial” (*Apresentação para As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*; 1987: 26).

<sup>63</sup> Bertelli (*op. cit.* p.25).

por isso sua aproximação do socialismo se dava muito mais por razões filosóficas, éticas e culturais, fruto de um questionamento em termos de visão de mundo, do que propriamente por causa da luta de classes direta. (...) [era] produto de uma mescla de teorias socialistas influenciadas pelas correntes de pensamento mais diversas, incluindo teóricos pequeno-burgueses como Dühring e Lassale, burgueses radicais e liberais, como alguns socialistas de cátedra, e até estudiosos materialistas e positivistas, como Darwin, entre outros(...) (Bertelli, s/d.: 25).

Cabe destacar que o revisionismo, como corrente teórica desenvolvida no seio do movimento operário e da II Internacional, foi um resultado das próprias debilidades do marxismo à época. Mesmo tendo Engels buscado, até a sua morte (em 1895), sucessores que dessem continuidade às suas idéias e às de Marx, poucos eram aqueles realmente preparados para tanto. A própria afirmação do marxismo nos principais países europeus era dificultada tanto por questões teóricas que permaneciam em aberto, quanto pela luta contra outras correntes ideológicas atuantes no movimento operário<sup>64</sup>. Mesmo que o Congresso de Erfurt em 1891 tivesse reclamado o marxismo como ideologia do Partido Social-democrata Alemão, suas demais deliberações careciam de elementos centrais do pensamento de Marx e de Engels. (Gustaffson, 1975). A recepção do marxismo complicou-se ainda mais depois da morte de Engels, uma vez que persistiam polêmicas relacionadas a um conjunto de problemas teóricos marxistas, tais como: “o papel das ideologias na concepção materialista da história, a questão da teoria do valor e o terceiro tomo de *O Capital*, assim como a questão da legalidade e a revolução” (*Idem*: 427). O “marxismo incompleto” foi, indiretamente, “uma das premissas ideológicas do revisionismo” (*Ibidem*).

Em *As premissas do socialismo* as formulações teóricas bernsteinianas aparecem de maneira articulada, onde se explicitam as raízes de seu pensamento e pode-se perceber nelas a nítida preocupação de rever o marxismo à luz das mudanças societárias que se desenvolviam entre o final do século XIX e o início do século XX. E a revisão procura se

---

<sup>64</sup> “O marxismo não havia impregnado realmente, de nenhum modo, a Social-democracia da época. Na Inglaterra, o marxismo não constituía nem a base de uma seita, na Itália era freqüentemente uma moda e na França tinha que lutar contra fortes correntes socialistas não marxistas próprias do país” (Gustaffson, 1975: 426).

estender a todos os níveis do pensamento social – às bases teórico-filosóficas, às categorias da Economia Política marxista e as suas perspectivas ideo-políticas; foi exposta por Bernstein a partir de um núcleo que entrelaça três elementos: uma crítica explícita ao marxismo; uma “teoria própria positiva” implícita e uma “série de propostas práticas” (Gustaffson, 1975: 141).

Para este autor, “a crítica bernsteiniana da dialética e do blanquismo é um aspecto central, senão o aspecto central, das *Premissas*”. Nelas, o materialismo histórico mistura-se ao materialismo mecanicista do século XVIII, influenciando em todo o seu pensamento, especialmente quando percebem nas contradições capitalistas formas que se harmonizam economicamente e que exigem ações políticas conciliadoras da classe operária. Daí que no texto de Bernstein a democracia e o liberalismo seriam formas que deveriam compor a perspectiva socialista; e o liberalismo burguês seria uma das formas do próprio ideário socialista. Porém,

a democracia era ‘o método de consecução do socialismo e ... a forma de realização do socialismo’. (...)Em todo caso, na essência do socialismo estava inscrito elevar o operário ‘de sua situação de proletário à de burguês’, brevemente ‘generalizar a categoria de burguês’. (...) [Daí] que propunha também para a Social-democracia ‘medir um pouco as declarações de guerra ao liberalismo’. Pois a Social-democracia era não só a sucessora histórica do liberalismo, senão ‘o conteúdo espiritual de sua herança legítima como, ademais, se demonstra na prática também no que diz respeito a cada uma das questões acerca das que a Social-democracia tem que tomar posição’ (*Idem*: 150-151).

Bernstein, como já foi pontuado, vivia uma época de inúmeras transformações sociais engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo em seu estágio monopolista. Preocupava-se sinceramente em contribuir com suas idéias para revitalizar o movimento socialista diante das inovações (ou de seu aprofundamento) dos ordenamentos econômicos e sociopolíticos com os quais se deparavam as organizações proletárias: sufrágio universal, crescimento eleitoral e parlamentar da social-democracia, fortalecimento militar do Estado burguês, diversificação do proletariado moderno, expansão da socialização da produção

capitalista, crescimento das grandes empresas e o papel das pequenas e médias empresas, aperfeiçoamento do sistema financeiro e do sistema creditício em particular, etc. Para ele, tais mudanças exigiam dos socialistas (e de suas organizações políticas, especificamente, do partido) uma adaptação das formas clássicas de luta que apontassem ou para uma reorientação dos objetivos estratégicos ou mesmo para um abandono de fórmulas tradicionais, que já não mais responderiam às necessidades de transformação social. Assim, visava rever conceitos caros aos socialistas – desde os socialistas utópicos, passando pelos partidários dos métodos blanquistas, por Marx e Engels, até a social-democracia alemã –, que envolviam precisamente a questão da transição. Dentre eles, a ditadura do proletariado e as próprias formas de transição socialista, precisamente a necessidade da revolução como forma violenta e abrupta de tomada do poder político.

Para ele, para a conquista do poder político,

Existem dois caminhos possíveis e divergentes para lograr essa conquista: o caminho da luta parlamentar mediante a exploração do direito de voto e a utilização de todos os instrumentos legais, ou o caminho ao poder político através da revolução<sup>65</sup>. (...) Não se trata de renegar o chamado direito à revolução, direito meramente especulativo que nenhuma Constituição pode levar em conta e que nenhum código do mundo pode proibir, e que continuará existindo até que a lei natural, obrigando-nos a renunciar ao direito de respirar, obrigue-nos a morrer. A decisão de situar-se no terreno das reformas afeta tão pouco esse direito não-escrito e imprescindível como a criação de leis que regulam as controvérsias pessoais e a propriedade afeta o direito de legítima defesa” (Bernstein, s/d.: 178; 278-279; respectivamente).

Como se percebe, há em Bernstein uma análise formal-abstrata das categorias sociais que acaba por levá-lo a uma abordagem mecanicista no trato da relação entre reforma e revolução, concebendo essa última praticamente como um direito positivo – “o direito à revolução”. O conteúdo social das categorias teóricas parece desaparecer; subtraem-se delas as suas contradições reais que as movem e que lhes atribuem sentido

---

<sup>65</sup> Note-se que Bernstein fez questão de distinguir o termo revolução no seu texto: “o termo *revolução* será usado, daqui para a frente, exclusivamente na acepção *política*, como sinônimo de *insurreição*, *violência ilegal*. Ao contrário, usa-se a expressão *transformação social* para indicar a modificação de princípio da ordem social, com o que se deixa em aberto o problema do caminho a seguir para realizá-la” (Bernstein, s/d.: 178).

histórico-material de existência objetiva. Tal concepção fornecerá as bases para as suas considerações sobre a democracia e sua relação com o socialismo, tornando Bernstein - ante a ordem burguesa, com tal pensamento e tal concepção de socialismo – um palatável teórico, uma vez que, como mesmo disse, “a social-democracia não pretende destruir a sociedade ou proletarizar toda a massa de seus membros; propõe-se, acima de tudo, elevar continuamente o trabalhador da condição de proletário à de cidadão e generalizar o sistema civil (*Bürgerthum*) ou a condição de cidadão (*Bürgersein*)”.

A transição se daria “sem rompimentos violentos, da moderna ordem social para uma ordem superior”. Para tanto, a “social-democracia está orientada para a criação de situações e requisitos” que a torne possível. Assim é que a “ditadura de classe, pelo contrário, pertence a um nível de civilização mais atrasado, e ainda prescindindo da racionalidade e da factibilidade da mesma(...)”. Em Bernstein, “o princípio da democracia consiste na supressão do domínio de classe”; a democracia é, ao mesmo tempo, um meio e um fim, para os quais devem convergir todo os objetivos do socialismo. Ela é “o meio para a luta em prol do socialismo e é a forma de realização do socialismo” (*Idem*: 229; 225, respectivamente; itálicos meus).

Não aleatoriamente, ao pensar tal relação entre democracia e socialismo, acaba associando o socialismo ao liberalismo como fenômenos e como movimentos de idéias que se correspondem e se complementam historicamente: “no que se refere ao liberalismo como movimento histórico-universal, o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico, mas também do ponto de vista do conteúdo social”. Por isso, para Bernstein, “na realidade, não existe uma idéia liberal que não pertença também ao conteúdo ideal do socialismo” (*Ibidem*: 231; 233; respectivamente).

O *Partido* para ele deveria corresponder às necessidades históricas mais prementes que, para ele, encontravam-se nas demandas sociais por reformas de todo tipo, ou seja, em todas as esferas da vida social – política, economia, ética, etc. –, atuando na e pela legalidade, ampliando a níveis maiores possíveis os canais de participação política dos

representantes diretos da classe proletária: o partido, os sindicatos, os membros do Parlamento. Em poucas palavras, o *partido de Bernstein* se apresenta “como o que realmente é na atualidade: um *partido socialista-democrático de reformas*” (Bernstein, s/d.: 278).

Tais idéias foram objeto de críticas de vários teóricos revolucionários ligados à II Internacional, inclusive Lênin, para quem Bernstein era mais um renegado<sup>66</sup>. Como já vimos, foi Rosa Luxemburgo quem dedicou às idéias bernsteinianas a mais completa crítica. O trecho citado a seguir resume, especialmente no que diz respeito ao abandono da perspectiva de decomposição e (possível) superação da ordem burguesa, legado da obra de Bernstein:

Bernstein começou a revisão do programa social-democrata pelo abandono da teoria do desmoronamento capitalista. (...) Sem desmoronamento do capitalismo, é impossível a expropriação da classe capitalista. Bernstein renuncia então à expropriação, para estabelecer como finalidade do movimento operário a realização progressiva do ‘princípio cooperativo’. Mas no seio da produção capitalista não pode realizar-se a cooperação. Por conseguinte, Bernstein renuncia à socialização da produção, e aspira unicamente à reforma do comércio, ao desenvolvimento das cooperativas de consumo. Mas a transformação da sociedade pelas cooperativas de consumo, mesmo com sindicatos, é incompatível com o desenvolvimento material real da sociedade capitalista. Eis porque abandona Bernstein a concepção materialista da história. Mas, **sua** concepção da marcha do desenvolvimento econômico é incompatível com a teoria marxista da mais-valia. Também abandona Bernstein a teoria do valor e da mais-valia e, com isso, toda a doutrina econômica de **Karl Marx**. Mas não pode a luta de classe proletária ser conduzida sem finalidade determinada e sem base econômica na sociedade atual. Bernstein abandona, então, a luta de classe e proclama a reconciliação com o liberalismo burguês (Luxemburgo, 2005b: 107-108).

---

<sup>66</sup> Bernstein rebateu de maneira ácida: “N. Ulianov Lênin, o principal expoente teórico e político do bolchevismo, honrou-me, por causa deste livro, com o adjetivo de renegado. Pois bem: em política, costuma-se aplicar esse epíteto aos apóstatas de um partido ou de um movimento, enquanto que, no caso, trata-se de uma crítica a uma série de concepções doutrinárias exercida em favor do partido. Pode ser indiferente, para quem tem uma determinada estrutura mental, o desvio de uma teoria científica (por exemplo, a passagem da astronomia ptolomaica à galileana) ou de um movimento social; para outros, a mudança é suficiente para justificar o juízo moral” (*Idem*: 319).

No entanto, as posições revisionistas tomaram corpo e tiveram papel decisivo. Suas teses principais vinculavam-se à estratégia de democratização da sociedade burguesa, buscando alianças cada vez mais amplas com os partidos burgueses de esquerda e a colaboração dos partidos liberais. Em Bernstein, como vimos a partir de algumas de suas idéias, a social-democracia deveria abandonar a idéia de tomada de poder de forma violenta. Deve, antes de tudo, voltar-se para os instrumentos legais de luta, que têm no Parlamento o grande palco e cenário. Dessa forma, rejeita fortemente a ditadura do proletariado, defendendo as liberdades políticas “acima de qualquer coisa”, assim como também recusa o uso indiscriminado de meios ilegais de força para o desencadeamento do processo revolucionário.

A revolução, então, se desenvolveria de forma gradual, na medida em que fossem avançando as reformas sociais e políticas, sem necessidade do uso da violência. Para Bernstein, as alianças são condição indispensável para o socialismo, que só seria construído a longo prazo, quando a classe operária estaria mais preparada para administrar uma nova sociedade. Vinculava-se a uma nova forma de “socialismo ético”, do tipo neokantiano, que recusa a dialética e no qual as determinações de classe não teriam peso maior nos comportamentos políticos dos sujeitos, na medida em que os mesmos agiriam, primordialmente, por parâmetros éticos.

#### O pensamento de Bernstein

relacionava, portanto, a ação pelas reformas com a luta pela substituição do capitalismo pelo socialismo”. Para ele, o “partido socialista deveria instruir e organizar a classe operária, tendo por meta exercer sua própria influência sobre as outras camadas e classes, e concentrando todos os esforços na luta pelas reformas sociais e políticas. Nessa batalha deveria cuidar de obter uma forte posição no Parlamento e de conseguir a colaboração de alguns partidos burgueses (Waldenberg, 1982: 243).

A maior influência das idéias revisionistas no interior da social-democracia resultou, como vimos – além de seu predomínio no âmbito das ações do partido alemão e de sua

ascendência no seio da II Internacional, levando essas organizações a assumirem posições cada vez menos revolucionárias, cujo ápice se deu na questão da Primeira Guerra Mundial – , num isolamento das tendências mais revolucionárias, que tiveram em Rosa Luxemburgo sua maior e melhor representatividade teórico-política. Por conseguinte, as idéias da *Neue Linke (Nova Esquerda)* não tiveram eco para além da Alemanha até a Primeira Grande Guerra Mundial. Mas isso se deveu também às enormes divergências no seu interior, protagonizadas por Rosa Luxemburgo.

R. Luxemburgo, ainda que tivesse divergências dos métodos políticos da social-democracia russa – especialmente no que tange à concepção vanguardista de partido assente em Lênin – enxergava no processo político russo elementos revolucionários que deveriam ser refletidos com o objetivo de construir parâmetros teórico-políticos para o conjunto do movimento operário. Assim foi que, com seu escrito denominado *Greve de massas, partido e sindicatos*, publicado em 1906, a partir de análises sobre a Revolução Russa de 1905, chega a conclusões inovadoras, nas quais desponha *a centralidade que a greve de massas adquire para a revolução proletária*. Com esse texto, Luxemburgo se aproxima da social-democracia russa, consolida-se como a principal e mais qualificada opositora dos rumos progressivamente moderados que vinha assumindo a social-democracia alemã, e consegue fortalecer as posições de esquerda no interior do partido alemão, ainda que isso não pudesse alterar as correlações de forças que apontavam para o crescimento do predomínio do reformismo, como mostramos paginas atrás.

No referido texto, R. Luxemburgo sustenta que a consciência revolucionária e a própria vontade das massas se desenvolveriam no curso das lutas revolucionárias que tinham na greve das massas um instrumento efetivo de impulsão. O “exército revolucionário” seria formado no âmbito das lutas e não antes delas; ele se articularia como força política que surge e se desenvolve entre as diversas mobilizações sociais do proletariado – desde as de caráter econômico àquelas de natureza política, ou seja, tais lutas formariam o próprio exército revolucionário; as organizações partidárias assumiriam funções de liderança por

expressarem os segmentos mais conscientes e mais preparados do movimento revolucionário.

Para Rosa, a greve é um produto da própria história, construída historicamente como tal pela vontade organizada das próprias massas. Ela não é algo que nasce abstratamente do proletariado – ainda que as suas ações espontâneas possam provocá-la –, como pensam os anarquistas; nem, tampouco, a greve pode ser o fim precípua das organizações revolucionárias, como supunham os sindicalistas<sup>67</sup>. Para ela, a greve de massas tem um conteúdo revolucionário demonstrado pela Revolução Russa de 1905: “pela primeira vez na história da luta de classes, é realizada uma grandiosa materialização da idéia da greve de massas(…)” (Luxemburgo, 2005a: 243). Mas não no sentido anarquista. Se a “Rússia foi o berço histórico do anarquismo (...) a pátria de Bakunin iria se converter no túmulo de seus ensinamentos. Os anarquistas nunca estiveram, nem estão na liderança do movimento da greve de massas”.

Rosa direcionava suas críticas tanto para os anarquistas, quanto para a tendência de dirigismo dos social-democratas russos, ainda que visse neles a expressão mais consciente e revolucionária do movimento. As greves gerais que explodiram em janeiro e fevereiro de 1905 surgiram como ações revolucionárias unificadas e sofreram, inicialmente, uma direção dos social-democratas. No entanto,

prontamente derivaram uma série de intermináveis greves específicas locais econômicas, em várias regiões, cidades, bairros e fábricas. Durante toda a primavera e metade do verão de 1905, uma ininterrupta greve econômica contra o capital, que envolveu quase o conjunto do proletariado, provocou agitação no imenso império (*Idem*: 264-265).

---

<sup>67</sup> “O essencial do anarquismo é a concepção abstrata, a-histórica da greve de massas e das condições em que geralmente acontece a luta proletária. Para o anarquista, existem somente duas condições para suas especulações ‘revolucionárias’: a primeira é a imaginação e a segunda, a boa vontade e a coragem para resgatar a humanidade do vale de lágrimas do capitalismo. Esse arbitrário modo de raciocinar resultou na formulação, há setenta anos, da greve de massas como o caminho mais curto, mais seguro e mais fácil para dar o salto a um futuro social melhor. E o mesmo modo de raciocinar deu origem, recentemente, à idéia de que a luta sindical seria a única e verdadeira ‘ação direta das massas’ e também a única e verdadeira luta revolucionária” (Luxemburgo, 2005a: 247).

Em tais processos políticos, a “social-democracia russa, que participou da, mas ‘fez’ a revolução, que teve de aprender as suas leis no próprio curso da luta, ficou, nos primeiros momentos, durante um certo tempo, desorientada pelo curso aparentemente inconseqüente estabelecido pela tormenta da greve geral” (*Ibidem*: 265-266).

O que se vê nessas posições de Rosa, além de suas fortes críticas ao anarquismo e ao economicismo sindical, é a sua oposição às tendências centralizadoras das organizações proletárias que iria opô-la, mais tarde, aos métodos do partido bolchevique lenineano. Ao mesmo tempo em que condenava o espontaneísmo – de modo mais ou menos semelhante às críticas que a ele fazia Lênin em *Que Fazer?*<sup>68</sup> – e todo tipo de crença numa revolução abstrata e a-histórica que pudesse num roldão derrubar a ordem opressora – defendendo para tanto, não só um alto nível de organização política das massas, mas também a sua educação permanente, a necessidade de propaganda revolucionária e de agitações políticas –, rejeitava qualquer postura teórico-política que retirasse do movimento das massas, o protagonismo histórico na revolução.

Por isso, as greves de massas não seriam o oposto da luta política revolucionária, nem tampouco o caráter econômico que delas se desdobra poderia ser considerado uma antítese da luta política. Elas seriam para Rosa exatamente o elo que coliga os fatores econômicos aos políticos, ambos momentos distintos, mas partes inseparáveis da mesma luta revolucionária<sup>69</sup>. Em outras palavras, as greves de massas não são contrárias ou distintas da revolução: elas são a própria revolução em processamento; são o seu próprio conteúdo social, a materialidade mesma das lutas de classes em seu mais alto nível:

---

<sup>68</sup> Mais ou menos semelhante porque, para Rosa, a espontaneidade das massas tem uma relativa importância, independentemente do grau de consciência política do proletariado, pois *compõe o próprio processo revolucionário*: “nas greves de massas na Rússia, o fator espontaneidade não tem um papel dominante não porque o proletariado russo ‘esteja pouco consciente’, mas porque as revoluções não permitem que ninguém tenha nelas o papel de mestre-escola” (Luxemburgo, 2005a: 292).

<sup>69</sup> “Em uma palavra: a luta econômica atua como o transmissor de um centro político para outro; a luta política é o fertilizante do solo da luta econômica [de modo que as] chamadas greves políticas são exatamente o mesmo que lutas econômicas ampliadas” (*Idem*: 288).

a greve de massas é simplesmente a forma da luta revolucionária. (...)A greve de massas, como está demonstrado pela Revolução Russa, não é um método artesanal descoberto através de uma análise sutil com o propósito de tornar mais efetiva a luta proletária, mas sim, o método de um movimento da massa proletária, a forma extraordinária da luta proletária na revolução (Luxemburgo, 2005 a: 282-283).

Precisamente por apresentar tais características tão decisivas é que as greves de massas requerem o direcionamento político mais avançado que só pode vir das organizações revolucionárias que mais dispõem de quadros capazes de conduzir – condução que não encontra nenhum modelo pré-estabelecido *a priori* – as massas proletárias à conquista do poder político: do partido revolucionário<sup>70</sup>. As organizações partidárias para Rosa não seriam os sujeitos coletivos que possuiriam a receita ideal para a revolução a ser “aplicada no” proletariado; seriam elas, aquelas mais preparadas para dirigir o processo político revolucionário germinado no seio das próprias massas proletárias. Diferentemente da greve de massas – como greves de luta, ou seja, como aquelas que alçam o proletariado a uma condição política revolucionária –, a greve de protesto “apresenta mais disciplina partidária, direção consciente e reflexão política”, podendo “parecer uma forma superior e mais madura da greve de massas”. Tal tipo de greve funciona como elemento de agitação política fundamental para a potencialização do movimento de massas, mas não o substitui<sup>71</sup>.

Aqui, Rosa acentua a importância do papel da direção consciente do partido não só para a elevação do grau de politização dos movimentos de massas, mas também como instrumento indispensável para o próprio desencadeamento das ações políticas do

---

<sup>70</sup> “Os social-democratas são a vanguarda mais esclarecida e consciente do proletariado. Não podem atrever-se a esperar, de maneira fatalista, de braços cruzados, o advento da ‘situação revolucionária’, aquilo que, em toda mobilização popular espontânea, cai das nuvens. Ao contrário: agora, como sempre, eles devem acelerar o desenvolvimento dos acontecimentos” (Luxemburgo, 2005a: 310).

<sup>71</sup> Pensando a social-democracia alemã, Rosa exclama: “Vamos abandonar o esquema presunçoso das greves de protesto provocadas artificialmente por determinações de partidos e sindicatos para nos voltarmos à realidade viva das mobilizações populares, que explodem com grande energia com o agravamento dos antagonismos de classe e da situação política, mobilizações que se transformam política e economicamente, em lutas e greves de massas. A tarefa da social-democracia deverá ser, então, em primeiro lugar e principalmente, a de dirigir politicamente a mobilização em seu conjunto – e não a de preparar e dirigir *tecnicamente* as greves de massas” (*Idem*; itálico meu).

proletariado. Essa tarefa delegada ao partido o torna central para o avanço consciente e para o próprio desenlace do processo revolucionário, de maneira que cabe a ele

(...)assumir a direção política da greve no período revolucionário. (...)Proporcionar linha e direção à luta; adaptar as táticas a serem utilizadas em cada fase e em cada momento da luta política, de tal modo que toda a força disponível do proletariado, já sublevado e ativo, encontre expressão no plano de batalha do partido; cuidar para que as táticas a serem aplicadas pelos social-democratas sejam decididas e inteligentes e que nunca fiquem abaixo do nível exigido pela real relação de forças, mas, sim, que superem esse nível; essa é a tarefa mais importante da organização dirigente em uma etapa de greve de massas (Luxemburgo, 2005a: 294).

A Revolução Russa de 1905 repercutiu no interior da Alemanha numa relativa inflexão ao franco crescimento das teses revisionistas. Com o seu exemplo, Rosa lutou para que o PSDA se inclinasse para o movimento de massas que através das greves poderia preparar o terreno para processos revolucionários que poderiam alterar os rumos políticos da sociedade burguesa na sua grande crise entre os perturbados anos pré e pós-guerra (1914-1923). No entanto, como já afirmei, as suas posições não foram suficientes para estancar a direitização que se apoderou do partido alemão e, em consequência, da II Internacional.

A Alemanha foi, durante a II Internacional, o celeiro principal das idéias que influenciariam todo o movimento socialista. As polêmicas em torno da noção de partido revolucionário e as divergências sobre a questão da transição socialista nascidas das posições mais à esquerda de Rosa Luxemburgo, do centrismo de Kautsky e do reformismo revisionista de Bernstein não se esgotaram naquela Internacional e não se limitaram aos marcos do partido alemão. Se a criação posterior da Internacional Comunista (1919) – após a falência da II Internacional, que no plano prático se deu em 1914 com a vitória das posições direitistas consumadas no apoio dado pelo PSDA à posição do governo alemão na

questão da Primeira Guerra Mundial<sup>72</sup> - assinalou a emergência da hegemonia leninista – pós-Revolução Russa de 1917 – no conjunto do movimento proletário, ela não significou o cancelamento das polêmicas e muito menos o esgotamento das fontes revisionistas e das práticas reformistas. Elas passaram a compor a própria história do movimento socialista e, se estiveram relativamente secundadas pelo predomínio dos partidos comunistas criados com a Internacional Comunista (IC), criaram suas próprias organizações e continuaram a influenciar, com maior ou menor força, conforme as conjunturas específicas, o proletariado em todo o mundo.

Ao longo do estudo, veremos em que termos tal influência se efetivou, quais foram os seus resultados e conseqüências, e, principalmente, como se desenvolveram suas concepções de partido revolucionário. Em especial, veremos como tais concepções se processaram em torno e a partir da Revolução Russa de 1917 e da Internacional Comunista criada em 1919, em razão do evidente predomínio que passaram a exercer no movimento socialista mundial. Com Lênin à frente.

## **2.4. O partido de Lênin**

### **2.4.1. O lugar de Lênin no movimento socialista e comunista mundial**

Tratarei Lênin com especialidade pela importância teórica de suas idéias e pelo destaque que logrou no âmbito do movimento socialista internacional. A partir de Lênin inscreveu-se, posteriormente, uma corrente própria que aliava ao marxismo um movimento em torno de suas idéias, constituindo-se num verdadeiro *leninismo*, “(...) como *teoria revolucionária* e como *prática revolucionária organizada*”. Tal movimento político de idéias

---

<sup>72</sup> Recorde-se que, embora Kautsky tivesse combatido o revisionismo e não corroborado a posição dos reformistas na questão da guerra, fez numerosas concessões às práticas dos revisionistas, especialmente em relação à política de alianças com partidos burgueses “liberais”.

não se confunde com o que posteriormente se chamou de marxismo-leninismo<sup>73</sup>. Para Florestan Fernandes, com a edição do *Que Fazer?* as idéias de Lênin ganham tamanho vulto que “a própria Europa ficava para trás, apesar da importância da II Internacional e dos seus grandes teóricos, e da densidade do movimento operário europeu” (Fernandes, 1978: VIII).

Lênin pode ser considerado um *clássico* da tradição marxista. Como herdeiro de uma tradição teórico-política privilegiada e vivenciando intensamente, e como protagonista, um momento histórico riquíssimo, pôde com seu enorme talento não só atualizar as idéias de Marx e Engels, como dar continuidade a elas introduzindo análises inovadoras sobre questões antes inéditas ou não plenamente desenvolvidas, postas pelo desenvolvimento capitalista em seu estágio monopólico e imperialista. Renovou teoricamente o debate sobre a revolução – e nela, a questão da organização política do proletariado, a sua relação com o Estado –, acentuando a necessidade de criação uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado. Lênin foi o dirigente máximo da Revolução Russa de 1917, bem como de sua afirmação nos anos posteriores de guerra civil. A criação da Internacional Comunista em 1919 sob suas orientações e, a partir dela, a transformação dos partidos social-democratas em partidos comunistas, foram fatores fundamentais para toda a história das lutas do movimento operário mundial – história que, seguramente, a partir de Lênin, modifica-se substantivamente, tanto no plano teórico, quanto no prático-político: pode-se dizer que Lênin foi o fundador do comunismo moderno.

Como ativo militante e máximo dirigente revolucionário russo, foi mais do que um agitador político. Lênin tinha absoluto domínio da economia política marxiana, demonstrada já em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de 1899. Seu domínio do conjunto da obra de Marx e Engels (das que estavam disponíveis), fica evidente nos escritos sobre a

---

<sup>73</sup> Voltarei à questão do *leninismo* e do *marxismo-leninismo* no próximo capítulo, quando veremos a sua importância no âmbito do movimento comunista internacional, bem como as diferenças que marcaram tais correntes construídas em torno do pensamento de Lênin.

doutrina de Marx de 1895, onde encontramos a célebre análise sobre as bases do pensamento marxista, identificadas por ele nas idéias da filosofia clássica alemã (Hegel), nas perspectivas teórico-políticas do socialismo utópico francês (S. Simom e Fourier, além do inglês Owen) e, marcadamente, da economia política clássica inglesa, sobremaneira de Smith e Ricardo.

Com o caráter radicalmente teórico-prático do seu pensamento – mais que qualquer outro pensador marxista –, Lênin colocou suas idéias a serviço da revolução. Mais que isso: extraiu da realidade, como poucos, os elementos revolucionários da sua teoria (nesse ponto, mas não só nele, Lênin era rigorosamente marxiano). Formulações clássicas, como a que identifica o marxismo como “análise concreta de situações concretas” ou a que conecta a prática política à produção de conhecimentos – “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário” – são expressões do pensamento crítico-dialético lenineano. Segundo Fernandes, Lênin “converte o marxismo em processo revolucionário real”. (Fernandes, 1978: XI). A profunda articulação de suas idéias às necessidades concretas da práxis política revolucionária, entre as quais situavam-se aquelas vinculadas ao plano imediato da luta política, marcou muito de seus escritos, especialmente aqueles onde Lênin esboçava questões de natureza programática ou aquelas onde combatia todo tipo de tendências, desde as abertamente contra-revolucionárias, até o chamado esquerdismo, passando pelo reformismo ou pelas posições pequeno-burguesas.

Assim é que a forma de exposição de seus trabalhos aparece muitas vezes como pequenas incursões teórico-políticas voltadas diretamente às massas ou a outros dirigentes e teóricos: cartas, notas, correspondências, comunicados políticos, pronunciamentos, discursos, etc. Em muitos deles, vemos um estilo irônico e mordaz que impressiona pela crueza com que Lênin expõe suas idéias. Essa característica aparece no conjunto de sua obra, mas sobremaneira, nos textos mais “de combate”, aqueles dirigidos ao embate político-ideológico. É preciso atentar para o contexto com que Lênin se defrontava – que envolveu todo o processo político pré e pós-Revolução de 1905, a própria Revolução Russa

de 1917, o período imediatamente posterior quando se abre uma longa guerra civil com presença forte de forças contra-revolucionárias, o cenário externo com a Primeira Guerra Mundial – para o qual a força das palavras do dirigente tinha notórias funções políticas.

A obra de Lênin compreende uma vasta produção teórica que abrange os diversos momentos da luta política revolucionária frente às metamorfoses do desenvolvimento capitalista. Há um conjunto de textos explicitamente políticos que estão relacionados aos diversos momentos da época histórica de lutas que viveu: a luta contra os populistas reacionários, contra os reformistas de todo tipo, os socialistas moderados, os radicalismos pequeno-burgueses, em especial aqueles originários dos estratos camponeses, os terroristas, oportunistas, obreiristas, anarquistas, etc. Nos períodos imediatamente pré e pós-revolução de 1905 e de 1917 é que encontramos estes escritos que têm enorme validade e demonstram o espírito prático-político lenineano, suas preocupações com questões imediatamente práticas da luta revolucionária, como assinalado acima.<sup>74</sup>

Entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX é que encontramos as principais obras de Lênin: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899 (teses marxistas sobre a natureza da formação econômica social russa e as particularidades de suas formas capitalistas); *Que Fazer?*, de 1901-2; *Um passo em frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido)*, de 1903 (decisiva análise do congresso que delimitou a vitória dos bolcheviques sobre os mencheviques, na qual faz-se uma discussão acerca da afirmação do partido de vanguarda, seu programa mínimo no horizonte da revolução democrático-burguesa e o programa máximo – a ditadura do proletariado; discute ainda o papel político do *Iskra*; *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, de 1905 (Lênin analisa o significado da revolução democrático-burguesa de 1905 e as tarefas dos revolucionários frente a ela. Aqui, Lênin disserta sobre as possibilidades políticas abertas na nova conjuntura, na qual visualizava espaços concretos de luta para o

---

<sup>74</sup> De que são exemplos textos como *Sobre a fome (Carta aos operários de Petrogrado)*; *Como organizar a emulação?* -, dentre outros artigos e discursos. (Lênin, V.I. *Obras Escolhidas*. Tomo 2; São Paulo: Alfa-Ômega, 1980).

proletariado, ao mesmo tempo em que repudiava as ilusões desta democracia); *O Estado e a Revolução*, de 1917-1918; *A revolução proletária e o renegado Kaustsky*, de 1918 (crítica ao reformismo e ao gradualismo positivistas do partido social-democrata alemão; *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*, de 1920 (polêmicas acerca das posições aparentemente radicais de correntes comunistas, incidindo nas tarefas frente aos sindicatos operários, aos parlamentos burgueses e frente às próprias necessidades políticas do movimento na Rússia); *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916-17 (influente ensaio teórico que inaugura original análise da consolidação do imperialismo como forma inerente do capitalismo maduro em sua fase monopólica).

Já no início da década de 1900, Lênin era considerado uma referência como dirigente revolucionário, não só do movimento socialista russo, como também do movimento socialista mundial. Acumulava uma década de lutas e experiências políticas contra o regime autocrático dos czares. As suas contribuições teórico-políticas já suplantavam a II Internacional; Lênin torna-se maior que ela, mesmo considerando a densidade do movimento operário europeu. Além de grande dirigente e formulador teórico, fora grande organizador editorial: o *Iskra* (revista científica) e o *Zaria* (jornal operário da Rússia), e depois o *Pravda*, não tinham parâmetros na Europa do seu tempo.

A concepção de partido de Lênin já se delineia em *Um passo em frente, dois passos atrás*; ela acabou sendo desenvolvida de modo substantivo em *Que Fazer?*, como veremos a seguir.

#### **2.4.2. O partido em *Que Fazer?***

Lênin viveu – e dela foi herdeiro – a época imediatamente posterior aos processos revolucionários na Europa que conformaram, por um lado a afirmação da burguesia como classe dominante (reacionária ou contra-revolucionária) e, por outro, a ascensão político-organizativa do movimento operário, que se pôs pela primeira vez como sujeito político

autônomo pós-1848. A segunda metade do século XIX expressa, além desses aspectos, conforme vimos anteriormente, momentos de declínio do movimento socialista internacional devido às crises capitalistas (a de 1873-93, sobretudo), às intensas repressões ao movimento operário na Europa (o caso da Comuna de Paris é emblemático, assim como as leis de exceção contra os socialistas na Alemanha, entre os anos 1880 e o início da década seguinte) e a um divisionismo no interior da II Internacional.

Escrito entre meados de 1901 e início (fevereiro) de 1902 e publicado em março de 1902, *Que Fazer?* pretendia introduzir uma noção de organização revolucionária que para Lênin se colocava como uma necessidade para o avanço das lutas proletárias. Sua grande contribuição com o *Que Fazer?* foi imprimir, mais do que qualquer outra contribuição teórica da época, um “espírito prático” ao marxismo. Essa obra, publicada em março de 1902, após a publicação de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*<sup>75</sup>, redundou num salto de qualidade no movimento socialista na Rússia e na Europa<sup>76</sup>, pois “correspondiam às ‘exigências da situação histórica’, não eram fruto de uma especulação ‘genial’ e tampouco uma ousadia ‘isolada’” (Fernandes, 1978: IX).

A contribuição de Lênin, como dito, suplanta os marcos da II Internacional. Ela foi apropriada, na maioria das vezes de forma equivocada, no transcurso do movimento socialista mundial ao longo do século XX. Nas últimas décadas<sup>77</sup>, quando virou “moda uma visão crítica negativista do ‘leninismo’” (*Idem*: X), as idéias de Lênin, em particular as contidas em *Que Fazer?*, passaram a ser associadas, muitas vezes e equivocadamente, ao legado stalinista, que empreendeu práticas políticas nas quais se destacavam os *marcos estreitos de democracia política*, dada a centralização de poderes nas burocracias centrais

---

<sup>75</sup> Nessa obra Lênin demonstra o quanto “dominava as doutrinas econômicas de Marx e o quanto, por sua vez, era capaz de interpretar, segundo critérios marxistas rigorosos, uma realidade histórica diferente, de modo original, independente e construtivo” (Fernandes, 1978: IX).

<sup>76</sup> Inclui-se nesse quadro, o esforço político-teórico de Lênin que resultou na criação de uma revista de cunho político-científico, a *Iskra* e de um jornal operário, chamado *Zaria*, para toda a Rússia. Segundo Fernandes, estas condições sugeriam “que o movimento socialista na Rússia, apesar das aparências, estava saltando acima do movimento socialista na Europa, especialmente na esfera da ação política direta, de levar a revolução socialista do plano das idéias e das aspirações para o plano prático” (*Idem*: IX).

<sup>77</sup> A partir da crise e derrocada das experiências do chamado “socialismo real”, mais precisamente nas décadas de 70, 80 e 90, culminando com o fim da URSS, entre 1991 e 1992.

dos *partidos dirigentes únicos* em diversos países do antigo “bloco socialista”, no Leste Europeu e na ex-URSS, especialmente.

Não nos interessa aqui discorrer sobre os modos e os meios de propagação do anti-leninismo entre nós na contemporaneidade. Interessa-nos promover um rápido resgate de suas idéias centrais encontradas em *Que Fazer?*, especialmente aquelas referentes ao partido e ao movimento operário, por entendermos que esta obra tem centralidade no pensamento político lenineano.

Sabe-se que do *Que Fazer?* até a Revolução Russa em 1917, há diversos momentos históricos e, conseqüentemente, algumas idéias de Lênin variaram de acordo com as necessidades prático-políticas numa Rússia czarista, cujos espaços políticos para o desenvolvimento de ações revolucionárias eram estreitíssimos. Em *Que Fazer?*, Lênin traça uma noção de partido na qual ele teria, ao mesmo tempo, a função de vanguarda do processo revolucionário e de centralização das ações políticas, com vistas à construção da revolução socialista. Por isso, o partido de Lênin tinha no seu âmago as exigências de uma estrutura rígida e altamente disciplinada. Essas peculiaridades do partido lenineano devem-se a dois determinantes principais, quais sejam: as condições histórico-políticas da Rússia e o combate às tendências espontaneístas e demasiadamente obreiristas no seio do movimento operário.

Lênin estava preocupado em estruturar uma organização política que fosse capaz de provocar o movimento revolucionário, que conseguisse centralizar de forma disciplinada as ações políticas, como formas alternativas às tradições políticas até então vislumbradas na Europa e na Rússia, a saber: o populismo, os socialismos reformistas e o terrorismo que, na Rússia, acabava por envolver diversos tipos de militantes revolucionários que lutavam contra as arbitrariedades do governo autocrático czarista.

Nesse contexto, Lênin buscou ativamente uma organização política que se diferenciasse das tradições políticas acima citadas, particularmente das lutas obreiristas (ou

economicistas)<sup>78</sup>, dos limites da luta econômica. Por isso, diferenciava claramente as funções das organizações operárias daquelas referentes às organizações revolucionárias. Diz Lênin: “A luta política da social-democracia é muito maior e muito mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência) a organização de um partido social-democrata revolucionário deve necessariamente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica”<sup>79</sup> (Lênin, 1978: 86-7).

Havia uma clara distinção dos objetivos (e das formas de organização) entre partido e organizações operárias (equivalentes ao que conhecemos como sindicatos). Estas se vinculam a um nível mais imediato da luta de classes, envolvendo o conjunto de particularidades (e de interesses sociais) atuantes na luta, evidenciados nas lutas econômicas que os operários travam nas fábricas<sup>80</sup>. Seu foco político de atuação limita-se à defesa de interesses particulares diversos, podendo, através de permanentes “revelações políticas”, ser relacionados à luta política mais ampla, de caráter universal. Essa última caberia ao partido (organizações revolucionárias) que deveria ter o papel simultâneo de promover as “revelações políticas”, de realizar o processo constante de “educação para a atividade revolucionária” e, ainda, de provocar a agitação político-ideológica das massas em todos os aspectos da vida social, para além da “agitação política no terreno econômico”. Para Lênin, essas “revelações políticas abrangendo todos os aspectos são a condição

---

<sup>78</sup> Que para Lênin têm em comum o “culto da espontaneidade” (Lênin, 1978:59).

<sup>79</sup> “A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional; em segundo lugar, a maior possível; em terceiro lugar, a menos clandestina possível (aqui e mais adiante me refiro, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo, e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária (...) [nela] *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais* e, ainda, com maiores razões, entre as diversas profissões de uns e de outros” (Lênin, 1978:87).

<sup>80</sup> Equivalentes ao “momento econômico-corporativo”, no sentido gramsciano. Para uma aproximação ao pensamento de Gramsci, cf. Coutinho, C. N. (1992) *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus.

necessária e fundamental para educar as massas em função de sua atividade revolucionária”<sup>81</sup> (*Idem*: 56).

O partido revolucionário é aquele que “*organize* verdadeiramente as revelações políticas visando o povo inteiro [somente este tipo de partido] poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias” (*Ibidem*: 70). A polêmica noção de partido de vanguarda está colada àquelas funções de toda organização revolucionária, anteriormente levantadas: educação para a atividade revolucionária através de permanentes revelações políticas em todos os aspectos da vida do povo e de promoção de agitações políticas no seio das massas. Para Lênin, o partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto da lutas cotidianas, sejam elas quais forem, desde que abranjam as condições de vida dos trabalhadores. Ele deve conhecer verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora, pois só assim conseguirá realizar a tarefa de revelador, ou seja, só assim poderá vincular (realizar a mediação) a luta cotidiana com a luta política. A “agitação política será conduzida por um partido, unindo em um todo coerente a ofensiva contra o governo, em nome de todo o povo, da educação revolucionária do proletariado, salvaguardando, ao mesmo tempo, sua independência política, a direção da luta econômica da classe operária, a utilização de seus conflitos espontâneos com seus exploradores (...)” (*Ibidem*: 70).

Lênin é enfático quanto à natureza de vanguarda do partido: “para que nos tornemos aos olhos do público uma força política não basta colar o rótulo ‘vanguarda’ sobre uma teoria e uma prática de ‘retaguarda’: é preciso trabalhar muito e com firmeza para elevar nossa consciência, nosso espírito de iniciativa e nossa energia” (Lênin, 1978:70). Subjacente à noção de partido como vanguarda está a compreensão de que a classe operária pode, por si mesma, ser protagonista de lutas de classes abrangentes que, mesmo que atadas aos objetivos imediatos do proletariado, pode ampliá-los e politizá-los. Entretanto, o alçamento à

---

<sup>81</sup> As organizações revolucionárias – o partido – de Lênin têm suas atividades voltadas para o “momento ético-político”, no sentido atribuído por Gramsci, ainda que este apresente outras peculiaridades e funções não trabalhadas por Lênin (cf. Coutinho; *op.cit.*)

condição superior de consciência de classe só pode ser obra do partido revolucionário. E ele só pode promover tal elevação de consciência a partir de duas condições: se estiver preparado teórica e politicamente para tanto, o que supõe a formação de quadros políticos capazes de instruir e educar as massas conforme as orientações programáticas emanadas dos objetivos estratégicos do partido; e se estiver – antes mesmo da deflagração do momento pré-revolucionário para o qual deve assumir a dianteira – profundamente enraizado nas fileiras do proletariado, ou seja, se tiver feito, até então, das lutas objetivas e imediatas do proletariado as suas próprias causas, se estiver *efetivamente* identificado com ele, que enxergará em seus quadros os seus dirigentes revolucionários.

Para Lênin, a classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital – por isso, a sua luta e a sua crítica radical contra toda forma de economicismo. Tampouco pode enfrentar as manobras burguesas que jogam no sentido de desmobilizá-la, valendo-se tanto dos meios abertamente repressivos, quanto daqueles de natureza manipulatória, através dos quais procura cooptar as lideranças mais combativas do operariado. Ademais, a luta operária alterna historicamente momentos de maior combatitividade e momentos mais conformistas, ao sabor das variações conjunturais que determinam as possibilidades objetivas das lutas sociais. A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre essa realidade operária de modo a explicitar, *a todo tempo*, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa, preparando politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos que podem emergir tanto por meio das agitações políticas provocadas pelo partido, quanto pode irromper *espontaneamente* do seio das contradições de classes engendradas na cotidianidade capitalista. O “elemento espontâneo” como o “embrião da consciência” – tal como afirmara Lênin – só se põe como tal, ou seja, a consciência de classe só pode brotar das ações espontâneas, se o partido estiver preparado como organização de vanguarda da

classe operária, o que significa estar em condições de *fazer de seu programa (de suas estratégias e táticas) os próprios objetivos do proletariado*.

Aqui se encontra a perspectiva que, aliás, Lênin herda de alguma maneira de Kautsky – para quem a consciência de classe deve ser atribuída, deve vir de fora –, de que a consciência de classe revolucionária não é algo que nasce do próprio operário ou algo que ele possa por si só alcançar; a consciência de classe, em seu mais alto nível político, só pode surgir no proletariado a partir do/e pelo partido revolucionário – o que não pode significar que é o partido quem faz a revolução: “a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores”. Não há, então, nenhuma oposição entre espontaneidade das massas e organização política revolucionária de vanguarda, precisamente porque elas se complementam, no sentido de que o partido, a partir do “elemento espontâneo”, apoiando-se sobre suas iniciativas, amplia-o, o faz ser suplantado pelo próprio proletariado organizado e consciente, aproximando-o progressivamente das questões mais decisivas da luta política revolucionária, da própria revolução como superação da ordem do capital através da destruição do poder político de classe da burguesia.

As questões centrais do *Que Fazer?*, considerando seus limites históricos, assentam-se em dois pontos centrais por meio dos quais se articulam outros aspectos relevantes do pensamento de Lênin. O primeiro ponto central, como se viu, refere-se à relação entre a espontaneidade das massas e a consciência de classe para a qual desenvolveu uma crítica radical ao culto do espontâneo e afirmou a necessidade do conhecimento revolucionário: “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Deve-se enfatizar que, ao mesmo tempo, reconhece-se a importância do elemento espontâneo como portador da gênese da verdadeira consciência de classe: como embrião da consciência. Daí a relevância da mediação fundamental entre o elemento espontâneo e a consciência de classe feita através da organização política; a oposição e a distinção entre movimentos de orientação economicista dos movimentos de orientação social-democrata. A diferença principal se

encontra na organização política e no conhecimento da totalidade social. Este conhecimento revolucionário não é gerado espontaneamente nas massas. Ele vem “de fora”, trazido pela parte consciente do movimento, que se expressa na vanguarda do partido que, como tal, só pode concretizar-se *se estiver presente em todas as lutas operárias*. Para Lênin, o partido de vanguarda deve funcionar como o mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas, buscando construir, a partir de objetivos estratégicos bem definidos, a unidade ideológica entre os diversos movimentos. Sem essa mediação não há vanguarda, que só é possível se o partido estiver envolvido em todas as lutas do proletariado. Tal partido dirigente deve ter no seu organismo “profissionais revolucionários” como facilitadores para o conjunto do proletariado, como mediador do universal que articule as diversas particularidades que envolvem a classe proletária.

O segundo ponto central está relacionado ao entendimento de que as lutas de classes compreendem tanto as lutas econômicas, quanto a luta política mais ampla. O que supõe a diferenciação entre modalidades de organização política do proletariado: organização operária e organização revolucionária. Lênin combate o economicismo e o obreirismo, estabelecendo a diferença principal entre os dois tipos de organização. A tarefa das organizações revolucionárias consiste na elevação da consciência de classe no âmbito das lutas econômicas. As lutas econômicas podem se elevar à luta política mais ampla, mas não perdem seu conteúdo imediato; exatamente por isso, elas não podem ser revolucionárias, já que expressam frações do proletariado e não todo o proletariado. O papel da organização revolucionária consiste na educação política, na agitação e na promoção de revelações políticas que explicitem o caráter de classe das variadas lutas sociais. Essa explicitação é proporcionada tanto pela realização de agitações políticas em todos os níveis da luta, quanto pela permanente educação política das massas; para tanto, Lênin ressalta a função dos meios de divulgação da teoria revolucionária através de órgãos de comunicação.

Mais uma vez, vale apenas ressaltar o contexto histórico em que o *Que Fazer?* foi escrito. Mesmo que no texto se encontrem os traços principais do partido lenineano, e que, o

que mais interessa considerar, tal partido foi o que de fato conduziu o processo revolucionário russo, deve-se ter em conta que suas características são bastante marcadas pelas vicissitudes políticas da realidade autocrática russa; elas imprimiram ao movimento revolucionário como um todo a premência de uma organização fortemente centralizada e disciplinada, orientadas para atuar em situações praticamente clandestinas e sob a ilegalidade. Foi o que o próprio Lênin chamou atenção em texto posterior, quando rebatia exatamente as críticas ao “modelo” de seu partido em 1907. A longa citação abaixo me parece necessária e esclarecedora:

O principal erro daqueles que hoje polemizam com *Que Fazer?* consiste em separarem, por completo, este trabalho de determinadas condições históricas, de um período determinado do desenvolvimento de nosso Partido, período que já há tempos pertence ao passado. (...) *Que Fazer?* é um resumo da tática do *Iskra* e de sua política de organização em 1901 e 1902. Precisamente um resumo, nem mais, nem menos. Quem se preocupar em ler o *Iskra*, de 1901 e 1902, se convencerá disso, indubitavelmente. E quem julgar esse resumo, sem conhecer a luta do *Iskra* contra o economicismo então *predominante*, e sem compreendê-la, não fará mais que lançar palavras ao vento. O *Iskra* lutava pela organização de revolucionários profissionais; lutou com especial energia em 1901 e 1902; triunfou sobre o economicismo então predominante; criou definitivamente, em 1903, aquela organização e a manteve, apesar da cisão que se produziu mais tarde entre os '*iskristas*', apesar de todas as atribuições de uma época de tempestades e violência, mantendo-a durante toda a revolução russa e conservando-a desde 1901-1902 até 1907. (...) E nenhuma organização, a não ser o *Iskra*, poderia, nas nossas condições históricas, na Rússia de 1900-1905, criar um partido operário social-democrata como o que agora está formado. O revolucionário profissional cumpriu sua missão na história do socialismo proletário russo. E não existem forças que possam agora destruir sua obra, que ultrapassou, há tempos, o estreito marco dos '*círculos*' de 1902-1905; nenhuma lamentação tardia pode ser feita sobre os exageros das tarefas urgentes, por parte de quem em seu tempo somente pôde assegurar, por meio da luta que se iniciara, acertadamente, o cumprimento daquelas tarefas; e nenhuma lamentação poderá colocar em dúvida a importância do já conquistado". (...) Tanto na brochura '*Que Fazer?*' quanto no livro '*Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás*', publicado depois, o leitor terá perante seus olhos a luta apaixonada, às vezes furiosa e exterminadora dos *círculos no estrangeiro*. É inegável que essa luta de círculos tem muitos aspectos negativos. (...) Somente a afluência de elementos proletários ao partido pode, ligada a

uma atividade legal junto às massas, eliminar completamente todos os traços da desarticulação dos círculos isolados, vestígios herdados do passado, que não estão em consonância com as tarefas do momento atual. A passagem para uma organização democrática do partido operário, proclamado pelos bolcheviques, em novembro de 1905, no *Novaia Zhisn*, quando surgiram as condições necessárias a esta atividade legal, equivaleu, na verdade, a uma ruptura definitiva com tudo que era caduco dentro dos círculos isolados ( A Questão do Partido [Lênin], 1978: 36; 37; 39; 41).

Para Fernandes, o marxista russo teve e tem enorme importância para o movimento socialista mundial. Ela se ancora no seu talento teórico e na sua contribuição efetiva aos desafios prático-políticos daqueles que estão à frente de processos de organização política. Apesar de polêmicas que as idéias lenineanas desencadearam, não restam dúvidas acerca de sua posição de destaque na tradição marxista. Para Fernandes, o “que Lênin fez com o marxismo só pode ser definido de uma maneira: ele converte o marxismo em processo revolucionário real” (Fernandes, 1978: XI).

Antes de avançarmos para os capítulos posteriores, cabe pontuar alguns elementos que aparecerão na seqüência, relacionados ao legado de Lênin.

As idéias lenineanas foram decisivas para o sucesso do processo revolucionário russo, como poderemos verificar no capítulo seguinte. Posteriormente, construiu-se em torno delas, no interior da Internacional Comunista, um verdadeiro *leninismo* que foi, ao mesmo tempo, uma expressão prático-política do pensamento de Lênin – suas idéias postas em movimento -, como uma expressão teórica representada pelos vários seguidores de Lênin que, a partir dele, balizavam suas idéias. O *bolchevismo*, criado a partir do II Congresso do POSDR (Partido Operário Social-democrata Russo) em 1903, embora esteja embrionariamente ligado ao leninismo, com ele não se confunde. Se o leninismo é a tradição teórico-política oriunda de Lênin, assumida no conjunto do movimento comunista como uma de suas perspectivas teóricas fundamentais – junto às idéias de Marx e de Engels –, o bolchevismo é a prática/movimento comunista, informado pelo leninismo, mas que vai além

dele, uma vez que está mais fortemente voltado para situações políticas concretas presentes no cotidiano da luta político-ideológica.

O bolchevismo – que representava a maioria do Partido – foi fundado por Lênin, que o reconhecia como corrente e como partido. Em 1917, na Conferência de Abril, o nome foi incorporado ao POSDR, tornado então partido bolchevique. Ele incorpora idéias centrais do *Que Fazer?*, como a questão da vanguarda revolucionária e o centralismo democrático. Foi incorporado na trajetória do movimento comunista mundial por dirigentes e teóricos os mais distintos: Trotsky, Stalin, Mao Tsé-Tung, que deram a ele faces diferentes. O leninismo de Stalin tornou o *marxismo-leninismo* doutrina oficial do partido bolchevique, operando enormes degenerações nas idéias de Lênin. O partido como dirigente da classe operária passa a se confundir com o Estado, que tem funções morais e políticas de “defender” a revolução de toda forma contra-revolucionária, como superestrutura dominante que refletiria os interesses de toda a classe. As formas de incorporação do pensamento lenineano, o desenvolvimento do leninismo, bem como a criação do marxismo-leninismo stalinista ao longo da IC, serão investigados nos próximos capítulos. Começaremos pela Revolução Russa, por conta da enorme importância que tem para a afirmação do partido revolucionário, bem como para as mudanças que sofreu tanto no plano prático, quanto no teórico. Atentar-se-á para a questão da natureza e da função desse partido – para o seu papel nas diferentes conjunturas históricas e para as concepções que a ele foram atribuídas por diversos teóricos.

### **CAPÍTULO 3**

#### **Partido e Revolução na trajetória da Internacional Comunista**

### **3.1. A falência da II Internacional e a criação da Internacional Comunista<sup>82</sup>: o triunfo do partido leninista bolchevique durante a Revolução Russa**

A participação de Lênin na construção da Internacional Comunista foi decisiva, difundindo a perspectiva bolchevique do partido revolucionário russo ao proletariado de outros países europeus. E o fez de maneira a divulgar as idéias do partido nos círculos operários, de modo a fazê-los crer que, apesar de toda a crise da II Internacional, a idéia da revolução se mantinha acesa, mesmo num contexto mundial de guerra.

Aliás, a falência da II Internacional não pode ser atribuída à incapacidade dos socialistas de impedi-la. A incidência do movimento socialista nas grandes nações era residual, com exceção da Alemanha, onde representava um terço do eleitorado. Não havia representação política dos socialistas na Inglaterra, no Japão e nos EUA. Na Áustria, na França e na Itália eram minoritários, de modo que os governos desses países não dependiam dos socialistas para governar. Portanto, não podiam os socialistas interferir de maneira decisiva nos rumos das políticas mundiais e, tampouco, no impedimento da guerra.

O rumo que predominou na II Internacional tendeu para um abandono da meta revolucionária por parte dos reformistas. Por outro lado, concorriam os setores bolcheviques, para os quais a organização da classe operária deveria visar a revolução democrático-burguesa, ao estilo de Marx e Engels de 1848. Num terceiro grupo encontravam-se aqueles que apostavam numa revolução socialista sem a necessidade de uma etapa democrático-burguesa. Nesta perspectiva tornava-se necessário um extraordinário desenvolvimento do capitalismo e a destruição daquelas classes que se situavam entre a burguesia e o proletariado, ou seja, as classes médias, o que tornava supérflua qualquer aliança proletária

---

<sup>82</sup> Para este capítulo, utilizei-me, além das fontes citadas, dos seguintes autores, cujas referências completas se encontram na *Bibliografia*: Lênin/Trotsky (1979); Lênin/Kautsky (1979); Fernandes (s/d); Mattick *et.al.* (1988); Bertelli (1988, 2003); Carone (1993); Batalov (1985).

em bases democrático-nacionais. Tinha em Trotsky, na Rússia e em Rosa Luxemburgo, na Alemanha e na Polônia, as grandes referências.

Como sabemos, a perspectiva de realizar a revolução democrático-burguesa com base na organização política dos operários triunfou na Rússia, ao passo que nos mais fortes partidos operários da Europa central e ocidental, especialmente no alemão, predominou o reformismo, que dominou a direção política da II Internacional. Segundo A. Rosenberg, durante o período 1903-14, “a existência dos bolcheviques no seio da II Internacional se tornara possível graças a uma ficção: a de que os partidos dirigentes da Internacional eram partidos tão revolucionários como o partido dos bolcheviques” (Rosenberg, 1989:105). Após 1914, essa situação não pôde mais ser sustentada. E a questão da guerra mundial foi determinante, pois expôs as divergências e dividiu os socialistas que se fragmentaram entre aqueles que defendiam a paz interna e a defesa nacional e aqueles que percebiam nesta alternativa uma aliança equivocada com os governos burgueses de seus países.

Com o abandono da perspectiva revolucionária no interior da II Internacional, havia a necessidade de ajustar a teoria marxista, já que, de uma maneira ou de outra, suas correntes distintas se auto-referenciavam marxistas, de um modo tal que se sustentasse a filiação teórica. O revisionismo operado pela social-democracia – cujas fontes já foram abordadas a partir, principalmente, de sua principal referência: Bernstein – resultou não apenas no abandono efetivo teórico-metodológico. À medida que concorria efetivamente para disputar a direção da II Internacional, acabou por imprimir orientações políticas à imagem e semelhança dos equívocos teóricos do revisionismo: um revisionismo de natureza teórica foi correspondido por uma prática oportunista, cujos eixos de atuação política estavam assentados nas reformas sociais e no abandono da revolução. Por outro lado, os “radicais” dispensavam qualquer revisão nas formulações teóricas e pretendiam manter a meta revolucionária, negando qualquer possibilidade de alianças de classes com partidos burgueses ou com governos, ao mesmo tempo em que rejeitavam as reformas. Para esta

tendência, “o objetivo final da revolução era o objetivo principal das agitações e da propaganda jornalística” (*Idem*: 106).

Após 1914, com a cristalização das posições reformista-revisionistas, evidenciadas na questão da guerra, Lênin passa a combater mais fortemente o revisionismo e suas variações políticas, direcionando suas intervenções para os oportunistas de todo tipo (chauvinistas, pequeno-burgueses), tanto os de direita, quanto os centristas. É notória a diferença com que passa a tratar o pensamento de Kautsky. Longe de qualquer objeção pessoal em particular, o que estava no centro do pensamento lenineano era o objetivo da revolução. O próprio Lênin, no prefácio ao texto em que condensa sua oposição teórico-política ao kautskismo (*A Revolução Proletária e o renegado Kautsky*, de 1918), explicita as razões pelas quais

desde o princípio da guerra [já assinalava] a ruptura de Kautsky com o marxismo. A isso foi consagrada toda uma série de artigos, publicados em 1914-1916 no *Sotsial-Demokrat*<sup>83</sup> e na *Kommunist*<sup>84</sup> que se publicavam no estrangeiro. (...)No livro *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, escrito em 1916 (publicado em Petrogrado em 1917), analisei em pormenor a falsidade teórica de todos os raciocínios de Kautsky sobre o imperialismo. (...)Finalmente em Agosto e Setembro de 1917, isto é, antes da revolução proletária na Rússia (25 de Outubro – 7 de Novembro de 1917), escrevi a brochura *O Estado e a Revolução. A Doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução* (...)dediquei uma atenção especial a Kautsky demonstrando que ele deturpa por completo a doutrina de Marx, adaptou-a ao oportunismo e ‘renegou de fato a revolução ao mesmo tempo em que a reconhecia em palavras’ (Lênin, 3, 1980: 5-6).

Com o advento da guerra mundial, os partidos socialistas europeus lançam-se na defesa nacional, o que de alguma maneira ressaltava a questão nacional. Esses mesmos partidos *optaram também pela perspectiva da paz interna, desprezando a política proletária*

---

<sup>83</sup> “O Social-Democrata” – jornal ilegal, órgão central do POSDR, editado de fevereiro de 1908 a janeiro de 1917, dirigido por Lênin a partir de dezembro de 1911.

<sup>84</sup> “O Comunista” – revista fundada por Lênin e editada pela redação do *Sotsial-Demokrat*; teve um único número em setembro de 1915, pois foi suspensa em 1916 devido às divergências com as posições anti-partido sustentadas pelo grupo de Bukarin, Piatakov e Boch.

nos contextos nacionais que poderia servir de articulação do movimento socialista internacional. Esse fator foi decisivo para demarcar o campo não revolucionário em que trafegava a política da II Internacional. Lênin percebeu tal movimento e reconheceu a falência da organização em agosto de 1914. Cabe notar que tal política recuada da II Internacional encontrou a oposição unificada na Alemanha de Bernstein, o fundador do revisionismo, e de Kautsky, formulador teórico e político da organização até aquele ano.

Em artigo de novembro de 1914, o revolucionário russo proclama a falência da II Internacional e conchama à fundação da III Internacional, que nasceria para organizar as forças políticas internacionais do proletariado contra os governos capitalistas, com o intuito de se construir um contexto de guerra civil contra a dominação da burguesia em todos os países, visando a conquista do poder político e a construção do socialismo.<sup>85</sup> Diz o texto de Lênin:

Os dirigentes da Internacional cometeram uma traição em relação ao socialismo, votando a favor dos créditos de guerra, repetindo as palavras de ordem chauvinistas (“patrióticas”) da burguesia dos “seus” países, justificando e defendendo a guerra, entrando nos ministérios burgueses dos partidos beligerantes, etc., etc. (...)A responsabilidade por esta desonra do socialismo recai em primeiro lugar sobre os social-democratas alemães, que eram o partido mais forte e influente da II Internacional. Mas também não se pode justificar os socialistas franceses, que aceitam cargos ministeriais no governo daquela mesma burguesia que traiu a sua pátria e se aliou a Bismarck para esmagar a Comuna. (...)A bancarrota da II Internacional é a bancarrota do oportunismo, que se desenvolveu sobre a base das particularidades de uma época histórica passada (a chamada época “pacífica”) e que nos últimos anos passou a dominar de fato na Internacional. Os oportunistas há muito que preparavam esta bancarrota, negando a revolução socialista e substituindo-a pelo reformismo burguês; negando a luta de classes e sua necessária transformação, em determinados momentos, em guerra civil e defendendo a colaboração de classes; pregando o chauvinismo burguês sob o nome de patriotismo e de defesa da pátria e ignorando ou negando a verdade fundamental do socialismo, já exposta no *Manifesto Comunista*, de que os operários não têm pátria(...) (Lênin, 1, 1979: 560-562).

---

<sup>85</sup> Formulações presentes em *A guerra e a social-democracia da Rússia*.

Mais tarde, já na efervescência da revolução na Rússia que, após fevereiro de 1917, consumaria-se em outubro do mesmo ano, Lênin já se constituía como a principal referência internacionalista do movimento socialista. As tarefas que indicava para o proletariado russo ressoavam em todos os segmentos mais combativos do proletariado europeu. Nas famosas “Teses de Abril” (*Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*) a convocação para uma nova organização internacional do proletariado revolucionário se colocou explicitamente. Junto a ela, o chamado para uma renovação da social-democracia cujos partidos passariam a se denominar partidos comunistas. Os seguintes pontos do texto, extraídos dentre dez teses, mostram as propostas Lênin:

1- (...)O proletariado consciente só pode dar o seu assentimento a uma guerra revolucionária que justifique verdadeiramente o defensivismo revolucionário nas seguintes condições: a) passagem do poder para as mãos do proletariado e dos setores pobres do campesinato que a ele aderem<sup>86</sup>; b) renúncia de fato, e não em palavras, a todas as anexações; c) ruptura completa de fato com todos os interesses do capital. (...)9- Tarefas do partido: a) congresso imediato do partido; b) modificação imediata do programa do partido, principalmente: 1) sobre o imperialismo e a guerra imperialista, 2) sobre a posição perante o Estado e a *nossa* reivindicação de um “Estado-Comuna”, 3) emenda do programa mínimo, já antiquado; c) mudança de denominação do partido; 10- Renovação da Internacional. Iniciativa de se constituir

---

<sup>86</sup> A *unidade operário-camponesa* era um elemento central da estratégia revolucionária defendida por Lênin na Rússia. Ele desenvolveu a noção de *ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato* desde 1905, objetivo estratégico que aparece no texto *Duas Tarefas da Social-democracia na Revolução Democrática*: “Aqui a idéia fundamental é a mesma que repetidamente o *Vperiod* formulou ao dizer que não devemos temer (como teme Martínov) a vitória completa da social-democracia na revolução democrática, isto é, a ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato, pois tal vitória dar-nos-á a possibilidade de levantar a Europa, e o proletariado socialista europeu, depois de ter sacudido o jugo da burguesia, ajudar-nos-á, por sua vez, a realizar a revolução socialista. (...)A ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato tem, como tudo no mundo, o seu passado e o seu futuro. O seu passado é a autocracia, o regime de servidão, a monarquia, os privilégios. Na luta contra este passado, no combate à contra-revolução é possível a ‘unidade de vontade’ do proletariado e do campesinato, pois existe unidade de interesses. O seu futuro é a luta contra a propriedade privada, a luta do trabalhador assalariado contra o patrão, a luta pelo socialismo. Aqui, a ‘unidade de vontade’ é impossível” (Lênin, 1, 1979: 430-432). A aliança operário-camponesa foi reafirmada por Lênin até em várias de suas intervenções. Ele a reafirmou em vários congressos da Internacional Comunista e do Partido Comunista Russo. Até o XI Congresso do PCR e até o IV da IC – em dezembro de 1922, já passados cinco anos da revolução e já vencida a guerra civil, no qual Lênin lembra do papel decisivo dos camponeses para a derrota dos contra-revolucionários, - vemos suas declarações reafirmando aquela unidade (IV Congresso da Internacional Comunista – 5 de novembro/5 de dezembro de 1922. *Cinco anos da Revolução Russa e Perspectivas da Revolução Mundial*. Relatório no IV Congresso da IC em 13 de novembro; Lênin, 3, 1980: 624-625).

uma Internacional revolucionária, uma Internacional contra os social-chauvinistas e contra o 'centro' (Lênin, 2, 1980: 13;15).

Durante os primeiros anos de existência da Internacional Comunista<sup>87</sup>, que fora criada em 1919, predominava nos debates a questão da posição dos socialistas frente à situação de guerra. Lênin repudiava posturas ingenuamente pacifistas, exatamente aquelas que acabavam se aliando aos apelos de união interna que dissolviam os interesses proletários entre os da burguesia imperialista. Para ele, os partidos socialistas não deviam, *a priori*, defender a paz, pois interessava aos imperialistas que seus interesses econômicos prevalecessem entre os operários. As comoções que a guerra naturalmente provoca poderiam perigosamente construir um sentimento a-classista e despolitizante entre o proletariado.

Ao mesmo tempo, preocupava-se com as tendências reformistas e revisionistas identificadas no social-chauvinismo, os oportunistas do momento, na medida em que representavam os interesses quase sempre instáveis da pequena-burguesia. Daí que tenha formulado a idéia de que se formava entre a classe operária um setor relativamente privilegiado, que desfrutava de melhores condições de trabalho e de salários frente ao conjunto do proletariado. Tal aristocracia operária<sup>88</sup> deveria ser repudiada e afastada de qualquer aliança, na medida em que esse grupo tendia a deslocar as posições políticas para o centro, no sentido de uma moderação frente às questões mais fundamentais. Para ele, os partidos socialistas poderiam ter evitado o desastre de 1914 se tivessem se afastado dos

---

<sup>87</sup> Veremos mais adiante como se deu o desenvolvimento da Internacional Comunista em suas várias fases, enfatizando a questão do partido revolucionário.

<sup>88</sup> A expressão é de Lênin. Ele a abordou em diversos momentos de sua obra, especialmente em *A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo*, texto de 1920, quando o termo aparece mais desenvolvido. Lênin concebe essa camada da classe operária como uma forma de aburguesamento do operariado, muito presente entre os sindicatos controlados por segmentos não revolucionários e corporativistas do movimento socialista: "Os mencheviques do Ocidente 'entrincheiraram-se' muito mais solidamente nos sindicatos; surgiu ali uma camada muito mais forte do que no nosso país de 'aristocracia operária' profissional, estreita, egoísta, insensível, ávida, filistina, de espírito imperialista e comprada pelo imperialismo, corrompida pelo imperialismo" (Lênin, 3, 1980: 301). Antes, a questão aparece no texto *Karl Marx (Breve nota biográfica com uma exposição do marxismo)*, de 1914, e em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, publicado em 1917, quando relaciona o fenômeno como um desdobramento do estágio mais desenvolvido da ordem do capital: "O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para divorciar das grandes massas do proletariado" (Lênin, 1, 1979: 655).

oportunistas do social-chauvinismo confesso e da aristocracia operária. O proletariado russo e, de alguma maneira o italiano, teria mantido uma política mais revolucionária e combativa exatamente por ter obstado essa articulação com os diversos setores moderados que prevaleceram, por sua vez, na Alemanha, na França, na Áustria e na Bélgica.

A realização de uma conferência de socialistas de oposição em Zimmerwald, Suíça, em setembro de 1915, demonstrou que as posições bolcheviques não encontravam eco no restante do movimento. Os resultados da conferência mostraram que a maioria dos socialistas, inclusive o grupo liderado por Rosa Luxemburgo e Liebknecht, não apoiavam as posições de Lênin, que ficara isolado com sete votos de apoio num total de trinta delegados. Numa segunda conferência, uma segmento da maioria apoiou a posição contra o pacifismo defendida pelos bolcheviques.

No entanto, no que tange à *questão decisiva*, ou seja, a *criação da III Internacional ou a continuação da II Internacional*, decidiu-se por esta última, ainda que se tenha avançado na criação de um consenso de que se tornava cada vez mais difícil manter qualquer unidade em torno da II Internacional. Algo bastante representativo dessa dificuldade pôde ser visto no resultado final daquela segunda conferência, em que as diversas tendências votaram numa esdrúxula solução: mantinha-se a II Internacional, mas deixava-se livre aos partidos para que convocassem o Birô Socialista, individualmente, o que na prática significava que havia se *esgotada a legitimidade da II Internacional* para o conjunto dos partidos, ainda que muitos dos partidos socialistas se vissem representados nela.

No curso da situação de guerra que tomava conta da Europa, acirravam-se as contradições imperialistas. A *questão do partido revolucionário* se torna então premente para a revolução. E se torna ainda mais importante por conta do *crescimento do reformismo que envolvia os partidos socialistas* do continente. A *predominância da questão da paz interna absorvia o potencial revolucionário* e cooptava boa parte do proletariado. Lênin formulou

análises nas quais identificava um crescente aburguesamento dos partidos operários<sup>89</sup>. Retomando análises de Marx e de Engels, afirmava que se generalizava na Europa Ocidental um tipo de “partido operário burguês”, nos moldes do que acontecia na Inglaterra. Nas nações imperialistas germinavam setores burgueses no interior do operariado, ou seja, partidos cujos elementos essenciais estariam contaminados pelo imperialismo.

O que se observava era uma tendência crescente de se corromper os partidos socialista-operários com os interesses econômicos e políticos do imperialismo. Tal fenômeno político acometeria o movimento socialista de um grau de aburguesamento que retiraria dele qualquer possibilidade revolucionária. O desafio identificado por Lênin, situava-se exatamente na superação de tais tendências – como a kautskiana –, que buscavam conciliar o inconciliável, ou seja: os interesses da burguesia aos do proletariado, e, com isso, o operariado ao que chamava de partido operário burguês.

Na verdade, para Lênin, o que mais importava era encontrar entre os socialistas europeus, do centro e do ocidente, aliados para a futura revolução mundial. Acreditava que, independentemente do crescimento das tendências reformistas, revisionistas e dos oportunismos de todo tipo, triunfaria a revolução que poderia começar pela Rússia. Como de fato começou.

### **3.2. O papel dos partidos do campo socialista na Revolução Russa**

Como vimos, no debate em torno da crise da II Internacional e da eventual criação da I Internacional Comunista, a *questão do partido* – do tipo de organização política que deveria estar à frente da preparação do momento revolucionário –, foi *central* para os rumos da organização internacional dos socialistas.

---

<sup>89</sup> “Deve-se comparar isto com os numerosos exemplos extraídos da correspondência de Marx e de Engels e que estes colheram do movimento operário inglês, mostrando como a ‘prosperidade’ industrial suscita tentativas de ‘comprar o proletariado’(...) de desviá-lo da luta; como esta prosperidade geralmente ‘desmoraliza os operários’(...); como o proletariado inglês ‘se aburguesa’, como ‘a nação mais burguesa de todas’ (a nação inglesa) ‘parece que quereria vir a ter, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês’” (Lênin, 1, 1979: 25-26; *Karl Marx (Breve nota biográfica com uma exposição do marxismo)*).

Embora os rumos do movimento e da sua organização exerçam significativa influência para a construção da revolução, há um nível de autonomia relativa do processo revolucionário atribuído ao caráter espontâneo que é peculiar ao movimento das massas. O momento explosivo da revolução pode ser diretamente provocado pela organização política que está na vanguarda ou, por outro lado, pode se relacionar com um fator não controlado pela parte consciente do movimento, um elemento espontâneo que escapa de qualquer previsão analítica da realidade imediata. Assim, a revolução pode ser originada de um momento insurrecional das massas que, *a priori*, não é dirigido pelo partido ou por qualquer outra organização política.

A revolução é uma resultante direta do movimento das massas que se dá quando elas percebem, de maneira consciente, que a sua condição de classe explorada é o motivo e a causa de suas opressões, o que as faz lutar coletivamente pela realização de suas necessidades sociais concretas. No âmbito deste entendimento, o partido revolucionário, comprometido com a emancipação da classe trabalhadora, atua sempre como organizador do processo revolucionário, como referência para as massas, como aquele que direciona suas ações e imprime sentido consciente às demandas de classes.

A Revolução Russa não pode servir de modelo a ser implementado para o desenvolvimento de revoluções. A realidade política, econômica, social e cultural da formação histórica do país, assim como os elementos da conjuntura nacional e internacional, imediatamente anteriores ao momento insurrecional, se metamorfoseiam ao longo da história. Os grandes eventos políticos, ainda que sirvam como referências históricas, não podem funcionar como modelo para a construção de processos revolucionários em diversos e variados contextos nos quais se desenvolvem. Da mesma maneira, os partidos protagônicos daquela revolução não devem servir como padrões uniformes de organização política a serem copiados pelo mundo. Tais partidos foram a expressão histórica possível daquela realidade russa. Desse modo, foram formas políticas limitadas àquele tempo histórico, com todos os seus limites e possibilidades. Nem mesmo o partido bolchevique,

cujo programa se mostrou mais acertado para as necessidades políticas da época, como atestaram as próprias massas que seguiram sua direção, nem mesmo o vitorioso bolchevismo, pode funcionar como modelo partidário aos revolucionários.

Podemos tomar a experiência russa – mais precisamente, a do partido bolchevique – como uma forma histórico-concreta particular, todavia das mais importantes, para continuarmos a refletir de maneira crítica sobre o partido revolucionário no curso do desenvolvimento histórico do movimento socialista internacional.

O contexto da Rússia à época da revolução era de profunda crise política, econômica e, principalmente, social. O povo russo vivia em estado de crescente pobreza provocada por diversos fatores, todos eles potencializados pelo regime autocrático-feudal-burguês do czar.

Após três invernos de guerra, a economia russa estava completamente destruída. A autoridade das figuras dominantes estava sepultada. A revolução no terreno do inevitável. As enormes despesas com a guerra tinham exaurido as finanças do Estado(...) Milhões e milhões de trabalhadores foram tirados da agricultura pelas mobilizações e pelas contínuas convocações militares. Desse modo, a produção dos meios de subsistência diminuía continuamente(...) Escassez de matérias-primas e crise nos transportes levavam fome e frio para as grandes cidades. A massa de camponeses, cansada das guerras, estava desesperada e o descontentamento nas aldeias refletia-se nos milhões de camponeses em armas: sobre o exército (Rosenberg, 1989: 123).

A conjuntura entre 1905-07 é de fundamental importância para compreender o desenvolvimento do processo revolucionário russo, pois apresenta um quadro político, econômico e social da época, bem como o comportamento político dos diferentes estratos das classes sociais. Em particular, as massas camponesas, que há muito eram oprimidas pelo absolutismo czarista. Segundo Strada, a

Rússia do início do século apresentava-se como um conjunto complexo não só de forças sociais, mas de regimes econômicos. E toda esta formação econômico-social heterogênea e dinâmica era dirigida por um despotismo que os social-democratas russos definiam unanimemente como 'asiático', para assinalar sua especificidade com relação ao absolutismo

européu-ocidental, já abatido pelo desenvolvimento capitalista e pelas revoluções burguesas (Strada, 1985:135).

Esse quadro, de relativo “atraso” da revolução burguesa na Rússia, apontava para uma especificidade na qual deve-se salientar o grau avançado de amadurecimento da classe operária diante de um país industrialmente semi-desenvolvido, com sua economia ainda fortemente rural. Ao mesmo tempo, a classe operária dispunha de um partido forte e organizado, que havia acumulado experiências em várias frentes prévias ao processo revolucionário de 1905-7; suas forças políticas dividiam-se entre duas frações políticas principais: a menchevique e a bolchevique, dentre outras forças políticas, expressando as relações que a social-democracia russa mantinha com a europa-ocidental, em particular a alemã, contando inclusive com a participação direta de expoentes como Kaustsky e, sobretudo, de R. Luxemburgo<sup>90</sup>. Mesmo considerando que ambas as frações foram derrotadas com o próprio fracasso da Revolução, pode-se considerar que os acontecimentos consubstanciaram-se como sendo um “ensaio geral” de 1917.

Nesse contexto, a questão agrária aparece como epicentro de polêmicas entre mencheviques e bolcheviques. A tese bolchevique, defendida por Lênin, via na nacionalização das terras o melhor meio para assegurar o sucesso da revolução no tocante à questão agrária. Considerava as posições mencheviques – como a de Plekhânov que, em oposição a Lênin, propunha a municipalização das terras como estratégia da revolução, que funcionaria como forma de resistência no caso de uma reação burguesa – de tendência liberal-democrática, acusando-as de frouxidão revolucionária. Por sua vez, os mencheviques acusavam as posturas bolcheviques de neopopulismo aventureiro. A *questão agrária*, pela natureza da economia e do perfil de classe russos, assumia *caráter central no debate sobre táticas e estratégias*. A “revolução agrária” para Lênin não tem sentido se separada de uma verdadeira tomada do poder pelo povo trabalhador russo. Do contrário, o máximo a que se pode chegar é a reformas agrárias constitucional-democráticas. E, devido ao caráter central

---

<sup>90</sup> Ambos participaram ativamente do V Congresso do POSDR.

da questão agrária na Rússia, o seu processo revolucionário levaria a uma particularidade no “rol das outras revoluções burguesas da idade moderna”, aproximando-a “das grandes revoluções dos velhos tempos, em que os camponeses desempenhavam um papel revolucionário relevante” (Strada, 1985: 148). Tal situação levou Lênin a formular a genial afirmação, aparentemente paradoxal, sobre o processo revolucionário de 1905: “a vitória da revolução burguesa entre nós é impossível como vitória da burguesia”.

Este breve resgate do contexto russo no processo revolucionário de 1905 nos ajuda a compreender as mudanças nas concepções de partido bolchevique encetadas por Lênin, assim como as polêmicas que provocavam no interior das outras forças políticas do movimento socialista russo.

Em 1905, “o czarismo apoiado pela maioria das tropas, ainda pôde dominar a revolução”. Já em 1917 o quadro era outro, “não existia um só regimento em cuja fidelidade o regime pudesse confiar plenamente. As grandes massas do povo estavam decididas a fazer a revolução, para acabar de uma vez com o czar e com as guerras”. (Rosenberg, 1989: 123). Some-se a este contexto a insatisfação da grande burguesia proprietária que, com a Rússia em ruínas por conta da guerra, contabilizava cada vez menos lucros e via o Estado arruinando suas contas com as despesas militares, o que tornava a tomada de empréstimos mais difícil.

A débil burguesia liberal russa fazia com que os bolcheviques recusassem, *a priori*, a idéia de uma assembléia nacional constituinte. Ela fora rechaçada por eles por considerarem que seria expressão de uma nova dominação do velho czarismo russo na medida em que tal burguesia não teria forças políticas para comandar uma revolução democrático-burguesa na Rússia. Ademais, como se mostrara em 1905, a incapacidade dessa burguesia aliada ao espírito profundamente autocrático e, portanto, contra-revolucionário dos czares desestimulavam a insistência numa via democrático-burguesa no país. Exatamente por isso, aqueles que defendiam a tese de uma revolução imediatamente socialista puderam experimentar um relativo crescimento político entre o povo.

Mas, ao contrário, num primeiro momento, os socialista-revolucionários<sup>91</sup> detinham influência considerável entre o povo, fundamentalmente entre os camponeses. Os soldados e a massa camponesa formaram a base social do partido dirigente dos populistas e compreendiam também a base dos socialista-revolucionários. Os operários industriais se dividiam entre os mencheviques e os bolcheviques. Após a derrubada do czar, o quadro político era o seguinte: de um lado, com o apoio inicial do povo e com os soldados, o que dava-lhes a força material, estavam os socialista-revolucionários; à direita deles, a minoria burguesa; à esquerda, a minoria socialista. Com a queda do czar, o sistema monárquico e a Duma caíram. No entanto, agilmente, a burguesia liberal formou um comitê de deputados liberais que se tornou um centro de resistência burguesa. Por outro lado, os *soviets*, *tradição conselhist*a resgatada de 1905, formados por soldados e operários, configuraram-se no centro de resistência dos democratas e socialistas.

Ainda que os socialista-revolucionários tivessem efetivamente a maior ascensão social sobre o povo russo, não ascenderam ao poder convencidos, como os social-democratas, de que o processo revolucionário russo que derrubara o czar só poderia seguir adiante com alguma forma de revolução burguesa, pela qual a burguesia liberal ficaria com o governo e a eles caberia controlá-lo por meio de uma oposição democrática. Essa concepção assemelhava-se à clássica posição menchevique no ocaso revolucionário de 1905. Agora, os conselhos funcionariam como órgãos de controle do governo, no modelo de São Petersburgo: “conselhos de operários e soldados nas cidades, conselhos de camponeses nas aldeias, conselhos de soldados na frente de batalha” (Rosenberg, 1989: 125). No soviete formou-se, então, um bloco de maioria menchevique e socialista-revolucionária. O conselho petersburguense de operários e soldados funcionaria como representante de todos os outros e, a partir de um acordo firmado com o comitê liberal da

---

<sup>91</sup> Representavam as aspirações das bases sociais pequeno-burguesas russas e se dividiam entre socialista-revolucionários de direita, de centro e de esquerda. Seus membros advinham de um partido pequeno-burguês russo criado entre 1901-1902.

Duma, “nasceu um Governo Provisório, que era um ministério da burguesia liberal” (*Idem*: 126).

Os bolcheviques viam-se numa situação embaraçosa. Lênin – que vivia seu exílio na Suíça – mudara suas idéias após a deflagração da guerra em 1914. Até então, pensava que a Revolução Russa deveria passar por uma transição que superasse o estágio liberal-burguês até a construção de uma *ditadura democrática dos operários e camponeses*, objetivando a criação de um *governo de coalizão popular-socialista*. Lênin *relativizaria essa possibilidade*<sup>92</sup>, pois via na posição frente à guerra o parâmetro principal para se pensar qualquer tipo de aliança entre os partidos. Tal redirecionamento de sua leitura, não foi incorporada por parcelas das lideranças e intelectuais bolcheviques, especialmente Kamenev e Zinoviev que, durante os anos de exílio de Lênin, foram seus mais próximos aliados, autorizados inclusive a defender idéias dentro do partido em nome de Lênin – além de, no caso de Zinoviev, assinar vários artigos nos quais defendia as posições lenineanas, entre o período de 1914 e 1916. Quando Lênin retornou ao território russo juntamente com Zinoviev, em abril de 1917, as relações entre eles, incluindo Kamenev, já estavam bastante estremecidas, dividindo-os no interior do partido em pleno fervor revolucionário.

O fato é que quando Lênin se depara com a realidade russa em 17, percebe claramente a força que germinava dos soviets. Ademais, a existência deles era exatamente o antagonismo do Governo Provisório, encabeçado que estava pela alta burguesia liberal. Via-se, então, uma situação inusitada na qual tinha-se um Governo Provisório comandado pela alta burguesia, mas que concretamente não exercia direção social e política sobre as massas, já que estas se reconheciam nos conselhos. Lênin viu nos *conselhos uma forma moderna de revolução democrático-socialista*, compreensão que não se via no bolchevismo do início do século. Isso não significou que estivesse percebendo na espontaneidade das bases o caminho da vitória, mas que esta não se faria sem os soviets, que poderiam servir de *instrumento para que o partido bolchevique tivesse maior incidência e direção política*

---

<sup>92</sup> Sem, no entanto, abandonar a unidade operário-camponesa que, conforme apontamos páginas atrás, foi uma estratégia recorrente nas reflexões políticas de Lênin.

sobre as massas que, na sua ampla maioria, não se encontrava organizada em partidos ou qualquer outra força política. A partir desta compreensão é que se formulou a consagrada palavra de ordem “*Todo o poder aos soviets*”, que vinha precedida de outra igualmente decisiva: “Derrubar o Governo Provisório liberal e dar todo poder aos conselhos”. Tais palavras de ordem eram a síntese do pensamento político de Lênin no interior do partido bolchevique naquele período pré-revolucionário.

Essa seria uma estratégia para o partido bolchevique ascender sobre as massas. Aqui Lênin retomava a idéia de *coalizão revolucionário-democrática* que, ainda que num primeiro momento tivesse hegemonia dos mencheviques e dos socialista-revolucionários, permitiria aos bolcheviques, minoria nos conselhos, conquistar espaços políticos novos junto àqueles que não tinham inserção partidária. Ao mesmo tempo, forçava-se a derrubada do Governo Provisório, incapaz de atender às reivindicações populares que exigiam “*paz, pão, terra e liberdade*”.

Como se vê, os bolcheviques liderados por Lênin reavivavam a idéia de que uma *etapa democrático-popular* se faria necessária *para uma transição socialista*. Até mesmo a idéia de uma assembleia nacional constituinte foi aceita por Lênin, que acreditava que poderia abrir campo político para uma nova organização do país a partir dos conselhos operários. O *partido* se comportava aqui, no momento revolucionário, atento aos giros conjunturais que envolviam os diferentes estratos sociais e seus interesses. Não se pensava em políticas socialistas imediatamente e, nem tampouco, na “implantação do socialismo”. Imaginava-se uma forma de transição que acolhesse os diversos interesses sem uma ruptura mais abrupta.

Tais questões apareciam nas *dez teses* que Lênin defendeu no partido, conquistando o apoio de Trotsky e, por outro lado, a oposição dos mais antigos bolcheviques, como Kamenev, para os quais a revolução russa só obteria sucesso se fosse socialista e ancorada numa coalizão de partidos democráticos, que envolveria os social-democratas e os de corte camponês. Para Lênin, “a ditadura revolucionária e democrática dos operários e

camponeses já estava, na realidade, nos conselhos e não na enigmática coalizão dos chamados partidos democráticos” (Rosenberg, 1989: 134). Por isso, a palavra de ordem “Todo o poder aos soviets”. Dentre as dez teses anunciadas, destacam-se aquelas que indicam a forma de transição a ser construída, o tipo de governo que originará e o papel do partido em ambas as situações:

2- A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste *na transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, *para* a sua *segunda* etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato. Esta transição caracteriza-se pelo máximo de legalidade [o que] exige de nós habilidade para nos adaptarmos às condições *especiais* do trabalho do partido entre as amplas massas do proletariado(...).

5- Não uma república parlamentar – regressar dos SDO [soviets de deputados operários] a ele seria um passo atrás, mas uma república dos Sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, desde baixo até acima. Supressão da polícia, do exército e do funcionalismo. (...)8- Não ‘introdução’ do socialismo como nossa tarefa *imediata*, mas apenas passar imediatamente ao *controle* da produção social e da distribuição dos produtos por parte dos SDO (Lênin, 2, 1980: 14-15).

Trotsky acreditava que Lênin preparava, assim, uma segunda revolução na qual o partido bolchevique seria a única vanguarda, independente dos social-democratas e dos partidos de corte agrário. Sua aliança tática com Lênin se assentava nos fins – a revolução socialista comandada pelos bolcheviques – e não exatamente nos meios – o poder aos conselhos e, a partir daí, de uma forma ou de outra, a coalizão com diversos setores do movimento. De todo modo, foi fundamental para o desfecho em outubro e para o período seguinte a união e o apoio de uma liderança tão forte e qualificada como a de Trotsky. Durante esse período foram abreviadas as diferenças teóricas entre o bolchevismo e o trotskismo em função da tática revolucionária que em maio começava a funcionar, como reconhecia Trotsky:

Em março de 1917, o Partido bolchevique continuava sendo uma insignificante minoria da classe operária, e além disso, existiriam desacordos dentro do próprio partido. A imensa maioria dos operários apoiava os mencheviques e os 'socialistas revolucionários', isto é, os social-patriotas conservadores. A situação ainda era mais desfavorável com respeito ao exército e ao campesinato, devendo acrescentar a isto, o baixo nível geral da cultura no campo, a falta de experiência política entre as mais amplas camadas do proletariado(...). Qual era o 'ativo' do bolchevismo? Ao começar a revolução, somente Lênin mantinha uma concepção clara e profunda. Os quadros russos do Partido estavam dispersos e em um considerável grau de confusão, mas o Partido gozava de grande autoridade entre os operários de vanguarda. Lênin gozava de grande autoridade entre os quadros do Partido. (...)O Partido alinhou sua política de acordo com a concepção de Lênin, que estava em harmonia com o verdadeiro curso da revolução. Graças a ele, encontrou firme apoio de dezenas de milhares de operários de vanguarda. Baseando-se no desenvolvimento da revolução, o Partido foi capaz de, em poucos meses, convencer a maioria dos operários da justeza de suas propostas. Esta maioria, organizada em Sovietes, foi capaz, por sua vez, de atrair os soldados e os camponeses (Trotsky *in* A questão do partido, 1978: 116-117).

Os mencheviques, contra as posições de Martov e contrariando suas próprias tradições, resolveram participar do governo, após a completa falência dos liberais. Em maio, o governo fora composto, então, além dos mencheviques, pelos liberais e, em maioria, pelos socialistas-revolucionários. Tal composição custou aos *mencheviques* um *enorme desgaste junto às massas*, já que o governo se mostrou completamente inoperante com os socialistas-revolucionários à frente, que demonstraram absoluta *incapacidade de governar*. *Some-se a isso a questão da não convocação de eleições, com a não realização da assembléia nacional, o desastre da ofensiva militar* contra os alemães e austríacos e, *principalmente, a não resolução do problema da fome e da crise econômica* que atingia massas de camponeses e operários de toda a Rússia.

Toda a autoridade do governo se esfacelou já em setembro, e as figuras nele identificadas, principalmente a de Kerenski, viam-se totalmente sem legitimidade para seguir adiante no governo de coalizão. O resultado foi que em outubro, juntamente aos socialistas-revolucionários, os mencheviques estavam derrotados porque desgastados perante o povo

russo, o que abriu enormes possibilidades de ascensão do partido bolchevique, que àquela altura tinha conquistado mais espaços políticos junto às massas.

Cabe salientar que a identificação dos bolcheviques, e em decorrência de Lênin, com as massas russas, deu-se não apenas pelas insatisfações com o governo dos socialista-revolucionários e mencheviques. A figura de Lênin ascendia sobre as massas à medida que o partido bolchevique acertava em suas escolhas políticas, que crescia nos sovietes, que defendia ações concretas que tocavam nas necessidades mais concretas do povo. Além disso, os bolcheviques tiveram um papel importante na crise gerada pelo golpe militar tentado pelo general Kornilov contra o governo, fortemente repudiado por Lênin, que defendeu o governo contra os generais. Tal fato, aliado ao crescimento real do partido, ao crescente descontentamento das massas com a não resolução de suas mais prementes necessidades pelo governo, fez dos bolcheviques a principal liderança junto ao povo e de Lênin o maior líder, identificados como os reais defensores da revolução.

E foi objetivamente o partido bolchevique que defendeu a revolução. Não fosse seu papel decisivo, a experiência revolucionária russa poderia ter desaguado num caos político e num quadro de completo desgoverno, dadas as condições nas quais se apresentava entre setembro e outubro de 1917. Um emaranhado de questões, como vimos, compôs o quadro possível para a tomada de poder pelos bolcheviques. Mas eles só conseguiram ir adiante e, efetivamente, liderar o processo revolucionário, porque estavam preparados. *O partido exerceu concretamente o papel de organizador da revolução e, simultaneamente, preparou-se para ser a sua vanguarda.*

A elaboração teórico-política se mostrou decisiva para o desfecho do processo revolucionário. A idéia de que “sem teoria revolucionária não há revolução” se apresentou de maneira objetiva na realidade russa. As idéias de Lênin, as polêmicas que manteve com outras lideranças bolcheviques, com outros intelectuais de outras tendências, a formulação em torno do próprio desenvolvimento mundial do capitalismo, enfim, todo esse forte elemento teórico permeando as reflexões e as ações políticas foram fundamentais e

indispensáveis. Importante lembrar que no calor da revolução Lênin continuava suas reflexões teóricas produzindo, por exemplo, entre agosto e setembro de 17, sua importante obra: *O Estado e a revolução*.<sup>93</sup>

Nesse mesmo período, escreveu um documento que acabou se tornando o programa econômico do movimento bolchevique: *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*. Nele, defende um programa mínimo para a revolução no qual os bolcheviques procuravam conquistar o apoio ou pelo menos amenizar a oposição dos setores médios proprietários e da própria burguesia. Seriam mantidas as propriedades privadas em todos os setores, inclusive no bancário, com a nacionalização e a unificação previstas, e no petrolífero, que envolvia o domínio de uns poucos grandes produtores. As teses defendidas no aludido documento estavam longe de representar um programa socialista, pois pressupunha uma forte presença do Estado<sup>94</sup> nos monopólios capitalistas que deveriam, segundo previa o texto, estar a serviço do povo e de suas necessidades sociais. Invertia-se a predominância burguesa nos monopólios em favor do novo Estado, que deveria estar acima das indústrias e dos bancos para controlá-los, avançando-se, desse modo, para o horizonte do socialismo. Como afirmou Lênin no texto supracitado:

Pois o socialismo não é outra coisa senão o passo em frente seguinte a partir do monopólio capitalista de Estado. Ou de outro modo: o socialismo não é outra coisa senão o capitalismo monopolista de Estado *usado em proveito de todo o povo* e que, nessa medida, deixou de ser um monopólio capitalista. Aqui não há meio termo. O curso objetivo do desenvolvimento é tal que, a partir dos monopólios (e a guerra decuplicou o seu número, papel e importância), não se pode avançar sem ir para o socialismo (Lênin, 2, 1980: 195).

---

<sup>93</sup> Para Netto, “o seu último produto intelectual de natureza plenamente teórica”. (Netto, 1987: 28).

<sup>94</sup> Aqui, Lênin demonstrava um grande otimismo diante da crise capitalista denotada pela situação de guerra e ante as possibilidades revolucionárias na fase de formação do capitalismo monopolista de Estado: “A guerra imperialista é a véspera da revolução socialista(...) [inclusive] porque o capitalismo monopolista de Estado é a mais completa preparação *material* do socialismo, é a sua *antecâmara*, é o degrau da escada da história entre o qual e o degrau chamado socialismo *não há nenhum degrau intermédio*” (Lênin, 2, 1980: 195-196).

### **3.3. O desafio do partido bolchevique no poder: guerra civil e comunismo de guerra**

O mais importante a se discutir nessa etapa da Revolução Russa é o papel que cumpriram os partidos, especialmente o bolchevique, para levá-la adiante. Aqui, entram elementos que relacionam o programa do partido e a prática política concreta. E nisto concorrem decisivamente os aspectos conjunturais mais imediatos, que não significaram o abandono das metas e perspectivas mais globais da programática partidária.

Como já vimos anteriormente, o partido bolchevique, a partir da direção principal exercida por Lênin, com o forte e destacado apoio de Trotsky, durante os períodos pré-revolucionários, optou diversas vezes pela adoção de táticas que não estavam inicialmente previstas na estratégia revolucionária do partido. Durante o decisivo mês de setembro, Lênin optou claramente por uma agenda mínima que, em tese e num plano tático mais imediato, significava a abreviação do programa socialista em troca da defesa de questões emergenciais e de necessidades concretas das massas. No momento pré-revolucionário havia a possibilidade efetiva dos bolcheviques ascenderem ao poder diante do fracasso do governo do socialista-revolucionário Kerensky e de seus aliados, como os mencheviques. De maneira meteórica, dissolvia-se entre o povo e, principalmente, entre as massas de soldados, operários e camponeses organizadas nos sovietes, a autoridade e liderança política daquelas forças. Tal situação mostrava-se uma oportunidade histórica de tomar as rédeas do poder. Viu-se, então, que o partido bolchevique, através de Lênin, conseguiu impor um programa mínimo que conquistou em pouco tempo o apoio das massas desiludidas com o governo e, ao mesmo tempo, obteve das classes proprietárias pelo menos uma menor desconfiança a partir do programa sugerido por Lênin, na qual aponta as ações com as quais o bolchevismo se comprometeria no afã da tomada do poder.

Isto nos mostra que o processo revolucionário impõe ao partido um permanente acompanhamento dos fatos e uma freqüente análise da conjuntura na qual se inserem as classes sociais em disputas com seus projetos e seus interesses. Ainda que o partido não necessite abandonar suas teses centrais nas quais, em geral, se vislumbram horizontes

macrossocietários de maior lapso temporal, não implica que elas não possam ser subordinadas, estrategicamente, às necessidades político-conjunturais mais prementes.

O que pudemos verificar é que o partido bolchevique operou, a partir de Lênin, uma revisão de suas premissas básicas no que tange à estratégia revolucionária. E o que o resgate dos acontecimentos que determinaram o momento revolucionário nos mostra é que, embora a Revolução Russa não tenha se anunciado num primeiro estágio como uma revolução socialista – como fica evidente ao se observar as teses bolcheviques expressas fundamentalmente em *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la* –, tomou rapidamente o rumo do socialismo na medida em que foi adquirindo elementos revolucionários em suas ações práticas e em suas formas de organização.

Os acontecimentos prévios à revolução exigiram da direção do partido bolchevique ações que levaram à sublevação, no momento em que as condições objetivas pareciam mais favoráveis e, ao mesmo tempo, quando os fatores subjetivos demandavam uma postura corajosa dos dirigentes mais capazes. Como se sabe, havia no interior do partido velhos dirigentes que resistiam à tomada de poder por parte dos bolchevistas, temendo um isolamento político. Para eles, destacadamente Kamenev e Zinoviev, corria-se um sério risco de ficarem sós sem o apoio dos outros partidos e forças políticas. Argumentavam em favor de uma frente que reunisse as principais forças em torno de um governo de coalizão, pois do contrário a revolução seria derrotada e se configuraria numa aventura.

Não era assim que pensavam Lênin e Trotsky. Para estes, com o enfraquecimento dos socialista-revolucionários à frente do governo e, junto destes, com o desgaste dos mencheviques, abria-se espaço para tomar a direção do processo. Os dois intelectuais-dirigentes se agarravam na análise da situação política e econômica que fazia com que os vários setores da sociedade russa já não mais legitimassem o governo de Kerensky. De um lado, os camponeses, que acreditavam que tal governo lhes daria a terra, retirando-a dos latifundiários, promessa não cumprida. De outro lado, a insatisfação crescente dos operários

industriais e de parte da burguesia industrial com a crise econômica sem fim. E, ainda, a revolta dos soldados, cansados da guerra e desacreditados dos altos comandos militares.

Tal quadro político e mais o efetivo crescimento dos bolcheviques nos soviets, já que obtinham a maioria no mais importante – o da cidade de São Petersburgo –, todos esses fatores articulados entre si trouxeram a confiança para Lênin e para Trotsky de que havia se construído um cenário que poucas vezes se repete na história, no qual a reunião das condições objetivas e subjetivas concorre favoravelmente para a insurreição. Aqui, cabe destacar o *desapego de Lênin a modelos teórico-analíticos pré-estabelecidos*, uma vez que sua perfeita compreensão do método marxiano de análise da realidade – as “análises concretas de situações concretas”- o fez um permanente leitor da situação objetiva por meio da qual submete/articula as categorias teóricas. Assim, a necessária *flexibilidade das estratégias* aparece como uma *constante lenineana*. Ou seja, o rigor dos princípios só tem validade quando confrontado com o mundo real e concreto, com as contradições que obrigam o analista a rever permanentemente suas posições.

Quando, em 23 de outubro, se realiza a reunião do comitê central do bolchevismo para analisar a situação russa, aqueles pressupostos teórico-analíticos e aqueles fatores objetivos e subjetivos anteditos já eram do controle de Lênin e de Trotsky. Desta maneira, conseguiram fazer valer suas posições e a direção central do partido aprovava, então, por apenas dois votos contra, a defesa da revolução. Ela apontava para a sublevação contra o governo de Kerensky e, conseqüentemente, pela atribuição de todo o poder aos soviets.

Mais uma vez, podemos ver aqui o quanto o partido teve papel decisivo e o quanto, ao mesmo tempo, teve que realizar um esforço analítico através do qual redirecionava suas ações práticas. Como já se viu, no momento imediatamente anterior a este, o bolchevismo propunha, através das idéias de Lênin, que a eventual tomada de poder pelo partido não significaria a “implantação do socialismo” na Rússia. Ao contrário, o conjunto de propostas contido no famoso texto de Lênin oferecia uma salvaguarda às classes dominantes,

inclusive com garantias à propriedade privada. Na verdade, apresentava-se um *programa mínimo de transição com forte caráter democrático-burguês*.

“Todo o poder aos soviets” surgiu quando o partido de Lênin percebeu que daria a direção do processo, quando notou que nenhuma outra força poderia tomar seu lugar, e quando sabia que esta era talvez a única alternativa política viável de salvar a revolução na Rússia. O desdobramento a que a posição bolchevique levaria era, inevitavelmente, a derrubada do governo de Kerensky. Portanto, no dia 25 de outubro as forças revolucionárias e contra-revolucionárias estavam postas nas cidades russas. Lênin sustentava a estratégia em torno dos soviets considerando-os o instrumento político mais eficaz, tanto para afirmar a hegemonia bolchevique e, com isso, isolar as forças vacilantes (mencheviques e socialista-revolucionários), quanto para, principalmente, assegurar a vitória da revolução com a derrubada do governo de Kerensky e, ainda, para substituir o Estado decadente das classes dominantes russas pelo poder popular, assentado no governo do proletariado em aliança com o campesinato. O poder aos soviets representaria, assim,

uma transformação radical de todo o velho aparelho, deste aparelho burocrático que entrava tudo o que é democrático, a eliminação deste aparelho e a sua substituição pelo aparelho novo, popular, isto é, verdadeiramente democrático, dos Sovietes, isto é, da maioria organizada e armada do povo, dos operários, dos soldados, dos camponeses, a concessão da iniciativa e da autonomia à maioria do povo não só na eleição dos deputados mas também na administração do Estado, na realização de reformas e transformações<sup>95</sup> (Lênin, 2, 1980: 202).

Para Lênin, a situação convergia cada vez mais para o sucesso do movimento revolucionário, tanto pelo crescimento dos bolcheviques – que se dava ao ritmo da perda de legitimidade das outras forças políticas (socialistas-revolucionários e mencheviques, sobremaneira) e da adesão de parte delas às teses bolchevistas – quanto pelo cada vez maior enfraquecimento do governo. A condução do processo pelos bolcheviques se

---

<sup>95</sup> *Uma das questões fundamentais da Revolução* (setembro de 1917).

fortalecia à medida que acertavam em suas estratégias políticas. As reflexões de Lênin foram decisivas a todo momento. Numa carta que escrevera entre 25 e 27 de setembro e num texto seguinte, de 7 de outubro, evidencia-se a articulação, expressa na reflexão teórica, das análises que identificavam o momento político-conjuntural com as tarefas imediatas que cabiam aos revolucionários; consistiam basicamente na mais importante delas: tomar o poder.

Tendo obtido a maioria nos Sovietes de deputados operários e soldados de ambas as capitais, os bolcheviques podem e *devem* tomar o poder de Estado em suas mãos. (...) A maioria do povo está *por* nós. Demonstrou-o o longo e difícil caminho de 6 de maio a 31 de agosto e a 12 de setembro: a maioria nos Sovietes das capitais é *fruto* do desenvolvimento do povo *para o nosso lado*. As vacilações dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques, o reforço dos internacionalistas entre eles, provam a mesma coisa (Lênin, 2, 1980: 306).<sup>96</sup>

A vitória da insurreição está agora *assegurada* aos bolcheviques: (...) 3) estamos em maioria *no país*; 4) a desorganização dos mencheviques e socialistas-revolucionários é total; 5) temos a possibilidade técnica de tomar o poder em Moscovo (que poderia mesmo começar para golpear o inimigo de surpresa); 6) temos *milhares* de soldados e operários armados em Petrogrado, que podem tomar *ao mesmo tempo* o Palácio de Inverno, o Estado-Maior-General, a central telefônica e todas as grandes tipografias; não nos desalojarão dali – e a agitação no *exército* será tal que será *impossível* lutar contra este governo da paz, da terra para os camponeses, etc (*Idem*: 324)<sup>97</sup>.

A tomada de São Petersburgo era fundamental, principalmente porque lá se concentravam as melhores forças bolcheviques, onde tinham plenas condições de obter franca maioria. Exatamente por isso, foi onde menos houve resistência das forças de Kerensky, pois os regimentos militares passaram a não mais ouvir o comando dos oficiais e dos velhos generais governistas, passando a seguir o comando bolchevique, com Trotsky à frente. Ressalte-se aqui outro aspecto importante a se destacar no partido bolchevique, qual seja: a construção de estratégias militares como uma das bases necessárias à consecução

---

<sup>96</sup> *Os bolcheviques devem tomar o poder* (Carta ao Comitê Central, aos Comitês de Petrogrado e de Moscovo do POSDR).

<sup>97</sup> Extraído do texto *A crise amadureceu*.

do processo revolucionário. Ainda que tal aspecto da organização política se modifique ao sabor dos contextos nacionais e das conjunturas políticas, deve-se discutir a pertinência da questão das armas para os partidos revolucionários. Mesmo que se defenda a posição de que a luta armada só pode ser cogitada em contextos autocráticos, outro aspecto pode e deve ser levantado, que diz respeito à necessidade ou não de se articular setores militares para as fileiras revolucionárias. Ainda que o partido revolucionário não necessariamente organize uma estrutura armada, ele pode manter laços com os setores militares das forças armadas como forma de garantir meios de defesa de uma eventual insurreição e até mesmo da revolução.

Para o partido bolchevique, naquele específico contexto russo, a questão militar foi não só necessária como também decisiva. Ainda que as armas não tivessem ocupado papel preponderante na construção da revolução, sem elas não se garantiria a vitória<sup>98</sup>. Para os russos, a partir do momento em que a decisão sobre a sublevação foi tomada pelos dirigentes, as armas foram fundamentais. A formação do Comitê Militar Revolucionário, que tinha Trotsky à frente, criado pelo soviete petersburguense e o apoio das tropas da capital que não mais atendiam ao comando do Estado Maior foram importantes para o dia da rebelião. Na véspera, a central telefônica da cidade e os seus prédios públicos foram ocupados. E no dia 25 de outubro, tomou-se o Palácio de Inverno, sede do governo, onde se encontravam seus ministros, que foram presos, e Kerensky, que fugiu e que, antes de se exilar, tentou liderar levantes contra-revolucionários a partir do interior do país sem, no entanto, obter sucesso, já que estava desacreditado perante as tropas e a população e as principais cidades e aldeias camponesas russas já apoiavam os bolcheviques. Assim, realizou-se o Congresso dos Conselhos de toda a Rússia, conforme fora previsto, e, ao notarem que a maioria votaria a favor dos bolcheviques, a minoria partidária do governo se retirou da reunião. Com isso, a maioria vencedora proclamou o governo dos soviets.

---

<sup>98</sup> O debate sobre a pertinência e a necessidade de se dispor de meios armados para a conquista do poder tem sido visivelmente residual, não ocupando papel central no conjunto dos objetivos estratégicos dos partidos do campo revolucionário. Isto se deve - não só, mas fundamentalmente - à sofisticação que caracteriza os meios repressivos erguidos no conjunto dos Estados burgueses contemporâneos.

A magnífica vitória do partido bolchevique não desenhou na Rússia pós-revolucionária uma paisagem idílica, livre de contradições e dificuldades. Longe disso, o que se seguiu foi uma situação de extrema gravidade para o novo governo. Os desafios eram enormes, e as promessas, de mesma proporção. O apoio do povo russo a partir dos conselhos mostrava uma situação simultaneamente otimista e perigosa. Os revolucionários tinham em suas mãos os soviets, que os apoiavam e acreditavam no programa bolchevique. Por outro lado, como se tratava de uma forma de exercer o poder extremamente descentralizada, punha os dirigentes em permanente exposição e vigília das massas. Tal situação, num quadro de crise econômica, que trazia enormes problemas sociais, como escassez de mantimentos, de matérias-primas, de crise nos transportes, especialmente o ferroviário, enfim, uma conjuntura de gigantescas insatisfações ligadas às necessidades sociais mais prementes da população, só aumentava a responsabilidade política dos revolucionários. Somada a estes problemas, e provocada por eles, uma greve geral paralisou as ações bolchevistas. Além disso, *partidos operários declararam oposição* ao novo governo. Os velhos bolcheviques, mesmo após a vitória mantinham suas descrenças na revolução. O partido bolchevique havia conquistado tanta confiança da maioria do povo russo que esses problemas foram superados, contando para isso com o forte apoio das massas camponesas. A greve se encerrou, os grupos opositores ficaram isolados e até mesmo Kamenev e Zinoviev retornaram às fileiras do partido.

O que se viu nesse processo vitorioso do *primeiro momento da Revolução Russa* é que o partido bolchevique adotou uma perspectiva mais massiva a partir dos conselhos, sem abrir mão da linha estrutural dirigida por quadros de confiança da direção central. Pode-se dizer que o partido foi ao mesmo tempo um *partido de quadros e de massas*, demonstrando *mais uma vez a questão da flexibilidade das estratégias*, adotada permanente e acertadamente pelos bolcheviques.

A designação de poderes ao órgão “Conselho de Comissários do Povo”, criado pelo novo governo, configurou-se como uma estratégia na qual se delegou poderes a diversos

segmentos da sociedade russa, representantes de tendências distintas, afirmando a estratégia conselhistas sob comando do partido bolchevique. Essa postura ampla dos bolcheviques permitiu, inclusive, que se envolvessem no governo, através do Conselho de Comissários do Povo – na verdade, órgão que de fato representava o novo governo da revolução –, aqueles que se opunham à revolução, inclusive as facções dos socialistas-revolucionários que, no transcurso do processo revolucionário, racharam. Parte deles manteve-se fiel a Kerensky, mas outra decidiu acompanhar a revolução bolchevique. Assim, os socialistas-revolucionários de esquerda optaram pela ruptura com sua direção e passaram a apoiar e participar das ações do novo governo. Isso só foi possível pela política adotada, que ampliou as possibilidades de participação das diferentes correntes da esquerda russa. Foi a partir daí que até mesmo os velhos bolcheviques, que tanto se opuseram à revolução, puderam retornar com o aval de Lênin, que confiou a eles destacados papéis no governo. E foi desta maneira que o bolchevismo se tornou hegemônico e conseguiu imprimir um conteúdo revolucionário aos instrumentos já existentes, como os próprios sovietes. A observação de Trotsky acerca do papel do partido na direção do processo revolucionário é cristalina:

Os sovietes são a forma organizada da aliança da classe com a vanguarda. O conteúdo revolucionário desta aliança *só pode ser dado pelo partido*. Isto foi demonstrado pela experiência positiva da Revolução de Outubro e pela experiência negativa de outros países(...). O partido bolchevique demonstrou, na ação, a combinação de suprema audácia revolucionária com realismo político. Estabeleceu, pela primeira vez, entre a vanguarda e a classe, a única relação capaz de assegurar a vitória(...) ensinou ao mundo inteiro como se realiza a insurreição armada e a tomada de poder. Os que opõem uma abstração de sovietes à ditadura do partido deveriam compreender que *somente graças à direção dos bolcheviques, os sovietes saíram do pântano reformista para o papel de órgãos do Estado proletário*. Na guerra civil, o partido bolchevique realizou uma justa combinação de arte militar com a política marxista (Trotsky, 1978: 105; 109-110; itálicos meus)<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> “Bolchevismo e stalinismo” in *A questão do partido. Marx - Engels - Lênin - Trotsky* (1978).

A participação de tendências diferenciadas na construção do governo soviético permitiu que se instituísse uma verdadeira *coalizão de forças sob o comando do partido bolchevique*. Uma vez mais, *afirmou-se a democracia socialista sobre as bases conselhistas*, inclusive confiando postos dirigentes aos soviets. As indústrias ficaram sob controle dos operários. Aos camponeses foram fornecidos meios e condições para que houvesse a desapropriação dos latifúndios. O novo governo, como queria o povo russo, propôs paz àqueles países com os quais estava em guerra. Trabalhava-se efetivamente sob o lema prometido: “liberdade, pão, paz e terra”.

Mais uma vez, ficava provado na prática concreta das massas que o *elemento espontâneo* jogava o peso do imponderável sobre as costas das direções. Parecia que qualquer modelo pré-estabelecido não poderia fornecer garantias de efetividade prática. Não que o planejamento político das ações devesse ser esquecido, mas que passaria sempre pelo crivo da experiência concreta. O governo revolucionário mostrava aos seus dirigentes que o melhor caminho era a articulação entre análises reais e a implementação objetiva. Escapava das proposições teóricas mais geniais a forma pela qual as massas experimentariam o novo, a maneira através da qual se realizariam os homens como sujeitos livres. A emancipação humana como fato inédito (e concreto) entre os próprios homens não estava escrita em nenhum lugar – apenas especulações teóricas acerca do mundo livre que se deseja construir, apenas o dever da liberdade.

Assim é que, na prática concreta dos primeiros momentos da revolução, o partido pôde desenvolver suas reflexões. Só a partir de então é que pôde também planejar suas ações, procurando, da maneira mais eficaz possível e utilizando-se de suas melhores cabeças, vislumbrar cenários, antecipar situações e se preparar para elas. Mais do que na fase pré-revolucionária, agora, diante do desconhecido e do imponderável, teve o partido enormes dificuldades – a seqüente guerra civil foi a principal – cometendo, naturalmente, muitos erros.

O fator que mais desafiou o governo revolucionário foi a situação de *guerra civil* interna que assolou a Rússia entre 1918 e 1920-1. Com o estabelecimento da paz em separado efetivado com a Alemanha, os soviéticos se viram diante de uma ofensiva das grandes potências que identificavam na revolução bolchevique uma ameaça aos seus interesses na região. O país passou a enfrentar um violento *bloqueio econômico que isolou a Rússia* do mundo. O quadro econômico interno se agravou abruptamente.

No campo, as classes sociais remanescentes da revolução agrária<sup>100</sup> – os camponeses proprietários que enriqueceram à época da abolição da servidão da gleba e os pequenos arrendatários – acabaram por formar, já em 1919, “uma massa de pequenos proprietários de terras”. Embora estivessem solidários com o regime, colocavam inúmeras dificuldades para suprir as cidades de alimentos. Não se sentiam recompensados com os pagamentos feitos em mercadorias trazidas da escassa produção industrial e tampouco com os rublos-papel que valiam muito pouco como dinheiro, dada sua imensa desvalorização. Não se sentiam estimulados a produzir e, quando produziam, não queriam comercializar em condições desfavoráveis. Assim, para alimentar minimamente o povo, o governo decidiu confiscar a produção camponesa, o que acirrou suas relações com esses setores do campo.

A situação do governo dos soviets se agravou com as ameaças de invasão que partiram das potências que não aceitavam a paz em separado feita com a Alemanha e, tampouco, reconheciam o governo bolchevique. Este se viu na obrigação de reunir condições militares que garantissem a soberania do território russo já fragilizada com a perda de algumas regiões. Trotsky, designado “Comissário do Povo para a Guerra” investiu fortemente na organização do *Exército Vermelho*. Tal iniciativa se fazia mais do que necessária porque, além da ameaça de invasão estrangeira, internamente se acirrava a guerra civil provocada por ações contra-revolucionárias terroristas tocadas por velhos generais czaristas financiados por potências estrangeiras como Japão, Inglaterra e França.

---

<sup>100</sup> Lembre-se que a abolição dos latifúndios deu-se por decreto logo no segundo dia da revolução de outubro, precisamente no dia 26.

O quadro era, então, de dupla guerra: a mundial, que provocava, inevitavelmente, limitações internas, e, a própria guerra civil interna, incendiada pelos contras. Restou aos bolcheviques o endurecimento do regime a partir da organização militar, enfraquecendo os sovietes formados por soldados que cada vez mais perdiam autoridade e prestígio social na medida em que o comando, agora, passara a ser centralizado num exército não mais do povo, mas dos dirigentes mais graduados dos setores militares, inclusive ex-oficiais czaristas. O Exército Vermelho trouxe a abolição dos conselhos dos soldados e significou, no pensamento de Trotsky, não só a criação de um exército que garantisse a soberania do país como nação, mas a possibilidade de impor aos camponeses – força “auxiliar” do processo revolucionário<sup>101</sup> - a preponderância do proletariado industrial, a classe potencialmente revolucionária.

Com muitas dificuldades, o Exército Vermelho triunfou não só na guerra civil contra o terror branco dos oficiais e proprietários de terras czaristas, como também foi vitorioso nas frentes militares em que atuou, a começar com a reconquista de Kazan sobre os tchecos e se fortalecendo frente ao povo russo quando da reconquista do Cáucaso e as costas do Mar Negro e a Ucrânia na Europa. Os triunfos militares de 1918 possibilitaram ao partido bolchevique um enorme reconhecimento popular,

uma extraordinária autoridade dentro do país(...) Os operários e os camponeses podiam se vangloriar de terem rechaçado vitoriosamente o assalto das grandes potências imperialistas reunidas. Após esse fato, os conceitos de bolchevismo e de revolução russa foram assimilados entre si, diante dos olhos das massas (Rosenberg, 1989: 157).

Ao mesmo tempo em que conquistava importantes vitórias e que desfrutava de tamanha confiança popular, o *partido bolchevique*, por conta das necessidades do contexto do *comunismo de guerra*, restaurou formas centralizadoras, com forte cariz militar que tiveram repercussão na estrutura interna da organização. Ainda que o velho bolchevismo não

---

<sup>101</sup> “O campesinato pode ter um papel muito importante na revolução, mas só de caráter auxiliar” (Trotsky, *op. cit.* p.118).

tivesse abdicado de seus princípios organizacionais, o fato é que no *período pré e no imediatamente pós-contexto da Revolução de Outubro*, vimos uma *flexibilização estratégica do partido* diante das necessidades políticas de cada momento. Como já foi discutido, de maneira objetiva o partido bolchevique soube articular, a partir de seus melhores quadros, a vontade das massas com a perspectiva avançada da revolução sob seu comando. Isso ocorreu quando, ao mesmo tempo, podemos dizer que soube subordinar suas premissas teórico-políticas às condições objetivas e subjetivas que concorriam no processo revolucionário, convertendo-as muitas vezes, e quando necessário foi, às exigências práticas mais imediatas.

Em 1918, tinha-se um exército com forte organização central, instituição burguesa que havia sido abolida com a revolução, substituída pela organização conselhistas de soldados do povo. Naquele ano, os sovietes locais já não tinham qualquer autoridade sobre os regimentos do Exército Vermelho, separado da massa popular e formado em parte por soldados profissionais (Rosenberg, 1989: 158).

O governo dos sovietes foi reformulando suas representações que eram regulamentadas de acordo com as necessidades econômicas e políticas da Rússia do pós-guerra. Assim, verificou-se uma gradual centralização política do poder em órgãos de governo mais distantes das massas populares; nas indústrias, foram formadas instâncias centrais de controle da produção de acordo com os interesses nacionais. Para todos os setores da economia russa – comércio, transportes, bancos – foram criados órgãos administrativos centralizados, com comando bolchevique. Instituiu-se também uma polícia política secreta encarregada de, sob orientação do governo, auxiliar no combate aos contrarrevolucionários. Mesmo que tais instâncias governamentais fossem controladas pelo fórum maior – o “Congresso dos Conselhos de toda a Rússia” –, com o enfraquecimento das representações locais e regionais, começava-se a se desenhar um governo fortemente centralizado nos dirigentes bolcheviques.

Inicia-se uma nova etapa na vida do partido, na qual as ações de governo absorviam suas principais lideranças. Percebe-se aqui o embrião de um processo, que se desenvolveria mais tarde com o término da excepcionalidade da guerra, no qual misturavam-se as funções de dirigentes partidários e de dirigentes da gestão governamental, que teria sido um dos motivos que levou o partido bolchevique a perder gradualmente seu caráter revolucionário. No entanto, as ações à frente do governo revolucionário não podem ser separadas do partido; imaginá-las separadas, seria o mesmo que cogitar a idéia de que o governo seria um espaço estéril politicamente, e estaria assim livre das ações de classe, devendo representar um abstrato interesse geral.

Na verdade, dependendo das formas representativas e democráticas que podem ser criadas por governos de diferentes matizes ideológicos, os governos sempre representarão interesses de classes, velada ou expressamente. A ocultação de tais interesses poderia significar ou uma profunda mistificação do caráter de classe de quem dirige um determinado governo ou a suposição de que o mesmo possa se situar acima das necessidades sociais das classes. A direção classista de um determinado governo supõe a distinção entre as funções dos aparelhos estatais e as tarefas dos organismos partidários – o que não significa imaginar um Estado socialmente estéril, imune aos interesses de classes que, por sua vez, têm no partido (potencialmente) o instrumento capaz de universalizá-los.

A história como a “história das lutas de classes”, como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, mostra-nos que as diversas formas de dominação de classes implicam a ação de homens que ocupam posições de controle político na direção de uma dada sociedade. O Estado como principal instrumento de dominação de classe é, antes de tudo, um órgão de governo. Ainda que possa ser tensionado e disputado por interesses sociais distintos e que, por isso, possa eventualmente incorporar demandas das classes dominadas, é, em última instância, o comitê executivo da burguesia.

Importa neste momento a seguinte constatação: o *partido bolchevique não teria perdido progressivamente sua capacidade revolucionária porque não soube distinguir*

*funções de governo das de organização política das classes*, nem tampouco porque não soube diferenciar dirigentes partidários dos de governo. O *partido recuou de sua agenda revolucionária* por duas razões objetivas: primeiro, porque foi obrigado a *priorizar as ações de governo e para elas incumbiu seus melhores quadros*, reduzindo com isso as atividades de organização política das massas, de suas bases sociais, secundando a tarefa primordial de conscientização do proletariado; segundo, o que me parece mais importante, o partido amainou sua agenda revolucionária por um aspecto concreto e ineliminável da vida social russa, qual seja, a *necessidade de reorganizar na Rússia estruturas de governo* que conseguissem, simultaneamente, *dotar o país de condições econômicas e de proteger sua soberania*, inclusive do ponto de vista militar.

Esse segundo fator foi o principal responsável, junto com a não ampliação da revolução para outros países da Europa, pela burocratização que se apossou do Estado soviético mais tarde, principalmente após a ascensão de Stalin ao centro do poder estatal e partidário. Creio que tal fator escapa às possibilidades de escolha, obviamente se o objetivo for o de manter a legitimidade política junto à população. Não se pode escolher nem as condições econômicas internas nas quais se encontrará o país após a revolução, nem tampouco a configuração das relações internacionais e as lutas de classes nelas travadas. As condições internas na Rússia, como se viu anteriormente, eram as piores possíveis, e se agravaram mais ainda com as guerras. Por isso, a prioridade número um, até como forma de defesa e de continuidade da revolução, foi a reunião de esforços políticos que pudessem reverter a crise. Desse modo, parece claro esta ter sido a investida principal do partido revolucionário russo, resultando na criação de órgãos gestores de governo que monitorassem as ações sob seu comando.

Talvez aqui seja possível discutir o formato de tais órgãos de governo, o exagero de suas formas centralizadas. Mas, mesmo assim, deve-se destacar os riscos que as ações dos contra-revolucionários representavam para o governo. Eles podem ter provocado a necessidade de formas políticas centralizadas, como foi a polícia política. Por outro lado,

não justificariam a progressiva – e não apenas transitória – eliminação política e legal dos partidos adversários, como veremos adiante. A excessiva centralização ganhou maior impulso sob Stalin, agravada, além das razões acima expostas (internas e externas), pelas características políticas – altamente centralizadoras – que seu comando acabou por imprimir ao Estado soviético. Seguida a ela, uma crescente burocratização se apoderou dos aparelhos estatal e partidário<sup>102</sup>.

O outro aspecto a se discutir diz respeito à priorização das ações de governo em detrimento das ações partidárias voltadas à organização das massas e a sua conscientização. Aqui, mais uma vez, as demandas objetivas pressionaram o partido bolchevique, o que fazia com que perdesse espaços junto aos diversos setores da sociedade russa, que passavam a ser ocupados por outros partidos, como os socialistas-revolucionários de esquerda. As tarefas de governo afastaram os dirigentes bolcheviques dos conselhos onde as demandas de massas se apresentavam mais diretamente.

O desfecho desse processo de isolamento do partido bolchevique no poder pode ser identificado na desautorização dos demais partidos a partir do segundo semestre de 1918. Já no início daquele ano *apenas dois partidos eram reconhecidos legalmente pelo governo soviético – além do bolchevique, os socialistas-revolucionários de esquerda. Da proibição dos partidos burgueses, desde o primeiro momento da revolução de 1917, caminhou-se para um sistema que procurava eliminar não só os focos contra-revolucionários, como também os críticos e opositores dos bolcheviques.* Assim, depois do fim dos partidos burgueses, decidiu-se pela *ilegalidade dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários de direita.* Mais tarde, no segundo semestre de 1918, *após atentados promovidos contra o governo pelos socialistas-revolucionários de esquerda, estes acabaram também excluídos da legalidade,* restando, então, o *monopólio do partido bolchevique.*

---

<sup>102</sup> A crítica mais completa da burocratização coube a Trotsky: “Em minha *História da Revolução Russa* (apêndice do último volume: *Socialismo num só país*) há uma resenha do que disseram a esse respeito os chefes do bolchevismo, de 1917 a 1923. Tudo se reduz a uma única coisa: sem revolução no Ocidente, o bolchevismo será liquidado pela contra-revolução interna; pela intervenção estrangeira ou pela combinação das duas coisas. Lênin mostrou mais de uma vez que a burocratização do regime soviético não é uma questão técnica ou de organização, mas o começo de uma possível degeneração social do Estado Operário” (Trotsky, *op.cit.* p.100).

O partido bolchevique havia conseguido triunfar com a revolução, derrotou o velho czarismo, derrubou a burguesia e venceu os contra-revolucionários e, ao final, conseguiu impor sua política ao eliminar da vida pública russa as oposições políticas, tornando-as ilegais. Construiu um Estado socialista onde havia uma generalizada equalização das condições de classe dentro de limitações sociais exorbitantes. Os operários tinham algumas pequenas vantagens, pois eram a principal base de sustentação política do governo bolchevique. A grande maioria da massa de pequenos camponeses tinha sua terra, mas a sua produção era legalmente confiscada e, ainda, eram vistos com muita desconfiança. Os sovietes continuaram existindo como forma representativa das massas por meio dos quais o “Conselho dos Comissários do Povo” fazia valer as orientações do comitê central do partido bolchevique que, de fato, era de onde partiam as decisões mais importantes do governo soviético.

A existência na Rússia de uma ditadura do proletariado ou de uma forma de democracia proletária na qual prevalece o governo da maioria de trabalhadores sobre a minoria rica e proprietária é objeto de controvérsias no debate marxista. Objetivamente, *construiu-se no país um monopólio de Estado sobre a economia, com uma forte centralização política sob o comando do partido bolchevique* que, não sem dificuldades – permanência de descontentamentos e de oposições, persistência de inúmeras resistências internas –, conseguiu hegemonizar as forças políticas, tanto no operariado quanto, em menor grau, no campesinato. A idéia de um *Estado Socialista, do tipo proletário, assentado numa unidade operário-camponesa, com uma forma específica – predominantemente estatal – de controle social da produção* é a mais apropriada para identificar o governo bolchevique.

O partido agora continuava a buscar a afirmação de princípios socialistas que caracterizam um partido revolucionário. A luta pela construção da *Internacional Comunista* foi, ao mesmo tempo, uma forma de salvar a Revolução – com a expectativa, trotskiana, de

se obter apoio de governos operários europeus –, e uma afirmação do princípio internacionalista da revolução proletária. Senão, vejamos.

### **3.4. A consolidação da Revolução Bolchevique e a criação da Internacional Comunista (IC)**

O triunfo dos socialistas bolcheviques ressoava por toda a Europa. Para os operários europeus foi demonstrado que a vitória proletária era possível. De algum modo o partido bolchevique havia conquistado a confiança agora de significativas parcelas do proletariado europeu. Relativamente, podia-se afirmar que a experiência russa impressionava as organizações políticas de outros países por sua eficiente e disciplinada estrutura que conseguiu se impor por toda a Rússia, destituindo o czar, derrubando as classes dominantes, isolando as forças contrárias e, principalmente, derrotando os contra-revolucionários.

Ademais, *interessava aos bolcheviques no período pós-guerra civil* reunir forças para atuar em duas frentes políticas, articuladas entre si: a *expansão da revolução proletária* para todo o mundo, e em especial para a Europa ocidental e central; e, ao mesmo tempo (e conseqüentemente), esperava-se *conquistar forças externas* que ajudassem nos desafios internos da revolução russa.

As condições pareciam ser favoráveis. Vivia-se internamente um curto período de tranqüilidade com o fim da guerra civil e da guerra mundial. No continente europeu, igualmente vivia-se o pós-guerra e os governos estavam interessados em refazer suas finanças depois de se endividarem com os gastos militares e com as perdas materiais e humanas. Suas populações, exaustas do clima bélico e desacreditando da democracia burguesa parlamentar, esperavam melhorias ou, ao menos, esperanças de tempos mais promissores. As organizações políticas encontravam-se desgastadas por conta dos vacilos ou das políticas equivocadas das várias direções de partidos diante da guerra.

O quadro social era de piora das condições de vida dos operários com as seguidas crises econômicas que se agravaram após a guerra. As grandes nações retomavam aos poucos as relações comerciais mais regulares, ainda assim, quase sempre com acordos bilaterais que expressavam as fissuras que a guerra deixou nas relações entre os países. Os países explorados e as colônias não ofereciam condições de consumo das manufaturas dos países imperialistas e, tampouco, mostravam condições de se industrializarem a contento da massa de capitais exportados do imperialismo.

*A falência da II Internacional já se consumara a esta altura e o campo para a afirmação da nova Internacional estava aberto.* Diferentemente de 1914, quando Lênin entoou palavras de ordem por uma nova internacional do proletariado (comunista), o contexto político na Europa era amplamente favorável. Por todos os lados se alardeava o feito bolchevique na Rússia. E diante dos fatores acima citados, era uma questão de tempo para que o partido bolchevique afirmasse sua hegemonia no movimento socialista mundial.

Com a realização de seu primeiro *Congresso em 1919, em Moscou*, com a presença de um número reduzido de delegados, assegurou-se a *criação formal da Internacional Comunista, a III Internacional*, como ficou conhecida. Foi o II Congresso que afirmou a nova organização como referência para os revolucionários de todos os países e, com ele, o partido bolchevique russo como o guia de todos os outros partidos que ingressassem nela.

Em 1918, o quadro político europeu se radicalizou, o que favoreceu a criação da nova Internacional, como queria o bolchevismo. Na Alemanha, o contexto revolucionário se intensificou em novembro daquele ano com a dissolução da monarquia. O mesmo ocorreu na Áustria-Hungria. Cidades como Berlim ergueram conselhos de operários e soldados que dirigiam a região politicamente<sup>103</sup>. Na Itália, uma grave crise social agitava as massas operárias. Na França e na Inglaterra, houve intensa movimentação política do operariado, embora com predominância de correntes mais moderadas, como o partido trabalhista, no

---

<sup>103</sup> Os desdobramentos do movimento revolucionário alemão resultaram, dentre outras repressões, nos assassinatos de Rosa Luxemburgo e de Karl Liebknecht, com a social-democracia alemã à frente, conforme visto anteriormente.

caso inglês. Na Hungria e na Baviera conselhos populares foram formados (Rosenberg, 1989).

Todo o contexto europeu parecia convergir para a criação da Internacional Comunista. O partido bolchevique conquistava simpatias até de setores que eram repudiados entre os russos, como os operários cristãos, os anarco-sindicalistas e os radicais utópicos, impiedosamente identificados com o esquerdismo infantil por Lênin em seu famoso escrito de 1920. Vários desses segmentos da esquerda européia aderiram ao bolchevismo.

Já no II Congresso Mundial da Internacional Comunista realizado em 1920, aumentou-se a representatividade com a presença de delegações de vários países da Europa e de outros continentes. Mas, já nesse período, a Internacional Comunista conquistara, em pouco tempo – denotando o viés de crescimento que experimentava –, espaço político considerável e rivalizava com a II Internacional, como reconhecia o próprio Lênin:

Num prazo tão breve como é um ano, a III Internacional alcançou já uma vitória decisiva, destruiu a II Internacional, a Internacional amarela, social-chauvinista, que em alguns meses era incomparavelmente mais forte do que a III, parecia sólida e poderosa e gozava da ajuda multilateral – direta e indireta, material (lugarzinhos ministeriais, passaportes, imprensa) e ideológica – da burguesia mundial (Lênin, 3, 1980: 329)<sup>104</sup>.

Nesse mesmo contexto, ou seja, após o referido II Congresso, os comunistas de todo o mundo passaram a ter um programa mínimo que objetivava a revolução socialista em última instância, mas que previa ações em diversos campos, como na vida sindical e no campo. Foi criada a Internacional Sindical Vermelha para se opor à Internacional Sindical de Amsterdã, de caráter reformista. Para ela, foi designado Losovski para presidente. Para a presidência da Internacional Comunista foi escolhido Zinoviev.

*A política adotada e orientada para todos os partidos era de conquistar os mais diversos setores da classe trabalhadora, incluindo aí os segmentos médios e os*

---

<sup>104</sup> *A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo.*

*camponeses*. Nesse momento foi *relativizada a reflexão lenineana sobre a aristocracia operária*, uma vez que parte considerável do operariado europeu era formada por segmentos especializados oriundos da diversidade da grande indústria capitalista. Tal relativização não significou o abandono da consagrada definição dos segmentos privilegiados da classe operária; ela foi problematizada em função da necessidade de atuação comunista nos países ocidentais nos quais crescia, velozmente, o número de trabalhadores em indústrias e com ele, o de sindicalizados; e, também, pela necessidade imperiosa de combater as tendências esquerdistas que rechaçavam a participação nos “sindicatos reacionários”. Lênin visava condenar as posições sectárias – dos “comunismos de esquerda” – que podiam distanciar os comunistas das massas proletárias que se concentravam nos sindicatos. O esquerdismo infantil poderia acabar legando as massas ao predomínio e à “influência dos chefes reacionários, dos agentes da burguesia, dos aristocratas operários ou ‘operários aburguesados’”. Ele pensava nesse momento nas possibilidades de crescimento comunista entre as massas proletárias das indústrias do Ocidente:

Na Inglaterra, França e Alemanha, milhões de operários passam, *pela primeira vez*, da completa falta de organização para a forma elementar, inferior, mais simples e acessível (para os que se acham ainda impregnados por completo dos preconceitos democrático-burgueses) de organização, precisamente para o sindicato – e os comunistas de esquerda, revolucionários, mas insensatos, ficam de lado, gritam ‘Massa’, ‘Massa!’ – e *recusam-se a trabalhar dentro dos sindicatos!! recusam-se sob o pretexto do seu ‘reacionarismo’!! inventam uma ‘união operária’ novinha, limpinha, inocente dos preconceitos democrático-burgueses, que não cometeu os pecados da estreiteza profissional e do corporativismo, que pretensamente será (será!) ampla e para a participação na qual se exige apenas (apenas!) o ‘reconhecimento do sistema soviético e da ditadura’(...)* (Lênin, 3, 1980: 302-303; itálicos próprios do autor).<sup>105</sup>

Para ele, a revolução na Europa se daria com a transformação dos grandes monopólios em propriedades do Estado de corte operário. Para tanto, deveriam ser criados

---

<sup>105</sup> *Op. cit.*

por todo o continente partidos comunistas que abrangessem o máximo possível dos setores combativos da classe trabalhadora. Mesmo nos países não desenvolvidos do ponto de vista capitalista, os comunistas deviam defender a revolução de caráter anti-feudal. Como se vê, *a estratégia do partido bolchevique era pouco ortodoxa* no que tange ao modelo de revolução. *Interessava a expansão do sentimento revolucionário para todo o mundo.* Como analisou Rosenberg, nesse momento “a revolução não é para Lênin uma questão típica do proletariado, mas é a revolta democrática da humanidade contra o imperialismo” (Rosenberg, 1989: 177)

Aonde mais se esperava o desenvolvimento de um processo realmente revolucionário era na Itália e na Alemanha. No entanto, tanto nesses países como em outros, onde se construíram partidos comunistas filiados à Internacional Comunista, havia uma cultura política diferenciada do modelo bolchevique. Os anos de experiência acumulada no período pré-revolucionário na Rússia permitiram ao partido bolchevique adquirir posições mais avançadas diante das possibilidades que se colocavam na realidade. Entre os novos partidos comunistas europeus, muito havia que ser construído. A Internacional Comunista sob comando bolchevique exigia que se formassem rapidamente partidos comunistas para aproveitar as condições objetivas e subjetivas relativamente favoráveis ao desencadeamento de ações revolucionárias nos países europeus. A partir de então, os jovens partidos comunistas teriam que se lançar numa jornada de intensas agitações políticas que conseguissem arregimentar as classes trabalhadoras de seus países para marcharem rumo à revolução.

As famosas *vinte e uma condições* para o ingresso na Internacional Comunista foram uma tentativa dos bolcheviques de direcionar o perfil das novas organizações que surgiam, bem como uma forma de filtrar a entrada na Internacional de forças políticas que não estivessem de acordo com as orientações de Moscou, especialmente as correntes centristas que eram maioria em muitos dos partidos socialistas europeus. Objetivava-se, ainda,

acelerar a formação política de novos quadros comunistas capazes de dirigir os novos partidos.

Reproduzo, de forma resumida, as vinte e uma condições determinadas pela Internacional, para em seguida discutí-las:

- 1- a propaganda e a agitação cotidiana devem obedecer a um caráter comunista;
- 2- depuração das direções dos movimentos operários, expurgando os reformistas, inclusive os mais experientes, colocando nos cargos de responsabilidade os comunistas;
- 3- a ação legal deve se combinar por todas as partes com a ação ilegal;
- 4- propaganda comunista para dentro do exército;
- 5- propaganda e agitações políticas no campo feitas pelos operários comunistas;
- 6- denúncia do social-patriotismo e do social-pacifismo já que fazem a política da Liga das Nações;
- 7- ruptura com os reformistas assumidos, tais como Turati, Kautsky, Hilferding e outros;
- 8- apoio, não em palavras mas em ações, a todos os movimentos de emancipação das colônias;
- 9- formação de núcleos comunistas subordinados ao conjunto do partido nos sindicatos;
- 10- combate à Internacional Sindical de Amsterdã;
- 11- depuração da representação parlamentar;
- 12- estabelecimento da organização dos partidos comunistas sobre a base do centralismo democrático, mediante férrea disciplina;
- 13- depurações permanentes dos elementos pequeno-burgueses nos PC's legais;
- 14- apoio incondicional às Repúblicas soviéticas em sua luta contra os contra-revolucionários;
- 15- estabelecimento de um novo programa comunista adaptado às condições especiais do país;
- 16- reconhecimento do caráter obrigatório das decisões da IC, "partido mundial único";

- 17- denominação dos partidos de “partido comunista” ao invés de “partido socialista”;
- 18- publicação, em todos os organismos da imprensa comunista, de todos os documentos importantes emanados do Comitê Executivo da IC;
- 19- convocação de um Congresso em quatro meses após o II Congresso para debater as condições de admissão;
- 20- eleição do novo Comitê Central, tendo em conta que dois terços de seus membros devem ter sido comunistas anteriormente;
- 21- exclusão do Partido daqueles que recusarem as condições de adesão.

O impacto destas condições políticas sobre os novos partidos comunistas europeus e sobre os demais socialistas foi ao mesmo tempo de repulsa – por parte daqueles que rejeitavam o bolchevismo como modelo mundial de organização do proletariado, como é o caso dos social-democratas, dos anarquistas e de alguns setores esquerdistas, principalmente os seguidores das idéias de Rosa Luxemburgo – e de efusivo apoio pela ampla maioria das correntes socialistas e dos novos comunistas que surgiam das fileiras do massivo operariado europeu. Importa identificar aqui a maneira pela qual foram aceitas e incorporadas, bem como os resultados imediatos e de mais longo prazo que produziram.

Como já descrevi, o quadro político e sócio-econômico favorável criou um ambiente de intensa vontade revolucionária. A idéia de que o desencadeamento de ações revolucionárias em todo o continente era não só necessário como viável foi abraçada pelos partidos e tendências que ingressavam na IC e que, portanto, aceitavam suas condições. Esse contexto propício possibilitou ao partido bolchevique a formulação das condições que apontavam para a afirmação da política comunista, como na primeira e na décima quarta e da décima sexta à vigésima primeira condições. Nelas se verifica a clara perspectiva de que uma ofensiva revolucionária-comunista deveria ser posta na ordem do dia e explica a tese que predominou nos anos imediatamente após a guerra mundial. Tal perspectiva assegurava-se, além do contexto relativamente favorável, na confiança que os bolcheviques adquiriram na Europa, junto às organizações políticas dos trabalhadores de diversos

estratos sociais. Nas quarta, quinta, nona, décima e décima primeira condições torna-se mais evidente a auto-confiança bolchevique, que indicava a necessidade de estender a sua política para os setores mais variados das sociedades européias.

A mesma auto-confiança permitiu fazer com que o modelo de organização interna do bolchevismo russo fosse também aceito pelos membros da IC, como se pode observar, principalmente e de maneira explícita, nas condições terceira e décima segunda. As depurações, como forma de se afirmar a dominação de uma tendência sobre as demais, podem ser feitas em contextos políticos opostos. Ou quando se detém amplos poderes internos e junto às bases, legitimamente aceitos pelos membros de uma determinada organização política. Ou, por outro lado, quando já não mais se desfruta de tal legitimidade, o que faz com que se utilizem de meios coercitivos para se impor a direção, como faria Stalin noutro contexto da IC, o que veremos mais adiante. Nesse momento da IC, como se sabe, gozava-se de ampla legitimidade interna e externa, o que permitiu a política de depurações da organização. Assim, fica expresso e aceito pelos seus membros, e podem ser constatadas nas condições sexta, sétima, décima primeira, décima terceira e vigésima primeira.

Por fim, para além dos diversos aspectos problemáticos das condições da IC, deve-se registrar o caráter avançado de muitas de suas diretivas, assim como se deve ter em conta que elas se voltavam para uma perspectiva revolucionária por toda a Europa. Frente às organizações européias existentes, pode-se dizer que a política da IC representava dois paradoxos que *repercutiam na atuação dos partidos* a ela conectados.

Primeiro, aquele que envolve a relação entre “esquerdas” tão diferenciadas, concepções de partido revolucionário tão díspares, exatamente porque tão desiguais eram seus contextos sócio-políticos. Deste modo, pode-se inferir a seguinte conclusão: a afirmação da política da IC sobre os partidos europeus cumpriu um duplo e ambíguo papel: de lhes tolher o desenvolvimento autônomo, de acordo com as limitações e potencialidades de suas formações sociais e, por sua vez, de suas estruturas de classes; e, por outra parte,

de os fazer avançar politicamente, com a adoção de um programa avançado, que permitiu o desenvolvimento de ações concretas voltadas para a organização consciente das massas, assim como possibilitou o crescimento factual do movimento comunista internacional e sua articulação também em níveis internacionais e com parâmetros minimamente unificados.

O segundo paradoxo diz respeito à forma pela qual foi interpretada, nos contextos nacionais específicos e entre os próprios russos, a agenda de expansão revolucionária que orientava a IC. Houve uma caráter confuso e paradoxal da discussão sobre as vinte e uma condições que, “elaboradas em Moscou num contexto de uma estratégia ofensiva a curto prazo, foram adotadas no Ocidente num contexto de uma estratégia defensiva de mais longo prazo: uma estratégia cuja idéia básica era a de que o socialismo podia construir-se no âmbito de um só país” (Kriegel, 1986: 89-90).

A seqüência desse processo político pode ter sido a causa da inversão das estratégias da IC, somadas é claro, às derrotas das várias tentativas de revolução pela Europa: as da Alemanha e da Hungria em 1919; a da Alemanha no ano seguinte; no mesmo ano, a derrota da greve geral dos ferroviários na França e das greves e ocupações de fábricas na Itália, assim como da frustrada greve geral na Tchecoslováquia. De todas elas, a derrota mais acachapante que se abateu sobre o movimento comunista foi a de março de 1921, novamente na Alemanha, que havia sido preparada pela primeira vez pelo Komintern – o Comitê Executivo da IC –, com Bela Kuhn, Pogany e Guralsky.

A conjuntura política se modificou e esperava-se reunir condições para uma nova viragem revolucionária. O recuo do Exército Vermelho em Varsóvia<sup>106</sup> encerrou, de fato, o primeiro ciclo da ofensiva proletária mundial, ainda que tal fato não fosse interpretado assim pelo movimento comunista. Entre 1921 e 1923, redirecionou-se o foco de atuação que apontava agora para a constituição de uma frente única das forças revolucionárias,

---

<sup>106</sup> O Exército Vermelho marchou pela Polônia na expectativa de que ali se teria um campo estratégico de salvaguarda à revolução que se esperava acontecer na Alemanha. Como ela foi frustrada, os russos recuaram (Rosenberg, 1989: 195).

senalizando – a partir do III Congresso da IC em Moscou – uma clara inflexão em relação ao sectarismo que prevaleceu no período anterior.

A situação econômica soviética estava caótica. Mesmo com a vitória definitiva sobre os contra-revolucionários em 1920, com a derrota do general branco (contra-revolucionário) Wrangel – que demarcava o fim da guerra civil –, a fome predominava entre todo o povo russo, tornando dramáticas as condições de vida oferecidas pelo governo bolchevique. Para a maioria da população, o fim das guerras não melhorou suas vidas. O VIII Congresso dos Conselhos de toda a Rússia e o X Congresso do Partido Comunista Russo tomam consciência de tal quadro e, a partir de deliberação deste último, formulou-se a *NEP (Nova Política Econômica)*.

Há que se notar que essa primeira fase de atuação da IC foi caracterizada por inúmeras contradições, algumas delas discutidas anteriormente. Não se pode descolar as perspectivas programáticas do partido bolchevique dos eventos e dos acontecimentos concretos que determinaram sua atuação. Se admitirmos que um dos elementos, senão o mais importante, que compõem a base de um partido que se pretende revolucionário, é a busca da hegemonia entre as diversas forças políticas, pode-se compreender o esforço dos bolcheviques em internacionalizar suas bandeiras como uma tentativa de se afirmar como dirigente do movimento comunista internacional.

Dentre os vários itens que compuseram as chamadas vinte e uma condições, que de alguma maneira funcionaram como um programa geral e mínimo escolhido pelo partido, deve-se destacar, além dos já referenciados, duas condições que merecem destaque pela sua evidente perspectiva revolucionária que, indiscutivelmente, influenciaram e influenciam até os dias atuais os movimentos comunista e socialista, e que demarcaram mais uma vez – o pioneirismo coube a Marx e a Engels no *Manifesto* de 1848 – e definitivamente tais condições como referências para todos os revolucionários, em especial para os comunistas.

As condições da IC, às quais aludo, são as *oitava* e *décima quinta*. A oitava – a que exige o apoio “não em palavras mas em ações”, a todo o movimento de emancipação das

colônias<sup>107</sup> – é, se devidamente atualizada, expressão cabal da solidariedade internacionalista que move todo o movimento comunista em todo o mundo e em todas as épocas históricas. Sabe-se, a partir da observação dos eventos reais e concretos que marcavam o contexto russo e europeu, que a intenção do partido bolchevique não era apenas afirmar o princípio do internacionalismo. Ele movia-se por análises objetivas da realidade do capitalismo monopolista<sup>108</sup> que mostravam a necessidade de combate às forças imperialistas em todos os flancos, bem como explicitavam que à Rússia não cabia outra alternativa a não ser se solidarizar e buscar solidariedade no proletariado mundial. No entanto, o que procuro salientar é que o *internacionalismo* foi, naquele momento histórico, *reafirmado no plano das estratégias comunistas*.

E a condição décima quinta – a que prevê o estabelecimento de um programa comunista adaptado às condições especiais de cada país. Nesta, atribui-se especial relevo à *questão nacional* para a programática e para a ação revolucionárias em todos os países, questão que também já aparecia no *Manifesto do Partido Comunista*. Na fase de expansão do movimento revolucionário, viu-se que a questão nacional não foi abandonada, antes reafirmada pelo movimento comunista internacional de maneira explícita pela IC. Tal hipótese só pode ser verdadeira se entendermos que essa organização internacional dos revolucionários marcou a formação dos partidos comunistas por todo o mundo e que estes, por sua vez, tiveram, não sem problemas, papel de destaque nas lutas nacionais dos povos trabalhadores de todo o mundo.

---

<sup>107</sup> A “questão colonial” que deve ser distinguida da “questão nacional”, foi retomada e aprofundada pelo movimento comunista internacional no V Congresso Mundial da IC, como se verá na seqüência imediata desta tese.

<sup>108</sup> Como se sabe, decisivamente influenciadas pela teoria de Lênin em *Imperialismo – fase superior do capitalismo*.

### 3.5. As tarefas práticas do partido no poder: a NEP e o apoio nas massas da IC

Mesmo após o fim da guerra civil, o governo bolchevique continuava a enfrentar dificuldades internas. Vivia uma encruzilhada entre a *crescente oposição* – cuja novidade vinha dos operários, mas que permanecia entre os milhões de camponeses –, a *real pobreza dos trabalhadores* e, por outro lado, o *refluxo do movimento comunista na Europa*. Recorde-se que em março de 1921 ocorreu uma revolta liderada por marinheiros e soldados em Kronstadt que obteve apoio de forças contra-revolucionárias (dos brancos e de emigrados russos oponentes dos bolcheviques) e que custou, além de perdas militares no Exército Vermelho, um relativo desgaste político que já se somava àquele causado pelas dificuldades econômicas e sociais.

Neste contexto é que surge a NEP, que significou uma mudança radical frente à política adotada durante os anos do comunismo de guerra. Com ela, o partido demonstrou enorme capacidade de se antecipar às contradições sociais que mais o pressionavam. A partir da liderança de Lênin, os bolcheviques promoveram uma virada radical nas condições políticas do governo, no sentido de alterar suas ações, interna e externamente. O enfraquecimento do movimento revolucionário mundial fez com que se modificassem tanto as relações internas dos bolcheviques com os diversos setores da sociedade russa, como as relações com as forças políticas de outros partidos e organizações nos outros países. Internamente, a NEP acenou com uma nova política econômica na qual procurou-se atender, de uma só vez, aos interesses dos operários, dos camponeses, assim como os do próprio país, que precisa encontrar formas criativas de superar a crise econômica que já se arrastava por cerca de sete anos. O que se pode afirmar é que *o partido bolchevique*, a partir da sempre influente participação de Lênin, *não se apegava a fórmulas prontas* para defender a revolução. *Os modelos eram aqueles que melhor se adequassem às necessidades de manter o partido hegemônico, como dirigente do processo político.*

Aos camponeses, o Estado cessou o confisco do trigo. A partir da NEP, os produtores deviam pagar, em espécie, ao Estado uma forma de imposto, tornando comercializável o excedente produtivo. Tal política significava que estava *restaurada (agora formal e legalmente) a propriedade privada* na Rússia e com ela, a possibilidade do pequeno comércio e o dinheiro, a partir da constituição de um mercado relativamente livre. O Estado “mantinha em seu poder a grande indústria, as ferrovias, os bancos e o monopólio do comércio exterior”. Tratou-se também de estabilizar a combalida moeda russa, o rublo (Rosenberg, 1989: 196).

Reconstituiu-se a estrutura de classes sociais composta, além dos operários e dos camponeses, por outras camadas médias formadas pelos funcionários das estatais, do próprio partido, além dos diversos profissionais liberais, tais como, médicos, professores, escritores, artistas e os militares oficiais e suboficiais do Exército Vermelho. Na nova economia russa estas profissões passaram a dar uma nova fisionomia às relações sociais que começavam a se complexificar de uma maneira capitalista.

Lênin estava absolutamente ciente destas concessões, tanto que ele mesmo denominou esta nova fase de *capitalismo de Estado*, com preponderância dos interesses proletários, ao contrário do capitalismo monopolista burguês. A heterodoxia deste modelo era tanta que o governo bolchevique passou a manter relações com as nações capitalistas, sobretudo depois que parte delas passaram a reconhecer formalmente o governo soviético. *O país passou a participar do comércio internacional, ainda que de forma bastante residual. Fundou representações políticas e embaixadas em diversos países. Estabeleceu acordos bilaterais, assinou um entendimento diplomático com a Alemanha – o Tratado de Rapallo – e passou a buscar investimentos estrangeiros para os setores de infra-estrutura, como siderurgia e transportes, cobrando impostos sobre a produção, mas deixando livre a exploração dos excedentes.*<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> Registre-se que, mesmo com tais concessões, poucas foram as empresas que se instalaram na Rússia após a NEP.

O resultado da NEP trouxe para o país a superação da fome e o soerguimento da indústria com impactos diretos nos indicadores da economia russa. Com isso, o partido bolchevique conseguiu, num só tempo, estancar as insatisfações das grandes massas e isolar os grupos opositores, mudando a economia, mas mantendo os fundamentos políticos da estrutura política do país.

De outra parte, como não mais dependia desesperadamente de uma revolução mundial a qualquer custo, passou a adotar uma política mais ampla, aberta e de mais longo prazo. E como vivenciava um momento de diminuição de sua influência no movimento comunista internacional, passou a adotar uma política de alianças com outras forças de esquerda, inclusive com os social-democratas, bem como resolveu orientar os comunistas a atuarem nos diversos planos da vida social, no cotidiano da vida dos trabalhadores, especialmente no campo da luta econômica que envolve salários e outras questões reformistas. Daí é que a palavra de ordem *Apoio nas massas* – do III Congresso da IC, reunido em Moscou entre junho e julho de 1921 – servia para orientar esta nova fase do bolchevismo.

*A frente única* – desdobrada posteriormente pelo executivo da IC em janeiro de 1922 e deliberada pelo seu IV Congresso realizado em dezembro do mesmo ano – também expressava esta nova fase, que demarcou uma mudança na estratégia da IC. Esta mudança implicou alterações no conjunto das táticas dos partidos comunistas de todo o mundo no sentido de buscar criar novas relações com outras forças políticas do campo da esquerda. Tal giro tático demandou a construção de uma nova perspectiva no interior dos PC's, que agora deveria estar voltada para as lutas cotidianas do proletariado, para as questões econômicas que influem no conjunto dos trabalhadores. Essa modificação não significou o abandono da revolução e da luta pela emancipação do proletariado mundial, mas a tornou um objetivo mais distante e menos plausível. Os comunistas não deixariam de apontar para os proletários o horizonte do comunismo, mas fariam um esforço de relacioná-lo às demandas mais imediatas dos trabalhadores. Da mesma forma, não estariam os comunistas

abdicando da crítica ao economicismo, mas relativizando-o e colocando-o no campo mais político da luta.

Do mesmo modo que esta fase que apontava a IC significava uma *inflexão na agenda dos PC's*, ela pressupunha que os dirigentes procurassem *se aproximar dos sindicatos operários em todo o mundo*, não prioritariamente para levar a promessa comunista, mas *para disputar – com a social-democracia e com todos os outros setores reformistas* intervenientes na vida sindical – cada operário que desejava um aumento salarial ou alguma melhora nas suas condições de trabalho. Aí se incluía um aspecto que escapava ao controle dos comunistas e que ajudou ainda mais a diminuir a incidência dos PC's sobre o conjunto do proletariado. Trata-se da *ampla vantagem que tinham os social-democratas no campo das lutas econômicas*, pela simples razão, determinante, de um *acúmulo de experiências nesta área. Tinham os PC's que enfrentar simultaneamente suas próprias debilidades e a força dos reformistas social-democratas nas lutas econômicas*. Para tanto, a *tática não pôde ser outra: constituir uma frente única de caráter ampliado*.

A *Tese sobre a frente única do proletariado* aprovada no Congresso de junho-julho de 1921, reconhecia exatamente esta necessidade junto ao reconhecimento tácito de que a expansão da revolução mundial havia entrado em franco declínio. A tese pressupunha a abreviação das diferenças teórico-políticas e estratégicas que os comunistas mantinham historicamente com as tendências reformistas, para viabilizar a frente, cujo objetivo era, dentre outros, combater o reacionarismo e as tendências de direita que contaminavam a classe operária.

A aproximação entre os comunistas e reformistas tornou-se mais concreta com a realização da Conferência de Berlim, em abril de 1922, de iniciativa da União de Viena. Pela primeira vez desde 1914 – e também última – foi possível reunir expoentes da IC, como Bukárin, Frossard, Radek e Bordiga, com lideranças de outras organizações internacionais,

como Vandervelde, Huysmans, Mac Donald e Stauning da II Internacional e Adler, Bauer, Longuet e Martov da chamada *II e ½ Internacional*.<sup>110</sup>

Ainda que ao final se tenha chegado a pontos consensuais para a atuação da frente das internacionais, a Conferência acabou se configurando num espaço de fortes críticas à atuação da IC, que foi alvo de várias exigências voltadas ao partido bolchevique russo. Pediam o reconhecimento da autodeterminação da Ucrânia, da Armênia e da Geórgia, além de cobrarem a liberdade de ação política para os partidos socialistas e o restabelecimento dos direitos de defesa dos presos políticos, especialmente dos socialista-revolucionários no governo bolchevique.

Chegou-se a um acordo para uma ação conjunta que, longe de uma unificação orgânica das tendências, previa o estabelecimento de deliberações em comum com vistas a ações concretas nos países nos quais pudessem atuar e formou-se um comitê que deveria organizar tais ações unificadas. (Kriegel, 1986: 94). Para o Komintern<sup>111</sup>, a Conferência de Berlim pouco avançou, já que na prática havia feito muitas concessões com poucas contrapartidas objetivas. O IV Congresso da IC, em dezembro de 1922, rechaçou a possibilidade de uma frente de esquerda, requalificando-a como uma frente operária na qual os PC's, diante do avanço da direita na Europa e do isolamento em que se encontravam no movimento operário, buscavam se distanciar das correntes da direita socialista.

As correntes reformistas de esquerda e de direita se uniram contra os bolcheviques. Cristalizava-se uma *frente não bolchevique de socialistas*<sup>112</sup>. Ela reunia os membros da II Internacional e os da União de Viena. A proposta que deflagrou seu lançamento<sup>113</sup> previa uma *postura crítica em relação aos bolcheviques, embora reconhecendo o caráter socialista*

---

<sup>110</sup> Situada entre o bolchevismo com a “ingênua paciência de Moscou” e a “ascética falta de fé” dos socialistas-revolucionários de direita que engrossaram a II Internacional, grupos ligados à esquerda dos socialistas-revolucionários fundaram em fevereiro de 1921, a Comunidade de Trabalho dos Partidos Socialistas, que ficou conhecida ironicamente pela denominação de II e ½ Internacional (Kriegel, 1986: 84). Formada principalmente por socialistas austríacos, por independentes alemães e por discípulos de Longuet na França, vislumbrava a possibilidade de se constituir como uma alternativa intermediária entre a II e a III internacionais, situando-se numa posição centrista.

<sup>111</sup> Sigla em russo para Internacional Comunista.

<sup>112</sup> Tal frente tinha Max Adler entre seus expoentes mais destacados.

<sup>113</sup> Contidas no documento intitulado *Manifesto aos trabalhadores socialistas de todos os países*, de maio de 1923 (Kriegel, 1986: 95-6).

da revolução russa. O ponto que mais afastava esta nova internacional da experiência soviética era a *natureza não democrática do regime*, especialmente no que tange aos *métodos do partido bolchevique*, além da *não liberdade de atuação de outros partidos*. Combatiam assim, fortemente, a existência de um partido único e acreditavam na possibilidade de uma renovação democrática no governo. Reafirmavam, dessa forma, as mesmas exigências emanadas de Berlim, referentes à liberdade política e ao fim das perseguições aos opositores. Ademais, como *herdeiros do pacifismo bernsteiniano*, não *pactuavam com a teoria lenineana do imperialismo e das guerras intercapitalistas*, como pressuposto teórico-político para o processo revolucionário.

Pela parte da IC, a *ofensiva social-democrata* por um lado, e, por outro, a *crescente direitização do contexto europeu* consumada após a *derrota de várias frentes revolucionárias* – na Alemanha, Polônia, Bulgária e Itália, que tiveram em suas vanguardas a participação dos comunistas – levam os PC's a apoiarem no V Congresso uma postura mais sectária e hermética em relação à frente única. Procuraram expurgar do interior dos partidos os setores mais moderados e centristas, o que acabou por consolidar uma predominância mais esquerdista nos PC's. Aprovaram resoluções que engendraram formas mais disciplinadoras e hierarquizadas em suas estruturas internas.

Essas novas orientações se desenvolviam de modos distintos nos PC's europeus. Na maioria deles, com a ascensão dos grupos de esquerda, prevalecia uma interpretação da tese da frente única como uma vanguarda que não deveria contar com os social-democratas. Com a consolidação da NEP e, conseqüentemente, com a *relativização da revolução mundial*, *crescia a oposição trotskista* que ressoava sobre a Europa. Caminhava-se, assim, para um bolchevismo extremamente centralizador comandado por Zinoviev, Kamenev e Stalin<sup>114</sup>, e, depois, pelos dois últimos, já que Zinoviev rompera a aliança. O bolchevismo stalineano-kameneviano dirigiu no Partido Comunista Russo expurgos de

---

<sup>114</sup> Com a morte de Lênin, deflagrou-se uma forte disputa pelo comando do partido comunista russo (PCR) que, após aliança entre Stalin, Kamenev e Zinoviev – que governaram a Rússia sob a forma de triunvirato – acabou isolando Trotsky (Kriegel, 1986: 100).

vários comunistas, tanto moderados quanto extremistas, sob o rótulo de trotskismo ou zinovievismo. Parecia que com a *morte de Lênin*, em janeiro de 1924, arreventou-se o já frágil elo que unia concepções tão diferentes sobre o caráter da revolução russa, sobre a concepção de partido e sobre a própria natureza da revolução como um todo.

### **3.6. A bolchevização stalineana e a oposição trotskista: a defesa da URSS como divisor entre o *internacionalismo* e o *socialismo num só país***

A partir da morte de Lênin, começava a se desenhar um quadro polarizado entre duas tendências no movimento comunista mundial: stalinistas e trotskistas. O fenômeno do *stalinismo*, propriamente dito, se *desenvolveria plenamente mais adiante*; no entanto, as condições para que se criasse uma cisão irreparável entre os revolucionários bolcheviques se colocaram a partir de janeiro de 1924. Para ser mais preciso, pode-se afirmar que, a partir de então, *começa a se desenvolver* entre os comunistas – num processo que se consolidaria bem mais à frente - uma divisão entre os partidários de Trotsky, que pensavam a *revolução mundial* como pressuposto para a vitória do proletariado em todos os países, daí o caráter permanente do processo revolucionário; e *aqueles que adotaram a posição que passou a prevalecer na IC de defesa da URSS* como pré-condição para o sucesso das lutas proletárias em outros países. Note-se que, num primeiro momento, mesmo a idéia de se construir o socialismo isoladamente – que derivaria mais tarde na tese do “socialismo num só país” – teve de ser relativamente aceita pelas mais destacadas lideranças bolcheviques, dentre as quais Trotsky. É o que confirma I. Deustcher:

em meados da década de 20, o fato da Rússia estar isolada no mundo acabou por causar uma profunda impressão, como um ato de vingança; Stalin e Bukarin destacaram-se ao expor a idéia de Socialismo Num Só País. Os bolcheviques foram obrigados a reconhecer a amarga necessidade da Rússia ‘prosseguir sozinha’ enquanto pudesse; foi esse o núcleo racional da nova doutrina que cativou tantos internacionalistas e da qual nem Trotsky, nem Zinoviev ou Kamenev discordaram (Deustcher, 1968: 63).

Essa divisão se concretizou definitivamente quando Trotsky *liderou a construção de uma nova Internacional*, que se reunia inicialmente sob a insígnia *Internacional de Oposição bolchevique-leninista*, mas que mais tarde, em agosto de 1933, passou a se chamar por *Liga Comunista Internacional (bolchevique-leninista)*, embrião da futura IV Internacional, fundada em 1938. Para que tal organização surgisse, foi preciso que antes se consolidasse o expurgo de Trotsky do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e, conseqüentemente, da IC. Até que isto se consumasse, Trotsky conseguiu cimentar e organizar uma oposição interna – ao PCUS e à IC – que conquistou adeptos em vários países, se desdobrando no surgimento de correntes trotskistas mais ou menos organizadas por dentro dos PC's europeus. Até o seu completo isolamento no PCUS, seu exílio em 1928 e, finalmente sua *expulsão do país em 1929*, pôde-se constituir efetivamente pelo mundo comunista um *novo fenômeno: o trotskismo*. Para tanto, um conjunto de questões concorreram para que se consolidassem, de um lado, a hegemonia de Stalin no PCUS e na IC e, por outro, a organização da nova Internacional com Trotsky à frente. Essa iniciativa foi precedida das lutas políticas que Trotsky travou com Stalin e seus seguidores, valendo-se da crítica teórica e da condenação das tendências burocratizadoras que se apossavam do Estado soviético, distanciando-o cada vez mais dos ideais revolucionários pelos quais foi edificado. Para Trotsky, diante disso, consolidava-se um quadro que travava o avanço da revolução e, até mesmo, poderia levá-la à ruína:

As 'massas gigantescas' que, segundo Lênin, decidem os desenlaces da luta estavam cansadas, em virtude das privações próprias do país e da espera demasiado prolongada da revolução mundial.(...) A burocracia adquiriu vantagens. Dominou a vanguarda proletária, pisoteou o marxismo, substituiu o partido bolchevique. O stalinismo tornou-se vitorioso.(...) À medida que o centro de gravidade político se deslocava da vanguarda proletária para a burocracia, o partido se modificava, tanto na sua composição social quanto na sua ideologia. Graças à marcha impetuosa da evolução, sofreu, nos últimos quinze anos, uma degeneração mais radical que a social-democracia em meio século. A depuração atual traçou entre o

stalinismo e o bolchevismo não uma simples linha sangrenta, mas um rio de sangue (Trotsky <sup>115</sup>, 1978: 101-102).

Trotsky dirigia sua crítica não só às perseguições políticas e aos expurgos que resultaram na “incompatibilidade não só política, mas também física entre o bolchevismo e o stalinismo” (*Idem*: 102), mas principalmente ao abandono de princípios revolucionários fundamentais, dentre os quais a perspectiva internacionalista que deveria conduzir a revolução para além da União Soviética. Ainda assim, até 1943, quando se dissolveu o Komintern, pode-se dizer que prevaleceu no movimento comunista, pelo menos do ponto de vista formal e organizativo, um internacionalismo. Mesmo que, invariavelmente e por razões conjunturais, a linha política adotada tenha sido de priorização das questões internas ou da questão nacional, como o fora entre 1941-45 com a deflagração do sentimento patriótico russo, com Stálin, sempre houve entre os PC's a inclinação às questões internacionais, mesmo que permanecessem no plano das intenções.

Desde 1848, a questão nacional e o internacionalismo se apresentavam, ao mesmo tempo, como princípios que encarnavam o sentimento revolucionário da tradição socialista. Se as derrotas das lutas nacionais na década de 40 do século XIX serviram para fortalecer a convicção de que a perspectiva da revolução deveria afirmar o caráter internacional das lutas, serviram também para fomentar a idéia de que a questão nacional não podia ser negligenciada. A Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864 – ou I Internacional Socialista – mostrou que o movimento socialista tendia a assumir contornos nacionais quase que inevitáveis. Vários conflitos nacionais permearam a história das lutas socialistas, que exigiram de seus principais expoentes, posicionamentos públicos ou mesmo formulações teóricas. Assim o foi com a questão eslava já desde a década de 40 do século XIX, ou com a questão polonesa, ou ainda, com o problema da unificação na Itália e na Alemanha. Não sem fundamentos históricos, a questão aparece já no *Manifesto do Partido Comunista*, ao

---

<sup>115</sup> “Bolchevismo e stalinismo” in *A questão do partido. Marx – Engels – Lênin – Trotsky*. (1978).

tocar no problema polonês, ou quando, de modo emblemático, proclama que “os proletários não têm pátria”.

O *Manifesto do Partido Comunista* explicita claramente que a luta dos comunistas se diferenciava das outras tendências pelo aspecto internacionalista, posta sempre diante das questões nacionais dos diferentes países com as quais o proletariado se relaciona. Naquele emblemático texto de Marx e Engels, afirmava-se que o confronto dos proletários com as burguesias de cada país era, ao mesmo tempo, a expressão imediata e ineliminável do antagonismo de classes, a sua forma aparente que, embora abrangesse questões objetivas e concretas dos trabalhadores, não revelava a essência das contradições entre capital e trabalho.

A experiência concreta da I Internacional acabou por exprimir, ao contrário das orientações de Marx, que as organizações políticas dos trabalhadores tendiam a se caracterizar como partidos nacionais que lutavam, antes de qualquer outra coisa, por questões que diziam respeito às suas necessidades mais imediatas, nelas incluídas a luta por democracia – ou pelo avanço das instituições democrático-burguesas, afirmando a perspectiva das revoluções burguesas, ou seja, a constituição da república democrática da burguesia – bem como as lutas fundamentais por melhores condições de trabalho, de que é exemplo clássico a busca pela regulamentação da jornada de trabalho nos diversos países onde o capitalismo avançava, que já despontava desde as primeiras décadas do século XIX.

Ainda que a II Internacional tenha expressado o internacionalismo proletário de uma maneira mais efetiva no curso das lutas que se desenvolveram a partir de 1889, a questão nacional esteve presente em todos os momentos, com especial particularidade na Alemanha. Se a partir da II Internacional pode-se dizer que o pensamento de Marx experimentou uma relativa influência no movimento proletário, surgiram também novos dirigentes que, já na entrada do século XX, colocaram novos elementos que – como expressões do marxismo que se configurava como fenômeno a partir de então – introduziram novos contornos à questão nacional e ao internacionalismo.

Na Rússia, fundamentalmente, os bolcheviques tiveram que considerar os variados fatores de nacionalidades e culturas diversas que formavam o império czarista como uma exigência para o sucesso das ações revolucionárias. A questão polonesa mais uma vez suscitou polêmicas que opuseram opiniões distintas de Lênin e de Rosa Luxemburgo, uma vez que era estratégica no contexto internacional europeu, principalmente com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, quando a questão da autodeterminação dos povos tornou-se crucial para o movimento revolucionário bolchevique na Europa, que teve que se defrontar com a força dos nacionalismos de todas as espécies.

A guerra pôs, no âmbito imediato da luta política, a questão nacional num sentido desfavorável aos revolucionários, pois opunha de maneira maniqueísta as reivindicações dos proletários de cada país e os interesses das nações nas disputas imperialistas. Para a II Internacional isso foi decisivo para torná-la cada vez menos internacionalista e, portanto, com reduzido potencial revolucionário. O crescimento de todos os tipos de reformismos e revisionismos à época suscitou sua falência como expressão do movimento *internacional* dos trabalhadores por sua emancipação.

Após a morte de Lênin em 1924, com a conquista da dominação interna no PCUS e externa na IC por Stalin e com o conseqüente expurgo de Trotsky, vê-se a União Soviética num quadro que, com o impulso econômico a partir da NEP<sup>116</sup> e com o monolitismo político construído, aprofundou um viés bastante taticista e menos voltado para a afirmação de princípios teórico-políticos. Dessa forma, tendeu-se para uma relação cada vez mais formal com tais princípios – principalmente com a questão do internacionalismo –, sob a direção de Stalin. Mais tarde, a dissolução do Komintern em 1943, a vitória da revolução chinesa de Mao Tsé-Tung em 1949 – e daí, mais tarde, o conflito sino-soviético –, a secessão iugoslava, o XX Congresso do PCUS de 1956, dentre outras questões, foram fatores

---

<sup>116</sup> É relevante notar que mesmo após a NEP, que assinala um giro russo voltado para a consecução e consolidação internas, não se perdeu a perspectiva internacionalista no interior do partido bolchevique e da IC. Recorde-se que o IV Congresso Mundial deliberou sobre o reconhecimento da importância da NEP para a revolução russa, para o proletariado mundial e para o socialismo.

importantes que recolocaram a questão nacional e o internacionalismo sob novos prismas, nos quais os partidos nacionais tendiam a se afirmar.<sup>117</sup>

A posição da IC no contexto europeu alternava táticas reformistas e a permanência da perspectiva da revolução começando pela Alemanha. O paradoxo se configurava numa pouco clara demarcação das fronteiras entre o plano estratégico mais global e as ações mais concretas construídas em torno da frente única. A possibilidade de se conquistar espaços políticos junto aos operários europeus era defendida como forma de se avançar, não para uma revolução de caráter socialista, mas tão somente para reafirmar a luta contra o fascismo. Isso se defrontava com a meta mantida nos congressos da IC de que os PC's deveriam ter como principal fundamento de ação a revolução socialista de natureza bolchevique. Não havia uma correlação clara entre a função que as reformas sociais (burguesas) estivessem no âmbito das táticas para o acúmulo de forças necessário ao desencadeamento da revolução. Em outras palavras, significava que a tensão entre reforma e revolução não estava equacionada no seio da IC, antes, se mostrava confusa e potencializada.

A IC apoiava a constituição da frente única com os social-democratas embutindo elementos políticos que não faziam parte do âmbito de atuação e de reivindicações da social-democracia, afeita aos limites da luta econômica. Tais elementos se relacionavam à idéia de se objetivar a construção de um governo operário que uniria comunistas e social-democratas, prevendo, inclusive, a participação político-eleitoral no campo parlamentar burguês; ao mesmo tempo, a IC mantinha a meta revolucionária como um horizonte. A ambigüidade da política operária defendida pela IC, implementada fielmente pela direção do Partido Comunista Alemão, tornou-se evidente quando preparava uma revolução do tipo conspiradora que jamais se concretizou pois não se apoiava nas massas, e portanto não mantinha correspondência com a própria política que na prática operava.

---

<sup>117</sup> Fatores que serão estudados mais adiante.

A ascensão do fascismo e do nazismo posteriormente tornou a atuação dos comunistas, por razões óbvias, mais difícil na Itália e na Alemanha, trazendo para os anos 30 uma nova reorientação do movimento comunista internacional como veremos mais adiante. Nesse contexto, acrescentado por questões político-nacionais diversas, a política staliniana externa falhou. Já na fase em que o triunvirato havia de dissolvido, provocando uma inusitada aliança contra Stalin que uniu Trotsky, Zinoviev e Kamenev, entre 1925 e 1927, Stalin defendeu para a Inglaterra uma unidade entre os sindicatos russos e ingleses. Tal idéia partia de uma nova frente que se articulava no seio da IC, que agora previa um acordo com a *Internacional Social-democrata de Amsterdã*, que significaria o sacrifício da *Internacional Sindical Vermelha*. A razão de tal acordo se explica pela necessidade de se buscar uma unidade do proletariado internacional que desse sustentação à Rússia, para defendê-la de um eventual ataque estrangeiro. Note-se que aqui, já não mais se trata de uma perspectiva de revolução proletária. Trata-se de uma espécie de *blindagem do governo soviético*. No caso da aliança anglo-russa em torno dos sindicatos, havia no fundo a preocupação e o receio de um ataque inglês por conta da política comunista na Ásia, oposta aos seus interesses. O saldo de tal política foi muito desfavorável para a direção central do partido bolchevique, já que o reduzido Partido Comunista Inglês tinha uma participação bastante residual diante da força do Partido Trabalhista entre os operários. Produziram-se fatos para a oposição interna criticar a direção partidária bolchevique, uma vez que esta havia apoiado os social-democratas no ocaso de uma greve geral espontânea, desmobilizada pelos sindicatos ingleses com a omissão comunista (Rosenberg, 1989).

Contribuiu ainda para o recrudescimento da oposição a Stalin o desastre da política que conduziu a *atuação comunista na China entre 1924-1927*. A aliança que foi bancada através da IC com o partido nacional chinês (*Kuomintang*) isolou as ações revolucionárias que se desencadeavam desde o início dos anos 20, e com isso, isolou-se também o Partido Comunista da China. No país, apesar do reduzido número de filiados ao PC, os comunistas gozavam de enorme prestígio, exatamente porque a revolução russa ainda exercia

extraordinário fascínio no povo. Por isso, eram os bolcheviques que podiam se propor a ganhar a multidão de trabalhadores chineses na direção de um processo revolucionário.

Esperava-se, aliás, que uma eventual revolução no populoso país asiático permitisse um apoio considerável ao governo soviético. Mais uma vez aqui, *prevaleceu uma política equivocada que apostou num ilusório pacto de paz entre as forças*, assim entendidas, patrióticas do país. Quando as massas, entre 1924-1927, agitavam-se contra as formas mais cruéis de opressão, quando estavam prestes a uma grande revolta, os comunistas preferiram uma política moderada juntamente aos nacionalistas chineses (Rosenberg, 1989). Tal política se deu não sem oposição. E foi Trotsky, que contou com o apoio de Zinoviev e Kamenev, quem emprestou a ela suas palavras, que expressam parte da análise sobre o processo revolucionário chinês:

O Kuomintang é o partido da burguesia liberal durante a revolução, da burguesia liberal que arrasta atrás de si os operários e os camponeses para depois traí-los. Seguindo as vossas ordens [ele se referia ao Comitê Central do PCUS], o partido comunista mantém-se no Kuomintang, apesar de todas as traições, e submete-se à disciplina burguesa deste. O conjunto do Kuomintang entra na Internacional Comunista e não se submete à disciplina desta última; apenas trata de se aproveitar do seu nome e da sua autoridade para enganar os operários e os camponeses chineses. O Kuomintang dá cobertura aos generais agrários que controlam os soldados-camponeses. No fim de outubro último, Moscou exigiu que a revolução agrária não se estendesse para não assustar os proprietários fundiários, que comandavam o exército. Este transformou-se por isso numa sociedade de segurança mútua dos pequenos e grandes proprietários.(...) Se tivéssemos assegurado no devido tempo a completa autonomia do partido comunista, se o tivéssemos ajudado a usar como armas a sua imprensa e uma tática justa, se lhe tivéssemos dado como palavra de ordem: 'armamento máximo dos operários', 'expansão da guerra camponesa no campo', o partido comunista teria crescido, não cada dia, mas cada hora; os seus quadros ter-se-iam temperado na chama da luta revolucionária. A palavra de ordem dos soviets deveria ter sido lançada desde os primeiros dias do movimento de massas.(...) É somente sobre esta base, revolução agrária e soviets, que teria sido possível forjar gradualmente um exército verdadeiramente revolucionário, por outras palavras, um exército operário e camponês (Trotsky<sup>118</sup> 1978: 123-124).<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> “Classe – Partido – Direção” in *A questão do partido. Marx – Engels – Lênin – Trotsky* (1978).

### 3.7. Os paradoxos do nascente stalinismo no âmbito das cisões da IC

Estavam postas, então, as condições objetivas para uma forte oposição interna a Stalin. Somam-se aos fatores acima descritos o mais importante: a “direitização” crescente da política efetivada pela direção central bolchevique. *As teorias de Stalin que culminariam na tese do socialismo num só país começavam a se cristalizar.* Apoiado por Rikov e, principalmente, por sua importância teórica, por Bukarin, elaborou uma política voltada para a Rússia que previa a manutenção da NEP como base da política industrial e, por outro lado, indicava uma política econômica na qual entendia o socialismo russo com bases agrárias sustentadas em cooperativas que deveriam se formar junto aos pequenos camponeses, aqueles setores do campo que tinham pequenas proporções de terras, cuja pequena produção não permitia formar um excedente econômico que levasse ao lucro.

Na leitura de Stalin, os *kulaks* – camada de grandes proprietários de terras que detinham os meios de produção agrícolas e que representavam a classe oponente mais poderosa – *não deveriam mais ser eliminados*, já que se mantinha o controle estatal da economia e, portanto, da moeda, da arrecadação dos impostos, dos bancos, das grandes indústrias e do comércio exterior. Previa-se que com a formação das cooperativas, conseguiria-se *manter uma base agrícola forte* no país que contaria, inclusive, com a produção dos *kulaks*.

Com tal proposta, *formou-se uma grande oposição a Stalin que reunia os velhos bolcheviques* como Kamenev, Zinoviev, a viúva de Lênin, Krupskaja. Criticavam fortemente os “desvios” oportunistas de Stalin em favor dos *kulaks*. Para eles, tais desvios significavam efetivamente que a revolução poderia tomar, a partir de então, um rumo contra-revolucionário, de restauração burguesa. Em uma declaração assinada por centenas de

---

<sup>119</sup> Discurso proferido na assembléia plenária do comitê central e na comissão central de controle em 1º. de agosto de 1927.

velhos bolcheviques, conhecida como *Declaração dos Quinhentos*, expressaram suas divergências.

Já em 1927, o governo bolchevique se vê diante de uma *crise política junto ao proletariado* do país que percebia as concessões aos *kulaks* como um desvio político do ideal da construção do socialismo no país. A direção central do partido, a partir das orientações de Stalin, começa então a promover um giro inesperado. A guinada à esquerda de Stalin obedecia às necessidades objetivas de prosseguimento da revolução russa mantendo assim os bolcheviques no comando. Aqui se observa mais um capítulo das diversas alterações político-ideológicas operadas pelo partido a partir das exigências práticas e concretas. As contradições de classes na Rússia pressionavam o partido a rever sistematicamente suas linhas de ação no sentido de ajustá-las às demandas políticas que delas emergiam.

O “*socialismo num só país*” foi ao mesmo tempo obra teórica de Stalin e demanda real das contradições internas na Rússia e do fracasso da revolução no ocidente. É claro que tais contradições podem ser interpretadas de diferentes maneiras, ou seja, podem ensejar respostas teórico-políticas as mais diversas. No entanto, vale ressaltar antes de avançar mais, a tese do “socialismo num só país” pode também incorporar demandas objetivas do processo revolucionário. Sua avaliação deve ser submetida ao crivo das questões concretas que a determinaram. Como tese que advoga uma nova teoria sobre a transição socialista, ou seja, como revisão da perspectiva internacionalista da revolução mundial do proletariado, mostra-se polêmica e estranha à tradição marxista. Tal avaliação será retomada posteriormente.

O fato é que Stalin redirecionou suas análises anteriores e reviu as táticas adotadas. O XV Congresso do PCUS, em outubro de 1927, foi palco de um giro à esquerda que significou efetivamente uma nova orientação em relação ao problema da economia agrária russa, ao crescimento dos *kulaks* e às constantes crises de abastecimento provocadas pelos métodos de sabotagem dos grandes fazendeiros quando estocavam produtos na espera de

sua valorização com o aumento da demanda, provocando uma alta dos seus preços. A intervenção de Stalin no XV Congresso demonstrou uma vontade surpreendente de acabar com o poder dos *kulaks* no campo, propondo duas linhas básicas de ação.

Em primeiro lugar, a *expropriação forçada das grandes fazendas*, tornando-as posses do Estado; e, em segundo lugar, constituir, a partir das terras expropriadas os chamados *kolkhoses* – cooperativas agrícolas de propriedade coletiva controladas pelos produtores sob a fiscalização do Estado –, dotados de meios de produção mínimos para o desenvolvimento de uma produção agrícola de maior fôlego, garantidos pelo Estado. A meta era a modernização do campo na Rússia ao nível das grandes potências européias, ou pelo menos se aproximar delas num curto espaço de tempo. O Estado, além de buscar garantir os meios de produção, tomaria os impostos das cooperativas, cobrando valores correspondentes ao tamanho da cooperativa coletiva. Tais iniciativas foram assim apresentadas na versão oficial do PCUS:

O XV Congresso tomou a resolução de desenvolver por todos os meios a obra de coletivização da agricultura. Traçou um plano para desenvolver e consolidar uma rede de *kolkoses* e *sovkoses* e deu instruções claras e precisas sobre os métodos de luta em prol da coletivização da agricultura. Ao mesmo tempo, o Congresso traçou a norma de: 'continuar desenvolvendo a ofensiva contra os *kulacs* e tomar uma série de medidas novas que restrinjam o desenvolvimento do capitalismo no campo e encaminhem a Economia camponesa para o socialismo' (História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS, 1945:405-406).<sup>120</sup>

Os resultados mais imediatos dessa iniciativa foram a *reaproximação dos velhos bolcheviques a Stalin*, a obtenção do *apoio do proletariado russo* e, mais uma vez, o

---

<sup>120</sup> Livro que expressa a leitura oficial do PCUS, redigido por uma comissão designada pelo Comitê Central em 1938 e que contou com a ativa colaboração do próprio Stalin. Segundo Netto, o compêndio “é o signo da supremacia absoluta da direção stalinista: reinterpreta toda a história do movimento comunista russo à luz da legitimação do poder de Stalin – é um singular exemplo de falsificação histórica, com a intencional adulteração dos fatos, dados e eventos. Toda ela é construída no sentido de apresentar Stalin como o único herdeiro, teórico e prático, de Marx, Engels e Lênin ; a história anterior a 1917 é uma crônica de feitos de Lênin e de Stalin, seu fiel escudeiro; depois da conquista do poder, é uma sucessão rocambolesca de conspiradores e traidores sem rosto, todos vencidos por Stalin, o protetor do proletariado russo” (Netto *in Stalin. Política – Apresentação*, 1982: 18).

*isolamento de Trotsky*<sup>121</sup>. A política proposta pelo partido bolchevique reverteu a cisão que se anunciava no âmbito da direção central que, com isso, conseguiu minar as ações tanto da direita, quanto da esquerda bolchevique. A vitória de Stalin se fez sentir tanto no plano político – com o isolamento de Trotsky – quanto na área econômica, com esforço de redirecionar a agricultura e a indústria. Segundo Netto,

A derrota de Trotsky, coincidindo com o início da coletivização forçada da agricultura e a arrancada industrial, abre o segundo patamar deste momento da atividade de Stalin. Aí se inicia, na feliz expressão de Deustcher, a *grande mudança*: rapidamente, os *kulacs* – camponeses ricos – são liquidados enquanto classe, as explorações coletivas (*kolkhozes*) se expandem compulsoriamente; o primeiro plano quinqüenal, levado à prática, redundou num crescimento médio anual da produção industrial que orça os 15%. A face do país se transforma: a Rússia medieval começa a entrar na idade contemporânea. Mas a tensão social que acompanha esta *grande mudança* é acentuada e os remanescentes das oposições partidárias dos anos vinte, a partir de 1932, se rearticulam (Netto [org.], 1982: 16).

A adoção prática dos planos de Stalin se fez a partir do que se chamou *Plano Quinqüenal* que, se não cumpriu todas as metas estabelecidas, promoveu um *extraordinário crescimento econômico* do país. Estabeleceu-se como objetivo principal a reconstrução industrial do país, que deveria se processar entre outubro de 1928 e o mesmo mês de 1933, o que resultou numa estupenda recuperação da indústria russa, demandando enorme esforço dos camponeses assalariados e do operariado das cidades que trabalhavam por extensas jornadas diárias nas fazendas cooperativadas e nas grandes fábricas controladas pelo Estado.

Os resultados incidiram mais diretamente no aumento da produção de matérias-primas e maquinarias e na indústria pesada, setores estratégicos para a infra-estrutura econômica do país. Ainda que persistissem os problemas de abastecimento de bens

---

<sup>121</sup> O mesmo Congresso deliberou pontos que radicalizavam a luta contra o trotskismo e o zinovievismo: “Depois de examinar os problemas da edificação do socialismo, o XV Congresso do Partido passou ao problema da liquidação do Bloco trotskista-zinovievista. O Congresso reconheceu que ‘a oposição rompeu ideologicamente com o leninismo, degenerou em um grupo menchevique, abraçou o caminho da capitulação ante às forças da burguesia internacional e interior e se converteu, objetivamente, numa arma da terceira força contra o regime da ditadura proletária’” (*História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, 1945: 406).

alimentícios que colocavam permanentes dificuldades para toda a população, o crescimento industrial realizado na entrada dos anos 30 havia conquistado um importante êxito: a *superação do desemprego*, fator de extrema importância para o governo soviético internamente, já que significava maior apoio à política adotada e, externamente, pois fornecia ao país *estatísticas que se diferenciavam no contexto da crise mundial* que tomou conta do mundo capitalista a partir de 1929.

A guerra contra os *kulacs* trouxe drásticas conseqüências imediatas ao povo russo que se viu diante do racionamento de alimentos devido ao boicote organizado pelos grandes proprietários de terras que reagiram com estocagem da produção, e mesmo com a destruição de grande parte dela. Em 1928, a retenção do trigo realizada pelos *kulaks* obrigou o governo soviético a comprar o produto no exterior. Nas regiões dominadas pelos grandes fazendeiros, a reação envolveu inclusive a perseguição àqueles que apoiavam a iniciativa do governo, com ameaças e mesmo assassinatos. A liquidação desta classe significou efetivamente a defesa da Revolução Russa por parte do governo bolchevique. “Se os kulacs tivessem sido mais fortes que o governo, eles teriam se convertido em dominadores absolutos nas aldeias, aliando-se às frações reacionárias que integravam o aparelho estatal e o Exército Vermelho. Teria se chegado, definitivamente, ao terror russo e a uma ditadura militar dos guardas brancos” (Rosenberg, 1989: 263). A análise de tal vitória pelo próprio PCUS é ilustrativa do seu significado:

Em fins de 1929, quando já os kolkoses e sovkoses foram se desenvolvendo, o Poder Soviético fez uma rápida mudança(...) aboliu a proibição de expropriar os kulaks. Permitiu que os camponeses se apoderassem do gado, das máquinas e instrumentos agrícolas dos kulaks. Procedeu-se à expropriação dos kulaks. Estes foram expropriados exatamente como o foram os capitalistas em 1918, no terreno industrial, com a diferença apenas de que os meios de produção não passaram para as mãos do Estado e sim para as mãos dos camponeses, associados, para as mãos dos kolkoses.(...) O traço característico dessa transformação consistia em que ela se tinha operado de cima, por iniciativa do poder do Estado, com a ajuda direta de baixo, da massa de milhões de camponeses que lutavam contra a vassalagem dos kulaks e por uma vida kolkosiana livre. Esta revolução vinha

resolver de golpe três problemas fundamentais da edificação socialista: a) acabava com a classe exploradora mais numerosa do País Soviético, com a classe dos kulaks, que era o baluarte para a restauração capitalista; b) afastava a classe trabalhadora mais numerosa do País Soviético, a classe camponesa, do caminho das explorações individuais, fonte do capitalismo, para levá-la pela senda da Economia coletiva, kolkosiana, socialista; c) dava ao País Soviético uma base socialista na esfera mais vasta e mais vitalmente necessária, que era também a mais atrasada da Economia nacional: a agricultura (História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS, 1945: 427-428).

### **3.8. O “surto” esquerdista da IC de Stalin diante das contradições internas na URSS e da crise mundial capitalista**

*A vitória da política de expropriação sobre os kulaks – e os resultados econômicos dela derivados<sup>122</sup> -, o grande salto industrial com o primeiro Plano Qüinqüenal<sup>123</sup> e mais a alteração da política dos bolcheviques no exterior com o afastamento dos sindicatos ingleses e com a reorientação da política comunista na China dada pela ruptura com o partido nacionalista daquele país, esses fatores reunidos num mesmo período, reacenderam no governo soviético a perspectiva da revolução socialista.*

Com isso, iniciou-se uma nova fase conduzida pelo partido bolchevique russo que impactou nos rumos da IC como se verá mais à frente. Em seu curto espaço de existência a Internacional Comunista havia passado por momentos políticos muito diferentes entre si, de acordo com as conjunturas soviéticas. Do *comunismo de guerra*, que assinalou uma política

---

<sup>122</sup> Em 1927, os kulaks ainda produziam mais de 9.828.000 toneladas de trigo, das quais lançavam ao mercado cerca de dois milhões de toneladas. Os kolkoses e sovkses, em troca, só conseguiram produzir, em 1927, 573.300 toneladas para o mercado. Em 1929, graças ao rumo firme empreendido pelo Partido bolchevique no sentido do desenvolvimento dos kolkoses e sovkses e graças aos êxitos da indústria socialista, que tinha dotado a aldeia de tratores e máquinas agrícolas, [eles] se converteram numa força considerável. Já nesse ano(...) produziram mais de 6 milhões de toneladas de trigo, das quais lançaram ao mercado mais de 2 milhões(...), isto é, mais que os kulaks em 1927. Em 1930(...) lançaram mais de 6 milhões e meio(...), ou seja, incomparavelmente mais que os kulaks em 1927 (*op.cit.*: 426).

<sup>123</sup> “No terreno da industrialização socialista tinha-se conseguido que o peso específico da indústria, dentro do volume global da produção da Economia Nacional, superasse o peso específico da agricultura. No ano econômico de 1929-1930, a produção da indústria chegava já a 53% do volume global da produção de toda a Economia nacional, e a da agricultura só era de 47%, aproximadamente. Na época do XV Congresso, no ano de 1926-1927, o volume global da produção de toda a indústria era só de 102,5% do nível de antes da guerra; na época do XVI Congresso, ou seja, em 1929-1930, era de 180%, aproximadamente, do nível de antes da guerra” (*História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, 1945: 435).

internacionalista voltada para o desencadeamento da revolução socialista mundial, entre 1919 e 1921, à *frente única* com a social-democracia, suscitada pela necessidade de consolidação interna da Revolução Russa, entre 1921 e 1927, inaugurou-se um denominado “terceiro período”, fruto de um novo contexto na Rússia, no qual se passou a combater tanto a social-democracia, quanto os movimentos fascistas que assolavam a Europa. Os comunistas deveriam se afastar dos partidos e movimentos de caráter social-democrata e buscar bases nos segmentos minoritários do operariado europeu, justamente aqueles livres da influência social-democrata.

Foi adotada uma tática de “classe contra classe” que projetava uma derrota das forças reacionárias do fascismo e do nazismo e junto com elas a social-democracia. Tal compreensão se assentava na análise da crise econômica e social que se desenvolvia no mundo capitalista e que iria engendrar, *mais tarde*, uma profunda depressão instalada a partir de outubro de 1929 com o *crack* em Wall Street, repercutindo na Europa como uma avalanche financeira, gerando quebra de contratos, desvalorização da moeda, queda do crescimento industrial, dos preços agrícolas e do comércio exterior. Na Alemanha especialmente, devido à enorme dependência dos investimentos estrangeiros, engendrou-se uma grave crise social, seguida de uma onda de protestos, greves gerais e polarizações políticas.

Nesse contexto de radicalização política e ideológica, preparou-se o terreno para o crescimento tanto de forças políticas mais à esquerda, quanto mais à direita. No processo eleitoral de 1932 os comunistas – quando já estava em vigor a política de distanciamento dos moderados da social-democracia – obtiveram quase o dobro de votos dos que havia recebido em 1928. A IC, em acordo com o PCA, concluiu que o “terceiro período” provocaria uma nova onda de guerras civis e revoluções para as quais o movimento comunista deveria estar apto a preparar a revolução de caráter proletário, superando as reações burguesas sob a forma do fascismo. O êxito eleitoral foi interpretado como uma possibilidade efetiva de tomar o poder, e o apoio crescente do operariado sustentaria um levante contra a burguesia

alemã. A estratégia se voltava para uma formação de um bloco operário com as frações “democráticas” da burguesia, para o qual a social-democracia seria um empecilho a ser suplantado. Deveria se investir na conquista dos trabalhadores retirando-os da influência social-democrata, direcionando-os para uma posição revolucionária com vistas a uma frente única. Avaliava-se que a social-democracia caminhava para uma irremediável fascistização político-ideológica, o que exigiria o combate dos revolucionários que impedisse que “a social-democracia e as burocracias sindicais salvassem, pela segunda vez, a burguesia da revolução proletária” (Kriegel, 1986: 111). Essa tática prevaleceu em janeiro de 1930, quando o partido de Hitler já crescia e galgava ao poder.

Nas eleições daquele ano, o partido do nacional-socialismo obteve expressiva vitória eleitoral. Mesmo diante de tal fato, a IC não modificou sua leitura da realidade alemã. O crescimento do PCA nas eleições, embora pudesse ser relativamente considerável – passou de cerca de 10% para cerca de 13% - foi praticamente inexpressivo diante do espetacular aumento do número de votos dados aos nazistas. Aduz-se a esse fato objetivo, a reduzida participação dos comunistas nos sindicatos alemães – dominados quase que totalmente pelos social-democratas que obtinham cerca de 84% das comissões de fábricas, contra apenas 4% do partido comunista. Tal disparidade pode ser explicada pela política sindical orientada por Moscou de se criarem organizações sindicais paralelas às existentes, na medida em que se acreditava numa política vanguardista, na qual não se deveria apostar nas massas operárias social-democratas (Claudín, 1985: 150).

Contra todas as evidências, o chamado “terceiro período” orientava a IC – experimentava-se uma nova fase revolucionária. No entanto, os episódios alemães alteraram esse rumo – criou-se a idéia de que a ascensão do fascismo demarcava exatamente a decomposição final do sistema capitalista. Se esta orientação foi determinante para o crescimento incontido do nazi-fascismo não se pode, em meu entendimento, afirmar como o faz Claudín. Mas ela pôde, indiretamente, ter contribuído com uma política míope e sectária diante das outras forças políticas de esquerda.

Além de se confrontar com a própria realidade objetiva, a IC ignorava os postulados de outras forças revolucionárias que, ao mesmo tempo que clamavam por uma mudança de rota, indicavam elementos que escapavam ao esquematismo teórico-político bolchevique-stalinista. Trotsky afirmava de maneira incontestada que as circunstâncias alemãs levariam inevitavelmente ao triunfo definitivo de Hitler. Em seus escritos entre 1930 e 1932, conclamava a IC a rever as suas posições no sentido de se lançar na constituição de frentes anti-fascistas. Ainda que *tivesse a mesma avaliação de que o fenômeno fascista tinha ligações com a política social-democrata*, apelava para a necessidade de disputar os operários em suas bases, a partir de uma política que reclamasse as liberdades democráticas e as demandas mais objetivas da classe trabalhadora, que pudesse atingir não só o operariado como também as massas desempregadas – que em 1930 votaram maciçamente no partido nazista – e os setores médios urbanos que aumentavam sua simpatia por Hitler. Para ele, era a hora de se abreviar as divergências com os social-democratas, em especial com sua ala mais à esquerda, e partir para uma política aberta que abrangesse todas aquelas forças políticas anti-fascistas. Ou seja, não se tratava para Trotsky de projetar na conjuntura alemã uma revolução proletária do tipo soviética, mas de evitar o avanço nazi-fascista.

As análises dissidentes partiam também dos dirigentes mais próximos à linha programática da IC, como Togliatti, no caso de suas observações sobre o fascismo italiano. Já em 1930, as evidências da real ameaça fascista estavam postas nas análises não só de Togliatti, como também de Gramsci, que foram desprezadas pela IC. A performance do PCA nas eleições de 1932, quando conquistou um crescimento razoável ao passo que os nazistas obtiveram um recuo significativo e os social-democratas aumentaram substancialmente seu número de votos, deram à IC mais elementos para manter a política inspirada no “terceiro período”. Vê-se nesse momento algo inusitado: um persistente e equivocado “esquerdismo” míope da IC controlada por Stalin e a emergência de uma estratégia aliancista por parte de Trotsky.

Togliatti advertia para a necessidade de se romper com as visões unilaterais sobre o fenômeno fascista. Para ele, o fascismo assumia especificidades novas que escapavam às análises consagradas por Stalin e Dimítrov, consignadas pela IC, e evidenciadas no seguinte trecho do discurso de Dimítrov no VII Congresso da IC em 1935: o “fascismo no poder(...) é uma clara ditadura terrorista dos maiores reacionários, dos maiores chauvinistas e dos maiores elementos imperialistas do capital financeiro” (Dimítrov, 1982: 23). Ascendiam formas políticas que não podiam ser enquadradas numa única definição, ainda que ela também guardasse traços característicos do fenômeno. Assim, Togliatti afirmava ser necessário superar o esquematismo teórico que engessava a possibilidade de revelar os aspectos novos, a fim de reorientar a prática política comunista num sentido mais coerente com as requisições histórico-concretas que se apresentavam. Sua preocupação consistia exatamente naquilo que o marcou como dirigente e teórico: a busca da análise teórica mais correta para acertar na prática – “quando nos equivocamos na análise, nos equivocamos também na orientação política”. Para ele, aquela formulação da IC era insuficiente. Argumentava que é

(...) preciso ter cuidado para não cometer o erro de considerar como fatal, inevitável, a passagem da democracia burguesa para o fascismo. Por quê? Porque o imperialismo não deve *necessariamente* dar lugar ao regime da ditadura fascista.(...) Essa tendência à forma fascista de governo existe em toda a parte. Mas isto não quer dizer ainda que em toda parte se deva chegar necessariamente ao fascismo.(...) Muitas vezes o termo ‘fascismo’ é empregado de uma maneira imprecisa, como sinônimo de reação, terror, etc. Isto não é justo. O fascismo não significa apenas a luta contra a democracia burguesa, não podemos empregar essa expressão apenas quando estamos em presença dessa luta. Devemos empregá-la apenas quando a luta contra a classe operária se desenvolve sobre uma nova base de massa de caráter pequeno-burguês, como vemos na Alemanha, na França, na Inglaterra, por toda a parte onde existe um fascismo típico. A ditadura fascista se esforça, assim, por ter um movimento de massa, organizando a burguesia e a pequena-burguesia.(...) Certos camaradas cometeram o erro de afirmar que a ditadura fascista era apenas um sinal de enfraquecimento da burguesia.(...) O fascismo se desenvolve porque as contradições internas chegaram a tal ponto que a burguesia é obrigada a liquidar as formas de democracia. Deste ponto de vista, quer dizer que(...) se prepara uma crise revolucionária que

a burguesia quer enfrentar. Mas ver apenas este aspecto nos leva a cometer o erro de concluir que quanto mais se desenvolve o movimento fascista, mais se torna aguda a crise revolucionária. Os companheiros que faziam um tal raciocínio não viam o segundo elemento, não viam a mobilização da pequena-burguesia (Togliatti, 1978: 2-7).

Ressalte-se, principalmente, a preocupação do autor com a identificação do movimento das diversas camadas de classes sociais, bem como a acuidade com que procura tratar a natureza política do fascismo, sua relação com a democracia burguesa e seus determinantes econômicos no âmbito do movimento do capital financeiro. Identificava, ainda, uma nova forma de organização de classe entre a burguesia, que se unificava num *partido burguês de tipo novo*, que lhe atribuía uma organização centralizada, disciplinada e única, ancorada numa capacidade armada específica. Ademais, percebia no fascismo a presença de uma ideologia própria – uma *ideologia eclética*, mas que, no entanto, buscava expressar, simultaneamente, os sentimentos da grande e da pequena-burguesia –, relacionada em traços nacionalistas de direita e em elementos pseudo-progressistas, extraídos inclusive da fraseologia revolucionária, obviamente redirecionada para os interesses dominantes<sup>124</sup>. Estas idéias de Togliatti não impediram que a IC persistisse em seu esquematismo com o qual tratava o fascismo e orientava a ação dos partidos comunistas. Togliatti as preparou como base de suas aulas de formação política a operários italianos exilados em 1935. Serviram também como uma das bases de preparação do VII Congresso da IC que aconteceria em agosto daquele ano<sup>125</sup>. No documento, sustentava a aludida redefinição do fenômeno fascista e, por conseqüência, defendia a necessidade de unidade político-ideológica entre as forças democráticas e progressistas – destacadamente

---

<sup>124</sup> Numa síntese: “trata-se [o fascismo], no fundo, de um regime reacionário de massa, nos quadros do capitalismo monopolista de Estado, que organiza a burguesia e a pequena-burguesia graças à ação de um partido de tipo novo e de uma ideologia eclética. Exatamente nesse ponto é que repousa a grande contribuição teórica e prática de Togliatti” (*Apresentação*, Nogueira, M.A. in Togliatti, 1978: XIII).

<sup>125</sup> “Proferidas num momento decisivo da História da Europa e do mundo, as aulas inseriam-se no processo de discussão e organização do VII Congresso da IC, que se realizaria em agosto de 1935 e que concluiria – frente às alterações da própria realidade histórica, à transformação do fascismo em sistema mundial – por uma nova interpretação do fascismo e pela necessária reorientação da política dos comunistas frente ao inimigo fascista, redefinindo ao mesmo tempo as relações entre socialistas e comunistas” (*Idem*: X).

comunistas e socialistas – em frentes de massas anti-fascistas. Suas formulações não foram suficientes para superar a persistência das velhas teses no interior da IC.

O aprofundamento da depressão econômica e o agravamento da crise social favoreceram a retomada das forças nazi-fascistas que se movimentavam em uma conjuntura de desespero social das massas desempregadas e empobrecidas e das insatisfações crescentes das camadas médias urbanas. A chegada de Hitler ao poder não pode ser debitada na conta da IC com seu instrumentalismo teórico-político invariável<sup>126</sup>. Mas o caminho de Hitler pode ter sido facilitado com a recusa da frente anti-fascista por parte do *Komintern*. A nova perspectiva apontada a partir do VII Congresso se mostrou impotente diante da retomada capitalista sob a forma monopolista de Estado, ao mesmo tempo em que os comunistas foram desacreditados por amplas parcelas da classe trabalhadora, abrindo espaços para o crescimento de outras forças políticas, especialmente a social-democracia.

---

<sup>126</sup> Um notório trotskista assim concluiu sobre os resultados da política da IC: “Qualquer estudioso da História contemporânea ficará impressionado e, talvez, perplexo, pela total passividade e indiferença com que, no início da década de 30, Moscou encarou a ascensão do nazismo.(...) De 1929 a 1933, instigaram o Partido Comunista Alemão a cometer uma longa série de erros fatais, que tornaram muito mais fácil a Hitler conquistar o poder.(...) [O Partido Comunista] minimizou deliberada e sistematicamente o perigo nazista, afirmando aos trabalhadores que os social-democratas, ou ‘social-fascistas’, não os nazistas, eram o verdadeiro inimigo, sobre o qual deviam ‘concentrar todo o fogo’. Os líderes de ambos os partidos, o Social-democrata e o Comunista, recusaram mesmo considerar a idéia de uma ação comum contra o nazismo” (Deustcher, 1968: 66-67).

## **CAPÍTULO 4**

### **O partido stalinista no comando do movimento comunista**

#### 4.1. As contradições e a crise da Internacional Comunista

O desastre alemão com a ascensão do nazismo e a reorganização da oposição socialista liderada por Trotsky, deflagrando, em 1933, um processo que intentava a criação de uma nova Internacional<sup>127</sup>, prevendo a organização de novos partidos revolucionários pelo mundo, levaram a IC a rever algumas de suas posições. A perspectiva de que, a partir de 1927-28, se abriria na conjuntura internacional uma nova fase de guerras civis e revoluções, mostrou-se equivocada com o desfecho alemão em 1933.

A articulação de Trotsky por uma nova Internacional, organizada em torno de dissidentes revolucionários autodenominados bolcheviques-leninistas, configurou um novo elemento que tensionava não só a política adotada pela IC, como também a sua própria existência legítima. Inicialmente, Trotsky resistia à idéia de abandonar a luta interna na IC. Mas os equívocos na Alemanha o levaram a tomar tal posição. Sustentava no âmbito da nova Internacional, dois pontos centrais: a crítica à condução staliniana da IC, do partido bolchevique e, por sua vez, da União Soviética, sem, no entanto, romper com o Estado Soviético. Defendia-se a URSS, sem Stalin; por outro lado, rechaçava-se a tese staliniana de reduzir a social-democracia ao social-fascismo.

*A IC tendeu cada vez mais para o isolamento e, para manter a hegemonia das teses de Stalin em seu interior e no âmbito dos PC's a ela ligados, passou a se valer do uso da força e de todo tipo de métodos coercitivos. Entre 1929 e 1943, a IC transformou-se, e de modo progressivo, numa organização que servia de correia de transmissão das orientações do partido bolchevique stalinizado aos PC's dos diversos países a ela vinculados. Mesmo que se insurgissem contra esta tendência, algumas seções nacionais da IC, com o PCF e o PCE, no limite atuavam no estreito fio da navalha que se abrira no movimento comunista a partir de 1930.*

---

<sup>127</sup> A organização internacional de uma oposição socialista vinha desde 1923, quando se realizou um Congresso em Hamburgo, em 1928 (Bruxelas), em 1930 (Paris – quando se deu a Primeira Conferência Internacional dos bolchevistas-leninistas) e em 1931 (Viena). 1933 se configurou como um arremate final que deu forma mais acabada à articulação mundial anterior.

Então, à prática de métodos coercitivos combinou-se, a partir do VII Congresso Mundial da IC em 1935, uma política externa emanada da URSS que buscou um *pacto de não agressão com países europeus*<sup>128</sup>. Almejava-se uma nova “presença internacional”, que permitisse o reconhecimento diplomático do país por países de todo o mundo, inclusive os EUA<sup>129</sup>, além de um programa de assistência mútua com a França. O pacto de não agressão estabelecido por Hitler com a Polônia serviu de argumento para aprofundar tal política externa de aliança com potências imperialistas “democráticas”.

Procurou-se, com essa nova ofensiva, aproximar os comunistas alinhados à Moscou aos social-democratas, *renunciando à combatida tática de “classe contra classe”*. Vale dizer, mesmo depois da ascensão nazista, a IC continuou ao longo de 1933 a sustentar a tese do social-fascismo. A inflexão se deu a partir das mudanças de posições que se observaram em alguns PC's, principalmente o francês.

No entanto, a preocupação central que passa a definir as ações da IC é a possibilidade de uma guerra anti-soviética, que poderia partir da Alemanha, do Japão ou, principalmente, da Inglaterra. Esta possibilidade dificultava a consolidação de uma frente única anti-fascista entre bolcheviques e social-democratas. A diplomacia soviética buscava conquistar mais espaços nas relações internacionais, aliando-se às nações capitalistas democráticas. Tal aliança não significava que o partido bolchevique havia revisto suas análises acerca da natureza do fascismo. Nelas, não há distinção objetiva entre fascismo e democracia burguesa, sendo ambas formas de imperialismo, ainda que se reconhecesse que o fascismo tivesse particularidades que corresponderiam a uma verdadeira ditadura terrorista da burguesia financeira. E nem *tampouco significava que tivesse abandonado a tese segundo a qual a partir do fascismo – expressão decadente da dominação burguesa – se abririam condições para uma revolução proletária*. Mesmo a entrada da URSS na “Sociedade das Nações” não significou que se estava apostando nas democracias burguesas como terreno mais propício para a ação comunista.

---

<sup>128</sup> A partir de fins de 1933 é que se pode verificar um começo de mudanças da política externa soviética.

<sup>129</sup> O governo norte-americano reconhece a URSS em novembro de 1933.

A ocorrência de *movimentos anti-fascistas na Alemanha* – em 1930, massacrada pelos nazistas – e *na Espanha* – uma insurreição armada que se levantava contra a entrada da extrema-direita no governo – colocou a *possibilidade de que a frente única pudesse se estender para além da experiência francesa*, apontando para uma *remota reaproximação entre a IC e a IS*. Especialmente a resistência do operariado espanhol ao recrudescimento fascista, que demonstrava a radicalidade da atuação socialista, reacendeu esta expectativa, notadamente porque o próprio PCE havia aderido à resistência. As divergências entre socialistas e comunistas não impediram, no entanto, que se promovesse, em outubro de 1934, um encontro histórico entre dirigentes das duas Internacionais, em Bruxelas. Ainda assim, manteve-se dúbia a posição da IC que, de um lado, incentivava timidamente as articulações com vistas à construção de frentes únicas nos países e, por outro, as rechaçava sistematicamente através de seus meios de imprensa.

Entretanto, a política do PCF triunfou na IC, principalmente depois de decisiva intervenção do dirigente francês Thorez – que junto com Cachin havia sido delegado pelo Komintern para a histórica reunião com a IS –, que proferiu um famoso discurso em Nantes, em outubro de 1934, que convocava os comunistas a lutarem pela frente única anti-fascista. O apoio de Manuilski, Togliatti e, de modo decisivo, de Dimítrov também foram determinantes para a virada na IC que, em dezembro do mesmo ano, reconheceu e aprovou a política da frente francesa (Dassú , 1985).

Mesmo com a deflagração da nova política pela IC no VII Congresso em 1935, pouco se avançou no sentido da construção de frentes únicas. Pode-se interpretar este não avanço pela ambigüidade com que se comportavam os partidos comunistas dos diversos países, refletindo as contradições internas que demandavam, em alguns casos, como na Espanha, a urgência de união com os socialistas, ou que obstaculizavam a articulação das frentes, como na Alemanha, que significaria para os comunistas o reconhecimento dos equívocos da política de 1933. Por outro lado, a IC mantinha veladamente a sua perspectiva que

identificava no nazismo alemão o embrião de um ataque à União Soviética, e continuava, assim, a manter uma postura que não diferenciava os Estados capitalistas entre eles.

No entanto, a realidade parecia ser maior do que a vontade dos velhos bolcheviques que se negavam a incentivar as frentes únicas anti-fascistas. Além dos fatores já acima arrolados – o massacre a uma mobilização anti-fascista na Alemanha, a insurreição armada liderada pelos socialistas na resistência espanhola, o fortalecimento das frentes francesas, o apoio de importantes dirigentes como Dimítrov e Togliatti –, mesmo com o perigo real do avanço nazi-fascista pela Europa, ainda parte significativa dos dirigentes da IC resistiam, com razões que começavam a se diluir na própria realidade. A tática que sustentava a oposição aos social-democratas ruía paulatinamente.

Por um lado, se cristalizava a natureza ditatorial-terrorista de ambos os Estados – o alemão e o italiano – e, daí, evidenciavam-se as diferenças não só de forma, como também de conteúdos entre aqueles Estados e os democráticos, distinção fundamental que incidia diretamente na vida política de cada país e, por isso, na política a ser adotada pelos comunistas. Por outro lado, e simultaneamente, os socialistas ligados à IS passaram a obter notória influência sobre os operários quando se lançavam sem vacilações no apoio aos protestos e à resistência anti-fascistas, ganhando terreno ainda maior sobre a classe trabalhadora.

Em julho de 1935 o PCF é autorizado a participar formalmente das discussões pela composição da frente. Defendendo um programa mínimo voltado substancialmente para as liberdades democráticas, os comunistas passaram a disputar entre os partidos operários a condução do movimento. Em oposição ao grupo mais esquerdista-trotskista, aliam-se aos radicais franceses e conseguem obter resultados práticos que levaram inclusive a mudanças no governo burguês da França, que se viu obrigado a convocar novas eleições por conta de seguidas crises políticas provocadas pelas pressões da frente. O *Komintern reconheceu aí o papel de vanguarda que desempenhou o PCF*, o que foi fundamental para a virada no VII Congresso Mundial da IC. Tal reconhecimento tácito impôs à direção central uma mudança

de rumo em relação ao VI Congresso, especificamente no que se refere à ameaça fascista, à análise da natureza de tal forma capitalista. Mesmo que não se tenha chegado a uma autocrítica, em termos práticos a IC passava agora a conceber, de maneira instrumental, a tática das frentes, mais “pela base” que “pela cúpula” – como meio para liderar as forças operárias e populares para a revolução que, acreditava-se, avizinhava-se com a degeneração do capitalismo na sua forma ditatorial-terrorista.

Segundo as resoluções da IC, o *fascismo agora passava a ser entendido como uma possível forma final do capitalismo*, expressando a decadência burguesa em face de suas crises estruturais. Interessante notar que escapavam à IC as outras formas de solução burguesa, aquelas que não recorriam à ditadura aberta e à violência sistemática. O *New Deal* norte-americano, como um modelo de reforma burguesa foi, talvez, *subestimado pelos comunistas*. Pode-se explicar tal fato, não só pelas óbvias distorções analíticas que apelavam a esquematismos emanados do bolchevismo stalinizado, mas, em decorrência disto, da enviesada atenção que se deu à natureza da crise que se abateu sobre o mundo capitalista a partir de 1929. Como se priorizou o esquema teórico que, como foi dito, via no fascismo a forma degenerada e final da burguesia e, com isso, negligenciaram-se as auto-reformas “positivas” (no sentido econômico) do capital. E elas se deram sob o modo mais acabado e avançado do imperialismo através do capitalismo monopolista de Estado.<sup>130</sup>

O que explica que só a partir do VII Congresso Mundial em 1935 a IC assume a tática frentista como modelo de ação para os PC's, é exatamente a política externa soviética que se modifica com o advento do nazi-fascismo. As resoluções do VII Congresso indicam a formação de frentes condicionadas a dois fatores de fundo: a defesa da URSS e a manutenção das teses essenciais do VI Congresso referentes à natureza deformada e terminal do fascismo e, em decorrência dela, a possibilidade concreta da revolução mundial.

---

<sup>130</sup> Para um aprofundamento deste debate vale conferir as obras de P. Baran e P. Sweezy – *Capitalismo Monopolista* –, N. Poulantzas – *As classes sociais no capitalismo de hoje* –, E. Mandel – *O capitalismo tardio*, dentre outros.

Pode-se também justificar a cautela demasiada da IC, diante da composição das frentes, pela real ameaça que significava a Alemanha nazista, vizinha ao oeste da URSS. Depois do pacto polonês-alemão já mencionado, a possibilidade de uma agressão hitleriana era plausível. Por isso, as investidas de Stalin para a formação de pactos de não agressão ou de assistência mútuas ou, até mesmo, as iniciativas diplomáticas que culminaram com o ingresso na Sociedade das Nações. A política “pela paz e em defesa da URSS” emanada do VII Congresso indicava uma orientação geral aos comunistas de iniciarem articulações efetivas que pudessem conter a expansão fascista. Assim, tanto para as frentes únicas operárias, quanto para as frentes populares, a *posição dos PC's deveria ser de uma política ampla e aberta e, ao mesmo tempo, mínima, voltada para questões imediatas ligadas aos interesses políticos, econômicos e sociais da classe operária nas diversas nações.*

#### **4.2. O avanço do nazi-fascismo e a constituição das frentes únicas: mais uma guinada da IC**

Estava em jogo para a IC duas questões centrais e articuladas entre si: conquistar as massas operárias e os setores médios urbanos e rurais, via frentes operárias e populares, ampliando efetivamente a influência comunista e garantindo a viabilização concreta de movimentos massivos anti-fascistas. Paralelamente, tais mobilizações e tal ampliação da presença comunista nas sociedades capitalistas democráticas não poderiam ir além dos limites estritamente políticos do anti-fascismo.

Em outros termos, o que se pretendia era *não incentivar propostas revolucionárias no âmbito das frentes que pudessem melindrar as relações diplomáticas da URSS com os países capitalistas.* Por isso a agenda programática deveria se limitar a reivindicações de

caráter econômico-sociais, defesa do restabelecimento ou da manutenção das liberdades democráticas e, finalmente, a “luta pela paz” (Claudín, 1985: 176).

Nos países onde os comunistas ainda mantinham partidos de massas, como na Tchecoslováquia e na França, mais especificamente neste último país, os PC's orientaram-se por estas premissas, negociando nas frentes populares o apoio de partidos de corte pequeno-burguês, como o Partido Radical e, paralelamente, com os social-democratas de esquerda ligados à *Internacional Operária Socialista*. Mesmo com os trotskistas, pôde-se estabelecer alianças em grandes frentes, como na Espanha, com as Alianças Operárias que foram o principal foco de resistência ao avanço do fascismo, onde comunistas, socialistas e anarquistas, armados, lutaram juntos. Nesse momento, as *articulações entre socialistas e comunistas puderam experimentar uma retomada que não se via desde os anos 20*, quando se realizou a Conferência de Berlim em 1922. Cogitou-se até mesmo uma unificação num único partido mundial revolucionário que só poderia ser aceito por Moscou se fossem mantidas os métodos bolcheviques stalinizados. Tal possibilidade, por razões óbvias, não deslanchou, mas é significativo que tivesse sido ventilada num *Informe* de Dimítrov ao VII Congresso no qual se admitia que as frentes únicas poderiam assumir várias formas, desde acordos locais e limitados até a efetiva unidade de ação das Internacionais.

O que se evidenciou nesse período foi a dificuldade que a unidade de ação em torno das frentes anti-fascistas provocou nas forças do campo revolucionário. Ainda que se considere a questão objetiva que lançava a URSS numa posição defensivista, deve-se reter desse processo não só a *posição extremamente recuada e cautelosa da IC*, mas também a sua *contraditória postura de defender frentes anti-fascistas pontuais e mínimas e, ao mesmo tempo, preconizar a agonia final do capitalismo*, que seria o prenúncio de uma revolução proletária mundial.

A social-democracia vivenciava duas situações distintas: via crescer sua ala mais à esquerda, que reconsiderava as análises reformistas, concluindo que o fascismo era a expressão concreta dos limites reais que a ordem burguesa impunha para reformas políticas

e sociais, incompatíveis com sua própria existência. Um dos mais destacados dentre os reformistas, Otto Bauer, da social-democracia austríaca, num esforço de autocrítica passou a reconsiderar em 1936 a necessidade de uma ruptura violenta com o capitalismo depois de atestar um retrocesso eleitoral que interrompia uma sucessão de conquistas eleitorais em seu país (Claudín,1985:159). Noutra vertente, a social-democracia mais moderada – de inspiração mais bernsteiniana –, viu-se amplamente derrotada, tanto pelo avanço do fascismo, que debilitava suas teses de que o capitalismo caminharia progressivamente para um reforço das instituições burguesas, quanto pela entrada dos comunistas nas frentes populares. Ainda que mantivesse com os PC's, e o caso francês é exemplar, aproximações na defesa de uma agenda mínima para as frentes, passaram a ter que disputar com os comunistas e com as demais forças políticas as camadas sociais médias, sobre as quais tinha ascendência e, ainda, as massas operárias, sobre as quais dividia com os socialistas o predomínio nos sindicatos.

No que tange à atuação da IC cabe destacar que a posição dúbia – defensiva em relação à tática frentista e ofensiva em relação à agonia do capitalismo em sua forma ditatorial-terrorista fascista – pode ser compreendida sob dois prismas. No primeiro, compreende-se esta suposta dubiedade como uma deficiência teórica de análise da dinâmica capitalista, de suas contradições e de suas particularidades conjunturais e nacionais. Tal premissa é reivindicada por Claudín (1985), que se esforça para defender a *idéia de que a decadência teórico-política da IC seria o principal motivo que explicaria a hesitação da organização para aderir às frentes anti-fascistas*. Para ele, a caducidade das fórmulas analíticas da IC explicariam as vacilações políticas e a defasada teoria do fim do capitalismo e da conseqüente emergência de uma revolução mundial proletária, de natureza soviética.

Noutra forma de compreensão, depreende-se que a *tática da IC* – admitindo-se que era mantida por um comando fortemente centralizado por Stalin e considerando-se os reducionismos teórico-analíticos que caracterizavam os debates terceiristas –, *exprimia as*

*posições possíveis diante de uma conjuntura político-econômica que punha a URSS numa situação que exigia manobras diplomáticas* que pudessem assegurar sua sobrevivência no interior de uma ordem mundial capitalista, ao mesmo tempo em que tentava vislumbrar nela possibilidades revolucionárias. Pode-se argumentar que as análises que partiam de Moscou subestimavam a capacidade de superação burguesa em face de suas crises estruturais – e o desprezo que se atribuiu à maneira norte-americana (como embrião do futuro imperialismo e como gênese do modo contemporâneo de administração das crises do capital) de suplantar a crise é ilustrativo –, o que suscitava previsões exageradamente otimistas quanto à possibilidade revolucionária. Entretanto, pode-se discutir também que, de fato, o fascismo era a forma de decadência burguesa mais acabada de que se tinha conhecimento e que, como expressão indiscutível da crise estrutural capitalista, poderia se desdobrar como uma crise terminal.<sup>131</sup>

A recusa de apoio às frentes anti-fascistas sinalizava o monolitismo político-ideológico reivindicado pela IC no âmbito das forças revolucionárias, bem como era expressão da sua decomposição como instrumento mais importante da luta proletária internacional e que, como tal, perdia progressivamente a ascendência sobre as diversas organizações políticas da classe trabalhadora, dissolvendo rapidamente o enorme capital político, a influência e a referência que desfrutava, como herdeira direta da Revolução Russa, entre os revolucionários de todo o mundo.

Deve-se aduzir que, mesmo que predominasse no seio da IC, já nos anos 30, o monolitismo político, o esquematismo teórico e o centralismo comandados por Stalin, havia manifestações teóricas de alguns de seus principais dirigentes que mostravam fecundidade analítica e relativa autonomia intelectual. São os casos de Dimítrov e de Togliatti –, principalmente este último, cujas valiosas análises acerca do fenômeno fascista foram expostas anteriormente em seus aspectos centrais.

---

<sup>131</sup> Para uma apreensão marxista do fenômeno fascista vale conferir as obras de N. Poulantzas – *Fascismo e Ditadura* – L. Konder – *Introdução ao Fascismo* –, ou, ainda, o ótimo relato histórico de M. Fiorani – *Breve História do Fascismo*.

No VII Congresso, embora possa se dizer que as teses de Dimítrov e de Togliatti tenham sido vitoriosas, as resoluções finais, como já afirmei anteriormente, mantiveram formalmente as linhas de 1928, ou seja, de críticas à social-democracia e de manutenção da tese do social-fascismo, que foram objeto de contundentes críticas de Trotsky e de outros expoentes do pensamento revolucionário. Entretanto, prevaleceu a afirmação das particularidades nacionais que deveriam, então, orientar a atuação mais autônoma dos PC's e lançou-se a possibilidade de se efetivar uma virada concreta dos rumos da IC, no sentido de tornar o movimento comunista mais afinado às novas formas que tomara o capitalismo e as classes sociais na sua fase madura, sinalizando, portanto, uma possível retomada na direção de se constituírem partidos comunistas de massas.

De maneira contraditória, as frentes únicas configuravam, para os comunistas, uma nova possibilidade de tornar os partidos comunistas formas mais modernas de organização da classe trabalhadora. Imaginou-se que com elas se reuniriam condições propícias a uma tomada de poder pelo proletariado. Acreditava-se que se poderiam compor diferentes formas de frentes, desde as mais pontuais até aquelas que se constituíssem como governos populares. Muito embora a aplicação prática do que fora aprovado pelo Congresso tivesse sido menos animador que as intenções, o que se pode deduzir é que se acenava para um novo fôlego ao movimento comunista internacional.

De fato, pode-se dizer que *com as frentes, os partidos comunistas experimentaram uma relativa retomada que assinalou uma real inserção na vida nacional e, por conseguinte, uma identificação dos partidos com os anseios das massas trabalhadoras.* As condições relativamente favoráveis a uma política mais ofensiva abriram uma perspectiva concreta da IC, através de suas seções nacionais, qual seja, assumir a vanguarda de um movimento efetivamente revolucionário para o proletariado mundial. Tais condições, associadas a uma idéia equivocada de que, como já assinalei anteriormente, o fascismo era o coveiro do capitalismo e a senha para a revolução mundial, permitiram que destacados dirigentes, os mais bem preparados, assumissem os compromissos da *viragem terceirista.*

A postura conciliadora que assumiu na prática, tornando-a, na verdade, aliada das correntes mais moderadas, tais como o centro e a direita da social-democracia ou ainda a setores da burguesia liberal, foi aceita até por comunistas como “Dimitrov, Togliatti, Thorez, etc., sem falar de revolucionários práticos como Jose Dias [que] acreditavam sinceramente no caráter revolucionário da nova linha” (Claudín, 1985: 310). O que explica, em parte, os desfechos na França e na Espanha<sup>132</sup>, com o freio às possibilidades revolucionárias que se abriram naqueles países.

A atuação dos comunistas orientados pela IC na Espanha esteve – a partir do desencadeamento da guerra civil no processo revolucionário no país – voltada para, em última instância, a garantia da política externa soviética. Mesmo a compreendendo como uma estratégia mundial de revolução comandada pelo bolchevismo stalinista, seus resultados práticos mostraram que as frentes populares européias estiveram submetidas aos interesses da política de defesa nacional da URSS. Ainda que ela tivesse que ser feita – dado o contexto internacional que se abriu com a ascensão nazi-fascista (em especial a partir de 1933, com Hitler), e a imperiosa necessidade de defender a Revolução Russa –, suas ações deveriam convergir também para as questões particulares de cada país, com suas específicas formações histórico-nacionais, estruturas de classes e realidades sócio-econômicas, articulando-as às questões internacionais que envolviam o movimento comunista.

O que se viu, concretamente, foi que na condução de Stalin predominava a subordinação dos processos revolucionários nacionais a sua teoria, que sustentava a direção de suas táticas e estratégias, ou seja, a tese do “socialismo num só país”. E a seqüência histórica parece comprovar ainda mais essa hipótese, com o pacto que a URSS estabeleceu com a Alemanha nazista. Até então, prevalecia o chamamento da IC no sentido de se confrontar com o imperialismo inglês e francês, onde figurava o nome de Blum e se omitia o de Hitler. Fazia-se forte apelo contra as burguesias da Inglaterra, da França e dos

---

<sup>132</sup> Discutirei seus desdobramentos logo a seguir.

EUA, para as quais se dirigia a seguinte orientação: “não é pela liberdade dos povos que eles [os países democráticos] fazem a guerra, senão para escravizá-los. Não é para salvar a democracia do fascismo, senão para o triunfo da reação”<sup>133</sup>.

De maneira surpreendente, Stalin realizou um acordo com Hitler que previa a paz ao leste da Europa, mas que na verdade significava uma suposta garantia de não agressão alemã à URSS. O pacto germano-soviético, entre 1939 e 1941, opôs a URSS aos países capitalistas democráticos aos quais tanto se referenciou no contexto das frentes populares anti-fascistas. Mesmo depois da derrota francesa e das ocupações nazistas na Bélgica, na Holanda, na Noruega e na Dinamarca, Stalin mantinha o pacto que, com os triunfos alemães, parecia se aproximar rapidamente do fim. Tal postura soviética foi, para o movimento comunista, mais uma comprovação de que a IC agia para o bem da URSS.

Segundo Claudín, a posição da IC muda peremptoriamente em relação à questão da distinção entre Estados capitalistas fascistas e não-fascistas, o que motivou em geral a política em relação às frentes. De 1936 até 1939, ou seja, até o estabelecimento do pacto germano-soviético, a IC defendia abertamente a clara distinção entre eles, como discuti anteriormente. Em 1939, ela passou a afirmar no interior do movimento comunista a necessidade de denunciar toda tentativa de distinguir “o agressor da vítima, os Estados fascistas dos não-fascistas” (Claudín, 1985: 294). Retornou-se, inclusive, à indiferenciação teórico-política em relação ao fascismo e às democracias burguesas – o social-fascismo –, voltando à tese de atribuir à social-democracia o papel de fazer o jogo reacionário.

Até o fim do pacto, com a invasão da URSS em junho de 1941, os partidos comunistas se viram num profundo recuo, assinalando talvez a época mais regressiva do movimento em escala internacional. Para Claudín, foi um

período sombrio e trágico para os comunistas europeus. Dezenas de milhares deles receberam a notícia do pacto nas prisões e nos campos de concentração de Hitler, Franco,

---

<sup>133</sup> Convocação da IC na ocasião do XXII aniversário da Revolução Russa (*apud* Kriegel, 1986: 122).

Mussolini(...). O fatal era que a IC arriara a bandeira do antifascismo no momento exato em que as legiões hitlerianas se movimentavam para escravizar a Europa (*Idem*: 261).

Com a invasão alemã à URSS, a IC opera um giro político-ideológico. A URSS busca a aliança com as potências capitalistas democráticas, destacadamente os EUA, acentuando a estratégia, em suas seções nacionais, de defesa da democracia burguesa. Ao fim da guerra, Stalin anunciava a compreensão que se teve dela, confirmando definitivamente o giro analítico em relação ao fascismo e às tarefas dos comunistas.

A segunda guerra mundial contra os Estados do Eixo, diferentemente da primeira guerra mundial, tomou, *desde o início*, o caráter de uma guerra antifascista, libertadora, cujas tarefas eram igualmente o restabelecimento das liberdades democráticas. A entrada da URSS na guerra contra os Estados do Eixo não podia mais que *reforçar e reforçou* o caráter antifascista e libertador da segunda guerra mundial (Stalin *apud* Kriegel, 1986:122).

Com a derrota nazista, para a qual teve papel decisivo, para todo o mundo, o Exército Vermelho na *Batalha de Stalingrado*, anunciava-se na verdade a supremacia sobre o mundo das duas potências que se levantaram após a guerra: a URSS e os EUA – resultando num mundo dividido em “zonas de influência” e polarizado. A triunfante vitória sobre as forças nazistas credibiliza a URSS e Stalin ao posto de interlocutores referenciais na política internacional. Como concluiu Netto, “na seqüência do heroísmo do povo russo, que garante a vitória dos aliados sobre o horror nazi-fascista, Stalin projeta-se internacionalmente: em 1943 (Teerã) e em 1945 (Ialta), com Churchill e Roosevelt, define o perfil geopolítico do mundo” (Netto, 1982: 19).

O fim da IC em maio de 1943<sup>134</sup> assinalou uma nova fase e concluiu um processo histórico no qual a defesa dos interesses da URSS secundarizou a busca da revolução socialista para além dela. Se a defesa da URSS deve ser entendida com a defesa da

---

<sup>134</sup> Em 15 de maio, dirigentes da IC, membros de diversos PC's – dentre os quais, Togliatti do PC italiano, Manuilsky do PCUS, Dimitrov do búlgaro e Thorez do francês – impossibilitados de convocar um Congresso por conta da guerra anunciam a dissolução da IC: “(...) Dissolver a IC como centro dirigente do movimento operário internacional, dispensando assim as seções da IC das obrigações derivadas dos estatutos e dos Congressos da IC (...)” (*apud* Kriegel, 1986: 122-123).

Revolução Russa, ela deveria estar articulada, indissolúvelmente, aos interesses universais de classe do proletariado em âmbito mundial. Parece não ter sido este o caminho escolhido por Stalin, ainda que se possa, e que se deva, discutir o complexo contexto internacional em que se movia o governo soviético. E a dissolução da IC atestava exatamente o reconhecimento de que a luta dos PC's deveria se dirigir para o interior dos Estados nacionais, abandonando-se, subliminarmente, o princípio internacionalista que move o horizonte comunista desde o *Manifesto do Partido Comunista*. A partir de 1943, afirma-se que as lutas nacionais são prioritárias não em suas formas – como definem Marx e Engels –, mas em seus conteúdos mesmos. O internacionalismo passou a figurar como retórica abstrata no seio do movimento comunista. Bem ao gosto de Stalin, o socialismo era nacionalizado sob o subterfúgio da relevância das questões nacionais.<sup>135</sup>

No âmbito das chamadas “áreas de influência” da URSS se exercia a política stalinista. O resultado foi um maior divisionismo no movimento comunista, a intervenção soviética nos PC's que saíssem das suas orientações ou mesmo confrontos trágicos entre comunistas. Até os anos 60, o saldo foi de endurecimento das posições soviéticas e de fissuras incontornáveis. Além do conflito sino-soviético pós-56 que levou ao confronto armado comunistas chineses e soviéticos, lembre-se da intervenção bélica sobre os divergentes comunistas da Tchecoslováquia ou, mesmo antes, contra os húngaros. Ainda antes da dissolução da IC, já se observavam rupturas que levariam a confrontos futuros, como são os casos iugoslavo – que em 1941 já se desviava da IC e que foi objeto de oposição ativa e declarada a partir de 1948 – e chinês, cujo partido comunista seguia linha diversa de Moscou desde os anos 30.

Os comunistas passaram a ter menor incidência sobre os movimentos de libertação colonial que, com algumas exceções, passaram a ter uma maior ascendência de movimentos nacionalistas. Além destas questões – diríamos, internas do movimento

---

<sup>135</sup> Aludindo ao 5º ponto do *Programa de Gotha do Partido Social Democrata Alemão*, do qual Marx criticou a priorização da questão nacional, Claudín conclui que, desde “1943, o 5º. ponto do programa de Gotha converteu-se no artigo 1º do programa dos partidos comunistas” (Claudín, 1985: 302).

comunista –, pode-se ainda incluir no saldo político um crescente distanciamento da classe operária que, ao longo dos anos 50 e 60, tendeu fortemente para o reformismo sob os auspícios da social-democracia européia, revitalizada a partir de 1945. Acrescente-se ainda, no cômputo do divisionismo que se fortaleceu e do monolitismo teórico-político que caracterizava a direção central exercida pelo PCUS no movimento comunista internacional e, conseqüentemente, dos expurgos daí derivados, a *esterilização do pensamento crítico e criativo* e da autocrítica, eliminados da vida interna dos PC's, que colecionavam cada vez mais expulsões e desfiliações dos seus melhores quadros.

O resultado foi uma *fossilização teórico-analítica* que não permitiu aos comunistas ligados à IC, refletirem sobre as novas características que assumia o capitalismo imperialista, especialmente a partir da coexistência pacífica que se estabeleceu entre os países capitalistas e a revolução russa no entre-guerras e que se radicalizou sob novo formato – a da “guerra fria” – depois da Segunda Guerra Mundial. Os que buscavam atualizar as análises marxistas foram colocados à margem do movimento comunista, como são os exemplos de Rosa Luxemburgo e de Trotsky no que tange às análises sobre a estratégia revolucionária mundial e à natureza da questão político-organizacional, ou então, eram tratados como traidores da revolução e deveriam ser isolados ou expulsos.

Sobretudo a partir da morte de Lênin em 1924, como já anotei noutra momento deste estudo, a fissura que estava implícita no movimento comunista internacional e no partido bolchevique em especial, emerge com uma luta interna que se polarizou entre Stalin e Trotsky. Mas tal luta se desdobrou em outras seções nacionais, particularmente naquelas que, desde antes de 1924, já reivindicavam algum tipo de autonomia teórico-analítica ou político-organizativa. Em pouco tempo, desde a fundação da IC e no decorrer do processo de sua stalinização, perdeu-se o entusiasmo revolucionário que foi decisivo para o enfrentamento diante do fascismo nos anos 30. A perda foi qualitativa, com a assepsia da capacidade teórico-crítica no âmbito da organização e de suas seções bem como

quantitativa.<sup>136</sup> Nem mesmo o giro operado a partir de 1935, com a política frentista face à ascensão do nazi-fascismo após a derrota na Alemanha, foi possível reverter tal quadro de retrocesso no âmbito da IC, já que estava medularmente comprometida com a dogmática defendida por Stalin.

O congelamento do tipo de organização idealizado por Lênin, tanto para o caso do partido bolchevique russo quanto para a própria IC, resultou numa dogmática leninista que foi levada às últimas conseqüências por Stalin. A “ciência proletária” criada a partir daí impossibilitou qualquer leitura inovadora e criativa dos fenômenos novos que surgiam sob o capitalismo, como se o desenvolvimento das forças produtivas não alterasse as formas do capital se reproduzir e daí, as exigências políticas das lutas de classes.

Todas estas questões serão retomadas nos próximos capítulos desta tese, pois são fundamentais para a continuidade da investigação teórica sobre a questão do partido revolucionário no movimento comunista. Elas resultaram no fenômeno que abrangeu todo o movimento e todos os partidos comunistas – em maior ou menor grau – em todo o mundo: o *stalinismo*.

### **4.3. Stalinismo e partidos comunistas: o saldo teórico-político**

Pode-se dizer que o stalinismo, como fenômeno próprio do movimento comunista, se configurou, concomitantemente, como ideologia e como prática política (Netto, 1981). Ou seja, como um conjunto de premissas ideológicas que correspondiam a uma determinada práxis política. Como fenômeno ideológico, desenvolveu-se uma verdadeira cultura política stalinista no movimento comunista internacional, sob a liderança de Stalin. Um amplo e pleno domínio da ideologia stalinista só pôde se enraizar por sua exata reprodução no

---

<sup>136</sup> Segundo os dados contidos em Claudín, em 1921, ou seja, no auge da vitória da Revolução Russa e de sua repercussão pelo mundo, a IC contava com cerca de 900.000 militantes. Em 1929, restavam 400.000 (Claudín, 1985: 309; vol.1).

âmbito das instâncias que conformaram a prática política comandada pela Internacional Comunista, em si subordinada ao Estado Soviético.

Na verdade, pode-se afirmar que num dado momento, a partir do final dos anos 30, a IC praticamente era controlada pelo Estado soviético, pelo Partido Comunista da URSS. Esse comando do Estado soviético e da IC pelo PCUS se dava, como vimos, por dois aspectos fundamentais que materializavam sua práxis política. Primeiro, por um profundo centralismo que, do ponto de vista organizativo-político, subjugou todo o movimento comunista internacional, por meio de uma deturpação – ou de uma transposição para contextos e realidades distintos – da estrutura leninista do partido bolchevique, assentada numa forte organização, baseada numa hierarquia de centralismo democrático que foi convertida numa monumental estrutura política ajustada de um novo tipo de hierarquização: um “centralismo burocrático”, que, na verdade, era a criação de uma imensa estrutura burocrática que garantia o comando de Stalin e de seus discípulos.

Um segundo aspecto associou essa estrutura político-organizativa a uma ideologia que está subjacente à dogmática stalinista: a ideologia do culto à URSS e à personalidade de Stalin.

Esses dois processos comandaram o movimento comunista internacional a partir, principalmente, de 1929, quando se consolidou a dominação de Stalin sobre o PCUS. O Estado soviético passou a ser o condutor da IC, comandada através de uma profunda centralização do poder – um *centralismo burocrático* – e de um tipo de ideologia que cultuava tanto a URSS, quanto a personalidade de Stalin. Do Birô Político comandado por Stalin partiam as diretivas que se dirigiam para os PC's do mundo inteiro aos quais não se permitiam críticas, mas a defesa sistemática das orientações e ações propostas, que deveriam ser objeto de defesa de todos.

Qual é o legado disso para o movimento comunista internacional? O legado mais evidente é que não se desenvolveram partidos comunistas autônomos em quase todo o mundo. Os PCs do mundo inteiro estavam subordinados ao comando do PCUS, ou seja, a

sua forma de organização, as suas análises políticas, às fórmulas teóricas da dogmática ideológica criada por Stalin, que passou a se chamar *marxismo-leninismo*. As conseqüências mais objetivas se expressam na ausência de uma forma organizativa própria, de reflexões políticas originais sobre o capitalismo, assentadas nas suas particularidades nacionais, na medida em que partiam de modelos teóricos pré-determinados.

Como problematizei na primeira parte do trabalho, no âmbito da melhor tradição marxista – e acredito ser aquela que se ampara no método marxiano – não pode existir um modelo de organização política revolucionária, e daí um modelo de partido revolucionário. Cada época histórica forjou suas formas revolucionárias e suas organizações políticas. Durante um longo período, ao longo do século XX, os partidos comunistas seguiram uma dogmática política, um padrão revolucionário válido para todo o mundo, aplicável a todos os países e regiões. Como desdobramento imediato disso, esses partidos mantiveram uma relação de adesão automática e acrítica, sob pena de sanções e de enquadramentos políticos. Sabe-se que tal reprodução não foi simples, pois se valia de mecanismos adotados desde uma complexa articulação que envolvia as estruturas políticas comunistas e a suplantação das resistências internas das seções nacionais.

Cabe dizer que essa tendência de burocratização do Estado soviético já fora sinalizada por Lênin antes mesmo de sua morte em 1924. Lênin elaborou uma formulação – posteriormente trabalhada por Trotsky na crítica ao Estado Soviético –, que prognosticava que a URSS poderia se transformar num Estado proletário com deformações burocráticas. Lênin já apontava a tendência de um viés burocrático contaminar o Estado soviético – tal viés advinha, dentre outros fatores, dos limites culturais que o governo bolchevique herdava do passado russo:

Sabemos perfeitamente o que significa o atraso cultural na Rússia, o que ele faz ao Poder Soviético, que em princípio deu uma democracia proletária incomparavelmente mais elevada, que deu um modelo desta democracia para todo o mundo, sabemos como esta falta de cultura avilta o Poder Soviético e engendra a burocracia.(...) É necessário um enorme

trabalho educativo, organizativo e cultural, que não pode ser feito pela lei, rapidamente, que exige um trabalho imenso e prolongado<sup>137</sup> (Lênin, 3, 1979: 101).

Já no período imediato à vitória de outubro de 1917, Lênin buscava criar condições que possibilitassem ao novo governo superar as tendências burocratizantes, oriundas tanto do atraso cultural quanto dos elementos capitalistas impregnados no proletariado, especialmente entre aqueles mais graduados técnica e politicamente, que poderiam travar o desenvolvimento da democracia proletária:

Quanto maior for a decisão com que hoje devemos defender um poder firme e implacável, a ditadura de indivíduos *para determinados processos de trabalho*, em determinados momentos de funções *puramente executivas*, tanto mais variadas terão de ser as formas e os métodos de controle a partir de baixo, para paralisar qualquer sombra de possibilidade de deturpação do Poder Soviético, para arrancar repetida e infatigavelmente a erva daninha do burocratismo (Lênin, 2, 1979: 585-586).<sup>138</sup>

Em vários outros momentos, Lênin assinala a necessidade de reafirmar a luta para vencer o burocratismo no âmbito do Poder Soviético; ela se estendia a todos os setores do Estado: na Economia, nos diversos aparelhos estatais, na sua relação com o partido, com as massas e com as suas organizações políticas, como os sindicatos, para os quais defendia um alargamento da “democracia nas organizações operárias sem fazer disso, de modo nenhum, um fetiche”<sup>139</sup>. A atuação contra a burocratização pressupunha para Lênin: “- que dedicaremos uma atenção extraordinária à causa da luta contra o burocratismo; - que

---

<sup>137</sup> Do VIII Congresso do PCR (b), em março de 1919.

<sup>138</sup> *As tarefas imediatas do poder soviético*; abril de 1918.

<sup>139</sup> Aqui Lênin polemiza com Trotsky que o criticara por renunciar à luta contra a burocratização: “Na mesma discussão de 30 de Dezembro, Trotsky e Krestínski estabeleceram o fato de que ‘o camarada Preobrajénski tinha colocado já em Julho (1920) ao CC a questão de que devíamos passar a uma nova via no respeitante à vida interna das nossas organizações operárias’ (p.25). (...) Em Dezembro, a questão da luta contra o burocratismo foi colocada no VIII Congresso dos Sovietes. Portanto, todo o CC, todo o partido e toda a república operária e camponesa reconheceram a necessidade de colocar na ordem do dia a questão do burocratismo e da luta contra ele. Decorrerá daqui uma ‘renúncia’ ao IX Congresso do PCR? Não. Aqui não há nenhuma renúncia” (*Idem*: 458).

corrigiremos com especial cuidado todos os excessos desnecessários e nocivos de burocratismo, seja quem for que os assinale” (Lênin, 3, 1979: 458-459).<sup>140</sup>

Mais tarde, quando o quadro burocratizante já estava mais avançado do que aquele visto por Lênin ainda em vida, Trotsky retomava e ampliava a linha lenineana de crítica à burocratização do Estado Soviético enfatizando que tal deformação amainava progressivamente o caráter revolucionário da direção do próprio partido, à medida em que afastava – politicamente ou por meio da violência – os melhores quadros representantes da vanguarda do proletariado. Antes de se consumir sua expulsão em 1928 e sua exclusão – e a de Zinoviev – do Comitê Central, às vésperas do XV Congresso, num discurso pronunciado na Assembléia Plenária do Comitê Central, em outubro de 1927, Trotsky mantinha a luta contra a “facção burocrática” do poder soviético:

A facção dirigente que exclui do partido centenas e centenas dos melhores militantes, operários bolchevistas inabaláveis; a ‘clique’ do aparelho que ousa excluir bolchevistas como Mratchkvosky, Serebriakov e Preobrajensky, isto é, os únicos camaradas que poderiam criar um secretariado do partido com mais autoridade e preparação, mais leninista que o secretariado atual; a facção Stalin-Bukharin, que fecha na prisão interior da GPU admiráveis militantes como Netchaiev, Stykhold, Vassiliev, Schmidt e tantos outros; a facção do aparelho que subsiste violentando o partido, sufocando o seu pensamento, desorganizando a vanguarda do proletariado não só na URSS mas em todo o mundo(...) (Trotsky, 1981: 139).

Atacava especialmente Stalin, cujas limitações políticas já haviam sido identificadas e alertadas por Lênin, como fez questão de lembrar:

Durante a vida de Lênin, enquanto houve um comitê central leninista, o aparelho de organização do partido foi submetido a uma política revolucionária de classe, praticada à escala mundial. É verdade que Stalin, na qualidade de secretário geral, foi desde o início objeto das preocupações de Lênin: ‘Este cozinheiro só prepara pratos muito condimentados’ dizia ele num círculo de amigos na altura do X Congresso. Mas sob a direção leninista(...) o

---

<sup>140</sup> Do discurso de Lênin – *Sobre os Sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky* – proferido em 30 de dezembro de 1920 na reunião conjunta dos delegados ao VIII Congresso dos Soviéticos, dos membros do Conselho Central dos Sindicatos de toda a Rússia e do Conselho dos Sindicatos da cidade de Moscou.

secretário geral desempenhava um papel completamente secundário. A situação começou a se modificar a partir da doença de Lênin. A seleção de homens pelo secretariado, o agrupamento de stalinistas a partir do aparelho tomou um caráter de valor próprio, independente da linha de conduta política. Eis porque Lênin, refletindo na eventualidade da sua ausência, deu um último conselho ao partido: 'Afastem Stalin do seu posto; ele pode conduzir o partido à cisão e à morte'. O partido não teve a tempo conhecimento deste conselho. O aparelho devidamente selecionado, dissimulou-o (*Idem*: 140).

Mas cabe resgatar como Stalin conseguiu construir todo esse fenômeno, impregnando uma verdadeira cultura política e conduzindo o Estado soviético a uma monumental burocratização.

Antes de tudo, é muito importante para essa discussão resgatarmos o panorama mundial. Esse panorama era, após a morte de Lênin, de profunda instabilidade política, de luta entre os países capitalistas do mundo inteiro; um quadro de pós-guerra, de escassez e de recomposição das relações comerciais. Na Rússia, a situação era dramática – o país tinha, ainda com Lênin em vida e mesmo depois, na segunda metade dos anos 20, com Stalin, 36 milhões de famintos e um universo de mais de 20 milhões de desempregados. O nível de tensão social era o pior possível, agravado ainda pelo desgaste provocado com as guerras, com um número assustador de mortos. A conjuntura era de esgarçamento do tecido social, de pobreza, de fome, de instabilidade sócio-política.<sup>141</sup>

Mesmo com a melhora econômica – com os avanços da NEP – avançavam também as condições objetivas e ideológicas para o desenlace de uma luta interna no PC russo que pôs de um lado – à direita – Stalin, e de outro – à esquerda – Trotsky, e no centro vários outros dirigentes com destaque para Bukarin. Trata-se de um momento decisivo que se desenvolveu logo após a morte de Lênin – ou seja, 1924-1927. Contudo, mais do que uma luta pelo poder do PC russo, o que estavam subjacentes eram os rumos da Revolução Russa: estava em questão o caminho do socialismo na URSS e os destinos da revolução mundial do proletariado – em verdade, a polarização envolvia os métodos e as estratégias

---

<sup>141</sup> O quadro sócio-político da Rússia à época da Revolução de outubro de 1917 e da guerra civil decorrente foi trabalhado largamente no capítulo anterior.

políticas que essas questões supunham, num quadro de tensionamento das relações sociais internas e numa conjuntura mundial extremamente complexa.

Foi nesse contexto que Stalin começou a fazer prevalecer a sua famosa tese do “socialismo num só país” ou “socialismo nacional”, valendo-se inclusive de aspectos ideológicos do nacionalismo russo, que remontavam ao Estado czarista. Como advertiu Netto,

já em 1924, Stalin formulou a tese da possibilidade de um ‘socialismo nacional’ – a *teoria do socialismo num só país* –, que foi assumida oficialmente pelo partido no ano seguinte. Independentemente da sua elaboração teórica, a posição de Stalin respondia às aspirações da população, exausta pelo esforço de guerra dos anos anteriores e desejosa de estabilidade e paz (além, naturalmente, de afetar positivamente a corda do nacionalismo russo) (Netto, 1982: 14).

Trotsky, por sua vez, advogava o internacionalismo proletário como componente central da revolução socialista, a partir de um processo de *revolução permanente*, estratégia que formulou após a Revolução de 1905, retomando o termo de um texto de Marx e de Engels dirigido à Liga dos Comunistas em 1850<sup>142</sup>. A idéia da revolução permanente estava associada à tese do *desenvolvimento desigual e combinado* que Trotsky identificava como a particularidade das sociedades capitalistas menos desenvolvidas, nas quais o processo revolucionário seria vanguardado pelo proletariado em todos as suas etapas: a revolução anti-feudal, a revolução burguesa e a revolução socialista.

Fundamentalmente, essa polêmica acerca do internacionalismo e a questão dos métodos de organização do partido opuseram frontalmente os grupos ligados a Stalin aos adeptos de Trotsky. Mais do que uma luta pela condução do partido russo, estavam em questão elementos fundamentais da tradição marxista e do pensamento de Lênin dela oriundo. Os rumos da revolução mundial e o futuro da URSS centralizaram as divergências e provocaram as cisões posteriores.

---

<sup>142</sup> *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas.*

As teses de Stalin triunfaram no XV Congresso do Partido, em 1927, demarcando a sua vitória e o comando do PC russo. Predominou não só a tese de socialismo num só país, mas ascendeu no partido bolchevique uma cultura política de centralização de poder no Comitê Central, comandado por Stalin e pelos dirigentes a ele próximos. Triunfou também uma idéia de que – aliás, partilhada por Trotsky, e que também era de Lênin –, do ponto de vista econômico, deveria se promover uma coletivização compulsória, uma estatização total e plena na agricultura russo-soviética. Com isso, a eliminação de todas as formas de propriedade privada no campo, dos *kulacs*, bem como dos pequenos e médios camponeses que tinham propriedades privadas, que resistiam a essa estatização da agricultura<sup>143</sup>. Além da estatização da agricultura, acrescenta-se uma profunda industrialização pesada. Lançou-se mão de uma industrialização acelerada, que promoveu uma deportação em massa de trabalhadores do campo para a cidade.<sup>144</sup>

Então, triunfou a tese do “socialismo num só país” e um forte centralismo no partido bolchevique. Predominaram modelos econômicos que, aliás, não eram somente de Stalin, pois eram defendidos por Trotsky também, quais sejam: a coletivização compulsória ou estatização da agricultura, o fim da propriedade privada no meio agrícola e a acelerada industrialização – a introdução de técnicas modernas de industrialização, inclusive técnicas tayloristas. Lênin, Trotsky e Stalin defendiam tais propostas, indicando que não houvesse, talvez, alternativa: a revolução socialista foi realizada num Estado atrasado, de economia capitalista ainda não suficientemente desenvolvida.

Com o acirramento da situação mundial, acirrava-se também a luta interna. O fim da Primeira Guerra Mundial prorrogou, por toda a década de 20, um quadro de recomposição

---

<sup>143</sup> Como já vimos, a posição de Trotsky era mais radical em relação aos camponeses, dos pequenos aos grandes, no sentido de uma desapropriação generalizada por parte do Estado. Na prática, prevaleceu um plano de coletivização das propriedades agrícolas de pequeno e médio portes na forma de cooperativas controladas pelo Estado, como defendia Lênin. No capítulo anterior, verificamos que através delas o Estado soviético pôde – por meio de cobranças de impostos sobre a produção, que incidiam na base de 1/3 do excedente, variando de acordo com o tamanho das cooperativas – garantir não só o abastecimento interno, como também a produção voltada às exportações.

<sup>144</sup> Com o Plano Quinquenal, a URSS conseguir reaver índices econômicos de antes da guerra, ainda que estivessem muito aquém das necessidades gerais da população e, mais ainda, da meta de tornar o país, em pouco tempo, uma grande economia européia.

das relações comerciais que tensionavam as relações entre os países. Uma nova grande crise do capitalismo se desenhava, na qual emergiam o nazismo e o fascismo na Alemanha e na Itália. Os debates e as consequências políticas desse novo cenário internacional, com o nazi-fascismo crescendo na Europa, somados à persistência das tensões internas, podem ter precipitado o recrudescimento da cultura stalinista. Mesmo que vitorioso e dominante no âmbito do partido, Stalin intensificou ainda mais a centralização política.

As instituições políticas do governo soviético não só enrijeceram seus mecanismos de controle internos (no âmbito das instâncias partidárias) como deram origem a formas políticas que objetivavam o engessamento da oposição que pudesse surgir das massas organizadas. Instituiu-se, então, a proibição de greves, de facções políticas, da liberdade democrática de livre associação. O resultado disso é que com o crescimento do nazismo e do fascismo e com a permanência das dissidências internas, chegou-se a um grau elevado de estreitamento dos canais de democracia política, envolvendo toda a década de 30 na URSS. E o período 1936-1939 foi o que radicalizou esse processo, valendo-se de meios coercitivos que, não poucas vezes, resultaram em prisões e mortes de oponentes.

As informações sobre esses processos tornaram-se mais claros a partir de 1956, com a divulgação do Relatório Secreto de Krushev. Até aqui, os PCs do mundo inteiro seguiam, preponderantemente, as orientações do Estado soviético, do PC russo. Seguiam um mesmo modelo de organização, as mesmas táticas, e adotavam as análises políticas e as linhas teóricas pré-concebidas. O legado disso para a esquerda mundial, para o movimento comunista internacional, foi um brutal atraso teórico, a perda de muitos militantes, o aborto de várias tentativas revolucionárias nos países que escapavam ao controle das formas organizacionais, das análises políticas e das fórmulas teóricas do partido russo.

Como resultado, tem-se um congelamento teórico-político do movimento internacional, o afastamento de vários intelectuais, dos setores médios, da pequena burguesia, dos setores radicais, da intelectualidade, dos estudantes, de boa parte do

pensamento crítico – não necessariamente marxista – dos partidos comunistas. Isso tudo quando o fenômeno stalinista já estava consolidado, já nos anos 50, mesmo após a morte de Stalin, em 1953. As elaborações realmente críticas e inventivas acabavam se desenvolvendo fora dos partidos comunistas ou em polêmica aberta com eles. Pode-se lembrar as contribuições mais “originais da Escola de Frankfurt ou a reflexão solitária de Karl Korsch, a elaboração de Trotsky no exílio(...) ou de modo isolado e subterrâneo, a ponto de terem influência muitos anos depois, como no caso da mais alta contribuição, a de Antonio Gramsci” (Agosti, 1985: 145).

A consequência imediata foi que o movimento comunista internacional não forjou análises interpretativas criativas, originais, autênticas, que procurassem perceber as particularidades históricas de cada país<sup>145</sup>. As particularidades históricas deveriam incidir nas análises dos PC's e, conseqüentemente, no tipo de organização política ideal. Cada país tem uma realidade específica através da qual experimentou um determinado processo de revolução burguesa, configurou um tipo de classe trabalhadora, um perfil das classes dominantes e um particular formato de lutas de classes. Essas especificidades foram, *praticamente*, secundarizadas nesse período em que vigoraram os modelos herméticos de Stalin. Em resumo, o fenômeno do stalinismo segregou as formulações críticas e inventivas, submetendo-as a esquematismos prático-políticos de um verdadeiro sistema ideológico.

A situação chegou a tal nível que o espaço de deliberação, o espaço de discussão política existente, que era o Congresso do PCUS, só se realizou até o XVIII Congresso, em 1939. Posteriormente, houve um congelamento dos Congressos, que só voltaram a

---

<sup>145</sup> Ora, é claro que em todos os países houve exceções, tentativas de formulações críticas, de formulações independentes, mas quase todas elas tiveram enormes dificuldades de se afirmar na luta interna de cada PC; quando não eram derrotadas, eram marginalizadas, perseguidas, enquadradas ou simplesmente não tinham qualquer tipo de projeção. Por exemplo, quando em 1956 começa a crise do stalinismo por conta da divulgação do *Relatório Secreto de Krushev*, assinala-se o início de uma distensão stalinista. O impacto desse relatório, que foi feito no XX Congresso do Partido Comunista Russo, nos PC's do mundo inteiro foi bastante significativo. E no PC brasileiro também. Inicialmente, desenvolveu-se uma tese capitaneada por Pedro Pomar e João Amazonas na qual tentavam desqualificar o *Relatório*, procurando no interior do PCB desconsiderar as denúncias políticas de Stalin. Por outro lado, outros teóricos iniciavam uma crítica ao stalinismo, num processo de descolamento do PC russo, da orientação soviética. Esse é um exemplo de tentativa de uma formulação criativa no interior dos partidos no mundo inteiro. O mais importante aqui é que nesse período, ou seja, a partir de 1956, inicia-se um processo de crítica ao stalinismo que assumiu intensidades e tonalidades distintas nos países, conforme veremos no capítulo posterior.

acontecer em 1952. No plano internacional o resultado não foi diferente já que, como vimos anteriormente, Stalin encerrou a história da Internacional Comunista em 1943, atendendo às necessidades da política externa da URSS no contexto da Segunda Guerra Mundial. E isso não poderia se desenvolver apenas pela vontade de Stalin. Uma enorme estrutura assegurava as condições práticas para tanto. Interessante notar que durante a vigência da IC, cerca de setecentas pessoas, homens e mulheres podiam “ser considerados, em sentido lato, o grupo dirigente do movimento comunista internacional entre 1919 e 1943, a grande maioria é constituída pelos representantes dos vários partidos comunistas não russos nos órgãos centrais do Komintern e das organizações paralelas” (Agosti, 1985: 131). Tal dimensionamento pode, talvez, oferecer um razoável panorama das possibilidades de espraiamento da cultura stalinista.

Parece óbvio que tal arquitetura política não se desenvolveu sem resistências e sem condições objetivas relativamente favoráveis a ela. Costuma-se analisar o stalinismo de uma maneira personalizada, segundo a qual coube a um homem, com instintos totalitaristas e planos malignos, orquestrar uma miraculosa estratégia de dominar a todos<sup>146</sup>. Desnecessário dizer o quanto tal perspectiva é estranha a uma análise metodologicamente objetiva da realidade, que busca nela seus nexos causais e suas contradições. Claro que houve resistência na URSS e nas seções nacionais da IC. No âmbito da URSS, ela foi massacrada, aniquilada. O auge disso se deu entre 1936-1939, conforme apontado páginas atrás; o Congresso de 1927, que selou a vitória de Stalin, assinala o seu embrião – potencializado por todos os determinantes internacionais que incidiam sobre a URSS, como já visto.

Comunistas do mundo inteiro defendiam a URSS e Stalin como uma representação do melhor para a humanidade; assim o faziam, não por qualquer imposição política exterior;

---

<sup>146</sup> Sabe-se que a indústria editorial estimula tal perspectiva, que é de mais fácil assimilação pelo grande público consumidor de produtos com apelo comercial. O mesmo vale, com muito maior frequência, para o caso de Hitler (ressalte-se que não cabe aqui qualquer tipo de comparação!). Pululam por aí dezenas de textos teóricos, relatos jornalísticos, biografias, películas, etc., segundo os quais Hitler detinha uma personalidade extraordinária, capaz de torná-lo o dono do mundo. Tais leituras servem mais ao folhetim novelesco ou aos romances policiais que ao acúmulo para a investigação científica.

defendiam a URSS olhando para os indicadores sociais da experiência soviética, superiores aos observados nos países capitalistas. A URSS experimentou uma das maiores façanhas de um país, em tão pouco tempo. Num período de menos de três décadas, o país saiu de um cenário de profundo atraso econômico, social, cultural, para ser a segunda potência econômica do mundo, com uma razoável distribuição e socialização dos bens produzidos, com bons indicadores sócio-econômicos, principalmente se comparados aos dos países capitalistas. Em vinte e poucos anos a produção de petróleo cresceu 15 vezes; a produção do aço cresceu 134 vezes; a produção de carvão cresceu 10 vezes; a energia elétrica, 138 vezes; crescia-se com um índice de 15% de crescimento econômico anual; zerou o analfabetismo da população adulta, 18% morava na cidade e 82% no campo, na década de 40 passou a ser 46% na cidade e 54% no campo<sup>147</sup>. Qual era a diferença fundamental frente aos países capitalistas? A distribuição da riqueza socialmente produzida. As formas de produção eram muito semelhantes, mas as formas de distribuição eram muito mais simétricas, igualitárias. Tudo isso realizado, vale dizer, num enorme período de guerra e entre-guerras que consumiam da URSS não só energias produtivas e valores econômicos, como também vidas aos milhões. A participação da URSS na Segunda Guerra Mundial a partir da invasão nazista foi decisiva. Vinte milhões de russos morreram para derrotar as tropas nazistas.

A análise desse longo processo que envolveu a URSS não deve ser problematizada, ao meu ver, sob uma pseudo-neutralidade analítica, que de fato não existe. Deve-se buscar a maior objetividade possível para identificar na realidade seus traços fundamentais, exatamente aqueles que fornecem pistas para que se possa formular conclusões, ainda que parciais e, a partir delas, tomar posições políticas e teóricas. Sob Stalin se cometeram muitos equívocos; mas, paradoxalmente, foi produzida, talvez, a maior experiência humana da história moderna, do ponto de vista do crescimento sócio-econômico da sociedade, em tão pouco tempo. A URSS, a partir da segunda metade do século XX, passou a ocupar o

---

<sup>147</sup> Mais uma vez, tomo emprestados os números de Netto (1981).

lugar de segunda potência econômica, concorrendo no plano político internacional com os EUA.

## CAPÍTULO 5

### Expansão e declínio do partido stalinista<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> Desenvolvo e desdobro, neste capítulo, questões e polêmicas presentes em Claudín (1985-6), Spriano (1987), Opat (1987), Márek (1987), Boffa (1967) e Papaioannou (1967), dentre outros, todos referenciados na *Bibliografia*.

## 5.1. Do fim da Internacional Comunista ao XX Congresso do PCUS

Durante a guerra, a URSS promoveu mais um giro histórico. Efetivamente, ele se deu no momento mais decisivo da guerra: com a invasão da URSS. Ela resultou numa aliança com as grandes nações capitalistas, uma “grande aliança” com os EUA e a Grã-Bretanha. Tal giro significou, também, o abandono da anunciada revolução mundial que viria com a guerra inter-imperialista. A nova fase impôs aos partidos comunistas a abreviação da possibilidade revolucionária que se preconizava com a guerra anti-fascista e, conseqüentemente, implicou numa política de recuo nos países capitalistas. Os desdobramentos dos processos revolucionários na Grécia e na Iugoslávia<sup>149</sup> só podem ser entendidos a partir do recuo revolucionário que a “grande aliança” obrigava, assim como o sufocamento dos movimentos mais combativos e progressistas na França e na Itália. Esses e outros acontecimentos posteriores concorreram para a crise do stalinismo nos anos 50.

Dos anos 30 até 1956, o movimento comunista experimentou o auge e o declínio do modelo stalinista de partido. O desfecho da Segunda Guerra Mundial com a vitória do Exército Vermelho sobre as tropas nazistas consagrou a URSS como potência emergente. Credenciou-na como parte preponderante no novo sistema mundial de relações políticas que se originou com o fim da guerra. Amenizou, em parte, o grande impacto ideológico que o pacto germano-soviético havia causado entre os comunistas. Reacendeu, de alguma maneira, o entusiasmo revolucionário entre os militantes com a libertação – pela qual lutou, com protagonismo, a URSS –, que poderia ser transposta agora para a emancipação definitiva do proletariado. E, por fim, abriu caminhos para a chamada “grande aliança” que se ergueu dos escombros da guerra, através da qual o mundo se dividiria em “áreas de influência” capitaneadas pelas potências nascentes: EUA e URSS.

Ao mesmo tempo, proporcionou novo fôlego à tese do “socialismo nacional”, revitalizada por dois novos arcos políticos articulados entre si: a bipolarização ideológica

---

<sup>149</sup> Em 1948, o movimento iugoslavo se levanta contra os interesses soviéticos. Para um aprofundamento da questão iugoslava vale conferir J. Opat (1987) e F. Claudín (1985-6).

entre soviéticos e norte-americanos e a *equivalência do “socialismo nacional” com o socialismo em vários países*, ou seja, a constituição de socialismos nacionais satélites da URSS.

Por outro lado, esses mesmos fatores potencializaram três outros que concorreram para *fragilizar as estruturas da política stalinista*: primeiro a *revitalização do movimento operário nos países ocidentais* com o novo soerguimento das economias capitalistas; segundo, a *constituição de movimentos de emancipação nacional* em países que viviam ou sob o jugo colonial, ou mesmo sob a influência soviética; em terceiro lugar, as *contradições que se intensificavam na própria URSS* provocadas pelo *antagonismo* entre o *desenvolvimento das suas forças produtivas e suas estruturas políticas*.

As diversas crises que emergiram posteriormente foram resultantes daqueles três fatores, dialeticamente articulados entre eles. Explicitaram-se, de modo mais abrupto, quando as *premissas stalineanas – o socialismo nacional, a recorrente tese da agonia final do capitalismo prevalecente na IC e a sua forma político-organizativa – e as suas decorrentes instituições políticas stalinistas – o Estado soviético, os Estados nacionais em torno dele circunscritos e a monumental estrutura política fortemente centralizada e burocratizada –*, chocavam-se com aqueles fatores. Precisamente, no momento histórico em que *tais elementos se acirravam* na realidade, proporcionaram-se as *condições objetivas* para uma *débâcle* stalinista.

*Foram criadas as possibilidades históricas* para o desencadeamento de *crises internas e externas do movimento comunista* que sobrevieram em episódios concretos que expressaram o início de uma *fase agônica do stalinismo*. Se as *condições subjetivas* para tanto só tivessem emergiram *a posteriori*, deveu-se à sobrevida que o movimento operário emprestou aos partidos comunistas ocidentais, à renovada energia dos novos militantes, motivados a partir das esperanças que se abriram com a vitória na guerra e, de modo determinante e estrutural, à cega crença e disciplina dos militantes comunistas em Stalin e em suas orientações.

Assim, propiciou-se a emergência de fenômenos que escapavam às previsões soviéticas. Entre 1953 e 1956, vieram à tona as denúncias acerca das arbitrariedades de Stalin e as primeiras revelações sobre a polícia secreta. Ao mesmo tempo em que, até a divulgação do Relatório Krushev, a questão da Iugoslávia ganhou novos contornos, a rebelião dos operários berlinenses e os outubros polonês e húngaro jogaram o stalinismo, simultaneamente, numa situação de perda de controle e de intensificação dele. A primeira intervenção armada soviética que se realizou sobre a sublevação húngara foi a prova cabal de que o Estado soviético seria capaz de destruir à força movimentos contrários às suas orientações. Ao mesmo tempo, evidenciavam-se os limites de sua existência, uma vez que se degenerava em estruturas cada vez mais centralizadoras.

Pela primeira vez foram *abertas fissuras no monopólio político stalinista, que indicavam um esgotamento dos métodos utilizados*. Ademais, deve-se agregar a este fator do crescimento da auto-deformação do governo soviético, a *incapacidade política que os partidos comunistas demonstravam na relação com o novo movimento operário que crescia ao ritmo das engrenagens renovadas do capital, agora sob a forma combinada do trinômio fordismo-taylorismo-keynesianismo*. Diante da impossibilidade de afirmar uma política revolucionária de classe, *os comunistas se acharam encurralados pela eficiência do reformismo da social-democracia que voltara a crescer, predominando nos sindicatos e na vida operária*.

A orientação soviética que passou a vigorar entre a segunda metade da década de 40 e a primeira da década de 50 foi a de buscar influir no movimento operário sob a perspectiva de defender os seus interesses mais imediatos que, acreditava-se, não poderiam ser satisfeitos pelos governos burgueses. Havia a crença de que se chegaria num momento no qual haveria um choque entre as crescentes reivindicações econômicas e sociais do operariado com a capacidade capitalista de supri-los. Ainda que não se intitulasse de reformismo, os partidos comunistas efetivamente puseram em prática uma política reformista que disputava espaços com os social-democratas que, diante de tal tarefa,

mostraram-se, historicamente, mais eficazes. Por outro lado, tal política exigia uma postura mais aberta para alianças com frações não revolucionárias do movimento operário, para a qual os PC's não se encontravam nem capacitados nem autorizados.

Somados aos *episódios que manchavam a imagem revolucionária da URSS stalinista* – as evidências sobre os métodos da polícia secreta, o desmascaramento parcial dos processos de Moscou, a repressão armada às dissidências –, tais fatores objetivos aumentaram as insatisfações e criaram um ambiente favorável para um progressivo desgaste do stalinismo e, por sua vez, dos seus métodos de organização política impostos aos partidos comunistas. *A morte de Stalin* em 1953 não foi o fator decisivo para que viessem à tona os fatos relatados no relatório secreto. Determinantes mesmo, foram os fatores objetivos acima citados. Sem eles, sem a nova dinâmica que eles representavam, sem as fissuras que causaram, o Relatório Krushev talvez não fosse conhecido, pelo menos naquele ano, em 1956, e com a relativa e surpreendente amplitude com que foi apresentado.

Até 1956, o stalinismo pôs a URSS em diferentes situações políticas frente aos adversários e aos aliados. Certamente, a postura soviética diante dos novos regimes que se levantavam no leste da Europa era a mais problemática, no que concerne à relação entre os interesses específicos da URSS e as possibilidades revolucionárias que se colocavam ali. Junto a ela, como dito anteriormente, a posição sustentada nos grandes países democráticos do Ocidente – França e Itália – chocava-se com os próprios rumos que os partidos comunistas desses países vinham assumindo. Quer dizer, antes mesmo da divulgação do relatório de 56, a URSS assistiu a um crescente desgaste político fruto das estratégias que adotava, o que ajudou a corroer rapidamente o impressionante crescimento comunista experimentado no imediato pós-guerra.

Inédito crescimento resultou do extraordinário prestígio que os soviéticos obtiveram com o triunfo na Segunda Guerra Mundial. Ele serviu mesmo para suplantar a enorme decepção que se abatera entre os comunistas com o pacto germano-soviético. Permitiu que

se superasse a desconfiança que a URSS despertava no Ocidente e reduziu as forças contrárias ao stalinismo reinante entre os PC's. O ápice desse processo se deu entre o fim da Internacional Comunista e a criação do chamado *Centro de Informação dos Partidos Comunistas* (*Kominform*, na abreviação russa), em 1947. Ele fora criado como *forma de voltar a centralizar as ações comunistas* num pólo definido por uma instância superior. Reuniu, por escolha de Stalin, os *partidos comunistas mais próximos politicamente do PCUS*, exatamente aqueles que estavam *sob sua "zona de influência"* – os PC's da Tchecoslováquia, da Bulgária, da Romênia, da Hungria, da Iugoslávia e da Polônia – e aqueles mais importantes da Europa Ocidental, ou seja, onde os comunistas tinham maior participação política – os da Itália e os da França.

Nesse período, até o surgimento do *Kominform*, ou seja, até 1947, tivemos as maiores vitórias dos PC's fora da URSS. Passaram a compor governos originários da Resistência, inclusive, até fins de 1947, quando são expulsos dos governos francês e italiano, e galgaram espaços significativos nos parlamentos europeus. O prestígio soviético estendido aos partidos comunistas possibilitou a elevação espetacular de filiações de militantes advindos das lutas de libertação, compreendendo estudantes, intelectuais e operários. Segundo as fontes consultadas em Claudín (1985;1986) e Spriano (1987), o partido italiano salta de 5.000 membros em 1943 para 2.000.000 em 1946; o francês vai a 1.000.000 quando tinha 30.000 em 1943. Até mesmo o sempre pequeno partido comunista inglês consegue triplicar seus adeptos: vai a aproximadamente 50.000 filiados entre 1944-1945. Em países mais desenvolvidos como Áustria, Finlândia, Bélgica, Dinamarca e Noruega, que agrupados somavam mais ou menos 100.000 membros, em 1947 já totalizavam 600.000. Mesmo fora do continente europeu, verificava-se aumento dos contingentes comunistas. É o caso do partido comunista japonês que obteve dois milhões de votos em 1946 (chegando a três milhões em 49), elegendo ainda cinco deputados (trinta e cinco em 1949), emergindo de um longo período de clandestinidade que lhe impôs dura repressão antes e durante a guerra. Com suas devidas particularidades, o mesmo

aconteceu com outros PC's asiáticos, devendo se assinalar o caso dos comunistas do Vietnã, que iniciaram um decisivo processo revolucionário no país, de caráter insurrecional anti-japonês. E o que se dizer da China, que retoma o movimento revolucionário impulsionado pela resistência à invasão imperialista do Japão, culminando com a surpreendente e grandiosa revolução de 1949?

Somam-se a estes dados, a crescente influência comunista sobre os operários nos países mais desenvolvidos do capitalismo, o que se nota principalmente a partir da retomada da articulação mundial, de viés de esquerda, da organização internacional do movimento sindical. Em 1945, realizou-se pela primeira vez desde de 1917, tal articulação com a criação da *FSM (Federação Mundial Sindical)*. Se pensarmos ainda na hegemonia indiscutível dos comunistas nas chamadas democracias populares podemos dizer que esse relevante período caracterizou-se como *o auge do movimento comunista depois da Revolução Russa*. Como bem afirmou Claudín,

[o] efeito produzido nos operários e nos povos de todos os continentes pelas vitórias militares soviéticas pode ser comparado ao eco que, em seus primeiros tempos, teve a Revolução de Outubro. Com uma diferença: a União Soviética não aparecia apenas como a encarnação exemplar da revolução socialista – diante de grandes setores sociais alheios ao comunismo, a União Soviética passava a ser o símbolo máximo de todas as causas progressistas, da independência das nações, da paz entre os Estados (Claudín, 1985-6: 332-3).

Como analisou o autor, os comunistas “viam, então, com eufórico otimismo as perspectivas revolucionárias no mundo inteiro” (*Idem*).

No caso dos países pertencentes às “áreas de influência” soviéticas, também se experimentaram crescimentos dos partidos comunistas, com a particularidade de que neles se desenvolveram as chamadas *novas vias* para o socialismo, pelas quais se afirmava a natureza específica de seus processos revolucionários, diferentemente do que se apregoava pela dogmática stalinista – até então preponderante –, para a qual o modelo soviético servia como parâmetro para as revoluções socialistas. As razões que explicam tal flexibilidade se referem à compreensão da nova fase revolucionária que se abria com o fim da guerra.

Entendia-se que, com isso, as frentes anti-fascistas que lutaram na libertação de diversas regiões deveriam convergir para uma luta que enfatizasse as particularidades nacionais, por meio das quais os comunistas deveriam reafirmar sua hegemonia. Compreendia-se, assim, que a estratégia comunista, corroborada por Stalin focaria, com relativa autonomia, suas ações no campo de atuação de cada país, o que supunha a consideração do aspecto “nacional”.

Essa nova fase colidia, paradoxalmente, com os limites que a aliança com as grandes potências impunha. Por um lado procurava se afirmar a autonomia dos PC's num quadro especialmente promissor para o movimento revolucionário, por outro, e de modo ambíguo, colocava-se um freio ao mesmo, já que não se podia avançar para além dos marcos definidos pela “grande aliança”. Ademais, essa mesma *valorização do “nacional” acabava por se defrontar com a enraizada cultura política nacionalista* ampliada pelo stalinismo, com a idéia do “socialismo num só país” (na URSS) e com a decorrente valorização do patriotismo russo.

Então, ao lado da conjuntura de otimismo revolucionário e de crescimento dos partidos comunistas se encontravam contradições ideológicas que logo resultariam numa nova crise entre o movimento comunista. Uma carga explosiva de fatores conflitantes entre si não demoraria a detonar numa nova onda de dissensos e cisões que levariam a rupturas, deserções e expurgos, com o reforço do centralismo stalinista. Contudo, mais grave do que isso, tais fatores associados à rápida ofensiva imperialista – já com sua nova expressão erguida das ruínas da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos – devolveram à política stalinista a sua predileção: a centralização burocrática.

Ainda que as orientações que partiam da URSS fossem de manobrar o máximo possível nos países que não estavam no âmbito de atuação preferencial dos comunistas, ou seja, na sua “zona de influência”, no sentido de buscar obter maiores espaços para os partidos comunistas, elas não interessavam, por razões óbvias, às forças imperialistas. Em outras palavras, mesmo com a moderação que dirigia a atuação comunista em países como

a França e a Itália, ela não foi suficiente para debelar as intenções capitalistas. A participação dos comunistas nos governos erguidos da Resistência francesa e italiana durou até 1947.

As mesmas contradições ideológicas se fizeram presentes de modo mais incisivo e dramático em outros países: na China, no Vietnã, na Grécia e na Iugoslávia. Na Grécia, o acordo de Stalin com Churchill permitiu uma posição privilegiada às forças inglesas, o que foi decisivo para a derrota do movimento revolucionário grego, que teve seu ápice exatamente num momento em que as condições para a “grande aliança” eram mais seguras, ou seja, quando ainda vigorava o *Acordo de Teerã*<sup>150</sup>. A conjuntura seguinte, quando da deflagração da ofensiva imperialista com o *Plano Marshall* denotou uma nova virada da política soviética, o que poderia ter assegurado outro desfecho no país.

Na China, no Vietnã e na Iugoslávia, o *modus operandi* stalineano foi quebrado pela não capitulação de seus partidos comunistas, que não recuaram diante das imposições que vinham de Moscou. O partido comunista chinês avançava sua guerra revolucionária que surpreenderia o mundo em 1949, apesar dos apelos de Stalin para um acordo com o nacionalismo burguês que já havia trazido sérias conseqüências para o movimento, conforme já vimos noutro momento. No Vietnã, no final de 1946, desenvolveu-se uma luta revolucionária estimulada pela explosão de um levante contra o colonialismo francês, que avançou à revelia dos interesses conjunturais da política externa soviética.

Os comunistas iugoslavos avançavam com um movimento de ruptura em 1948, de maneira autônoma às orientações stalinistas. A secessão *iugoslava serviu para evidenciar*, de modo mais escancarado, *três aspectos concomitantes e articulados* entre eles, quais sejam: a) a *quebra do monolitismo stalineano* que tornava explícita a possibilidade de transgredir e de escolher outras vias que não a soviética stalinista, ao mesmo tempo em que

---

<sup>150</sup> Entre novembro e dezembro de 1943, na Conferência de Teerã, estabeleceu-se um acordo entre URSS, EUA e Grã-Bretanha que concertava uma ação conjunta como seqüência da coalizão encetada no decurso da guerra. Ele previa a defesa da autonomia e da soberania dos povos e nações que deveriam reconstruir seus regimes sob bases democráticas e de respeito mútuo entre as nações. O acordo de Teerã foi reafirmado no encontro de Ialta que originou uma declaração conjunta entre os três países, a poucos meses do fim do conflito mundial em 1945.

fragilizava, parcialmente, a fortaleza stalinista que se mostrava, em sua aparência, intransponível e imbatível; b) a *efetiva vitória de um outro modelo revolucionário* ancorado em formas inovadoras de transição socialista que foram experimentadas na Iugoslávia, baseadas em políticas menos centralizadoras do poder político e auto-gestionárias de prática econômica, implementadas posteriormente sob a liderança de Tito; c) ao mesmo tempo, tais fatos serviram para *reafirmar o próprio comando stalinista corroborado entre os partidos comunistas* que apoiaram a condenação dos comunistas iugoslavos no âmbito do outrora recém-criado *Kominform*.

Se foi possível a Stalin monitorar os partidos comunistas da França e da Itália – que vivenciavam uma clara possibilidade de transformação social com a via revolucionária que se abriu no interregno que compreendeu os momentos derradeiros da guerra até fins de 1947; se foi possível controlar e guiar os novos regimes que sucederam as libertações na maioria do Leste Europeu – donde se edificaram modelos societários à imagem e semelhança da URSS, com a crucial diferença de que triunfaram pelas mãos de Stalin, com a força do Exército Vermelho; se mesmo no período em que vigorou uma relativa distensão do monolitismo staliniano, foi possível ao PCUS exercer, como sempre, o seu comando, isso significava que havia uma *contradição entre a permissão às “novas vias” e o “socialismo nacional” staliniano*, entre um período de “nacionalização” das lutas comunistas e o próprio nacionalismo russo.

Desse período, pode-se recolher estas ambigüidades que, ao mesmo tempo em que permitiram o novo, suscitaram a irrupção daqueles que enfrentaram a ortodoxia do marxismo-leninismo e se arrogaram a vislumbrar saídas autônomas. *Os partidos comunistas que escaparam de alguma maneira ao controle e à dogmática stalinista, escreveram uma nova página na história comunista*, não só porque efetivamente fizeram a revolução, mas

porque *inauguraram formas historicamente novas de pensar a organização política do proletariado e o desafio da sua emancipação*.<sup>151</sup>

Paralelo a este processo, *malogrou a intenção de unificação de partidos comunistas com os social-democratas e os socialistas*. Ainda que o clima político-ideológico no contexto das lutas de libertação fosse favorável à esquerda, com vitórias expressivas em pleitos eleitorais, como no caso dos trabalhistas ingleses, ou mesmo com a reorganização do movimento operário em diversos países evidenciado na criação da Federação Mundial Sindical em fevereiro de 1945, mesmo que as esquerdas – católica, liberal-democrata, radical, socialista, trotskista – percebessem uma solução socialista para a grave crise capitalista radicalizada com a guerra mundial –, não se colava a isso um sentimento pró-soviético.

Ao contrário, a URSS, e por sua vez os partidos comunistas a ela conectados, ainda nutria razoável oposição – especialmente entre as organizações social-democratas, preponderantes entre os operários –, o que impedia o avanço de qualquer proposta unificadora mais ampliada, como a questão da *unificação partidária*<sup>152</sup>. Essa era uma questão que determinou as ações políticas das diversas forças intervenientes nas lutas europeias. Ressaltá-la é importante porque, por meio dela, era possível notar a *dubiedade da posição comunista no curto período entre 1943 e 1947: vivia-se um contexto cujas condições objetivas e subjetivas mostravam-se favoráveis a uma via revolucionária e, concomitantemente, a URSS sustentava um acordo (através da “grande aliança”) que impedia e travava o desabrochar de um efetivo processo revolucionário*.

Se a unificação acabou não deslanchando, resultou um fato inédito para os comunistas: a *caracterização dos PC's como partidos de massas inseridos no mundo*

---

<sup>151</sup> Não à toa, posteriormente, Tito (e o modelo iugoslavo), Ho Chi Min e Mao Tsé Tung conseguiram figurar entre aqueles que contribuíram – além da emancipação dos trabalhadores de Iugoslávia, Vietnã e China –, para a *diversidade do pensamento revolucionário marxista*, mesmo que com todos os seus elementos teórico-políticos problemáticos e polêmicos.

<sup>152</sup> Aqui se inscreve a intervenção de Togliatti em relação ao *partido novo*, que retomarei mais adiante. Neste momento, a perspectiva de fusão entre comunistas e socialistas não só na Itália, mas também na França, foi frustrada pelas razões que desenvolvo acima.

*ocidental* que acabaram no período posterior por se transformar em centros importantes da ação comunista. Ao contrário do ideal de unificação, criou-se, por outro lado, uma articulação mundial de cariz reformista capitaneada pelos trabalhistas britânicos a partir de 1945. Contudo, *a malograda fusão entre comunistas e socialistas deixou como saldo uma demarcação mais definida entre reformistas, socialistas e comunistas*. Outrossim, significou para os comunistas a demarcação dos limites de sua atuação sob a direção das táticas stalinistas e, por outro lado, abriu um campo de enorme influência para além da zona de projeção soviética, no mundo ocidental, que passaria a exigir estratégias particulares voltadas às especificidades do mundo capitalista desenvolvido. Pelo menos era o que potencialmente se esperava, sob pena de se evaporarem os avanços políticos e, mais problemático, de se permitir o crescimento de forças não comunistas.

No âmbito das chamadas “áreas de influência”, a URSS agia sob a dogmática stalinista, mas considerando as nuances dos países que compunham o campo assinalado. Todavia, da mesma forma, contiveram-se os impulsos mais revolucionários nos países circunscritos nas “áreas”. Na Polônia, na Tchecoslováquia, na Hungria, na Romênia e na Bulgária *as chamadas democracias populares foram edificadas sob os auspícios soviéticos*. Isso serviu, de fato, para consolidar regimes socialistas ancorados no poder soviético, que imprimiram um viés stalinista às novas estruturas políticas que eram constituídas inspiradas nas instituições russas, ou seja, adequando-se no poder político os modelos que se perpetuaram na estrutura política soviética.

Nos países do Leste Europeu, tais características apareciam sob as seguintes formas: a) *ausência ou residualidade* – uma vez que, à exceção da Tchecoslováquia, predominavam nos países da Europa Oriental formas pouco desenvolvidas de democracia política – de uma *cultura política democrática* de tomada de decisões, com prevalência de instituições que pairavam acima das camadas sociais inferiores, a saber, das massas de trabalhadores das cidades e do campo; b) *centralização burocrática*, através da qual se estabeleciam castas políticas arraigadas no aparelho de Estado, controladas por grupos

restritos oriundos do partido e dos segmentos elitizados do proletariado, formados em torno da chamada aristocracia operária; c) *fusão entre as estruturas partidárias e as estatais* que se derivou de *a* e de *b* e, simultaneamente, foi provocadora do surgimento e do desenvolvimento destas mesmas duas características.

Da Polônia à Hungria, da Bulgária à Romênia, da Iugoslávia à Albânia, da Tchecoslováquia ao setor soviético da Alemanha pós-libertação (a chamada Alemanha Oriental), *constituíra-se em todo o leste da Europa um conjunto de países alinhados à URSS* que, sob a denominação de *democracias populares*, experimentaram *o que passou a ser conhecido como o socialismo realmente existente*, como aquelas experiências que, a partir e sob o comando de Moscou<sup>153</sup>, implementaram um modelo político e econômico que buscaram – não sem contradições! – atribuir aos regimes traços e elementos socialistas. Para um crítico do stalinismo a constituição dessas democracias populares não atendeu a nenhuma motivação revolucionária, uma vez que, para ele, obedecia tão somente aos interesses stalinistas:

A revolução na Europa Oriental não seria ‘o evento internacional provocado pelos esforços conjuntos do proletariado de muitas nações’. Foi imposta de cima para baixo pela potência ocupante e seus agentes. E as chamadas Democracias Populares destinavam-se a representar, simplesmente, a esplanada defensiva, antes de atingidas as muralhas do Socialismo Num Só País. (...) Desta maneira, as potencialidades revolucionárias do período pós-guerra foram realizadas, mas desvirtuadas em sua realização, em toda a Europa Oriental; e foram anuladas na Europa Ocidental. Assim, o stalinismo trabalhou de modo a produzir um resultado indeciso, *um empate na luta de classes*, habilitando a sua diplomacia a garantir a coexistência pacífica dos sistemas sociais opostos’. Uma vez mais, Stalin procurou obter a segurança nacional na base do *status quo* internacional, isto é, a divisão de zonas acordada em Teerã e Yalta (Deustcher, 1968: 70; grifo meu).

---

<sup>153</sup> À exceção da Iugoslávia, pelo “caráter endógeno de seu processo revolucionário” (Spriano, 1987: 195).

O chamado, então, *socialismo real*<sup>154</sup> se caracterizou por uma política econômica que combinava ampla estatização dos meios de produção com padrões sociais relativamente equânimes de distribuição da riqueza – não excluindo a formação de grupos sociais (aqueles enraizados nas estruturas partidário-estatais) privilegiados socialmente –, e, por outro lado, por uma *escassa socialização do poder político* (conforme as peculiaridades descritas em *a, b e c*).

Se esses regimes foram marcados por um tipo de revolução que se sobrepôs às massas trabalhadoras de cada país e de suas respectivas organizações políticas, ainda que elas tivessem participado em condições políticas de subordinação – exatamente porque derivou da força militar soviética assegurada com a ocupação de suas tropas após a Libertação –, parece indiscutível o fato de que tenham *significado às mesmas massas trabalhadoras, além da libertação do fascismo, a emancipação das classes dominantes, historicamente formadas no Leste Europeu* “por grupos agrários despóticos e por castas militares”<sup>155</sup> que segregavam as suas populações em condições de extrema miséria e de expropriação da riqueza social (Spriano, 1987: 195). Ao cabo de ordenamentos sociais significativos implementados pelo comando militar soviético, promoveram-se *mudanças nas estruturas sociais semelhantes às observadas na URSS*<sup>156</sup>, através de *reformas agrárias, nacionalizações das principais indústrias, planos econômicos de industrialização* que possibilitaram o *emprego pleno às massas trabalhadoras, incentivo a formas livres de cooperação no campo, etc.*

Ainda que essas experiências tivessem sido orientadas e implementadas a partir da coordenação soviética, o curso de seu desenvolvimento permitiu abrir uma *nova via para o socialismo*, o que entusiasmou até mesmo os dirigentes comunistas mais afeitos ao modelo

---

<sup>154</sup> A expressão surgiu nos anos 80, a partir de uma polêmica que o PCUS travou com o PCI, criticado pelos soviéticos por idealizar um socialismo não existente, enquanto que se vivia efetivamente um “socialismo real”.

<sup>155</sup> A exceção aqui é da Tchecoslováquia que, diferentemente dos outros países da região marcados pelo subdesenvolvimento capitalista, tinha uma estrutura de um país industrial e uma forma de democracia parlamentar.

<sup>156</sup> Veremos que isso não significou a impossibilidade de se buscar formas próprias de instituição dos traços socialistas nos novos regimes.

soviético. Dentre eles, Togliatti, que chegou a defender abertamente a possibilidade de se incentivar *formas não-soviéticas de construção do socialismo*. A forma relativamente “pelo alto”<sup>157</sup> de suas revoluções não impediu o desenvolvimento de características autônomas que procuravam particularizar as condições políticas, sociais e econômicas às necessidades de consolidação dos regimes socialistas do Leste Europeu.

O *crescimento numérico* expressivo dos *partidos comunistas dos países da região* engendrou um forte contingente de novos militantes que, entusiasticamente, buscaram influir na vida política e social, mesmo com os limites estruturais que carregavam. Eles acabaram tendo que ceder à força da participação política que estimulava sentimentos coletivistas e formas solidárias de organização social. O *relativo autonomismo* dessas iniciativas e o *avanço das reformas sociais* que em si traziam uma emancipação política e social inaudita naqueles países, *possibilitaram a ascensão de vias nacionais para o socialismo* que caminharam por *formas politicamente menos ortodoxas*. Até onde elas não se chocaram com os aspectos centrais da cultura stalinista, puderam ser incentivadas.

As frentes anti-fascistas que se criaram nos países do leste da Europa e seus subseqüentes governos tiveram como características comuns a formação de composições de esquerda com preponderância comunista. A peculiaridade do caso iugoslavo reside em dois fatores ambíguos entre si: ao mesmo tempo em que Tito soube conduzir o partido com independência em relação à política soviética, podendo afirmar as questões internas mais do que as experiências dos outros países, *foi na Iugoslávia onde se consolidou um governo comunista inteiramente controlado pelo partido comunista – na verdade uma Liga de comunistas – através de um modelo de partido único*<sup>158</sup>. Então, com exceção da Albânia e da Iugoslávia, ergueram-se após o fim da guerra, regimes de base política relativamente plural, com hegemonia de esquerda, que implementaram planos econômicos nos quais se

---

<sup>157</sup> Aqui, não há nenhuma alusão à idéia de “revolução pelo alto” trabalhada por Coutinho, pela qual se compreendem os processos políticos em que a burguesia se antecipa ao proletariado revolucionário e promove uma reação para se manter como classe dominante.

<sup>158</sup> Na Albânia também se consolidou, com o apoio decisivo do PC tcheco, o modelo de partido único, por meio do qual Hoxha se instalou no poder em 1944 com a vitória sobre as forças de ocupação.

fortaleciam os setores públicos de natureza estatal e se reduziam substancialmente os postos de comando da grande burguesia, com o incentivo aos pequenos produtores e à formação de cooperativas de trabalho sob monitoramento estatal.

Os governos de coalizão que se firmaram entre 1945 e 1947 não resistiriam às oposições internas (dos setores conservadores ligados ao grande capital que se rearticulavam do dilúvio bélico), às divergências estratégicas entre os vários setores da esquerda que os compunham e, ainda, não puderam resistir também à nova guinada imperialista que se arquitetava desde a “doutrina Truman”, proclamada já em março de 1947 – que influenciou fortemente nos rumos da situação política na Grécia, que forçou os comunistas ao recuo político devido ao apoio fornecido ao governo grego –, que se desdobraria, ainda em 1947, no Plano Marshall. Diante dessa nova conjuntura, alteraram-se as relações políticas conduzidas pela URSS e, por sua vez, as ações comunistas.

Pressionado pelo apoio econômico dado pelos Estados Unidos para a reconstrução de países europeus, Stalin retomou a hierarquização típica de seus métodos, culminando com a formação do *Kominform*, conforme já apontei anteriormente. Com ele, retomou-se a centralização que, inclusive entre iugoslavos, chineses e vietnamitas, deu o tom do movimento comunista nos finais dos anos 40 e início dos 50. Através dele, buscou-se interferir nos rumos dos países europeus do leste que passaram a sofrer influência dos EUA por meio de sua supremacia econômica, potencializada politicamente pelo *Plano Marshall*.

Uma nova mudança da política soviética fez com que fosse abandonada a via “específica” para o socialismo admitida durante o período anterior em decorrência das particularidades que marcavam as experiências das frentes anti-fascistas na Europa. Para a URSS era vital que as chamadas *democracias populares* se tornassem definitivamente seus satélites, como forma de consolidar o predomínio soviético numa parte da Europa em que já detinha dominância. A *afirmação do hegemonismo dos EUA alterou o curso das relações internacionais* e, com ela, os determinantes fundamentais para o movimento comunista. O mundo foi demarcado a partir de então em dois “blocos” ou “campos” – o *imperialista*,

*liderado pelos norte-americanos e o anti-imperialista, liderado pelos soviéticos.* Em todas as regiões do mundo foram sentidos os desdobramentos da tensão que se estabeleceu entre os dois pólos. Uma das conseqüências mais diretas – que incidiam sobre os rumos da vida política de cada país e que, por isso, condicionavam as estratégias dos partidos comunistas –, foi a *criação de organismos internacionais*<sup>159</sup> comandados pelos EUA como uma das maneiras de disputar espaços políticos nos diversos continentes e de, em decorrência, limitar ou mesmo eliminar a capacidade dos partidos comunistas orientados por Moscou de influir nos processos políticos de cada país.

## **5.2. O realinhamento comunista diante do hegemonismo dos EUA**

*A doutrina Truman e o Plano Marshall inauguraram uma nova era de tensas relações políticas no plano internacional gerando, inclusive, desdobramentos militares. A chamada “guerra fria” polarizou o campo capitalista e o campo socialista e, a partir daí, modificam-se os parâmetros de atuação dos comunistas. Nenhum outro evento foi tão importante depois do fim da Segunda Guerra Mundial quanto a criação dessa polarização. Aliás, talvez um outro evento tenha sido também decisivo para o movimento comunista nesta segunda metade do século XX: a divulgação do Relatório Krushev, em 1956.*

Ela fora precipitada por fatores objetivos e subjetivos correlacionados. Objetivamente, a burguesia internacional temia francamente a ameaça de uma revolução proletária mundial. Ainda que ela não adviesse de sua agonia final – como queriam os comunistas orientados por Moscou, que insistiram historicamente numa análise catastrofista da economia capitalista que, de etapa em etapa (Primeira Guerra Mundial, Crise de 1929, Segunda Guerra Mundial), aproximava-se a ruína final –, poderia efetivamente se afirmar em torno de suas contradições, de uma certa decrepitude de suas instituições, de um relativo enfraquecimento de seus mecanismos de dominação e, principalmente, dos riscos e

---

<sup>159</sup> Além da OTAN, destaque-se a OEA – Organização de Estados Americanos – criada em 1948. Note-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos também é deste ano.

indefinições que se abriram na economia capitalista mundial com a Segunda Guerra Mundial.

Os fatos falavam mais alto do que os desejos revolucionários dos comunistas. O trânsito para uma nova fase era mais uma necessidade do que um modelo ideal para a burguesia. Assentava-se na urgente necessidade de combater o “perigo” revolucionário com mecanismos mais manipulatórios e por meio de políticas de cooptação ideológica. Os desdobramentos na Iugoslávia e na Grécia comprovavam o “perigo”. A situação da França e da Itália, mesmo com os recuos e acordos soviéticos, indicava ao mundo capitalista que a forma para a manutenção da hegemonia deveria se dar mais pelo consenso do que pela força. Concorria favoravelmente para isso, ainda, o desgaste real das populações que viveram a guerra. Ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, ecoavam sinais revolucionários nas colônias asiáticas, ao sul e ao leste da Europa e em alguns países latino-americanos. As burguesias inglesa e norte-americana sabiam que, após a guerra, os meios bélicos seriam insuficientes para garantir o controle capitalista, e mesmo que dissentissem em questões estratégicas e que colidissem seus interesses em algumas regiões, convergiam no essencial: salvar o capitalismo. Somava-se a essa sintonia fundamental, a dependência financeira e militar dos ingleses diante do poderio dos Estados Unidos.

No entanto, como vimos antes, a política reformista de orientação stalinista foi decisiva para o desfecho. Com a Alemanha derrotada, as forças políticas revolucionárias foram sufocadas pela pressão anglo-americana que buscava a restauração da democracia burguesa como um desdobramento *ideal* das lutas de resistência. O *cercos a uma saída socialista* foi o objetivo principal da burguesia. A contenção de movimentos revolucionários dependia decisivamente de um acordo com Stalin que, ao aceitar as condições inglesas e norte-americanas no âmbito dos aliados, como forma de manter certo controle sobre os partidos comunistas francês, italiano e grego, acabou por promover um histórico recuo que alteraria significativamente o curso do movimento revolucionário mundial. O fato é que o

receio da URSS de um desdobramento bélico maior – o temor da *bomba A* – inviabilizou uma política mais avançada por parte das forças comunistas. Se o aludido recuo não fosse aceito, ou se fosse negociado sob bases mais ofensivas, os rumos na França, Itália e Grécia poderiam apontar para uma divisão da Europa mais desfavorável para a burguesia internacional. O acordo de Ialta, que selou os rumos do mundo na entrada da segunda metade do século XX, afirmou também o aborto de movimentos das massas de largo potencial revolucionário, que necessitavam de direção política mais consciente, que só poderia ter vindo dos comunistas.

Ao passo que a política soviética conduziu a tal desfecho para as forças revolucionárias, foi também decisiva para a derrota do nazi-fascismo, para o próprio crescimento dos partidos comunistas ocidentais e para, contraditoriamente, oferecer condições à expansão do comunismo no leste da Europa quando, graças à libertação liderada pelo exército soviético, levou à construção da zona de projeção soviética e alçou a própria URSS à condição de potência mundial. Ainda que ao preço de travar as possibilidades revolucionárias antes aludidas, consolidou no mundo um marco divisório econômico, político e ideológico.

Que elementos subjetivos e objetivos o movimento comunista internacional dispunha para projetar sua expansão quando eclodiu o conflito mundial? Que condições políticas – e militares também – obtinham as forças comunistas no momento em que o mundo tremia diante do horror nazista? Que fazer diante do poderio bélico e econômico das forças anglo-americanas no ápice da Libertação? E mais: que rumo tomaria a humanidade não fosse a colaboração decisiva do Exército Vermelho? O papel da URSS não se resumiu a uma “guerra patriótica” de autodefesa nacional. O espírito nacional invocado pode ser debitado mais no esforço de reunir forças adicionais à árdua tarefa histórica de combater as forças reacionárias fascistas do que na exclusiva defesa do povo e da revolução russas, ainda que ela fosse necessária e inevitável.

As contradições da política stalinista nos permite afirmar que ela foi muito mais complexa do que o simples enquadramento numa análise unilateral que a coloca como coveira da revolução mundial. Críticas de expoentes do pensamento marxista, como as de Claudín e as de Deutscher, são fundamentais mais pela rica problematização dessas questões do que por suas conclusões. *A imponderável vitória de uma revolução mundial começando por uma Europa socialista se defrontava com a possibilidade efetiva e real de uma liquidação da URSS. O próprio caráter internacionalista da revolução proletária deve supor o conjunto das relações internacionais, as correlações de forças nelas estabelecidas e o poder de fogo da classe trabalhadora organizada em diversos movimentos, principalmente, de natureza partidária. Não se resume, portanto, à necessidade (a-histórica) de um internacionalismo abstrato e principista, que o adjetiva como horizonte. Um internacionalismo substantivado depende de fatores históricos determinados, através dos quais se plasma na realidade e ganha efetividade quando é confrontado com as lutas concretas.*

Durante o período da Libertação, quando o movimento comunista dispunha, de fato, de elementos subjetivos e objetivos relativamente favoráveis, poderia se apostar em dois caminhos estratégicos: uma *ofensiva política* que significaria o estímulo à formação de governos controlados por socialistas e por comunistas; ou um *recoo tático* diante de um cenário que apostaria na possibilidade de se obter vitórias parciais, dentre elas a de garantir as já conquistadas. A escolha de uma ou outra estratégia não poderia vir acompanhada de garantias e salvaguardas, evidentemente. Apenas havia a possibilidade de se projetarem prognósticos de perdas e ganhos, cuja efetividade dependeria do seu desenlace histórico-concreto.

*A decomposição da Internacional Comunista deveu-se à associação de questões internas da URSS com as condições externas do movimento comunista. Se a sobrevivência soviética dependia intensamente do fortalecimento mundial das forças comunistas de outros países, estas, por sua vez, sequer teriam alcançado o nível de organização e de avanço a*

*que chegaram sem o apoio soviético.* Se ele foi dado com condições que procuravam salvaguardar os interesses soviéticos – como não poderia deixar de ser, já que se tratam de questões políticas nem sempre convergentes –, foi dado também como forma de garantir os pressupostos políticos para o desenvolvimento da política dos comunistas.

Qualquer comparação deste processo com o período pré-revolucionário russo – especialmente aquelas que realçam a decisiva posição de Lênin expressada nas chamadas *Teses de Abril* (cujas propostas centrais foram discutidas noutro momento) – mostram-se descontextualizadas, exatamente porque procuram tomar a experiência do passado como lição a ser seguida independentemente das condições históricas, de suas determinações políticas, ideológicas e econômicas. Ainda que sirvam como parâmetros políticos que ilustram alternativas possíveis, não podem funcionar como modelos a serem seguidos. A famosa designação de Lênin para o marxismo (“análise concreta de situações concretas”) o fez perseguir em toda a sua atividade política e teórica os elementos objetivos reais de cada época como o chão e o ponto de partida para formulações e para as próprias ações políticas.

Aliás, o mesmo Claudín reconhece no pensamento lenineano esta peculiaridade que é, na verdade, intrínseca, ao método marxiano. Ele diz que os equívocos do movimento comunista não devem ser contabilizados na conta de Lênin

pelo caráter global da sua teoria da revolução, na qual o momento político, o partido e a luta de classes indiscutivelmente têm primazia (...) pela sua metodologia dialética no exame de qualquer problema, pela sua capacidade de retificação em função das necessidades da ação política, baseada sempre na análise concreta da situação concreta (Claudín, 1985-6: 650).

A dogmatização e a simplificação das idéias de Lênin pela IC stalinizada não retira de seu pensamento a genialidade e a enorme contribuição teórico-política ao processo revolucionário. Portanto, da mesma maneira, a invocação pura e simples de Lênin para rebater análises políticas de uma determinada época ou para criticar as ações práticas

empreendidas num dado contexto, parece-nos, do ponto de vista metodológico, igualmente problemática, sobretudo quando se buscam referências teóricas em textos com forte conotação e direcionamento políticos, inseridos em momentos históricos muito especiais, como as *Teses de Abril* que, embora traga reflexões que podem auxiliar em momentos históricos distintos, carrega em si fortes preocupações que refletiam as relações de forças, as classes e as possibilidades revolucionárias da época.

E é o mesmo Claudín que critica o dogmatismo stalinista com seus modelos analíticos que atentam, muitas vezes, contra a historicidade do método dialético. No entanto, ao mesmo tempo, acaba por incorrer num esquematismo similar para defender seus argumentos. Numa passagem vemos isso claramente, quando vale-se das *Teses de Abril*:

Desde 1943, a possibilidade de uma solução revolucionária para a guerra anti-fascista no cenário europeu se delineia nitidamente em quatro países: França, Itália, Iugoslávia e Grécia(...) Os comunistas iugoslavos resistem às diretivas de Moscou e os gregos vacilam, para fazer, no decurso de 1944, concessões à pressão soviética – concessões que lhe seriam fatais. Thorez e Togliatti aceitam incondicionalmente a linha stalineana, que se adapta à evolução neo-reformista das concepções políticas de ambos, iniciada à época da Frente Popular(...) Desde então, a possibilidade de um desenvolvimento revolucionário na França e na Itália fica gravemente comprometido – *como ficaria na Rússia de 1917 se as Teses de Abril lenineanas fossem derrotadas no partido bolchevique: sob uma forma ou outra, a revolução burguesa se consolidaria, mas a revolução proletária estaria frustrada*; os historiadores e os revolucionários continuariam discutindo hoje se aquela possibilidade existiu [a da revolução na Rússia de 17] ou se Lênin era um aventureiro esquerdista – como acontece, um quarto depois de século depois, com os casos francês e italiano (Claudín, 1985-6: 453; grifos meus).

É claro que havia a possibilidade revolucionária em 1917 na Rússia, assim como – sob outras condições objetivas – em 1943, na Europa Ocidental. O fato a se destacar deve ser outro. Para o confronto histórico de períodos tão distintos, de peculiaridades nacionais e realidades sócio-políticas tão díspares, de estruturas de classes tão diferentes, deve-se analisar as decisões e as ações tomadas não apenas com o parâmetro *do que deu certo*, como também *do que poderia dar errado* caso se decidisse por outra alternativa e, do

mesmo modo, quais conseqüências uma ou outra alternativa acarretaria. Claudín só o faz dessa maneira quando analisa 1917. Para analisar 1943, escapa-lhe uma perspectiva histórico-dialética que o permitiria apanhar da realidade seus múltiplos fenômenos, seus antagonismos visíveis e ocultos. Isso fica evidente quando realça a possibilidade revolucionária de 1943 e quando, ao mesmo tempo, *minimiza as forças reacionárias e conservadoras* que ingressaram em Berlim no final da guerra não somente para figurar entre os vitoriosos. Ou seja, quando *inferioriza as possibilidades reais de um avanço das potências capitalistas sobre Moscou*.

*A democracia burguesa não era o único desfecho previsível para a burguesia no pós-guerra* e tampouco lutava a URSS com o fim precípua de restabelecê-la, como quer fazer crer Claudín. Antes, a defesa da URSS se circunscreve no quadro de uma ofensiva potencialmente real por parte das forças aliadas quando do fim da guerra, precisamente se o seu resultado mostrasse possibilidades revolucionárias além daquelas existentes. A *problemática principal* sobre a qual se dividem analistas os mais diversos, reside no seguinte aspecto: *se a defesa da URSS significava a defesa do socialismo* – com todas as suas debilidades, que tão bem explora o autor – ou se essa mesma defesa não figurava mais como uma questão central para o proletariado mundial. No caso de Claudín, como *não fica evidente em nenhum momento* que sua posição seria a de considerar a URSS uma luta definitivamente perdida para os comunistas e socialistas de todo o mundo, ficamos sem saber qual a sua posição. Ainda que trate de abreviar as dificuldades da URSS e de amplificar as suas possibilidades, pode-se, talvez, deduzir que esta *inversão ideológica* denote sua opção.

O que se tornou evidente, de fato, é que a constituição do mundo na “guerra fria” em blocos fez recrudescer o stalinismo sobre os países que viviam sob a sua influência. Com isso, as chamadas *vias específicas para o socialismo* perderam importância e passaram a ser objeto de ativa recusa por parte de Moscou. O caso iugoslavo tornou-se o mais emblemático dessa nova fase, pois significou a tentativa de manutenção de uma política

relativamente autônoma do PC da Iugoslávia frente aos ditames stalinistas. Para a URSS, tratava-se de não só manter a hegemonia e o controle sobre a sua área de influência, como também, buscava-se a reafirmação da ascendência de Stalin sobre outras lideranças, especificamente sobre Tito que, na Iugoslávia estava à frente de um partido que almejava um processo revolucionário próprio, ainda que nos quadrantes das fórmulas marxistas-leninistas inventadas pela IC stalinista.

No imediato pós-guerra, as vias específicas eram consideradas meios possíveis de se garantir a hegemonia comunista nos países libertados. Elas representavam, talvez, o único caminho através do qual os partidos comunistas podiam atuar junto a forças políticas as mais variadas remanescentes das lutas anti-fascistas, que revelavam um arco de alianças pluralista em que os comunistas podiam concorrer livremente para disputar os espaços de comando. Ainda que o fim, segundo o esquematismo staliniano, fosse a introdução do modelo soviético, ou da *via soviética* para o socialismo, entendia-se que entre o objetivo final e as conjunturas nacionais do pós-guerra cabiam fórmulas específicas que expressassem uma zona intermediária para o socialismo.

Esse quadro, único viável para a URSS entre os anos 1944-1947, esgotou-se quando *dois fatores associados* ganharam força: *primeiro*, quando o panorama mundial se estabilizou relativamente ou, melhor, quando se cristalizou, em torno dos blocos da guerra fria; *segundo*, decorrente do primeiro, quando em função da possibilidade das *vias específicas*, certos partidos comunistas, como o búlgaro e o iugoslavo (principalmente) – sem falar no grego, que havia se autonomizado antes, e por outras razões –, conquistaram espaços políticos internos junto aos setores dos trabalhadores mais organizados que lhe permitiram erguer, efetivamente, formas heterodoxas de construção do socialismo.

A cristalização do campo de controle soviético com a guerra fria colocou para o PCUS a oportunidade de impor definitivamente seu modelo – o que significava, principalmente, defender seus interesses econômicos e políticos – uma vez que *o quadro de relativa estabilidade política acabou por arrefecer o caráter tático-estratégico das vias*

*específicas* para os próprios interesses soviéticos. Ela permitiu à URSS exercer sua influência sem o risco de soluções autóctones para o socialismo, e para isso, deveria se supor a eliminação das oposições. Como elas haviam se articulado e se fortalecido durante o predomínio de um certo pluralismo político pós-guerra, coube a Stalin, segundo seus interesses, valer-se de todos os meios para liquidar os dissidentes: calúnias, perseguições, sanções disciplinares, expulsões, expurgos, etc.

Observou-se que, com o “desmantelamento da ideologia da via ‘específica’ para o socialismo, procedia *pari passu* a instauração de uma nova ideologia. Segundo seu dogma fundamental para todo comunista(...) o modelo a ser seguido era, sem mais nem menos, o caminho ao longo do qual se construíra o *socialismo na URSS*” (Opat, 1987: 245; grifos meus). Quer dizer, com a nova conjuntura, a *política stalinista transita da relativa flexibilidade* do período do imediato pós-guerra (1944-1947) para um *novo endurecimento*, dessa vez levado às últimas conseqüências, marcadas pelo *recurso aberto à força armada do Exército Vermelho*.

### **5.3. “As vias específicas e nacionais”, o esgotamento do *Kominform* e o Relatório Krushev**

O período entre 1948 e 1956 compreendeu uma série de acontecimentos que modificariam o rumo do movimento comunista e, junto com ele, dos partidos e da política revolucionária. Se as chamadas *vias específicas* deixaram o legado sobre o qual experiências realmente revolucionárias se edificaram, com destaque para a Iugoslávia, a *afirmação do socialismo na URSS variou de uma defesa necessária no quadro da luta internacional contra as forças imperialistas para uma retomada da defesa ideológica do modelo soviético como basilar para os partidos comunistas de todo o mundo*.

O *socialismo num só país* se reafirmava agora sob a necessidade de conter os movimentos autônomos de vários partidos oriundos do campo socialista. Junto a essa

finalidade, inscrevia-se a agora desesperada política de reafirmação da cultura stalinista no centro da política comunista. Até a morte de Stalin – março de 1953 – ela se exacerbou por meio dos métodos mais violentos e arbitrários, que tornou a prisão, a difamação, o exílio e a morte de várias lideranças comunistas dissonantes, o mote principal de tentativa de manutenção do domínio, retornando à fase até então mais dura do stalinismo – os anos 1930, especialmente depois das “conseqüências da ‘grande Carta do Stalinismo’”.<sup>160</sup> Durante aquela década, a política stalinista assumiu um tom severamente regressivo, realçando suas faces mais repressivas, valendo-se de imposições típicas do aparelho stalinista, produzindo terríveis conseqüências:

a primeira foi aquela de exportação da polícia stalinista, que decapitou os estados-maiores dos países socialistas, como já o fizera na União Soviética. Esta loucura política engendrou os processos de Kostov na Bulgária, de Gomulka na Polônia, de Rajk na Hungria, de Patrascanu na Romênia, de Slansky na Tchecoslováquia.(...) - A segunda conseqüência deste centralismo burocratizado, fundado numa dogmatização que partia do ‘modelo soviético’, foi a aplicação mecânica deste ‘modelo’ a países que tinham outra estrutura, outras possibilidades e outro passado (Garaudy, 1970: 81-2).

Foram vítimas desse nefasto processo os comunistas poloneses, húngaros, tchecoslovacos, búlgaros e iugoslavos. *Mesmo após a morte de Stalin*, a herança daquela cultura se fez notar em diversos episódios cujos interesses se chocavam com os de Moscou. Os casos da Polônia e, notadamente, da Hungria, vítima de uma nova modalidade de intromissão soviética na política comunista de outros países, qual seja, a *intervenção armada contra um movimento de massas*, expressava que os rescaldos stalinistas ainda não

---

<sup>160</sup> Trata-se da Constituição promulgada por Stalin em 1936, no período mais duro do seu governo. Nesse mesmo contexto, “instaura-se na União Soviética uma atmosfera mórbida de suspeição e terrorismo estatal que se alongará até as vésperas da Segunda Guerra Mundial – e as ameaças representadas pelo nazi-fascismo serviram também para legitimar este clima –: as garantias cívicas (que, ironicamente, comparecem vigorosamente na Constituição que Stalin promulga em 1936) são conclusivamente suspensas; os expurgos no partido e no Exército Vermelho se sucedem; a delação e a tortura tornam-se normas; a repressão é sistemática e constante; as farsas judiciárias conhecidas como ‘processos de Moscou’ incriminam centenas de honestos bolcheviques – e a grande vítima é o próprio partido, duramente golpeado. A direção stalinista suprime toda e qualquer alternativa que não a sua – e Stalin torna-se o centro de um eixo decisório estreito, cerrado, impermeável” (Netto, 1982: 17).

havam se diluído, mesmo com a inflexão demonstrada pelo novo líder soviético que substituiu Stalin: Krushev.

A imposição do modelo soviético gerou enormes problemas nos países do Leste Europeu, já que as tentativas de implantação de formas econômicas estranhas à realidade de países tão diferentes, promoveu resistências internas, mesmo entre os comunistas na Alemanha Oriental, na Polônia e na Hungria. Vale dizer que, mesmo depois da dissolução do stalinismo, os dispositivos centrais da cultura stalinista, acima pontuados por Garaudy, permaneciam quase que intactos. Prova maior se viu mais de uma década depois, quando já se havia passado muito tempo do XX Congresso e das reformas de Krushev, e quando já se vivia a era de Brejnev: “em 21 de agosto de 1968 os tanques soviéticos sufocaram a tentativa dos comunistas tchecoslovacos de procurar um ‘modelo’ de socialismo correspondente às exigências de uma sociedade altamente desenvolvida. Brejnev, assim, foi além do stalinismo” (*Idem*: 83).

Antes, deve-se enfatizar que a *condenação da Iugoslávia em 1948*, acatada pelos países do *Kominform*, foi talvez o episódio de maior repercussão da política stalinista voltada para os países componentes do bloco socialista. Não exatamente pelos métodos utilizados que, embora tenham sido mais intensos para esse caso, não eram diferentes das outras ocasiões em que precisaram, segundo os padrões stalinistas, ser implementados. Tal episódio destacou-se, precisamente, pelo efeito contrário que gerou: a *recusa e a forte resistência das forças comunistas iugoslavas* à intervenção soviética, que acabaram por *reverter o domínio stalinista internamente*, abrindo uma inédita fissura no seu espaço de atuação, configurando-se como uma inesperada e surpreendente derrota que teve repercussões por toda a “esfera de influência”.

Tito, ao sair vitorioso, pôde rearticular as forças internas no sentido de dotá-las de mecanismos que refletissem mais as particularidades nacionais. Ou seja, conseguiu redirecionar suas ações de maneira a torná-las mais afeitas ao quadro sócio-político interno. Mantendo a estrutura política de partido único, buscou conter o modelo estatizante através

da criação de instituições democráticas de caráter popular sob formas autogestionárias de participação política, resguardando as fronteiras entre partido e Estado. Sob o lema “as fábricas para os operários”, transferiu a gestão da produção para os operários em 1950, procurou paulatinamente se afastar do modelo staliniano de gestão estatal que, ainda que mantivesse o comando de todo o processo centralizado na Liga Comunista iugoslava, conseguiu “transformar gradativamente a propriedade estatal dos meios de produção em propriedade social, administrada não por um poder monopolista dotado de burocracia estatal, mas sim pelos organismos dos próprios produtores” (Opat, 1987: 248).

O arrefecimento do stalinismo se delineou com a morte de Stalin, mas ganhou força efetivamente quando, após a disputa pela sua sucessão – que resultou na morte de um forte candidato (Beria, em junho de 1953) e a escolha de Krushev –, adotou-se uma postura conciliatória diante do próprio *enfraquecimento do PCUS, causado pelas derrotas externas e pela luta interna* que provocou dissonâncias antes represadas pela força de Stalin e pelo seu culto.

O pedido público de desculpas feito por Krushev à Iugoslávia em Belgrado, em maio de 1955, assinalou um novo período do movimento comunista cujo ápice se deu em fevereiro de 1956, no XX Congresso do PCUS quando, pela primeira vez, falou-se abertamente dos erros, dos crimes e do culto à personalidade que caracterizaram os tempos de poder de Stalin. Foi, sem dúvidas, esta inusitada declaração autocrítica que abriu uma *nova fase que começou com o fim do Kominform*, em abril de 1956.

Ainda que o fim da organização mencionada não tivesse significado a dissolução definitiva da influência stalinista no movimento comunista internacional, assinalou, indubitavelmente, um giro político que, até a divulgação do relatório secreto de Krushev, seria impensável. O encerramento das atividades do *Kominform* indicava que o movimento comunista ingressaria numa nova etapa, marcada por um relativo enfraquecimento do PCUS, sobretudo no plano externo e, conseqüentemente, por uma *redivisão das relações de forças entre os PC's*, destacando-se o chinês como força ascendente. Antes de verificarmos

como tais fatos se desenvolveram, veremos os motivos determinantes sob os quais se emoldurou a crise no PCUS, bem como buscaremos compreender os fatores que possibilitaram a implosão da cultura stalinista na URSS, ainda que isso não tivesse significado a eliminação, durante um longo tempo, de seus rescaldos espalhados no contexto soviético e comunista como um todo.

#### **5.4. Os fatores internos e externos que propiciaram a elaboração e a divulgação do *Relatório Krushev***

A elaboração do relatório secreto não seria possível sem a *intercorrência de cinco fatores “internos” ao movimento comunista e “externos” a ele*, ou seja, oriundos do mundo capitalista: a) a *falência das teses stalineanas* que asseveravam a *crise sistêmica capitalista como o motor da revolução* proletária mundial; b) as *insuficiências teórico-políticas das premissas marxistas-leninistas frente às novas necessidades do movimento socialista nos países capitalistas ocidentais*; c) a derrota soviética na *questão iugoslava*; d) a *vitória da revolução na China, valendo-se de meios não ortodoxos* no âmbito do movimento comunista internacional; e) a própria *morte de Stalin* sem a qual, possivelmente, assistiríamos a uma postergação da divulgação do Relatório ou mesmo a sua não revelação.

Indiscutivelmente, a *morte de Stalin precipitou a implosão das contradições internas no PCUS*, instaurando de imediato uma brutal *crise para a sua sucessão*. A ascensão de Krushev, ainda que representasse uma certa conciliação dos interesses dos diferentes grupos, assinalou, pela primeira vez desde o domínio de Stalin da burocracia do partido, uma busca de consensuar também os interesses dos setores mais afastados dos grupos de poder, representados, sobremaneira, pelos velhos bolcheviques leninistas e, em menor grau, pelos segmentos mais jovens formados ao longo do processo de consolidação da Revolução Russa. Ademais, o próprio trauma da morte do “mito” permitiu de alguma maneira descolar parcialmente das relações políticas os aspectos simbólicos que

inevitavelmente carregava, auxiliando no *processo de distensão política* necessário, que somente se iniciava.

Como já foi discutido, a *questão iugoslava* já havia sinalizado uma certa *desintegração do monólito*. Objetivamente, mostrou ao movimento comunista que o modelo soviético não era único e que o dissenso era viável. O relativo triunfo de Tito abalou a supremacia soviética e fragilizou sua ascendência sobre os PC's, mostrando que havia saída possível fora de sua órbita. Naturalmente que este fator interveio decisivamente no estremecimento das verdades stalinistas no movimento internacional e, especificamente, no interior da URSS e de seu aparelho partidário.

Muito próximo deste fator está aquele que foi posto pela genial *vitória de Mao Tsé Tung*. Ainda que seja indiscutível o fato de que teve o importante apoio da URSS, deve-se salientar que a *via heterodoxa do socialismo na China* – com o peso atribuído por Mao à força e à liderança das massas camponesas – introduziu um elemento novíssimo no movimento comunista: *um modelo asiático que mais tarde teria a pretensão de se tornar um novo modelo de transição ao socialismo* voltado para os países do Leste (“o vento do Leste”, como proclamava Mao) para aquelas nações não desenvolvidas do capitalismo.<sup>161</sup> Mesmo que os objetivos maoístas ainda não tivessem se delineado claramente, a *República Popular da China representava para a URSS a necessidade de um inédito convívio com uma tendência comunista* que poderia, com o tempo, medir forças com o PCUS.<sup>162</sup> *Colocava-se em cena no movimento comunista*, de maneira ineditamente acentuada, a *questão do policentrismo* – distinta das concessões às vias heterodoxas – que reivindicava flexibilidade nas formas de conceber a transição ao socialismo. Esta acepção policêntrica punha *em questão o forte veio eurocentrista que predominou na história das lutas socialistas desde 1848*. Com isso, começava a ruir também uma baliza fundamental do domínio da URSS

---

<sup>161</sup> Tal pretensão tentou articular o chamado Terceiro Mundo em torno de um modelo de transição que se valia da experiência chinesa, valorizando vias nacionais para o socialismo. O maoísmo projetou no terceiro-mundismo o seu horizonte hegemônico.

<sup>162</sup> Como, de fato, viria a ocorrer logo após a divulgação do Relatório Krushev, por razões que explorarei mais adiante.

sobre os outros PC's dos Estados comunistas e capitalistas: a prerrogativa da solidariedade incondicional ao Estado soviético (Màrek, 1987: 308-309).

Somados a esses fatores mais afeitos à internalidade do movimento comunista, concorriam outros dois, intimamente articulados. O primeiro, como assinalado acima, diz respeito ao *esgotamento das teses stalineanas da crise sistêmica terminal da ordem do capital*. Essa mesma tese já havia falhado no ocaso da grave crise de 1929, quando dela se reergueu a burguesia que encetou nova ofensiva, a qual aprofundava o imperialismo, apoiada no modelo de capitalismo monopolista de Estado. Mais uma vez, agora referenciada na auto-destruição gerada pela Segunda Guerra Mundial e nas disputas inter-imperialistas que a provocaram, Stalin anunciou ao mundo comunista a agonia final da burguesia.

Como, conforme já citei antes, ao contrário da previsão do comandante soviético, o mundo burguês mais uma vez se levantou dos escombros<sup>163</sup> - e, mais ainda, passou a viver um período de florescimento invejável, iniciando uma série de sucessivos crescimentos econômicos em suas principais bases –, desqualificou-se novamente a profecia de Stalin. Ainda que tentasse explicar a conjuntura capitalista com o artifício da “fase de *relativa estabilidade*”, percebia-se claramente no interior do movimento comunista – mais fortemente entre os PC's do Ocidente – que aquelas teses haviam se esgotado. Então, rebatia no interior do PCUS um *quadro conjuntural que minava intensamente a credibilidade das idéias do “grande líder”*.

Decorrência direta das questões imediatamente anteditas, temos o *surgimento de um movimento operário vigoroso, sedento de conquistas imediatas* para a classe trabalhadora e que, por isso, encontrava nas forças da social-democracia melhores condições políticas de ver atendidas suas reivindicações. A reconstrução das economias dos grandes países capitalistas e a introdução de novos mecanismos de organização do processo produtivo – dos quais o fordismo foi a grande base – engendrou mudanças no perfil do *novo proletariado*

---

<sup>163</sup> Com a ajuda fundamental do Plano Marshall, conforme já vimos.

*urbano-industrial, fortemente organizado em organismos sindicais.* O movimento operário daí oriundo se caracterizava por uma forte conscientização corporativo-sindical, voltada predominantemente para as lutas econômicas, o que dificultava a atuação comunista que se via cada vez mais pressionada para adotar uma postura reformista. Ressalte-se ainda que o novo modelo capitalista se valia das idéias keynesianas por meio das quais havia uma forte cooptação dos trabalhadores. Diante de tal quadro, as *idéias stalinistas caducavam e se mostravam cada vez mais ineficazes para a atuação comunista no mundo ocidental,* repercutindo em permanentes insatisfações com as orientações vigentes.

Como disse, a intercorrência desses elementos corroeram as bases da cultura stalinista, culminando com o revolucionário ato de Krushev, em 1956 – exatamente porque *alteraria estrutural e substancialmente o curso do movimento comunista internacional.* Além destes fatores determinantes aqui arrolados, vale considerar que um outro também deve ser lembrado como um fator que possibilitou a emergência do relatório secreto tal como se deu: trata-se da forma surpreendente com que foi divulgado. O fato de Krushev não ter, deliberadamente, consultado os outros PC's e os próprios membros do PCUS foi, sem dúvida, decisivo para o desfecho do XX Congresso, uma vez que poderia ter terminado com outra direção política não fosse tal atitude. E é claro que gerou críticas e descontentamentos entre as várias delegações do Congresso. Como notou G. Boffa, a surpresa se fez a

todos os partidos comunistas, colhidos absolutamente impreparados pelo maciço ataque contra aquele que até há pouco tempo tinha sido o seu ídolo comum(...) [Os chineses reprovaram] aos soviéticos não os haverem consultado antes de dar aquele passo. A mesma crítica teve largo curso naquele período, em todo o movimento comunista internacional, que não perdoava aos soviéticos terem feito, do juízo póstumo sobre Stalin, um 'negócio interno' do seu partido, de seu país. Mas ainda estou convencido de que, se houvesse consultas, como em teoria seria desejável, o XX Congresso, tal como o conhecemos, não se teria realizado. Sabemos quais as resistências que enfrentaria, no seio da direção do PCUS. Por mil motivos – hábitos, desconfiança, temor das conseqüências, formação stalinista da maior parte dos dirigentes – aquelas resistências não seriam mais fracas nos outros partidos (Boffa, 1967: 38-39).

O período que se abriu com a divulgação do relatório secreto registrou uma nova fase, como já dito, para todo o mundo comunista. Em linhas gerais, ela provou que as orientações que partiam da URSS já não mais atendiam às necessidades políticas que a revolução mundial demandava. Antes até, ela estava distante tanto das realidades ocidentais quanto das novas configurações no interior dos próprios Estados comunistas. Se já havia uma larga insatisfação difusa com a manutenção das orientações soviéticas antes de 1956, ela se generalizou e pôde, pela primeira vez, explicitar-se de uma maneira que aplicava um duro golpe na cega confiança que se depositava nos ditames moscovitas. As portas que se abriram com as *denúncias de 56* introduziram um novo conjunto de problemas aos partidos comunistas, um amálgama de *novas questões* que estavam antes represadas nos quadrantes da cultura stalinista.

Dentre elas, pode-se afirmar que *cinco foram extremamente importantes para o curso do movimento comunista* nos anos seguintes: a) um redirecionamento da política interna soviética, sob comando de Krushev; b) um realinhamento das forças comunistas com um relativo enfraquecimento do PCUS e com o fortalecimento do PC chinês; c) uma inevitável diversificação das vias para o socialismo, tanto no mundo comunista, quanto no mundo capitalista; d) uma fecunda revitalização do pensamento marxista com o reaparecimento do diálogo, da crítica e da revalorização das fontes clássicas no Ocidente, especialmente de Marx e de Engels, distanciando-se dos grilhões do marxismo-leninismo; e) uma crise geral dos partidos comunistas, que foi mais acentuada no interior dos mais débeis, exatamente aqueles cuja existência política e ideológica se devia quase que exclusivamente à URSS.

No mundo ocidental, as deliberações do XX Congresso representaram a senha para a construção autônoma de análises teóricas e de formulações políticas mais adequadas à realidade dos países capitalistas. Ademais, permitiram também o reaparecimento de preocupações teóricas que há muito não mais habitavam os circuitos políticos, tais como as referentes à arte, à estética, à questão do humanismo – inclusive com o resgate do jovem

Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tal novidade proporcionou o aparecimento de novos estudiosos, tanto aqueles que estavam afastados do dogmatismo marxista-leninista, quanto aqueles que, embora jamais tivessem participado da vida partidária, eram profundos conhecedores das obras de Marx e de Engels.

Com isso, o marxismo renascia desta vez revigorado por novas preocupações e realimentado por novos pensadores, permitindo a ele expandir-se para além dos muros universitários e para além dos círculos fechados dos aparelhos partidários. O sucesso das peças de Brecht pelo Ocidente, a problematização da questão da individualidade no marxismo por A. Schaff, a retomada dos estudos sobre a dialética marxiana por K. Kosik, a temática da arte por E. Fischer, a problemática do humanismo colocada por E. Fromm e a do “jovem Marx” por L. Althusser, a releitura de G. Lukács de *História e consciência de classe* e a descoberta de A. Gramsci como um dos grandes pensadores da tradição marxista, são alguns dos bons exemplos do “renascimento do marxismo” (Màrek, 1987: 311-316).

Toda essa evolução seria impensável sem o giro político de 1956. Como ela se desenvolveu efetivamente ao longo dos anos 60, devemos ter clareza de que entre 1956 e os meados dos anos 60, a reviravolta colocada pelo XX Congresso *não foi seguida de uma distensão uníssona, suave ou tranqüila no interior de todo o movimento comunista*.<sup>164</sup> Até a entrada da década de 60 tivemos acontecimentos marcantes que foram também decisivos para os rumos do movimento. Pode-se afirmar que *até a destituição de Krushev, em 1964, verificaram-se duros embates na URSS entre stalinistas e anti-stalinistas*, bem como no conjunto de todo o movimento, que são indispensáveis para entender os caminhos que tomou a partir de então. Dentre os quais, o *conflito sino-soviético* foi, sem dúvida, o de maior impacto.

---

<sup>164</sup> No XXII Congresso em 1961, este novo quadro seria retomado e aprofundado, como veremos adiante.

## 5.5. O conflito sino-soviético e o seu significado para o conjunto do movimento comunista

O 'epicentro da revolução' chinesa está emitindo novos tremores que abalam toda a sociedade chinesa, atingem a União Soviética e afetam o resto do mundo. Qual será o resultado desses tremores?(...) Seja qual for a resposta, o conflito entre os aspectos burgueses e socialistas da revolução ainda não foi resolvido; é muito mais profundo do que na Rússia. Primeiro, o elemento burguês avulta substancialmente na China, representado como está pela classe camponesa, a qual ainda constitui quatro quintos da nação, e pelos numerosos e influentes sobreviventes do capitalismo urbano. Segundo, o ímpeto antiburocrático e igualitário da tendência socialista também parece ser maior do que foi na Rússia durante muito tempo" (Deustcher, 1968: 91-92).

O desenvolvimento da revolução chinesa alterou o quadro mundial do movimento comunista. Junto ao Relatório Krushev, foi o evento que mais impactou a hegemonia do bolchevismo stalinista sobre o conjunto do movimento. Os seus desdobramentos introduziram elementos novos que adinham da natureza heterodoxa com a qual o Partido Comunista Chinês conduziu o processo revolucionário, desde a sua preparação até o seu desenlace decisivo em 1949, incluindo aí a sua posterior afirmação diante de um quadro adverso, formado por massas camponesas gigantescas que pouco ou quase nada sabiam sobre o socialismo, sobre o partido e as suas formas de luta. Os acontecimentos que se desdobraram na virada da década de 50 para a de 60 foram marcantes para o curso imediatamente posterior do movimento mundial.

Deve-se registrar que, entre 1956 e 1961 (ano em que se realizou o *XXII Congresso do PCUS*), o movimento comunista sofreu significativas alterações. O XXII Congresso foi fundamental, pois assinalou uma reafirmação do giro político observado em 1956, com a *reiteração das críticas a Stalin e ao grupo mais diretamente ligado a ele, com Molotov*<sup>165</sup> à frente, que fora derrotado em 1957 na sua tentativa de tomar o partido após o congresso de 1956. Mais do que isso, ele representou um aprofundamento das denúncias do XX

---

<sup>165</sup> Molotov era, então, Comissário do Povo para os Negócios Exteriores do Estado Soviético.

Congresso<sup>166</sup> e trouxe, ainda, novas orientações que contemplavam de maneira mais geral os anseios da sociedade soviética, inclusive as aspirações por maiores liberdades políticas, reconhecendo a necessidade de aprofundar a democratização do poder e da participação política no interior do Estado soviético.

Até a destituição de Krushev em 1964, a realidade soviética passou por profundas mudanças. De modo paradoxal, viveu-se um misto de continuidades e de rupturas, em todos os níveis da vida social: políticos, ideológicos, culturais e econômicos. Dentre os aspectos político-ideológicos, pode-se anotar *duas variáveis fundamentais* para o curso do movimento comunista: o *arrefecimento da cultura stalinista na URSS e, por outro lado, o seu reavivamento fora dela, provocado pelo crescimento da influência chinesa no mundo comunista*, especialmente nos anos 60.

Internamente, a URSS vivia uma conjuntura absolutamente nova. Cresciam fervorosamente posições anti-stalinistas no seio da sociedade, advindas dos setores intelectuais, tanto dos velhos quadros bolcheviques – a chamada velha guarda leninista – quanto da juventude, que despertavam de um silêncio que os tempos stalinistas impunham. Elas se expandiam no caldo de distensão política liderado por Krushev. E tal clima distentido da vida russa foi potencializado pelo recrudescimento do stalinismo vindo de Pequim, incitado pelos ataques que o PC chinês fazia à voga anti-stalinista aberta desde 56. *A ofensiva chinesa provocava um efeito inverso ao desejado por Pequim: a política krusheviana se direcionava para as forças que exigiam maiores liberdades políticas.*

À medida que evoluíam os ataques chineses à URSS e às políticas de Krushev, mais próximas dos anti-stalinistas tornavam-se as posições soviéticas. As iniciativas do XXII Congresso devem ser compreendidas nesse contexto, ou seja, num quadro onde a *intensificação do conflito sino-soviético resultava numa continuidade da tendência emergida*

---

<sup>166</sup> O relato de Boffa é esclarecedor: “Tudo aquilo que, em fevereiro de 1956, no XX Congresso, só ficou registrado no relatório secreto de Krushev’, seis anos mais tarde era repetido em público, de discurso em discurso, e publicado nas atas do *Pravda*(...). Stalingrado foi rebatizada de Volgogrado. Pediu-se a construção de um monumento às vítimas das repressões stalinistas. Rompeu-se o equilíbrio que se formara lentamente” (Boffa, 1967: 140).

em 1956. Interessava à China polemizar com a URSS para conseguir fazer da polarização entre as duas forças uma divisão que lhe interessava no âmbito do chamado “sistema mundial socialista”, conforme denominação erigida do XX Congresso. Ressalte-se que naquele Congresso, ainda que tivessem partido dos chineses as posições que procuraram defender Stalin, e mesmo que os PC's tenham se surpreendido com a inesperada divulgação do relatório, houve uma aprovação unânime dos documentos, teses e linhas mais gerais propostas. Coube ao partido comunista italiano a luta por ampliar as críticas e aprofundar as reorientações políticas – com destaque para Togliatti –, e, por outro lado, coube ao partido comunista chinês a tentativa de amenizar os resultados e as deliberações anti-stalinistas. Portanto, mesmo que tenha aprovado o resultado final do XX Congresso, o PC chinês já ali demarcava suas posições contrárias a Moscou.

As causas que explicam a beligerância chinesa podem ser encontradas em vários fatores que remontam inclusive a episódios históricos. Tinham os chineses razões históricas para uma postura de desconfiança perante as orientações soviéticas, pois elas já haviam promovido equívocos que se não retardaram a revolução, no mínimo a tornaram mais difíceis, precisamente porque o dogmatismo stalinista e a política externa soviética colocaram limites às iniciativas autônomas dos revolucionários chineses. Estava fresca na memória do país a imposição de um modelo que resultou numa trágica derrota frente aos nacionalistas chineses, exatamente aqueles a quem Stalin ordenava uma aliança. Ademais, a política de coexistência pacífica contrariava os ambiciosos planos de Pequim, uma vez que pressupunha a interrupção de testes atômicos, no momento em que Mao projetava a construção da bomba atômica.

A convergência desses fatores tornava a relação sino-soviética cada vez mais conflituosa. No campo diplomático multiplicavam-se, por meio de documentos oficiais, insultos, ataques e acusações, geralmente protagonizadas por Pequim, obtendo de Moscou uma defesa quase sempre agressiva. Estava *em jogo a hegemonia no interior do movimento comunista, e a polarização provocada pela China atendia aos seus objetivos de disputar a*

*influência sobre os partidos comunistas de todo o mundo.* Para tanto, valeu-se de estratégias as mais diversas, dentre as quais a tentativa de aliança com a Iugoslávia de Tito. Ainda assim, os apoios que obteve eram muito restritos e se limitavam à Albânia e aos partidos comunistas asiáticos, como o japonês, o vietnamita, o indonésio e o coreano. Escapava-lhe todo o resto, ou seja, os PC's das duas "Europas" – a socialista e a capitalista –, os das Américas – à exceção de cisões que originaram partidos stalinizados, como foi o caso do PC do B (Partido Comunista do Brasil), e também os da África. No entanto, formava-se um bloco no interior do movimento comunista que emprestava a ele uma configuração nova, opondo modelos para o socialismo balizados no aspecto geográfico-continental. O peso do continente asiático e o aspecto simbólico que isso trazia, introduzia no mundo comunista, e em especial na URSS, o temor de se formar realmente um modelo asiático de transição para o socialismo que podia difundir a influência chinesa sobre todo o movimento comunista, a partir das *teses maoístas*. Elas *preconizavam meios mais heterodoxos*, tais como a *vanguarda camponesa*, o *voluntarismo político exacerbado* como fontes para as tarefas revolucionárias e a *idéia de que se poderia suplantar o enorme atraso econômico e o parco desenvolvimento das forças produtivas através da modificação de modos de vida, de costumes e hábitos culturais*, tal como se tentou mais tarde na chamada *Revolução Cultural*.

Essas posições chinesas produziram rapidamente uma divisão que engendrava no interior da vida política soviética uma inclinação anti-stalinista durante os anos que vão de 1956 a 1964. Entretanto, como notou Boffa, a

hostilidade às teses chinesas permanecia, portanto, fortemente majoritária, se bem que não se transformasse jamais em total alinhamento com as teses de Moscou. Os excessos da linguagem empregada em Pequim, a vontade de poder com que reivindicava para si a posse de uma bomba, por outro lado definida como 'tigre de papelão' [em referência ao poder de fogo imperialista], a desenvoltura com que se falava de guerra, [a oposição aos resultados do] XX Congresso do PCUS, a nostálgica defesa de Stalin, a tendência a ver tudo no mundo com os óculos da própria experiência, a facilidade com que se formavam juízos sobre situações de

outros países (...) tudo isso eram motivos de preocupações e aversões diante da política chinesa (Boffa, 1967: 28).

A posição soviética oscilava entre o completo rechaço das políticas chinesas, incitando ainda mais o conflito, ou a tentativa de conter as polêmicas, deixando de publicar em seus meios oficiais de informação os documentos mais ríspidos, ou ainda, a sinalização à própria China de que os meios stalinistas ainda vigoravam em Moscou, como se viu na campanha deflagrada por Krushev em 1959 contra os artistas que supostamente não se enquadravam no polêmico realismo socialista. Tais oscilações se deram em função das *correlações de forças internas que opunham stalinistas e neo-stalinistas aos anti-stalinistas, com os quais convivia o governo kruscheviano.*

Pode-se argumentar que, paradoxalmente, o *conflito sino-soviético serviu para, simultaneamente, fortalecer as posições emanadas de 1956*, ou seja, aquelas embrionariamente anti-stalinistas – uma vez que lançou a URSS para uma postura defensiva frente aos ataques chineses, valendo-se das deliberações do seu Congresso que apontavam para a *desestalinização gradual dos aparelhos de Estado e do partido*. Por outro lado, o *conflito possibilitou uma sobrevida ao stalinismo na própria URSS e no conjunto do movimento comunista internacional*, doravante com *novas nuances* que explorarei na seqüência.

Mais que isso: o conflito entre as duas “potências” socialistas *introduziu no mundo comunista uma nova força capaz de se constituir como ideologia alternativa e ascendente sobre os revolucionários* de todos os países, identificando no *maoísmo* o sinal dos novos tempos para a revolução mundial. Tal alternativa lograva obter espaços num contexto cujas condições objetivas lhes pareciam favoráveis. *Pareciam demonstrar que as vias para o socialismo apontavam cada vez mais para a heterodoxia* do que para um modelo único. Ainda que as resoluções emanadas do XXII Congresso de 1961 atentassem, outrossim, para essas novas questões e, mesmo que preconizassem a possibilidade de vias

específicas, elas não estavam suficientemente maduras entre os partidos comunistas e, tampouco, configurou-se algum modelo.

Por outro lado, Mao anunciava, à moda das velhas propagandas ideológicas comunistas, novos caminhos espelhados na gigantesca experiência revolucionária chinesa. Ao *mundo ocidental*, alheio às questões e polêmicas internas do movimento comunista, especialmente às *suas juventudes* insatisfeitas com o modo de vida burguês, a *experiência chinesa, sobretudo mais tarde, já na segunda metade dos anos 60*, com a Revolução Cultural, funcionava como uma *força de atração ideológica* considerável.

Enfatize-se que, já nesse período – os agitados anos 60 – a ruptura entre as revoluções russa e chinesa já havia se formalizado, precisamente em 1960. Como confirma e avalia Deustcher:

(...) o súbito cancelamento pelo governo de Krushev em julho de 1960, de toda a ajuda econômica à China e a chamada de todos os especialistas, técnicos e engenheiros soviéticos que estavam em serviço naquele país. O golpe desferido foi provavelmente mais cruel do que, digamos, o breve e violento impacto da intervenção armada soviética na Hungria. (...) Milhões de operários foram condenados à ociosidade e às privações, tendo de refazer o caminho para as suas aldeias numa época em que estas eram assoladas por inundações, secas e colheitas péssimas (Deustcher, 1968: 88).

Por fim, deve-se relacionar estes aspectos àqueles que concorreram internamente no movimento comunista para seu auto-direcionamento, precisamente os que retratam, com verossimilhança, a nova fase que apenas começou em 1956, todavia se estendeu ao longo dos eventos políticos daquela década – os acontecimentos naquele mesmo ano na Hungria e na Polônia os ilustram –, instaurando cisões, crises e germes de renovações. Ver-se-á que, *se a década de 50 plantou as possibilidades de mudança impensáveis até então, a década de 60 colheria os seus resultados mais diretos, como escoadouro das reviravoltas de 56*. Se lá os giros eram, na ocasião, imprevisíveis e registravam uma dramaticidade marcante para os comunistas, agora se plasmavam numa *nova realidade, mais distendida, policêntrica e aberta*.

O XX Congresso do PCUS e a divulgação do Relatório Secreto de Krushev, o conflito sino-soviético e a reiteração e ampliação dos avanços de 56 no XXII Congresso em 1961, demarcaram os pontos decisivos para esta nova fase. Nela, abriu-se o espaço político para a afirmação da diversidade de posições comunistas que desde 1921 – mais precisamente a partir de 1924, com a morte de Lênin e a ascensão de Stalin –, estivera fechado pelo centralismo prevalecente na Internacional Comunista stalinizada. O novíssimo desse cenário estava no “desaparecimento de qualquer ortodoxia internacional dominante ou obrigatória, comparável àquela exercida *de facto* pelo Partido Social Democrata Alemão, antes de 1914, e pelo comunismo soviético no período de sua hegemonia sobre o marxismo mundial” (Hobsbawn, 1983: 48). À falência desses dois “modelos” de partido que se ergueram entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX – os partidos que se formaram em torno da social-democracia alemã e o partido leninista bolchevique – deve-se acrescentar, agora, a falência da forma deformada do partido bolchevique constituída pelo marxismo-lenismo de Stalin.

Eis que com isso, *desaparecia também a figura do partido-guia* do movimento comunista *tão característico da fase terceirista* e de seus centros internacionais de direção política. No entendimento de Hobsbawn, esta situação nova traria ao movimento comunista, além da evidente *fragmentação organizacional*, *o desafio de se reajustar numa conjuntura de desintegração, onde se desfez a moldura analítica que partia de Moscou* e alimentava os partidos comunistas e *desmoronou-se o centro gravitacional sob o qual se moviam todos*. Como assegurou o autor ao buscar as relações destas questões com a tradição marxista,

[O] conjunto soviético condicionou o marxismo devido ao colapso de um único movimento internacional, monolítico e monocêntrico, dominado por um partido-guia, o da URSS. Essa unidade monolítica, já enfraquecida pela secessão da Iugoslávia a partir de 1948, cessou praticamente de existir com a ruptura entre China e URSS por volta de 1960. Todos os partidos comunistas(...) foram atingidos em medida variável por esse colapso ou, mais precisamente, pelo reconhecimento, *de jure* ou *de facto*, de que se tornara possível agora, e

em alguns casos desejável, uma pluralidade de vias nacionais para o socialismo ou dentro do socialismo (*Idem*: 20)

Mesmo que se inaugurassem, por assim dizer, novas ortodoxias, desta feita elas não se encontravam num quadro monolítico e, portanto, inseriam-se numa arena política na qual disputariam a hegemonia do movimento mundial. Tínhamos agora a *disputa de ortodoxias rivais* – a *soviética desestalinizada*, desprovida de uma liderança carismática e destituída de um corpo programático universal e, por outro lado, a *chinesa, desejosa da herança do dogmatismo marxista-leninista, mas relativamente inovadora em relação às estratégias revolucionárias* – que *conviveriam com outros campos político-ideológicos marxistas, tanto aqueles que estiveram congelados no período stalinista* – o *trotskismo*, sobremaneira –, quanto aqueles que se descolavam das correntes mais tradicionais e que tentavam emplacar novas estratégias políticas a partir de releituras de Marx, Engels e Lênin.

Com isso, começam a se cristalizar na década de 60 *quatro grandes direções que disputariam a hegemonia do movimento internacional comunista* e, por conseguinte, *influenciariam os partidos* de corte revolucionário: uma tentativa de redirecionar o *bolchevismo soviético* abatido sob o impacto múltiplo do fevereiro de 1956, da ruptura com a China e da dissolução do monolito, a partir de um retorno ao leninismo sem Stalin; o *maoísmo chinês* erguido sob o triunfo marcante da Revolução de 1949 e potencializado pela *débâcle* stalinista na URSS; uma persistência do *trotskismo* a partir dos diversos grupos que formavam a IV Internacional, que poderia experimentar alguma saída do isolamento histórico propiciado pela crise do stalinismo e oportunizado pelo descrédito dos PC's tradicionais frente às novas gerações; uma *renovação socialista*, uma alternativa que se colocava como via democrática, que teve seu laboratório nos PCs da Europa Ocidental – no PCF, no PCE e no PCI, especialmente neste último –, que com o *eurocomunismo* fundaram um movimento *socialista democrático* que abrangia correntes as mais diversas em busca de alternativas ao bolchevismo leninista ou trotskista.

A partir delas se desenvolveram novas estratégias de revolução e novas idéias de partido revolucionário que experimentaram os desdobramentos mais diversos – dentre derrotas e vitórias parciais – que, se por um lado, foram fundamentais para reafirmar a associação entre partido e revolução<sup>167</sup>, por outro, não puderam vivenciar, à exceção do partido comunista chinês, que dirigiu o processo de avanço e consolidação da Revolução Chinesa, processos revolucionários efetivos uma vez que o movimento comunista começava a entrar numa fase regressiva a partir dos anos 60<sup>168</sup>, determinada por diversos fatores internos a ele – discutidos intensamente até aqui – e externos, advindos dos giros que a sociedade capitalista passou a implementar em suas estruturas econômicas e políticas.

A burguesia mundial ensaiava uma saída à crise do capitalismo democrático sustentado nas bases do Estado de Bem-estar Social dos países centrais, sobretudo europeus, que originaria já nos anos 70 novas estratégias reunidas em torno do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e do processo de mundialização financeira do capital. À ofensiva neoliberal se somou o aprofundamento, nos anos 80, da crise do socialismo e do comunismo. O resultado, dentre tantos, foi o abandono progressivo daquela associação comprovado pelos resultados a que chegaram muitos dos partidos socialistas europeus que foram parceiros dos ajustes requeridos pelo capital ainda nos anos 70 ou, mais adiante, no giro, à direita, que fez (e vem fazendo) o PCC para incluir a China na rota do capitalismo mundial. A partir dos anos 60 um viés de arrefecimento absorveu por inteiro os movimentos socialista e comunista, as suas razões de ser e os seus determinantes posteriores desbordam os limites desta tese. Até aqui, o que se viu, foram os seus antecedentes históricos principais que, acredito, podem lançar luzes para pensar saídas e alternativas. Elas podem surgir das bases teórico-históricas aqui discutidas, de seus acertos e erros, em consonância com a reflexão teórica sobre as novas características que a sociedade capitalista fez desenvolver entre as classes trabalhadoras.

---

<sup>167</sup> Pense-se, por exemplo, no *compromisso histórico* italiano, do PCI.

<sup>168</sup> Não à toa, os processos revolucionários que tiveram alguma ressonância a partir dos anos 60 foram o cubano, vitorioso em 1959, o chileno com Allende entre 1970 e 1973 e a revolução sandinista na Nicarágua em 1979.

## **CAPÍTULO 6**

**A desestalinização, a crise do movimento comunista e a ofensiva capitalista: a falência do “socialismo real”**

Na década de 60, *o monólito foi dissolvido*. O *partido-guia* da revolução – o PCUS – perdeu a condição de exercer a supremacia sobre os rumos do movimento revolucionário<sup>169</sup>. *O monólito staliniano se despedaçou e com ele a questão do partido estilhaçou-se*, como paredes de vidro.

Desenvolve-se, assim, no conjunto dos movimentos socialista e comunista um novo contexto político-ideológico *distendido, policêntrico e teoricamente heterodoxo* ao mesmo tempo em *que se esgotaram (ou estavam se esgotando) as possibilidades revolucionárias*. Ao mesmo tempo em que *as sociedades socialistas construídas até então – até a década de 60 – praticamente encerravam as possibilidades de expansão e ingressavam numa etapa histórica em que passariam a viver com crescentes dificuldades econômicas e sociais*, a sociedade capitalista inicia a entrada num novo estágio, cujas estratégias políticas e produtivas trariam enormes modificações no perfil das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, nas suas organizações políticas que se deparavam com novas situações no curso das lutas de classes.

A conseqüência mais abrangente dessa combinação de fatores foi que ela resultou numa *progressiva crise da forma partido como organização política revolucionária* precisamente *porque se exauriam* (também progressivamente) *as possibilidades subjetivas de revolução que exigiam o protagonismo político do partido* verificado nos processos revolucionários desenvolvidos no século XX.

O quadro que combinava aqueles dois fatores acima referidos evoluiu nos anos 70 e 80 e se completou nos anos 90 quando, *praticamente*, consumaram-se as condições objetivas e subjetivas extremamente desfavoráveis para o desenvolvimento das lutas de classes. Mais do que isso: efetivamente, abriu-se entre nós uma *época contra-revolucionária*

---

<sup>169</sup> Como veremos, isto não significou que o PCUS tenha deixado de orientar forças políticas em diversas regiões. Criou-se um novíssimo contexto – ou o consolidou, já que se emoldurava desde fins da década de 40 e início dos anos 50 –, no qual conviveria com forças ascendentes do movimento comunista. *Dissolveu-se o partido mundial da revolução*, entendido aqui como aquele que durante os anos 20, 30 e 40, comandou as estratégias comunistas em todo o mundo. Em 1976, com a “Conferência dos Partidos Comunistas” em Berlim Oriental, houve uma tentativa, fracassada, de *recentralização* do movimento comunista pela URSS, servindo para comprovar definitivamente a dissolução aludida.

*que se prolonga até os dias atuais.* A crise da forma partido é, antes, uma crise fundada na objetividade da realidade social do que uma crise teórico-analítica. Ela deita raízes nos *modos de ser concretos das classes trabalhadoras (em especial do proletariado urbano-industrial)* que têm imposto sérias dificuldades de organização política (universal).

No plano teórico, a tradição teórico-política colada aos movimentos socialista e comunista ensaiou algumas saídas – como veremos neste capítulo –, mas elas não foram suficientes para desbastar a crise, que se afirmou *objetivamente*. Nas Ciências Sociais, um *neoconservadorismo de tipo pós-moderno a interpretou como um dos sinais de esgotamento de todo um padrão civilizatório da modernidade, que teria como um dos sintomas a impossibilidade da universalidade*. E, por fim, ela foi amplificada pela ideologia dominante a partir de todo um aparato midiático de que se valeu a burguesia para disseminar a idéia de fim da história, das ideologias, das lutas de classes, etc., e junto, da possibilidade de revolução e, portanto, de se constituírem organismos políticos voltados para a sua construção.

Mas, ainda assim, os movimentos socialista e comunista mundiais foram capazes de, até a década de 70, construir alternativas políticas que resultaram numa inovação teórica caracterizada pelo pluralismo teórico-político que se abriu a partir dos anos 60. Neste capítulo, veremos os traços principais dessa inovação teórica e algumas de suas conseqüências prático-políticas.

O primeiro efeito que se desdobrou desse contexto foi exatamente o pluralismo político no interior do *movimento revolucionário* que, como tal, ampliou-se passando a compreender todas aquelas tendências sócio-políticas que, partindo de alguma maneira de Marx, de Engels e de Lênin, investiam suas melhores forças na luta pelo socialismo, valendo-se para tanto de meios, táticas e estratégias as mais díspares, bem como se apoiando em seguidores da tradição marxista dos mais diferentes matizes, culturas e regiões. Nesse escopo amplo do movimento revolucionário, Marx, Engels e Lênin vinham relacionados às idéias de Mao, de Stalin, ou de Trotsky, ou ainda as de Gramsci, ou mesmo

às idéias de teóricos ou dirigentes importantes do mundo ocidental e oriental, tais como Togliatti, Castro e Guevara, Ho Chi Min, dentre outros.

Tais articulações teórico-políticas denotavam e reafirmavam a tendência assumida – a do pluralismo teórico-político, possível (reforce-se), graças à implosão do monolitismo e à instauração subsequente do policentrismo no âmbito do movimento comunista internacional. Em decorrência, embaralhavam-se as noções de partido, de revolução e de outras questões derivadas.

Tal desdobramento se processava num caldo sócio-político e ideo-cultural composto por três conjuntos de acontecimentos históricos: a própria *desestalinização*, o fenômeno do *terceiro-mundismo* e o *Mai de 68* na França. Esses acontecimentos interligados forneceram o chão histórico-concreto sobre o qual se desenharam as tendências mais significativas no interior do movimento revolucionário mundial. Segundo Hobsbawn, os fatores que inauguraram uma nova fase na discussão marxista partiram dos

desdobramentos na URSS e nos outros países socialistas a partir de 1956; aqueles ligados ao que já nos anos 50 se começou a chamar (com um termo equívoco) ‘terceiro-mundo’, particularmente a América Latina; e, por fim, aqueles ligados à impressionante e inesperada explosão de radicalismo político nos países do capitalismo industrial ao final dos anos 60, cujas premissas principais devem ser buscadas nos movimentos estudantis (Hobsbawn, 1983: 19).

Eles formaram também o *conjunto de acontecimentos históricos que passaram a determinar a atuação das tendências que se colocaram em cena após a desintegração do monolitismo soviético*. Tal desintegração que teve na desestalinização o seu resultado mais abrangente constituiu uma crise do movimento comunista que, se *por um lado*, possibilitou a *abertura para novas interpretações de partido e revolução* no seu interior, *por outro*, tensionada “por fora” pela ofensiva capitalista a partir dos anos 70 -, *desagou em seu estágio terminal com o esgotamento do “socialismo real”*.

## 6.1. A desestalinização: ponto de partida para a diversificação do movimento

Como já vimos, a dissolução do stalinismo não seria possível sem a articulação histórico-política de cinco determinantes: a *falência das teses stalineanas* que postulavam a *crise sistêmica capitalista como o motor da revolução* proletária mundial; as *insuficiências teórico-políticas das premissas marxistas-leninistas frente às novas necessidades do movimento socialista nos países capitalistas ocidentais*; a derrota soviética na *questão iugoslava*; o *relativo reequilíbrio de forças entre os PC's com a vitória da revolução na China* e, com isso, com o advento do PC chinês como novo pólo do movimento comunista internacional; a própria *morte de Stalin* sem a qual, possivelmente, assistiríamos a uma postergação do Relatório Secreto de Krushev.

A *distensão política* que se abriu *serviu simultaneamente para o arrefecimento do stalinismo na URSS e no restante do movimento internacional, bem como para o seu recrudescimento*. Explico: ao mesmo tempo em que desrepresou a vida política russa, permitindo pela primeira vez, e *de fato*, a desestalinização, ela acabou por reforçar o stalinismo entre aqueles que viam com absoluta desconfiança a atitude de Krushev, imputando-lhe um ato de traição à história da revolução e ao povo russo. Uma cultura, a stalinista, edificada através de tantos mecanismos de controle ideológico, dificilmente poderia se diluir rapidamente.

Muito pelo contrário, as marcas da era stalinista para o povo russo, o nacionalismo de que se valeu para afirmar-se em diversos momentos históricos, as conquistas sociais que logrou obter para o conjunto da vida nacional, as marcas das guerras e os seus significados simbólicos de heroísmo, tudo isso se reafirmaria – não só entre as massas como também entre dirigentes, funcionários do Estado, e até mesmo entre os jovens, que aprendiam nas escolas a valorizar a grandeza de Stalin. Enfim, todos esses elementos que contornavam a cultura stalinista deixava uma pesada herança e um legado dificilmente superável num curto

espaço de tempo<sup>170</sup>. Assim, um *neo-stalinismo* se ergueria no lugar (e em defesa) do velho dogma.

Tal legado permaneceria com força incontestável no imaginário social e na vida objetiva do povo russo por um tempo, então, imprevisível. O período de Stalin no poder foi

(...)em grande parte – excluídos aqueles das piores repressões [notadamente na década de 1930] – anos com sua severa grandeza. E o que conta mais é que também os soviéticos, na sua massa, os viveram como tal. Reduzido aquele longo período só ao que houve de negativo, e que ainda hoje pesa sobre o país, perde-se o sentido da história deste povo e não se pode compreender toda a profundidade do drama que ele viveu, tampouco as conseqüências que disso derivaram para a vida política(...) A URSS se tornou “grande” naqueles anos de industrialização acelerada, de radicais convulsões sociais, de vasta difusão da instrução e da cultura; enfim, de resistência ao fascismo e de guerra atroz, mas vitoriosa (Boffa, 1967: 171).

Neste estado de coisas, incluem-se as novas perspectivas – das quais o neo-stalinismo é uma expressão – na URSS e no âmbito de todo os movimentos comunista e socialista nos países do Leste e no ocidente europeu. O desdobramento de um *neobolchevismo* só é compreensível nos marcos desta disjuntiva. Ele é *órfão direto do stalinismo, mas não deve sua paternidade apenas a isso*. Há um *forte componente de kruschevismo* nele, uma vez que o sucessor imediato de Stalin liderou mudanças – ainda que *inicialmente de natureza moral* – que formariam a base de sua ação política, abrindo campo para reformas que interfeririam na vida econômica da URSS. Em si, tal *neobolchevismo* conformava, contraditória e paradoxalmente, *duas sub-tendências: a neo-stalinista* de que falava e a *anti-stalinista*.

*Se a neo-stalinista advogava para si a herança de Stalin, e com ela seus dogmas, o marxismo-leninismo e a sua cultura – colocando-se como um stalinismo anacrônico e acéfalo, porque sem Stalin e, portanto, fadado a um auto-isolamento –, a anti-stalinista pretendeu se descolar daquela herança a partir de dois cortes de ruptura, primeiro com a*

---

<sup>170</sup> Contudo, pode-se afirmar que seria “muito mais verdadeira a convicção [à época] radicada em tantos soviéticos, de que a URSS avançou apesar de Stalin, graças à inexaurível capacidade de energia que a revolução e os ideais socialistas tinham liberado” (Boffa, 1967: 173).

*idéia de partido-guia* da revolução e, segundo, *com a pretensão de fornecer ao movimento internacional a estratégia geral revolucionária*. Tais mudanças se devem não apenas às questões internas da URSS ou às conseqüências que a desintegração do stalinismo – ou a desestalinização – lhe causou, mas, sobretudo, à inexistência de uma orientação e de uma referência geral, posta *a priori*, no seio do movimento mundial a partir do XX Congresso. Ou seja, a *inexistência de “linhas gerais”* que sempre balizaram, quase que cegamente, a atuação do movimento comunista internacional *foi uma das conseqüências mais imediatas da desestalinização*.

Por outro lado, o *neo-stalinismo* teve uma *sobrevida com o conflito sino-soviético*, que pôs a China em rota de colisão com a URSS já desde 56 e, mais ainda, a partir do XXII Congresso em 1961, fazendo com que as posições chinesas se demarcassem contra as soviéticas por meio (não só) da defesa do legado de Stalin. A queda de Krushev foi provocada fundamentalmente por fatores de ordem econômica, mas o prolongamento do conflito – as pressões internas que sofreu dos setores neo-stalinistas – e a sua extensão – a sua repercussão para além dos marcos soviéticos – também a condicionaram.

Nesse contexto de relativa distensão política, abriram-se possibilidades tanto para a *irrupção de novas perspectivas* candidatas à hegemonia, quanto para a reorganização de tendências históricas do movimento comunista. Refiro-me aqui ao *maoísmo* e ao *trotskismo*. A morte de Stalin, o XX Congresso e o seu relatório secreto, e o próprio conflito sino-soviético serviram para alçar a Revolução Chinesa ao mundo socialista com uma força que, em pouco tempo, pôs a alternativa maoísta no cenário revolucionário. Com a voga do *terceiro-mundismo*, as idéias de Mao ganhariam mais terreno, como veremos adiante.

Por outro lado, o *trotskismo* teria a *oportunidade de sair do isolamento* em que se encontrava, conseguindo se reorganizar no refluxo do stalinismo. A *IV Internacional* e as suas diversas tendências veriam *pela primeira vez a possibilidade concreta de ocupar o vazio ideo-político instalado com o declínio da URSS* como parâmetro geral dos movimentos comunista e socialista. Com o *Maio de 68* francês, o trotskismo – e também o maoísmo –

encontraria novo fôlego. No balanço geral, foi o fenômeno da desestalinização o fator decisivo para estas novas realidades que problematizo. *A divulgação do Relatório* teve para o trotskismo o gosto da vingança – “a vingança da história é mais *terrível do que a vingança do mais poderoso Secretário-geral*”, como afirmara Trotsky – e serviu como *comprovação histórica* de suas análises acerca do *fenômeno da burocratização* que se apossou da URSS.

Mas, a relativa distensão política<sup>171</sup> e a conseqüente irrupção de alternativas – novas ou renovadas – revolucionárias não se limitaram ou não foram provocadas apenas pela morte de Stalin e pelas conseqüências do XX Congresso. Antes mesmo disso, a *questão iugoslava* mostrou ao movimento comunista que havia, fora do modelo soviético, alternativas viáveis social e politicamente. Ela contribuiu para relativizar ou fragilizar os dogmas stalinistas no quadro do movimento internacional e no interior da própria URSS. A China de Mao Tsé Tung ocuparia, mais tarde, o espaço aberto pela secessão de 1948. A *via heterodoxa do socialismo na China* – com a revolução a partir das massas camponesas em aliança com os operários – introduziria no movimento comunista uma espécie de *forma asiática de transição ao socialismo que se distinguiria pela centralidade política no campesinato, de forte apelo àquelas nações semi ou subdesenvolvidas* do capitalismo, constituintes do mal chamado Terceiro Mundo. *Mesmo para os revolucionários do Ocidente, em especial para a juventude*, os objetivos maoístas exerceriam forte *atração ideológica face ao descontentamento com o modelo soviético*. Colocava-se para o movimento comunista *um modelo*, ainda que pouco compreendido e, em certa medida, exótico, *não-*

---

<sup>171</sup> Ela tornou possível até o que era impensável (poucos anos atrás) dentro da URSS: a crítica aberta e “oficial” a Stalin. Exemplo disso foi a publicação do importante trabalho de pesquisa teórica sobre as questões da Economia Política editado pela Academia de Ciências Sociais da URSS. Coordenado por “teóricos oficiais” da Academia – Vigodski, Afanassiev e Gromeka –, resultou de um trabalho de equipe que, entre 1963 e 1964, estudou as polêmicas principais no campo da Economia Política, esforçando-se por atualizar o marxismo e o leninismo, a partir de Marx e de Lênin, e trazendo uma explícita crítica a Stalin, por meio de um subitem intitulado “O culto a Stalin e os erros que acarretou na Teoria Econômica” (seção II, capítulo 8 da edição brasileira; *História das Doutrinas Econômicas* - Zahar, Rio de Janeiro, 1965). Neste subitem se lê: “Após a morte de Stalin, o partido não podia seguir as indicações deixadas por ele na solução das tarefas que estavam na ordem do dia. (...)O partido devia renunciar às propostas de caráter prático apresentadas por Stalin em *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*.” (p. 291-2). Tratava-se aqui de uma crítica ao pensamento econômico staliniano que travava o desenvolvimento da agricultura subsumido ao da indústria. O texto se refere explicitamente às conquistas do XX Congresso, relacionando-as à economia: “o congresso assentou-se [na perspectiva] de que a União Soviética se encontrava às vésperas de uma nova etapa de seu desenvolvimento e de que era necessário superar os restos do culto à personalidade, que freavam o avanço do país” (p.292-3).

*européu de transição ao socialismo. O eurocentrismo de que era acusado o comunismo internacional, era relativizado com o maoísmo chinês.*

## **6.2. As contradições da desestalinização, os rescaldos de 68 e as alternativas revolucionárias abertas**

As conseqüências da conjuntura da década de 60 para os movimentos revolucionários repercutiriam por todo o período seqüente. Mais exatamente, nos desdobramentos dos movimentos originados na França de 1968 e na Itália de 1969 e, por outro lado, as variadas posições comunistas frente aos acontecimentos históricos referidos anteriormente: o 68 francês, o terceiro-mundismo e a desestalinização. Esta última sofreu forte revés em agosto de 1968 quando Brejnev conduziu a fatídica intervenção na Tchecoslováquia. A repressão à *Primavera de Praga* reacendia nos comunistas as piores lembranças dos tempos de Stalin. Reacendia-se o sovietismo do tipo stalinista de modo anacrônico, ou seja, quando as forças soviéticas estavam limitadas historicamente, desfrutando de um controle das dissidências infinitamente inferior aos tempos stalinianos.

Ilustrativo deste quadro foi a “Conferência de Moscou” de 1969 que teve uma participação muito pouco representativa de partidos comunistas. Se comparada com a Conferência de 1960 que reuniu 81 partidos, de todos os países socialistas e de todos os países capitalistas, percebia-se a relativa fraqueza do movimento comunista. Dos cerca 30 partidos comunistas presentes – dos quais apenas 8 dos países socialistas –, poucos aprovaram as genéricas decisões da Conferência. Dos partidos comunistas dos países capitalistas, participaram, em boa parte dos casos, apenas frações do movimento comunista de cada país, resultado do divisionismo que as posições soviéticas provocavam. Como atestava Garaudy,

(...)estavam presentes mais de trinta partidos cuja representatividade era, no mínimo, limitada. Convém acrescentar que, entre os maiores partidos dos países capitalistas (o da Itália, o da França e o da Espanha), um, o da Itália, recusou-se a votar o documento, com exceção do capítulo concernente à solidariedade ao Vietnã, um segundo, o da Espanha, votou mas cercando seu voto de numerosas reservas. Outros partidos, como o da Inglaterra e o da Bélgica, assinalaram suas divergências (Garaudy, 1970: 97).

Com Brejnev no final dos anos 60, via-se que a URSS tentava retomar seu papel de dirigente do movimento comunista internacional num quadro cindido pelas divergências com a China e, agora, mais dividido após a intervenção na Tchecoslováquia. A Conferência de 1969 tentava se sobrepor a estes problemas, secundarizando as polêmicas com Pequim e tentando amenizar os impactos da agressão a Praga, valendo-se de deliberações genéricas que pouco aprofundavam os problemas mais candentes enfrentados pelos PC's no mundo todo. Ela evidenciaria, por todos estes fatores, a brutal crise que se abateu sobre o movimento internacional comunista na entrada dos anos 70. E esta crise, como analisou Garaudy,

não se manifestou, na Conferência de Moscou, tão somente pela baixa do número de partidos representados e de sua representatividade, nem pelas divergências que vieram à luz, mas também pela fraqueza ideológica dos documentos que foram votados. Nenhum problema decisivo foi resolvido. Nenhum problema decisivo foi levantado. [Ademais] (...)foi necessário afastar do texto qualquer referência aos problemas vitais colocados pelas relações com a China e com a Tchecoslováquia. Isso significava afastar o problema de fundo do qual depende o futuro do movimento: o da necessária e legítima diversidade dos modelos do socialismo (*Idem*: 98-9).

O acirramento das disputas com a China, a repressão à alternativa tchecoslovaca<sup>172</sup> e a oposição real que se definia de modo mais cristalino na URSS e entre os diversos partidos comunistas, formavam, *contraditoriamente*, os determinantes que sinalizaram a

---

<sup>172</sup> Mesmo fora dos países socialistas, o neo-stalinismo de Brejnev buscou formas de amainar as oposições à agressão a Praga. Na Áustria, por exemplo, patrocinou meios de divulgação das posições soviéticas alternativas aos do partido comunista local. O objetivo era o de eliminar da direção do partido expoentes como Marek e Fischer, perseguidos por suas posições divergentes, o que foi conseguido (Garaudy, 1970: 111-112).

*última tentativa de sobrevivência do stalinismo e as condições para a sua própria dissolução política.* Para Garaudy, a resistência dessa oposição real que “manteve suas posições com tal firmeza que a imprensa soviética, que até então as ocultara, foi constrangida a revelá-las. Resultado positivo, porque isto não significa um desvio do movimento: significa que o mito do ‘monolitismo’ está destruído(…)” (*Ibidem*: 98).

O resultado mais objetivo dessas contradições do processo de desestalinização foi o isolamento das posições neo-stalinistas no conjunto do movimento comunista internacional. Assistiu-se no final dos anos 60 e no ingresso à década de 70 à pulverização e à fragmentação do comunismo internacional. As atenções se deslocavam para as dificuldades do progresso da experiência chinesa – sobretudo depois que, em 1960, cessou por completo a ajuda soviética – e para as lutas de libertação nacional nos países subdesenvolvidos, na Ásia, na África e na América Latina, destacando-se a luta dos comunistas vietnamitas e a revolução cubana. Entretanto, mais fortemente, dirigia-se o foco para o ocidente, donde se adensava uma nova perspectiva por dentro dos partidos comunistas, precisamente do PCI, uma “via democrática” para o socialismo. Ela era caudatária tanto da tradição comunista – anti-stalinista –, quanto das experiências concretas com os movimentos sociais de novo tipo que tiveram seu ápice em 68. Era, ainda, expressão contemporânea das possibilidades revolucionárias nas sociedades capitalistas plenamente desenvolvidas.

Os processos traumáticos que se abriram no XX Congresso em 1956, as cisões que deles decorreram e as tentativas de ruptura com o modelo soviético – como na questão húngara e na tchecoslovaca –, o conflito sino-soviético e, ainda, as alterações no perfil das lutas de classes no mundo ocidental engendradas pelas metamorfoses do modo de produção capitalista a partir do pós-Segunda Guerra Mundial e confluídas em 1968, legaram à esquerda revolucionária do século XX uma incomparável pulverização – possível, como se viu, por conta do esgotamento do soviétismo como centro gravitacional do movimento

revolucionário mundial<sup>173</sup> - percebida nas suas formas de atuação bem como em suas formulações teóricas e políticas. A questão da estratégia revolucionária foi objeto central das várias perspectivas, comportando variantes insurrecionais e reformistas, tons moderados e radicais.

A chamada “nova esquerda”<sup>174</sup> havia se desdobrado em *várias esquerdas*, desde *aquelas que tentavam relacionar as novas demandas sociais às formas tradicionais* herdadas do marxismo e do leninismo, mantendo elementos de continuidade – notadamente influenciadas por setores da “velha esquerda” que para elas migraram –, até *aquelas que negavam essa herança*, atribuindo-lhes equívocos históricos e considerando-as superadas frente às novas e complexas demandas sociais, que se formavam por setores anti-capitalistas não-comunistas ou mesmo por ex-comunistas expurgados ou saídos dos PC’s, que no campo teórico passaram a constituir um difuso e impreciso pós-marxismo. Nos países capitalistas os partidos comunistas – especialmente os da Itália, França e Espanha – vivenciaram intensamente tanto as crises no interior do movimento comunista, quanto as

---

<sup>173</sup> Como atestou Mandel, o “(...) conflito Estaline-Tito, o conflito sino-soviético, o conflito com a direção do PC checoslovaco em 1968, a querela do eurocomunismo, constituem os sucessivos ‘boomerangs’ que acabaram atingindo a burocracia soviética (...)” (Mandel, 1978: 35).

<sup>174</sup> Que surge nos Estados Unidos com Mills ainda nos anos 60 e ganha expressividade política na França em maio de 68. O universo constituinte do que se pode chamar de “nova esquerda” é relativamente amplo. Envolveu tanto os *segmentos comunistas do mundo ocidental que se descolavam da dogmática marxista-leninista* com a desestalinização, quanto os setores que dela já haviam se distanciado, formados por *intelectuais de esquerda organicamente vinculados aos centros universitários ocidentais*. Açambarcava também as *novas gerações de esquerda* que já nasciam *órfãs de qualquer ortodoxia* e, ainda, *grupos sociais oriundos das camadas médias das sociedades capitalistas desenvolvidas*, vinculados às novas lutas sociais surgidas ao longo dos anos 60 e 70, atuantes fundamentalmente no âmbito das demandas circunscritas ao *universo da reprodução social*.

Em comum, tinha dois aspectos: a) expressavam idéias, noções e formas de organização política muito diferentes da esquerda clássica, ou seja, dos movimentos revolucionários afeitos às tradições socialista e comunista, cuja trajetória remonta ao século XIX e cobre toda a primeira metade do século XX; b) tiveram no *Maião de 68* francês o seu epicentro sócio-histórico, assumindo a partir dali formas que marcariam o conjunto diverso dos movimentos revolucionários nas décadas seguintes. Deve-se enaltecer que, nesse processo extremamente diversificado, a *germinação da chamada “nova esquerda”* residia, antes de tudo, na *dissolução do monolitismo* político-ideológico do período stalinista. *Seu berço foi o Maio de 68*, depositário dos acontecimentos que sacudiram o mundo entre a segunda metade dos anos 50 e toda a década de 60. Não se pode compreendê-lo como fenômeno, sem relacioná-lo às determinações históricas que o possibilitaram: “do ponto de vista social, seus pais [dos sujeitos sociais de 68] foram contemporâneos da Revolução de Outubro, emergem à vida consciente ao amanhecer do 20o Congresso e aos problemas novos que ele colocou. Têm também a idade dos grandes movimentos de libertação nacional e das revoluções socialistas da Ásia e da América Latina”. E se relacionam, ainda, com as mudanças sociais nos marcos das sociedades capitalistas desenvolvidas (Garaudy, 1970: 48).

mudanças na estrutura capitalista e, com elas, as alterações nas formas de composição das classes sociais.

As mobilizações de 1968<sup>175</sup> e o prolongamento das novas características políticas que trouxeram, tornaram cada vez mais premente aos partidos comunistas europeu-ocidentais uma revisão das estratégias revolucionárias e de suas formas de ação política. Os chamados “novos movimentos sociais”, a “nova política”, os aspectos da subjetividade na luta política, as questões afeitas aos diversos grupos sociais – gênero, etnia, sexualidade –, as demandas sociais referentes ao mundo da reprodução social dos trabalhadores – os bens de consumo coletivo: saúde, educação, transporte, moradia, etc. –, bem como a questão ecológica e o problema da segregação sócio-espacial na cidade, todos esses elementos passavam a compor de maneira progressiva o universo das lutas sociais, de maneira que os movimentos a eles vinculados passaram a ganhar visibilidade e legitimidade junto às classes trabalhadoras, o que desafiava os partidos, especialmente os comunistas, a encontrar meios inovadores que conseguissem açambarcar estas lutas no horizonte de sua estratégia revolucionária.

Essas demandas partiam de novos segmentos não-operários da classe trabalhadora. Uma nova camada média urbana se desenvolvia no mundo capitalista ocidental e dela emanavam necessidades sociais que escapavam à agenda política dos partidos tradicionais. *O direcionamento das lutas para o universo institucional-burguês punha para os partidos a novidade de formular estratégias políticas que fossem além da programática revolucionária – da transição ao socialismo – sem dela se descolar.* Ou seja, demandava-se uma estratégia

---

<sup>175</sup> Os acontecimentos que nortearam o chamado *Maio de 68* resultaram de múltiplas mudanças societárias no mundo ocidental que o desbordam como evento político em si. Resultou de uma multiplicidade de fenômenos onde se convergiram tendências que se desenvolviam desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Como epifenômeno de todo um processo estrutural de mudanças sociais, transcendeu o universo francês e se tornou um movimento de repercussão mundial. Foi um movimento “(...) extraordinariamente internacional, que atravessou as demarcações entre países desenvolvidos e países dependentes, entre sociedades capitalistas e sociedades socialistas. Na história da Iugoslávia, da Polônia e da Tchecoslováquia, 68 é uma data de periodização, assim como na do México, da França e dos Estados Unidos. Todavia, chamou a atenção sobretudo porque se desenvolveu em países que faziam parte do núcleo fundamental da sociedade capitalista desenvolvida no auge da prosperidade econômica. (...)68 produziu uma ‘nova esquerda’ [que] voltou-se para muito além dos confins do marxismo tradicional(...) [formada] por tendências anarquistas, ou travestida sob qualquer etiqueta aparentemente marxista, como grande parte do ‘maoísmo’ ocidental, ou ainda na forma de uma dissidência cultural apolítica ou antipolítica” (Hosbsbawn, 1983: 32).

revolucionária socialista que, ao mesmo tempo, conseguisse dar conta das reivindicações pontuais que se relacionavam com o cotidiano do trabalhador.

Em outras palavras, colocava-se aos partidos comunistas o seguinte desafio: construir *uma estratégia revolucionária que conseguisse incorporar aquelas diversas lutas sociais à luta política revolucionária*. Repunha-se ao partido, de maneira absolutamente nova, o desafio ao qual Lênin se referia em *Que fazer?*: o de elevar as lutas econômicas à condição de luta política, tarefa precípua do partido revolucionário. No entanto, *o desafio agora não se referia às lutas econômicas, ou pelo menos não apenas a elas*. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, tratava-se de *dar forma política* – ou seja, de *dotar de conteúdo revolucionário* – *as lutas sociais que ultrapassam as fronteiras do mundo da produção*, donde se originam as lutas econômicas.

Daí *se originaram várias posições* teóricas e políticas, todas preocupadas em dar respostas conscientes a estes novos desafios: desde *aquelas que negaram qualquer possibilidade revolucionária aos movimentos que se desenvolviam no mundo da reprodução social até aquelas que viam neles um potencial revolucionário* que expressaria um *deslocamento do cerne das lutas de classes* – do mundo da produção para o mundo da reprodução social. Por outro lado, algumas perspectivas enxergavam naqueles novos movimentos a *expressão da complexificação da sociedade* capitalista e de suas estruturas sociais, que *tornava a tarefa revolucionária mais diversificada* no sentido de que *envolveria segmentos mais amplos da sociedade e setores mais refratários à luta política, porque atados a particularismos* de todo tipo e, com isso, limitados em seus próprios grupos sociais.

De uma forma ou de outra o que *se exigia das forças revolucionárias* era o esforço de reinterpretar essa realidade, tentando *manter as bases teóricas clássicas e inovando nas formas de organização política, reconstruindo daí a estratégia revolucionária adequada aos novos tempos*. Os aspectos institucionais da vida capitalista, as eleições e o parlamento, a questão democrática, estes fatores passaram a compor, predominantemente, a programática dos partidos comunistas no ocidente europeu.

### 6.3. A alternativa eurocomunista

Foi nesse contexto que se desenvolveram as *principais* formulações e onde se gestaram as experiências práticas do chamado *eurocomunismo*. Como uma alternativa estratégica, procurava dar respostas não-ortodoxas, ao mesmo tempo em que buscava formular inovações teórico-políticas para as complexas mudanças da sociedade capitalista e para as novas demandas sociais delas originadas. A experiência da revolução chilena de Allende entre 1970-1973 serviu de inspiração para se pensar a viabilidade de novas formas de transição socialista e uma nova direção às organizações políticas, em especial para o partido revolucionário. Teve lugar nos principais partidos europeus – PCI, PCF e PCE – e encontrou na Itália o seu desenvolvimento mais acabado, já claramente explicitado em 1973 no documento que expressava a estratégia do PCI de então, denominado de “compromisso histórico”.

No conjunto das propostas eurocomunistas, priorizava-se o *momento histórico nacional* como o terreno onde se edificaria a estratégia e sobre o qual se desenrolariam as ações políticas e as lutas concretas. O partido se inclinava para a ampliação de sua legitimidade política no conjunto da vida nacional, o que significava a *expansão das alianças* para além dos setores revolucionários, conformando assim uma estratégia política que concebia a *questão eleitoral e parlamentar como momentos privilegiados* – tático-políticos – para tal expansão. Ela se daria por um *salto quantitativo do partido junto às massas italianas* que, ao possibilitar a participação do partido na vida parlamentar e mesmo no governo, agregaria a sua estratégia elementos políticos *democratizantes e reformadores* da sociedade capitalista, adensando avanços qualitativos a ela.

As reformas passaram a ser compreendidas como momentos políticos que promoviam avanços graduais e permitiam um acúmulo de forças sociais, necessários à construção do processo revolucionário. A própria idéia de revolução ganhava com o *eurocomunismo* a noção de *processualidade*, o que compreendia a conquista de vitórias

parciais – no parlamento, no governo, na institucionalidade burguesa – que reforçariam a possibilidade da revolução. Esta, por ser concebida de maneira processual, não deveria supor nenhuma via insurrecional *a priori* que configurasse uma tomada de poder radical. A derrubada do Estado não se efetivaria por meio de uma ruptura radical com a dominação burguesa, ou seja, através de um assalto ao Estado burguês. Era descartado qualquer meio violento de revolução, precisamente porque a processualidade revolucionária – ou a *revolução processual* – permitiria, em si, o fortalecimento das forças sociais revolucionárias que conquistariam a hegemonia no conjunto da sociedade, incluindo nela as organizações políticas da sociedade civil e os meios institucionais do aparelho estatal.

A *transição para o socialismo* suporia, então, a *conjunção de estratégias* que, ao se adequarem à *realidade nacional*, articulariam *alianças na sociedade* que permitissem o *acúmulo de conquistas sociais via reformas permanentes e progressivas* a fim de tornar a *revolução uma processualidade histórica* que se teceria na vida nacional até a conquista da *hegemonia* pactuada entre diversas forças sociais, sob *o comando do partido*. Tal hegemonia seria conquistada por um *processo de democratização* profundo da sociedade que possibilitaria ao *proletariado* se tornar, *por meio do partido, dirigente do processo revolucionário*, através do controle do Estado. A *via para o socialismo*, segundo as idéias eurocomunistas, se daria por *meios pacíficos e democráticos*. Aliás, o próprio *socialismo era concebido como democrático*, o que significava o afastamento da experiência soviética do partido único – e da idéia de ditadura do proletariado – e apontava-se também para a introdução de mecanismos democráticos na vida interna partidária.

Há uma notória influência do pensamento de Antonio Gramsci nessas propostas que genericamente formaram o eurocomunismo. Buscou-se claramente uma espécie de *ocidentalização da via para o socialismo*, o que significava a adaptação das estratégias políticas emanadas do marxismo e do leninismo (a questão da transição, a democracia, os instrumentos de luta – dentre eles o partido –, etc.) para a realidade do capitalismo ocidental desenvolvido, que apresentava particularidades econômicas, políticas, sociais e culturais

que muito se diferenciavam das realidades sobre as quais se debruçaram Marx, Engels, Lênin, Trotsky, dentre outros, como o contexto europeu de meados do século XIX – que originou o *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848 –, ou o contexto russo pré-1917 e imediatamente pós-Revolução de Outubro – ambiente social do qual surgiram as principais idéias políticas de Lênin. Não se tentava exatamente criar uma oposição entre uma via oriental e outra ocidental<sup>176</sup>, mas se buscava priorizar na construção da estratégia revolucionária os elementos que particularizam realidades diferentes, assegurando ao partido meios políticos mais adaptados às necessidades sociais das classes e às condições das lutas de classes.

Essas noções indicavam uma “ampliação do conceito de Estado” e uma revisão das formas de revolução realizadas a partir da articulação das fontes clássicas com as mediações sócio-históricas postas na Europa Ocidental. Marxistas da escola gramsciana<sup>177</sup> afirmaram uma perspectiva que submetia a questão da transição ao socialismo às condições histórico-concretas particulares dos diversos Estados burgueses, considerando suas formações nacionais e as especificidades de suas estruturas de classes. A “ampliação do conceito de Estado” – onde havia um maior desenvolvimento dos aparelhos consensuais, através dos quais o Estado busca se legitimar socialmente – demandaria outras formas de revolução diferentes daquelas que se davam por meio de uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa (Coutinho, 1985).

Esse Estado “ampliado” e contraditório se diferenciava da noção “restrita” que residiria em Marx e Engels – especialmente no *Manifesto* – e em Lênin – de *O Estado e a Revolução*, donde se originou a noção “explosiva” da revolução. Para Coutinho, a “essência da concepção ‘restrita’ do Estado [seria] expressão direta e imediata do domínio de classe (‘comitê da burguesia’) exercido através da coerção (‘poder de opressão’)” (*Idem*: 19). A

---

<sup>176</sup> É de Carlos Nelson Coutinho um difundido ensaio que problematiza as noções de Estado e de revolução na tradição marxista (ver *A dualidade de poderes – introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985).

<sup>177</sup> Dentre eles, destaque-se Togliatti, Vacca, Ingrao, Lombardi Radice e o último Poulantzas, que se diferenciavam por nuances relacionadas aos tipos de democracia e às formas de transição.

relativização desta noção “restrita” resultava das novas determinações histórico-concretas das sociedades capitalistas desenvolvidas que traziam novas formas de dominação do Estado, fortemente ancoradas na busca de consentimentos legitimadores da ordem, realizados por meio de diversos e complexos aparelhos institucionais de consenso. A apreensão dessas novas determinações indicaria a necessidade de superação da visão “explosiva” da revolução e a criação de estratégias revolucionárias historicamente equivalentes à realidade dos Estados burgueses liberal-democráticos.<sup>178</sup>

Os teóricos gramscianos foram aqueles que deram seqüência a esta renovação do pensamento revolucionário sob o *amplo leque do eurocomunismo*. Autores como Togliatti e Poulantzas demonstraram um inegável esforço de articular as noções clássicas e polêmicas de Marx, Engels, Lênin e Trotsky às inovações de Gramsci, ao mesmo tempo em que se voltavam para a realidade objetiva sobre a qual atuavam. No caso específico de Togliatti, como dirigente partidário que foi, nota-se ainda a preocupação de fazer com que os debates teóricos que protagonizava não trouxessem rupturas no seio do movimento comunista, na Itália e no mundo, ainda que elas se tornassem cada vez mais inevitáveis, dadas as significativas inovações teóricas que representaram frente às fontes mais tradicionais do movimento revolucionário.<sup>179</sup>

O dirigente do PCI reunia em si atributos que faziam dele uma referência teórica e política, pois além de sua notável capacidade teórica, possuía habilidades políticas que o fizeram um admirado formulador de estratégias e táticas políticas e, por conseguinte, um grande dirigente partidário<sup>180</sup>. Foi formado ao longo de uma extensa militância comunista em seu país e no âmbito do movimento internacional como destacado membro do *Komintern*

---

<sup>178</sup> Como no último Engels que, em 1895, apreciaria a república democrática burguesa como a forma da ditadura do proletariado, através da qual a classe operária e o partido exerceriam a dominação. Segundo Coutinho, “(...) o Engels tardio foi o primeiro marxista a empreender o processo de ‘ampliação’ da teoria do Estado; e é importante registrar que essa ‘ampliação’ conceitual se deu como resposta à ‘ampliação’ efetiva que se processou na esfera política no último terço do século XIX” (Coutinho, 1985: 29).

<sup>179</sup> Veremos a seguir algumas das idéias do próprio Togliatti, sobretudo as que se encontram em seu *Memorial de Alta* e noutros textos, todos contidos em *Socialismo e democracia. Escritos escolhidos do período 1944/1964* (Rio de Janeiro: Ilha/Edições Muro, 1980).

<sup>180</sup> Segundo Berlinguer, Togliatti tinha a “capacidade de conjugar na sua obra de dirigente os dotes de revolucionário e de estadista, trabalhando sempre para construir um partido comunista capaz de fazer do movimento operário a principal força motriz da História e do desenvolvimento nacional” (Berlinguer, 1976: 14).

durante a Terceira Internacional. *Togliatti foi talvez, dentre os comunistas históricos, aquele que personificou nele mesmo os vários giros que o movimento comunista vivenciou em sua longa trajetória no século XX*, precisamente a que se inicia sob o predomínio de Stalin, atravessa a guerra, a resistência e a libertação, passando pela expansão comunista sob as áreas de influência da URSS com a guerra fria e chegando aos anos 50, com a morte de Stalin e a desintegração do stalinismo a partir de 56. Togliatti não só *viveu todos esses contextos*, como foi *um dos protagonistas principais*. Suas idéias nos anos 60, antes de sua morte em 1964, surpreendem pela capacidade de renovação crítica, demonstrando extraordinária abertura para acompanhar as mutações sociais que confluíram naqueles anos.

Quando, ainda na década de 40, entre 1944 e 1946, Togliatti introduz noções inovadoras para pensar o partido – que resultariam em sua concepção de *partido novo* –, antecipava no debate comunista a problematização acerca das formas organizativas do proletariado, transcendendo já naquele momento a dogmática stalinista. Expressava, dessa maneira, uma profunda originalidade teórico-política, especialmente no que se refere à adequação do tipo de partido à formação histórico-nacional italiana. Deve-se ressaltar que Togliatti, apesar da inovada noção de partido, não se colocava em posição herética no seio do movimento comunista. Ao contrário, era dos mais respeitados dirigentes fora do universo soviético, representando, talvez, *a voz ocidental mais respeitada no comunismo mundial*.

Para ele, o *“partido novo” deveria ser a expressão da unidade da classe operária numa única organização política*. Todas as forças sociais democráticas, comprometidas com as lutas da classe operária deveriam se unificar num novo partido, qual seja: “(...) o partido único da classe operária e dos trabalhadores italianos, surgido da fusão das correntes políticas proletárias atualmente existentes(...)”.(Togliatti, 1980: 61)<sup>181</sup>. Suas preocupações se relacionavam às particularidades políticas do contexto ocidental sobre o qual o partido atuava e cujos desafios lhe pareciam muito superiores às condições programáticas

---

<sup>181</sup> Do texto *Partido Novo*, de dezembro de 1944.

dispostas no movimento comunista. Esse partido único da classe operária não eliminaria a inevitável e necessária coexistência de tendências políticas distintas no seio do movimento socialista. O “partido político da classe operária como partido de massa e partido de luta” deve ser capaz de conviver com “(...)uma pluralidade de partidos políticos durante a construção da sociedade nova”. Tal possibilidade de pluralismo político deve vir acompanhada da necessária superação das divisões entre forças progressistas: “os problemas que se colocam são de aproximação, de contato, de conhecimento recíproco e de colaboração, ou seja, de *unidade*” (Togliatti, 1980: 213; 216; 217 – grifo meu)<sup>182</sup>. Destacam-se no partido de Togliatti o seu *caráter de massa*, a *defesa do pluralismo político* entre as diversas forças sociais democráticas, inclusive partidárias, e a *busca da unidade* entre elas.

Como pensava já na década de 60, ou seja, num quadro ainda mais complexo de quando formulou embrionariamente o novo partido, os comunistas deveriam ser capazes de articular formas de atuação consonantes com a realidade, de “(...)enfrentar e resolver problemas novos de modo novo(...)”. Togliatti almejava levar “os comunistas a vencerem seu relativo isolamento(...) e se tornarem um efetivo movimento de massa” (*Idem*: 229). Esse “partido novo” togliattiano pode ser considerado uma protoforma do chamado eurocomunismo, *ainda que não se confunda com ele*. Pode-se notar tal influência na ascendência que teve sobre os mais destacados comunistas do PCI, como Berlinguer, já nos anos 70, para quem Togliatti “(...)‘inventou’ um tipo de partido a que chamou, em 1944, de partido novo, partido de massas(...), um partido nacional, por conseguinte, e ao mesmo tempo internacionalista, ligado estreitamente ao movimento operário e revolucionário de todo o mundo” (Berlinguer, 1976: 18).

A maneira como Togliatti reagiu aos impactos do XX Congresso foi fundamental para cristalizar no movimento comunista italiano um grau de autonomia perante aos soviéticos,

---

<sup>182</sup> De *A concepção marxista do partido político da classe operária*, de dezembro de 1963.

que fizeram do PCI uma referência crítica no conjunto do movimento comunista<sup>183</sup>. A preocupação com as fissuras que a desestalinização provocaria entre os comunistas norteou seu pensamento e sua ação nesse período, sem, entretanto, diminuir-lhe a postura crítica, não interferindo no processo de afastamento gradual das posições soviéticas, conduzido e liderado por ele junto ao PCI. Tal preocupação evidenciou-se na questão do conflito sino-soviético cujos desdobramentos promoveram, como vimos, uma disputa e uma posterior ruptura entre as duas grandes forças do socialismo mundial. Em seu *Memorial de Ialta*<sup>184</sup> – texto terminado pouco antes de sua súbita morte –, Togliatti expressa sua apreensão com o futuro do movimento mundial a partir dos impasses criados pelo conflito sino-soviético.

Valendo-se de um marxismo aberto, capaz de compreender as múltiplas determinações que envolvem a questão, exalta a necessidade de repreender os esquematismos chineses sem sectarismos, por meio de análises concretas da realidade objetiva que revelassem os equívocos das posições de Pequim, particularmente de seu anti-sovietismo. Ao contrário da forma dogmática que partia de Moscou – que, para combater os chineses, apelava para a defesa cega e religiosa do marxismo-leninismo –, as críticas togliattianas expressavam um marxismo criativo, ancorado num “historicismo” que herdara de sua formação cultural na Itália e das influências gramscianas, através do qual não só conseguia manter uma postura crítica e mais autônoma para o caso sino-soviético, como também para propor idéias inovadoras que antecipariam tendências políticas (Spriano, 1987). Tal postura buscava repelir as agressões chinesas (e albanesas), sobrepondo-a à propagandística ideológica que predominava nos partidos comunistas alinhados ao PCUS assim como entre os chineses. Para ele, em seu *Memorial*, devia-se “deixar de lado as

---

<sup>183</sup> Togliatti se caracterizou por “(...)seu rigor moral e intelectual, a sua operosidade infatigável e a sua severidade como dirigente, que se exprimia também num estilo sempre marcado, em cada relação, por uma atenta consciência crítica relativamente a si próprio e aos outros” (*Idem*: 19).

<sup>184</sup> Também conhecido como *Memorial sobre as questões do movimento operário internacional e da sua unidade*.

caracterizações genéricas e, ao contrário, apresentar um forte e predominante conteúdo político positivo e unitário”.(Togliatti, 1980: 229).

Em suas intervenções teórico-políticas, há uma temática reincidente e permanente: a *associação entre socialismo e democracia*, o que levou os movimentos socialista e comunista a se apropriarem de Gramsci e de toda a sua contribuição para o marxismo e para o entendimento da realidade italiana em particular. A construção do socialismo – cujas “(...)formas e condições concretas de avanço e de vitória(...) serão muito diferentes do que foram no passado” – não se desenvolveria sem o enfrentamento dessas questões pensadas inicialmente por Togliatti, para quem elas formariam a “questão de fundo(...) na luta política” (Togliatti, 1980: 232). É certo que para ele, a *luta pelo socialismo deve ser o fundamento da luta pela democracia e que esta só se realiza plenamente com a superação da ordem burguesa*. Os seus limites intransponíveis – econômicos, fundamentalmente – levam a reforçar que a busca de uma “democracia progressiva” como instrumento estratégico para a afirmação do socialismo produz, em si, as condições objetivas e subjetivas para a emergência do proletariado como classe dirigente, no sentido gramsciano do termo.

Ou seja, o *limite da democracia é a própria perpetuação da ordem burguesa. O caráter estratégico-revolucionário da democracia se encontra no fato de que sua afirmação é a própria negação da ordem dominante*; de que seu aprofundamento – o avanço do processo de democratização – explicita o antagonismo de classes e estimula a sua superação. Como disse Togliatti, é “(...)nossa ação para impulsionar a sociedade no sentido do socialismo que anima, dá conteúdo e eficiência à nossa luta pela democracia (...)” (*Idem*: 190).<sup>185</sup>

Essa compreensão da natureza da luta democrática para a construção do socialismo foi objeto de polêmicas e sua discussão está presente até os dias atuais. Importa reter que foi o eurocomunismo que pôs esse debate no centro do movimento comunista internacional e que dele partiu as principais contribuições. Para Togliatti, a natureza teórico-conceitual da

---

<sup>185</sup> Trecho do texto *Sobre socialismo e democracia*, de abril de 1961.

relação entre socialismo e democracia advém das condições concretas em que se efetivam as lutas de classes. Ou seja, nenhum modelo ou via para o socialismo deverá ter, *a priori*, a democracia como cerne da luta: “(...)o que decide são as circunstâncias concretas da luta de classes; (...)é a capacidade da classe operária e das massas trabalhadoras de lutarem pela democracia e pelo socialismo(...)” (*Idem*: 196)<sup>186</sup>.

A partir dessas influências, os eurocomunistas trouxeram contribuições que vão da questão da transição ao socialismo, à natureza do Estado capitalista, passando pelas polêmicas em torno do tipo de partido e de seu papel nas lutas de classes. Compreendia-se que o conhecimento da realidade objetiva e a inserção orgânica na vida nacional dotariam o partido de condições subjetivas para dirigir o processo no qual o proletariado como classe poderia se tornar dirigente do processo revolucionário, possibilitando-a a dirigir o Estado, tornando-se então classe dominante. Para tanto, além do profundo conhecimento e inserção na vida nacional, o partido deve valer-se da tática política de guerra de posição, que o permita construir um bloco histórico que o torne capaz de reunir condições objetivas e subjetivas favoráveis à conquista da hegemonia. Para que seja capaz de levar adiante tal estratégia, o partido deve contar em suas bases com um conjunto de intelectuais orgânicos comprometidos com as tarefas revolucionárias<sup>187</sup>.

A influência gramsciana na estratégia do eurocomunismo pode ser notada também na valorização que atribui à problematização do Estado (“ampliado”), entendido em seus momentos diferenciados: a sociedade política – onde se encontrariam os meios coercitivos – e a sociedade civil – onde se desenvolveriam as formas de consentimento por meio das organizações da sociedade civil. É notável no “compromisso histórico” proposto pelo PCI<sup>188</sup> a preocupação com os elementos contraditórios que contornam a vida política nas sociedades capitalistas desenvolvidas, particularmente na Itália. Ao se voltar para o conjunto

---

<sup>186</sup> De *Sobre socialismo e democracia*.

<sup>187</sup> Também em Coutinho, encontram-se seguras sínteses e preciosas análises do pensamento gramsciano (ver *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992).

<sup>188</sup> Trata-se de documento histórico gerado no âmbito do PCI que traz, em si, idéias inovadoras acerca da estratégia revolucionária. Voltarei a ele logo adiante.

da sociedade, inclusive com uma política de alianças ampla que o levou à união com a democracia cristã italiana, o PCI adotava uma clara intenção de estabelecer uma guerra de posição no conjunto da vida política do país. Projetou-se a ampliação das bases sociais do partido, concebendo-o também como um partido de massas que, a partir de seus quadros políticos, deveria disputar a direção social da sociedade.

Como se sabe, para Gramsci, o partido como o *Príncipe Moderno*, deveria se constituir como o intelectual coletivo no conjunto das lutas sociais, credenciando-se como sujeito político superior e universal, capaz de atribuir elementos totalizantes às diversas lutas particulares. O partido deveria ser o sujeito político capaz de transformar – antes, de identificar – as vontades coletivas (particulares) diversas, em vontade geral. Ou seja, de conectar os interesses sociais diversos a interesses sociais universais que transcendam os particularismos, atinentes às variadas demandas coletivas de toda e qualquer sociedade complexa e desenvolvida. Para os comunistas italianos, o seu próprio país trazia esses elementos de uma sociedade capitalista evoluída que demandaria do partido a articulação de meios eficazes para aquela realidade.

Embora tenha se desenvolvido mais intensamente – teórica e politicamente – na Itália, as posições eurocomunistas se consolidaram tanto na Espanha, quanto na França, ao final dos anos 70, quando passaram a disputar com a social-democracia, representada pelos partidos socialistas, a hegemonia junto ao movimento operário. Os PC's espanhol, italiano e francês buscavam se colocar como alternativa de poder, como uma terceira via entre o comunismo soviético e a própria social-democracia. Mas foram os *comunistas italianos* que se destacaram como os *principais formuladores eurocomunistas*.

Como já afirmado, foi no PCI que mais se desenvolveram estas idéias. A estratégia do “compromisso histórico” foi lançada em 1973 pelo seu secretário-geral, Enrico Berlinguer, e configurou-se na afirmação prática das novas concepções sobre o partido, sobre a relação entre socialismo e democracia, sobre a questão das alianças, etc. Foi mais que a aplicação prática de novos conceitos teóricos. Expressou as posições comunistas frente aos inúmeros

desafios típicos das sociedades capitalistas desenvolvidas da Europa, abrangendo particularidades históricas da realidade italiana.

Nos documentos referentes às intervenções de Berlinguer nos fóruns do PCI, que trazem as propostas vinculadas ao “compromisso histórico”, nota-se uma inaudita abertura ideológica e política no trato das contradições das lutas de classes na Itália<sup>189</sup>. Há uma inclinação fortemente voltada para a ampliação das conquistas democráticas, valorizando o respeito à normalidade constitucional do país<sup>190</sup> e buscando construir pactos sociais com amplos espectros da vida nacional, defendendo para tanto alianças políticas com forças sociais democráticas, inclusive aquelas situadas fora do campo da esquerda.

A via ao socialismo defendida pelos comunistas italianos na década de 70 priorizava a busca de bases sociais amplas que renovassem a política do país, isolando as forças de direita mais reacionárias e tradicionalistas, especialmente as protofascistas. A estratégia política vislumbrava a reunião dos setores populares e democráticos em torno de um projeto nacional de garantias democráticas voltadas à construção de reformas na vida econômica, política e cultural do país. Tal estratégia, para o PCI e o seu “compromisso histórico”, forneceria as condições concretas- objetivas e subjetivas – para uma transição ao socialismo não só mais afeita à realidade italiana, como também mais segura do ponto de vista de se criarem condições que inibissem a contra-revolução. Essa estratégia política – que passa pela via parlamentar, mas não se esgota nela<sup>191</sup> - antecederia o próprio processo transitório ao socialismo que avançaria à medida em que se isolassem as forças contra-revolucionárias, criando dessa maneira condições para a afirmação de elementos socialistas *por dentro* do Estado, a partir da irradiação dos mesmos para todo o conjunto da sociedade.

---

<sup>189</sup> Entendia-se o “compromisso histórico” como “uma perspectiva de encontro, de colaboração (que não quer dizer necessariamente de governo, nem de governo imediato), entre todas as forças democráticas e antifascistas que têm base no povo” (Berlinguer, E. *A Questão Comunista*. Lisboa: Edições 70, 1976).

<sup>190</sup> O que não significa para o movimento operário que sua luta no campo da legalidade democrática o leve a “cair numa ilusão legalista” (*Idem*: 67).

<sup>191</sup> Segundo Berlinguer, o “Parlamento não pode ser concebido e utilizado, portanto, como acontecia na época de Lenine e como pode acontecer em outros países, apenas como tribuna para a denúncia dos males do capitalismo e dos governos burgueses e para a propaganda do socialismo(...) O Parlamento pode cumprir seu dever se, como disse Togliatti, se tornar cada vez mais ‘espelho do país’ e se a iniciativa parlamentar dos partidos do movimento operário estiver ligada às lutas das massas, ao aumento de um poder democrático na sociedade e à afirmação de princípios democráticos e constitucionais em todos os sectores e órgãos da vida do Estado” (*Idem*: 66).

Esse processo, embora descartasse uma via insurrecional para o socialismo, seria resultado de permanentes, progressivos e profundos embates com os interesses contrários à hegemonia proletária da revolução. Como afirmou o secretário-geral do PCI: “escolher uma via democrática não significa, pois, embalar-se na ilusão de uma evolução tranqüila e sem solavancos da sociedade, do capitalismo ao socialismo” (Berlinguer, 1976: 65). Tal via democrática pressupõe que, no “compromisso histórico”, o caminho para o socialismo se efetiva por meio de uma “transformação progressiva – que na Itália pode ser realizada no âmbito da Constituição anti-fascista – de toda a estrutura econômica e social, dos valores e das idéias-guia da nação, do sistema do poder e do bloco de forças sociais no qual ele se exprime” (*Idem*: 69).

O PCI se ancorava nessa estratégia visando a consecução de *três objetivos* distintos, porém articulados entre si: como uma forma de *reatualização da programática comunista*, baseada na experiência histórica que remontava o período das lutas da Resistência quando o PCI, tendo Togliatti como um dos líderes, esteve à frente da reconstrução italiana junto a outras forças democráticas; como uma *adaptação desta herança à realidade objetiva do país nos anos 70*, marcada pelas contradições e crises do desenvolvimento do capitalismo monopolista e pela permanência na cultura política italiana de fortes componentes autoritários, remanescentes dos resíduos fascistas incrustados nas relações políticas do país; e, também, *como uma forma política que procurava se diferenciar de outras experiências relativamente semelhantes de caminhos para o socialismo – a recente experiência chilena da Unidade Popular de Allende era a referência –*, frustradas pela reação conservadora, organizada pelos setores mais à direita que, com o apoio decisivo do imperialismo estadunidense, seduziram os setores resistentes à revolução, desfechando uma (violentíssima) contra-revolução golpista.<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> Não se escondia, ao contrário se explicitava abertamente, a relação que as estratégias do “compromisso histórico” mantinham com os desdobramentos e o desfecho que envolveram a construção do socialismo no Chile. Em diversas passagens, Berlinguer citava a experiência chilena como uma referência histórica recente para o movimento socialista-democrático italiano. Como por exemplo: “(...)nós pensamos sempre – e hoje a experiência chilena mais nos reforça nesta convicção – que a unidade dos partidos dos trabalhadores e das forças

O *avanço dessa estratégia dependia* ainda da articulação de *dois fatores*, essencialmente vinculados: a *realização de reformas em todos os níveis da vida social* do país e a *preparação de alianças políticas*. Aliás, no tocante ao papel da classe operária e sua relação com outras forças políticas, encontra-se um *ponto ambíguo* na proposta do “compromisso histórico”: ao mesmo tempo em que *se afirma o papel dirigente da classe operária* no processo revolucionário, *postula-se que a mesma função compete às diversas forças sociais e aos variados segmentos das massas trabalhadoras, bem como aos segmentos populares democráticos*. Nas intervenções de Berlinguer, marcadamente naquelas que expõem os fundamentos eurocomunistas do “compromisso histórico”, vê-se a ambigüidade:

O que agora desejamos salientar(...) é que os avanços e também as correções de nossa linha geral e do nosso modo de atuar não são o resultado de um revisionismo que conheceu já a sua derrota nos anos da II Internacional, nem de um reformismo subalterno; pelo contrário, cremos que nesse processo de desenvolvimento que é o nosso, ou se quiserem, de evolução política e teórica, *exprime-se, embora com certo desassossego, uma crescente afirmação da função dirigente da classe operária italiana*, da verdadeira consciência que no mundo está cada vez mais a ser chamada para desempenhar o movimento operário internacional(...) (Berlinguer, 1977: 123; grifo meu).

Noutro momento, o dirigente do PCI amplia a função dirigente para além do operariado:

---

de esquerda não é uma condição suficiente para garantir a defesa e o progresso da democracia, sempre que a uma tal unidade se contraponha um bloco de partidos que se situem do centro até a extrema direita(...). Eis porque nós falamos não de uma ‘alternativa de esquerda’ mas de uma ‘alternativa democrática’, ou seja, da perspectiva política de uma colaboração e um entendimento das forças populares de inspiração comunista e socialista com as forças populares de inspiração católica, e ainda com formações de outra orientação democrática”. Ou noutro momento: “A trágica experiência chilena levou-nos a sublinhar uma profunda convicção, que sempre guiou a nossa conduta política: é necessário fazer todo o possível(...) para evitar a rotura vertical do povo e do país em duas frentes nitidamente contrapostas e inimigas. Até nos momentos em que a luta política se torna mais dura e acesa devemos sempre, sem nunca abandonar o combate, desenvolver uma política de unidade e procurar as mais amplas convergências e alianças” (Berlinguer, 1976: 76; 87). Ou ainda: “Na base da estratégia do ‘compromisso histórico’ exposta não por acaso certamente de forma mais orgânica depois dos trágicos acontecimentos do Chile(...)” (Berlinguer, 1977: 78).

Todas as referências políticas e programáticas do Congresso confirmam e corroboram, na sua autenticidade e originalidade, essa concepção do avanço democrático e socialista em que desde há mais de trinta anos se baseia a luta dos comunistas italianos. As inovações relevantes de hoje seguem no mesmo caminho. Trata-se do desenvolvimento pensado e corajoso da idéia, já formulada na Resistência, de uma democracia nova e organizada(...) com uma política de vastas alianças em que se exprima a *função dirigente das classes trabalhadoras* e com o esforço unitário, dentro de um regime de pluralismo político, social e ideológico, *das grandes forças representativas das massas trabalhadoras e populares* (*Idem*: 137; grifo meu).

Tal ambigüidade pode estar relacionada à própria *noção aberta* – não-ortodoxa – que se atribui ao papel do partido comunista, concebido como *mais um* participante, mesmo que relevante, da construção do processo revolucionário<sup>193</sup>. *Esse partido, amplo e aberto, coexistiria com várias forças partidárias num Estado Socialista (democrático)* e, mesmo antes, *formaria a unidade das forças sociais democráticas* comprometidas, num primeiro plano, com o avanço do processo de democratização da vida social. Essa convivência entre diferentes representantes dos interesses das classes trabalhadoras estaria prevista na própria concepção do Estado na transição ao socialismo: “(...)um Estado socialista e de uma sociedade socialista baseados na pluralidade de partidos e num sistema de autonomias(...) mesmo a questão da unidade política da classe operária, não vista já em termos de um partido único, mas através de relações positivas, e concretos processos unitários entre partidos da classe operária(...)” (*Ibidem*: 121-122).

Segundo Mandel – que em sua análise crítica identifica o eurocomunismo como uma nova versão da velha social-democracia européia –, pode-se sintetizar as principais teses da estratégia eurocomunista nos seguintes pontos: necessidade de obter “consenso duma larga maioria da população” para a construção do socialismo nos países industrializados; conservação das instituições parlamentares burguesas “que gozam do manifesto apoio dessa maioria”; suposição de que tais instituições “podem ser progressivamente esvaziadas

---

<sup>193</sup> Esta discussão remete àquela que diz respeito à noção do partido revolucionário na história dos movimentos socialista e comunista, fundada, a meu ver, pelo *Manifesto do Partido Comunista*.

do seu conteúdo particular de classe”, o que se desdobraria numa ampliação da “intervenção do Estado na vida econômica”, transferindo para ele as “contradições da sociedade” e tornando-o campo de lutas a ser disputado; necessidade de “evitar a todo o custo um confronto direto entre a burguesia no seu conjunto e o proletariado isolado”, prevenindo assim uma “derrota do proletariado” e a “destruição das instituições parlamentares burguesas”; conquista, pelo movimento operário, de “reformas estruturais que transformarão por etapas a natureza do regime capitalista”, através das “maiorias parlamentares(...) apoiadas pela pressão e pela mobilização de massas”; “aliança anti-monopolista ou democracia avançada”, como forma de enfraquecer os monopólios, conquistar espaços no Estado e permitir que se “aumente qualitativamente o peso e o poder das massas [por meio] da democratização da vida econômica e da participação das massas na gestão do Estado”; extensão da aliança anti-monopolista para “além da classe operária e da massa de empregados”, incorporando “boa parte do campesinato e parte considerável da pequena e média. (...)É por isso que não convém, durante esta primeira etapa, pôr em causa o regime da propriedade privada” (Mandel, 1978: 162).

Tais diretrizes permitiram, por um lado, um crescimento quantitativo dos comunistas, fazendo saltar consideravelmente seus eleitores e ampliando suas bases de filiados e de militantes. As bases sociais comunistas se tornaram mais heterogêneas, envolvendo além dos segmentos do operariado, novas camadas de trabalhadores oriundos dos setores de serviços que se expandiam nas sociedades capitalistas, bem como intelectuais moderados que se aproximaram dos PC's seduzidos pelas perspectivas aliancistas e reformadoras prometidas pelos partidos.

No âmago dessa forma híbrida de partido estavam, na verdade, as indefinições que as mutações sociais do capitalismo engendravam na composição social das classes. O hibridismo derivava não de uma renúncia à postura ortodoxa frente às referências clássicas do marxismo e do leninismo; surgia, antes, de uma legítima tentativa de atualizá-las e dotá-las (como formas teóricas) de condições que as tornassem aptas a interferir decisivamente

na realidade, transformando-se em força objetiva e material da revolução. Independente dessa avaliação que podemos fazer da forma partido que na prática se construiu com o eurocomunismo, o fato objetivo advém de suas ambigüidades, principalmente aquela que anotei anteriormente, referente à função e ao papel da classe operária no processo revolucionário.

Os esforços comunistas pareceram não ter sido suficientes tanto para desbastar os preconceitos e as rejeições que sofriam de parcelas significativas das massas trabalhadoras – dado o encolhimento eleitoral e partidário que vivenciaram na entrada dos anos 80, tanto o PCI, quanto o PCF e o PCE<sup>194</sup> -, bem como para direcionar as lutas democráticas e a busca de reformas no sentido de se aproximar de um processo revolucionário mais significativo. Em outras palavras, *a centralidade das reformas democráticas preconizadas pelos eurocomunistas não se converteu em luta revolucionária*, o que quer dizer que *os conteúdos revolucionários não se tornaram preponderantes no curso das lutas, não permitindo a necessária introdução de elementos socialistas no conjunto da sociedade, configurando um processo transitório*.

Um outro desdobramento que se pode apurar da *experiência eurocomunista* diz respeito à *tentativa de compreender as mudanças na composição das classes e das lutas de classes nas sociedades avançadas do capitalismo*. Compreensão que possibilitou a formulação de novas estratégias políticas que visavam envolver os novos sujeitos políticos que passaram a compor o cenário das lutas sociais, emergidos no curso das mobilizações da década de 60, que tiveram seu ápice no Maio de 68. Indubitavelmente, no âmbito do movimento revolucionário mundial, foram os eurocomunistas que mais se aproximaram de

---

<sup>194</sup> Enquanto que o PCI se viu isolado pela força da Democracia-Cristã no âmbito do bloco parlamentar que com ela formava, o PCF, com a inflexão que promoveu no sentido de tentar barrar o crescimento dos socialistas – o que significava um recuo face às próprias idéias aliancistas do eurocomunismo-, foi amplamente derrotado em sua política, com a eleição de Mitterrand. Quanto ao PCE, parecia se confirmar na sua experiência concreta que a autenticidade e a propriedade da via reformista cabia, como sempre coube, à social-democracia, que em sua renovação no país, conseguiu vencer em todas as frentes de comum combate com os comunistas espanhóis, do movimento sindical às eleições gerais. Ademais, a mão-de-ferro do anti-soviético e anti-stalinista Santiago Carrillo – secretário-geral do PCE e autor do livro *Eurocomunismo e o Estado* (Difel: Rio de Janeiro/São Paulo, 1978) – não permitia ao partido traduzir internamente as posições renovadas que defendia para a sociedade.

uma política que conseguiu seduzir parcelas desses novos atores sociais (movimentos juvenis de base estudantil, movimento de mulheres, de negros, demandas relativas às questões de ordem moral, como a questão da sexualidade, de natureza ecológico-ambiental, etc.). Ainda assim, suas posições não permitiram aos PC's ganharem legitimidade junto àqueles movimentos por razões que suplantam os eventuais limites de suas políticas. Tais razões se referem às próprias dificuldades que a *forma partido*, como organização política de natureza universal, apresenta nas sociedades contemporâneas, que se colocam até os dias atuais.

Para Mandel, o eurocomunismo é resultante de processos históricos que fizeram parte da trajetória do movimento comunista internacional. Assenta-se em *três raízes históricas* que lhe emprestam identidade e o explicam: uma *tendência à social-democratização*, portanto, ao reformismo; uma *adaptação nacional da política de coexistência pacífica*; e uma *forma de atualização da “estratégia de esgotamento” de Kautsky*. Esta última se expressava no eurocomunismo na estratégia que apregoava uma espécie de *transformação gradual do capitalismo*, a partir da realidade nacional das relações capitalistas. Renunciava-se aí ao internacionalismo da luta revolucionária a partir de uma excessiva centralização das estratégias no contexto nacional, exatamente quando o capitalismo – e, portanto, as lutas de classes – aproximava-se de sua fase mais radicalmente internacionalizada, gerando formas de circulação de capital mais mundializadas. A estratégia eurocomunista, mesmo não deixando de considerar o internacionalismo do processo revolucionário, acabou por submetê-lo às necessidades nacionais.

Entretanto, o que mais sobressalta na tese kautskiana reavivada pelo eurocomunismo, diz respeito ao *etapismo* com o qual se concebe o processo revolucionário, que pressupõe a articulação de forças que atuem pela modificação progressiva do capitalismo até o momento em que se reúnam condições para se tomar o poder. Como se sabe, Kautsky desenvolveu tais idéias em polêmica com Rosa Luxemburgo no interior do

Partido Social-democrata Alemão, nos anos 1910. Ele opunha a tese do esgotamento à estratégia de tomada de assalto do Estado burguês. Para ele, as forças do proletariado, em qualquer contexto, serão sempre mais fracas que as forças burguesas, considerando todo o aparato repressivo de que dispõem, além dos mecanismos ideológicos de reprodução da dominação de classe e da propriedade privada. O proletariado teria então de buscar uma forma gradual e progressiva de transformar a sua realidade, conquistando espaços políticos, lutando por melhorias sociais e ampliando suas condições de luta dessa maneira. Só assim poderia reunir possibilidades concretas de conquistar o poder. Kautsky tentava universalizar esse modelo de revolução para todos os países de capitalismo avançado, o que tem equivalência com a proposta eurocomunista, que se coloca como válida para as nações mais desenvolvidas.

Tais estratégias, segundo Mandel, teriam sido experimentadas adotando-se determinadas particularidades, em variados contextos e em diversos países: em 1914, 1918, 1923 e 1933 na própria Alemanha; em 1935 e 38 na Espanha; entre 44 e 47 na França e na Itália; entre abril de 74 e novembro de 75 em Portugal; e, ainda, na trágica experiência chilena no início da década de 70. Em todos os casos, para Mandel, saíram derrotadas as forças comunistas. Para o intelectual da IV Internacional, na medida em que tais estratégias não fizeram avançar o processo revolucionário, comprovaria-se sua ineficácia histórica.

Ainda que concorde com ele no que tange aos limites da estratégia kautskiana do esgotamento, não posso concordar, *de todo*, com tais impressões acerca das várias lutas citadas acima, precisamente aquelas nas quais se envolveram as forças comunistas e outras forças revolucionárias, como principalmente nos casos francês, italiano, espanhol, português e chileno. Em todas elas, ainda que conheçamos equívocos históricos decisivos – como no caso da guerra civil espanhola, só para lembrarmos de um deles –, ficaram marcadas pelos mais sinceros empenhos e dedicação revolucionários em prol de uma determinada estratégia política traçada. Além disso, nos vários exemplos lembrados por

Mandel, a estratégia fora correta exatamente porque circunscrita às possibilidades históricas de cada contexto, e não a algum modelo pré-concebido.

Outra limitação da política eurocomunista relaciona-se à questão da coexistência pacífica com a qual partilhava, em sintonia com Moscou, e pela qual lutavam de alguma maneira, quando buscavam levar os governos burgueses dos países da Europa Ocidental, onde atuavam, à consolidação de governos democráticos comprometidos com o processo de paz nacional e internacional. Despolitizava-se, sutilmente, o conflito mundial e velava-se, indiretamente, as contradições de classe que por detrás dele residiam. A luta de classes para o eurocomunismo ganhava, assim, um tónus pacifista, fundado numa *política pactista* com forças ideologicamente antagônicas, inclinadas para a conservação da ordem via manutenção da paz. Essa supunha um limite dos embates políticos, até o ponto em que não ameaçassem a tranqüilidade democrática e a normalidade institucional.

Ou seja, a nervura da ordem do capital não fora tocada em nenhum momento, nem nas composições parlamentares, tampouco nas esferas governamentais. Como afirmou Mandel,

(...)se a perspectiva duma participação governamental dos PC eurocomunistas inquieta algumas fracções da burguesia européia, não é tanto em função dos golpes que(...) possam aprestar-se a aplicar à propriedade privada: todos sabem que seus planos são mais moderados do que os do executivo do partido trabalhista britânico de 1945 ou de 1977. Além disso(...) é grande a distância que vai das palavras ao actos, e dos planos à política governamental! (Mandel, 1978: 28).

Derivava daí, segundo o marxista belga, boa parte dos conteúdos reformistas que contornavam o eurocomunismo que os assemelhavam à velha “social-democracia de 1914 a 1929”, representando para as classes dominantes “um elemento suplementar de estabilização da ordem burguesa na Europa capitalista”, exatamente porque buscavam assegurar as bases para a supressão ou a suavização das hostilidades do movimento operário ao Estado burguês, “com o ‘seu’ exército e a ‘sua’ polícia” (Idem: 28-29). A tentativa

dos PC's europeu-ocidentais de edificar sociedades nacionais democráticas e pacifistas ancoradas num leque de forças amplíssimo sugeria uma via para algum tipo de socialismo (democrático) nacional, reabilitando assim – noutro contexto e por outros meios – o “socialismo num só país” stalinista. Novamente a crítica de Mandel:

(...)se há uma censura a fazer-lhes [aos eurocomunistas] será a de que difundem a perigosa ilusão pacifista de que a paz pode ser salva ao longo do tempo apenas pela ‘pressão’ sobre o capitalismo e sem o abolir. Mas essa ilusão pacifista herdaram-na da ‘ortodoxia estalinista’, da qual fazia parte integrante. Trata-se dum corolário lógico do socialismo num só país (*Ibidem*: 29).

As análises mandelianas, sem prejuízo de suas preciosas contribuições teóricas, são tributárias das perspectivas da IV Internacional – organização fundada por Trotsky em 1938, da qual Mandel foi um dos principais intelectuais – cujos fundamentos assentam-se, fortemente, nas idéias de Trotsky, especialmente a sua tese do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* e, dela decorrente, a estratégia da *revolução permanente*. A noção de que a revolução socialista não obedece a qualquer etapismo parte da constatação de que nos países atrasados ela se construirá saltando a “etapa” da revolução democrático-burguesa, através de uma revolução liderada pelas forças proletárias. Os países atrasados apresentam traços de desenvolvimento da economia capitalista com resquícios feudais que só podiam ser superados pela revolução do tipo proletária.

Nessa noção, a classe operária não só possui centralidade no processo revolucionário, como também, deve ser a sua vanguarda reunida em torno do partido revolucionário. A base desigual e combinada do desenvolvimento capitalista exigiria do movimento socialista a permanente transcendência dos limites nacionais como pressuposto para o avanço do processo revolucionário. A luta nos quadrantes nacionais deve estar, nessa concepção internacionalista da IV Internacional trotskista, sempre submetida ao seu alcance internacional. Assim, as lutas parciais, como as que se desenvolvem no parlamento burguês, são entendidas como meio de promover a luta internacional pelo socialismo, como

um canal de divulgação do ideário socialista às massas trabalhadoras, portanto como um instrumento político.

Não há no trotskismo – assim como não pode haver no marxismo –, em qualquer de suas variantes, uma estratégia política que veja na questão parlamentar e, conseqüentemente, nas conquistas progressivas que pode proporcionar, um espaço de lutas *central e decisivo*. Do mesmo modo, decorrente da noção vanguardista atribuída à classe operária, não se projeta na questão das alianças de classes um campo relevante para o avanço da revolução. Essa partirá de uma tomada de poder pelo partido revolucionário do proletariado que passará, através da instituição de uma ditadura de classe, do operariado com o apoio das massas camponesas, configurando-se naquilo que Trotsky definiu como uma ditadura revolucionário-democrática do proletariado. A partir dela é que se assume o controle do Estado, que deve ter um caráter proletário e deve estar ancorado numa democracia também proletária. Há uma noção classista da democracia que a torna instrumento da revolução, a serviço do partido revolucionário do proletariado. Portanto, *nesta perspectiva trotskista, a qual se vincula Mandel, a questão democrática, o problema do parlamento burguês e as alianças de classes adquirem papéis absolutamente distintos daqueles que vimos nas estratégias eurocomunistas.*

Das críticas mandelianas, as que guardam maior importância se referem aos limites das alianças de classes, que se colocam no alcance do que elas podem proporcionar para uma política verdadeiramente revolucionária, bem como aquelas que apontam a radical natureza classista da democracia, sem a qual pode exprimir um caráter formal-abstrato aos interesses revolucionários. A questão das alianças deve ser problematizada no que diz respeito ao seu foco principal: a busca de uma estabilidade das instituições democráticas, de fato, pode assegurar o avanço das reformas estruturais apregoadas pelos eurocomunistas, como em Togliatti, em sua perspectiva de “democracia progressiva”? Por outro lado, a busca de uma ampliação das alianças, como quer Berlinguer, serve de base para o aprofundamento de mecanismos democráticos que reduzam progressivamente o

domínio burguês sobre os meios fundamentais de produção? Ou ainda: o alargamento da democracia política por si só basta para que se rompa com a natureza classista dos organismos burgueses, especialmente as instituições parlamentares?

A própria complexificação das sociedades ocidentais desenvolvidas do capitalismo – que cria uma diversidade de organismos de massa representativos dos variados setores da sociedade e que requer, indubitavelmente, uma política que busque romper o isolamento da classe operária –, exige do partido revolucionário uma política bem mais ampla do que aquela conhecida, sobretudo com a experiência russa. Disso decorre que sua natureza revolucionária advenha de uma estratégia que seja capaz de absorver as variadas demandas das classes trabalhadoras.

Qual o limite dessa abreviação da centralidade política do operariado para o partido revolucionário? Os limites que foram demarcados pelo eurocomunismo ampliaram ou reduziram essa centralidade? Estas são questões que as estratégias eurocomunistas abriram. Elas foram (e são!), sem dúvida, essenciais para os movimentos comunista e socialista, abrindo um campo de debate novo que propiciou a ruptura com os dogmas do marxismo-leninismo e trouxe, como afirmei na abertura do capítulo, não sem polêmicas, uma revitalização inovadora na tradição marxista. Essa revitalização teórico-política do pensamento social revolucionário foi o maior legado deixado pelo eurocomunismo.

#### **6.4. A crise do movimento comunista em seu estágio terminal**

Retomando a argumentação anterior, reitere-se que os determinantes que explicam o fracasso das experiências eurocomunistas devem ser procurados mais na realidade concreta do que nas questões de ordem teórico-conceitual. Vimos no último item que os intelectuais ligados àquela corrente ideo-teórica (o eurocomunismo), buscaram dar respostas que julgaram, política e teoricamente, coerentes aos desafios postos pela complexificação das sociedades capitalistas desenvolvidas. Foram as determinações

histórico-concretas dessas sociedades que proporcionaram o advento de inúmeras novas questões para o movimento revolucionário e, particularmente, para as organizações partidárias.

O fracasso dessas experiências requer uma análise especial que não se esgota aqui. Ao contrário, os liames e os meandros que peculiarizaram essas experiências desbordam os limites deste estudo. Entretanto, além das observações já traçadas, deve-se considerar que a experiência concreta eurocomunista se desenvolveu paralelamente ao avanço das forças genuinamente reformistas, representadas pelos partidos socialistas de corte social-democrata que a esta altura já marchavam para os “ajustes” requeridos pelo grande capital. Ainda que não se possa equalizar os partidos socialistas – como o PS francês de Mitterrand ou o espanhol de González – ao conservadorismo ideo-político reaganiano e thatcheriano, na prática, adotou-se um pragmatismo governamental voltado para a adoção das políticas neoliberais relativamente semelhantes às aplicadas nos EUA, na Inglaterra ou mesmo na Alemanha de Kohl.

Como observou Callinicos, “diante dos insípidos desempenhos de social-democratas que ocuparam (...) o poder – as políticas de Mitterrand, González, Papandreou, Hawke e Lange na década de 1980, diferiram muito pouco das implementadas por Reagan, Kohl e Thatcher(...)” (Callinicos, 1992: 14). Portanto, o relativo fracasso das estratégias eurocomunistas pontuado acima, deve-se também a esse quadro internacional-continental que se desenhava cada vez mais, ao longo da década em tela, circunscrito numa moldura conservadora que passava a abranger o mundo capitalista.

O cenário desse período mostrava a difícil situação na qual se encontravam as massas trabalhadoras, assentando as bases que configurariam uma conjuntura de aprofundamento da crise econômica, com manutenção de baixos percentuais de crescimento, escassez de mercados consumidores e crescente financeirização das relações capitalistas, donde se generalizavam as tendências de desindustrialização de vários setores. O movimento operário passava a vivenciar uma longa noite cujas dificuldades já eram

percebidas desde os anos 70. As estratégias de reorganização produtiva do capital, aliadas à crescente retirada do Estado da garantia de direitos – expressos, grande parte, na forma de salários indiretos materializados em diversos tipos de políticas sociais – colocariam a classe operária numa posição cada vez mais defensiva.

Ademais, as próprias formas de reestruturação da produção impuseram ao operariado um encolhimento quantitativo gradual que, em alguns setores, levou a uma diminuição radical das bases operárias, incidindo fortemente sobre o movimento sindical. Por conseguinte, além do defensivismo que progressivamente passou a dominar o movimento operário, viu-se também uma reedição de um neocorporativismo do tipo sindical. Segundo Alain Bihl (1998), este cenário mudaria não só os rumos do movimento operário-sindical como também os das forças políticas revolucionárias.

Como foi dito na abertura deste capítulo, a crise dos movimentos socialista e comunista assinalada a partir dos anos 60 – quando *as sociedades socialistas construídas até então – até a década de 60 - praticamente encerravam as possibilidades de expansão e ingressavam numa etapa histórica em que passariam a viver com crescentes dificuldades econômicas e sociais e quando a sociedade capitalista iniciava a entrada num novo estágio* cujas estratégias políticas e produtivas trariam enormes modificações no perfil das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, nas suas organizações políticas – agora, esses mesmos fenômenos apresentavam-se plenamente desenvolvidos na realidade e os seus desdobramentos já haviam absorvido por inteiro o rumo das lutas de classes contemporâneas. Nos anos 80 e 90, tanto a ofensiva do capital quanto a crise do socialismo real já eram mais do que tendências históricas.

O colapso do *socialismo real* teve em 1989 seu momento mais decisivo e mais dramático. Mesmo que se prognosticasse a dissolução dos sistemas que vigoravam nos países socialistas do Leste Europeu e na União Soviética – em função dos fatores econômicos e políticos que tensionavam os seus próprios alicerces –, a força dos acontecimentos que agitaram massas da oposição interna transcendeu qualquer expectativa

ou análise política, ou como asseverou Netto, “bem examinadas as coisas, apenas pode surpreender a *velocidade* do processo, não a sua efetividade mesma” (Netto, 1993: 13). Depois da Praça Tiananmen na China em junho de 1989 – e da bem sucedida repressão do governo chinês –, irromperam mobilizações pró-democracia por todo o Leste da Europa, precipitando a vitória das oposições internas no decorrer do mesmo ano e no início da década de 90.<sup>195</sup>

Para além desses episódios derradeiros, a crise do *socialismo real* se desenhava desde os anos 50: lembre-se da distensão que a morte de Stalin, em 1953, causou no mundo socialista, do impacto do Relatório Secreto de Krushev em 1956, da cisão sino-soviética, dos outubros húngaro e polonês e da construção do Muro de Berlim em 1961. E mais: na gradual dissolução do monolito soviético, no crescimento maoísta, na voga terceiro-mundista e na gênese das formulações eurocomunistas entre os anos 60 e 70. Pense-se, também, na Primavera de Praga em 1968 e na Polônia nos anos 1980 e 1981.

Ainda que a crise envolvesse todo o campo socialista, ela não pode ser tomada de maneira uniforme. Conforme escreveu Netto, vivenciava-se “um complexo de tensões e contradições que, no marco de cada de Estado, possuía causalidades, conexões e rebatimentos próprios, relacionados às particularidades (históricas, econômicas, sociais, políticas e ídeo-culturais) das várias sociedades nacionais”. (*Idem*). Ainda que as auto-reformas promovidas por Gorbachev na União Soviética tivessem repercussões políticas e econômicas nos demais países do campo socialista, foi a radicalização das forças liberal-

---

<sup>195</sup> As oposições internas no socialismo real foram estudadas por Claudín que, ainda que tivesse transitado de um anti-sovietismo, quando de sua ruptura com o PCE, para um anti-comunismo velado, traz importantes informações acerca das mobilizações internas que concorreram para a derrocada do socialismo real. Vale conferir, especialmente, os capítulos que tratam da oposição na Hungria, no Polônia e na Tchecoslováquia. Claudín oferece-nos um panorama que permite desnudar a situação nacional desses países, evidenciando as formas pelas quais os PC's enfrentaram as oposições. No entanto, demonstra um flagrante entusiasmo com todo tipo de oposição, indiferentemente de suas origens – as liberal-democratas e mesmo as imperialistas, ou seja, indiretamente patrocinadas pelas forças externas do grande capital. Ademais, o autor avança até a entrada dos anos 80, deixando de abordar os momentos mais decisivos do colapso do socialismo real provocado pela decadência econômica generalizada a partir da URSS (cf. Claudín – *A oposição no “socialismo real”*. *União Soviética, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia* - Marco Zero: Rio de Janeiro, 1983).

democratas – com evidente patrocínio (financeiro, político-ideológico e midiático<sup>196</sup>) ocidental-capitalista – que possibilitaram os desdobramentos de 1989 em todos os regimes do *socialismo real*.

Mesmo que diferissem em suas bases sociais – por exemplo, a *forte conotação estudantil das rebeliões na China*, ou *as bases operárias do movimento polonês* – e mesmo que assumissem contornos diferentes no curso mesmo dos acontecimentos – como o pacto que levou o *Solidariedad* ao poder, isolando o partido comunista na Polônia ou *o levante armado que derrubou e liquidou Ceausescu na Romênia* –, a dissolução, em 1989, quase que simultânea, dos regimes do campo socialista do Leste Europeu teve três princípios determinantes: a) a legítima busca por democracia política face a sua evidente e indiscutível escassez nos regimes do “socialismo real”; b) a intercorrência, entre os grupos que reivindicavam abertura política, de forças sociais comprometidas com o capital que lutavam por democracia mas esperavam, na verdade, maior abertura econômica (ou seja, o fim das economias socialistas); c) o interesse (e o patrocínio) aberto ou velado do grande capital na dissolução dos regimes, que variou em intensidades de acordo com o grau de importância econômica dos (eventuais) novos mercados de cada país do “socialismo real”.

Deduz-se daí que, sem prejuízo dos determinantes econômicos (internos e externos), a crise teve sua centralidade na política, mais precisamente na relação entre as demandas sociais – e nela inscritas as econômicas e as ideo-culturais – e as estruturas sócio-políticas fortemente centralizadas nos países do campo socialista.

O desenvolvimento das mobilizações obedeceu a expectativa por reformas exatamente nas estruturas sócio-políticas que atendessem às enormes demandas por participação nos espaços decisórios. Aliada à crise econômica que impunha às populações dos países socialistas situações de escassez e de racionamento econômico – substancialmente, uma crise de estagnação e relativa queda da produção de bens de

---

<sup>196</sup> Recorde-se da famosa imagem do estudante solitário diante dos tanques chineses em plena Praça Tiananmen. Tal imagem circulou por todo o mundo como símbolo da resistência “democrática” com notório entusiasmo e com forte apelo emocional através dos grandes meios de comunicação capitalistas.

consumo não-duráveis em contraste com uma forte presença de bens de produção voltados para a indústria pesada (peculiaridade econômico-produtiva das economias de regimes extensivos típicas do *socialismo real*) –, o clamor por uma maior socialização política cresceu ao longo dos anos 80, à medida que se cristalizava o processo de estagnação econômica nos países socialistas. O desenvolvimento das forças produtivas dependia cada vez mais de um alargamento das bases político-institucionais e das formas de regulação social. Em outras palavras, dependia a continuidade dos regimes que vigoravam nas sociedades pós-revolucionárias *do avanço das forças produtivas e este da ampliação dos canais de participação política*.

O socialismo realmente existente que conhecemos ao longo do século XX foi resultante, após a vitória da Revolução de 1917, de rupturas políticas com o domínio de classe burguês em países onde o desenvolvimento das forças produtivas do capital era bastante reduzido – como no caso da própria Rússia –, ou onde tal desenvolvimento era no máximo parcial – como no caso da Tchecoslováquia. Portanto, a transição operou-se em regiões onde havia um ordenamento urbano-industrial pouco significativo. Os sistemas socialistas foram erigidos em países onde ainda não havia se dado um pleno desenvolvimento das forças produtivas e a constituição de uma sociedade urbana e industrial, alguns dos requisitos essenciais da transição ao socialismo nos moldes clássicos, ou seja, naqueles originariamente pensados – ainda que não de modo sistemático – no âmbito dos movimentos comunista e socialista até a II Internacional, ou, para ser mais preciso, até a vitória bolchevique na Rússia. Lênin sabia dos limites da Revolução Russa, que o seu triunfo dependeria de sua extensão para países dotados de forte incremento produtivo e de significativo desenvolvimento urbano-industrial da sociedade. O regime dos czares que Lênin enfrentou apresentava um aparato urbano-industrial não desenvolvido, uma sociedade civil extremamente débil e uma classe operária numericamente pequena que foi ainda dizimada na guerra civil.

O desenvolvimento do socialismo em tais realidades economicamente atrasadas não implicava necessariamente na sua impossibilidade histórica. Antes, indicava além das dificuldades inerentes ao “atraso”, a dependência vital da reunião de fatores subjetivos que permitissem superar as limitações das condições objetivas. Tal questão traz à reflexão as reais dificuldades experimentadas nas sociedades socialistas do século XX e, decorrentes delas, podem explicar as estratégias adotadas, todas voltadas para a ultrapassagem dos limites histórico-concretos e para a construção e conquista dos requisitos inexistentes para a transição ao socialismo em países atrasados, acima comentados<sup>197</sup>. A expansão do socialismo e, antes, a consolidação das experiências existentes, dependia de que elas fossem expandidas para países, como bem sabia Lênin, mais industrializados, donde se deriva o “raciocínio lenineano de que a sorte da revolução de Outubro era uma variável da revolução no Ocidente” (Netto, 1993: 20).

Em âmbito mundial, o apoio ao processo revolucionário de diversos países, exatamente aqueles carentes de desenvolvimento das forças produtivas e o processo interno, notadamente na URSS e, mais tarde na China, de *acelerada ultrapassagem dos limites econômico-produtivos*, tornou a experiência real do socialismo bastante diferente de qualquer previsão teórica. Sabemos que tal quadro tornou o processo transitório socialista atado a dois limites endógenos: à *dependência da força da economia soviética e de sua decorrente ascendência política sobre os países do campo socialista* – de que é ilustrativo o Pacto de Varsóvia – e à circunscrição do seu *desenvolvimento aos limites nacionais*, reforçando a estratégia stalinista do “socialismo num só país”.

A experiência russa, pós-Revolução de 1905, inseriu no movimento socialista um horizonte que tornou viável, na prática, a superação dos limites postos pela economia através da potencialização das vontades políticas (elemento subjetivo), angariando forças

---

<sup>197</sup> Uma abordagem crítica – e isenta de paixões – das particularidades históricas do desenvolvimento do socialismo real pode ser vista no estudo de Rudolf Bahro que analisa de maneira pormenorizada os limites econômicos das experiências socialistas, salientando as formas pelas quais se tentou transitar para o socialismo (Cf. Bahro, R. *A Alternativa: para uma crítica do socialismo real*; tradução de Luiz Sergio Henriques e Gilvam P. Ribeiro – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980).

políticas do proletariado que, em aliança com outras classes – destacadamente a camponesa –, construíram o processo revolucionário em outubro de 1917. Tal processo político foi possível graças à força revolucionária do proletariado potencializada pelos bolcheviques. Essa forma revolucionária se desenvolveu historicamente a partir das frustradas tentativas de 1905 quando, após brutal repressão, os dirigentes revolucionários russos liderados pelo partido bolchevique (com Lênin à frente) perceberam a necessidade não só de uma aliança proletária com outras classes sociais, mas principalmente que a revolução *não* seria realizada na Rússia pela burguesia, que tampouco seria ela a protagonista na construção de uma sociedade democrático-burguesa<sup>198</sup>.

Mesmo diante de tais peculiaridades, após 1917 conseguiu-se erguer na URSS um forte desenvolvimento produtivo ancorado num aparato industrial que a transformou em potência econômica. Após a superação das dificuldades da guerra que vinham desde 1914, depois de vencer as resistências internas dos contra-revolucionários numa duríssima guerra civil, a URSS pôde, só então, desfrutar de uma relativa estabilidade político-institucional e econômica. A partir de 1921, e mais ainda a partir de 1923, pôde-se planejar o soerguimento de uma ousada política econômica que, valendo-se da introdução de elementos típicos do funcionamento das economias capitalistas, permitiu ao país ultrapassar o período de crises até chegar, já na virada dos anos 20 para a década de 30, a um patamar que consolidou a vitória de 1917 e, mais do que isso, pôs a URSS num caminho que a tornaria mais tarde uma potência econômica.<sup>199</sup>

As sociedades do *socialismo real*, sob comando soviético<sup>200</sup>, instituíram, então, um padrão de crescimento que fez aumentar a força de trabalho, os incrementos produtivos e

---

<sup>198</sup> No *Capítulo 3* (item 3.2.) estudei o processo revolucionário russo, tanto no período imediatamente anterior, como na sua fase seqüente a 1917.

<sup>199</sup> Discuti, amplamente, no *Capítulo 3* (do item 3.3. ao 3.5.), os desdobramentos que marcaram tal fase da experiência revolucionária soviética.

<sup>200</sup> Até os anos 50, quando, após a ascensão da Revolução Chinesa e com os eventos que sucederam o XX Congresso do PCUS de 1956, a URSS assistiria à dissolução do monolitismo que caracterizou seu domínio até então, conforme vimos no *Capítulo 5* (do item 5.1. ao 5.5.).

estruturou parques industriais<sup>201</sup> que permitiram aos países do campo socialista a sobrevivência econômica até o seu esgotamento, que se configurou entre os anos 70 e 80. A partir de então, demandava-se a transição de um padrão extensivo de desenvolvimento econômico (“assentado no crescimento quantitativo da força de trabalho, na ampliação do equipamento produtivo e na alocação de recursos para novos equipamentos”) por para um padrão intensivo (“fundado numa alta produtividade do trabalho, na otimização da racionalidade gerencial e na utilização maximizada da ciência e das novas tecnologias”) (Netto, 1987: 9), de modo que o socialismo não se exaurisse. Necessitava-se de um modelo econômico intensivo que garantisse o aumento da produtividade e o estímulo de novas tecnologias, o que só seria possível com uma participação mais autônoma dos trabalhadores. A crise, que gradualmente fragilizou as estruturas políticas e econômicas dos países socialistas, configurava-se na combinação entre a necessidade de dar prosseguimento e sustentação ao desenvolvimento das forças produtivas e o predomínio de uma bastante reduzida socialização do poder político.

Apesar dos esforços de amplas massas trabalhadoras, muitas sacrificadas em regimes de trabalho exaustivos, ainda que se tenha efetivamente superado as origens do reduzido desenvolvimento das forças produtivas, embora se conseguisse obter importantes e significativos avanços tecnológicos<sup>202</sup> e, principalmente, mesmo que se tenha conquistado expressivos avanços sociais no conjunto dos países componentes do campo socialista, não foi possível impedir *o esgotamento do modelo de crescimento extensivo*. Como apontado anteriormente, dependia-se da *transição para um padrão intensivo*, que por sua vez, *demandava uma estrutura político-institucional* – voltada para uma *maior participação política (autônoma) da força de trabalho humana* – incompatível com as existentes no

---

<sup>201</sup> Além dos avanços no âmbito da socialização da economia que colocavam as sociedades do campo socialista num patamar sócio-humano superior às sociedades capitalistas, inclusive as avançadas, progrediu-se efetivamente em setores tecnológicos e científicos estratégicos tais como: na área espacial e atômica, nos novos materiais e combustíveis, na eletrônica, na biologia, na medicina e na pesquisa de base.

<sup>202</sup> Os avanços no campo bélico equipararam a URSS às forças estadunidenses nos anos 50; na mesma década a URSS saltou à frente dos EUA no campo da tecnologia espacial.

socialismo real, caracterizadas por reduzidíssimos espaços de socialização do poder político.

A crise do *socialismo real* não implicou a crise do socialismo em si<sup>203</sup>, mas de uma forma histórica de transição, de um padrão de ruptura com a ordem burguesa constituído justamente nos países onde a ordem burguesa não se constituía classicamente. A centralização política foi, ao mesmo tempo, um fator decisivo nos primeiros anos de edificação da empreitada socialista e um determinante para o seu esgotamento. A socialização da economia não se fez acompanhar de uma necessária socialização da política e, embora tal fato não tenha impedido durante cerca de meio século – dos anos 20 aos anos 70 – o desenvolvimento efetivo das experiências socialistas, certamente foi determinante quando se esgotaram as potencialidades econômicas, cujo planejamento industrial não era capaz de superar o quadro de subprodução de bens de consumo não-duráveis.

Em outras palavras, *até quando foi permitido articular a parca socialização da política com o avanço da socialização da economia, foi possível levar adiante as sociedades pós-revolucionárias*<sup>204</sup>. Quando esta última passou a demandar uma otimização da vida política democrática, as bases daquelas sociedades começaram a ruir. Nas palavras de Netto:

A crise do 'campo socialista' é, nesta ótica, *uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ela funcional(...)* a crise global do 'campo socialista' é a crise terminal de *um tipo* de

---

<sup>203</sup> Ainda que tenha deixado o legado de complicadas questões político-ideológicas para todo o movimento socialista, até os dias atuais, como será abordado mais adiante.

<sup>204</sup> Tomo o termo *sociedades pós-revolucionárias* emprestado de Netto (1987) para designar o conjunto dos países que compõem o chamado "campo socialista" ou o socialismo real. São várias as denominações que autores diferenciados utilizaram para o mesmo fenômeno. Elas variam de acordo com suas filiações teóricas e políticas. Algumas delas: *socialismo subdesenvolvido* (Baran *apud* Netto, 1993); *socialismo de caserna* (Kurz, 1992); *modo estatal de produção* (Lefebvre *apud* Frederico, 1994); *stalinismo de mercado* (Callinicos, 1992) – referente à URSS de Gorbachev, *capitalismo de Estado* (Cliff *apud* Callinicos, 1992). Quanto a essa última (e polêmica) designação, Frederico afirmou: "Não concordamos com essa interpretação, pois entendemos que há uma diferença substantiva entre o *controle* burocrático da propriedade estatal e sua *posse*. (...)A principal característica da propriedade burguesa é a sua alienabilidade e, para a burocracia, tal possibilidade era inexistente. Foi somente no momento final da desintegração do sistema que alguns setores minoritários da burocracia – respaldados internamente pela máfia comercial e externamente pelo capital monopolista – puderam finalmente transformar a *guarda* da propriedade estatal em *posse* privada" (Frederico, 1994: 18-19).

organização econômico-social e política pós-revolucionária – aquele em que coube ao novo Estado promover a instauração e a consolidação dos suportes urbano-industriais que, na projeção original de Marx eram os *pressupostos* da revolução proletária. O que entrou em crise é *uma forma determinada de transição socialista* – aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade(...) (Netto, 1993: 19-20).

Tem-se então o seguinte *feixe de contradições determinantes: a crise econômica verificada no não atendimento crescente das necessidades sociais de consumo das populações<sup>205</sup> do campo socialista pressionava progressivamente os alicerces sócio-políticos centralizados* – no sistema de partido único e na fusão e/ou entrelaçamento Estado-partido, dos aparelhos estatais com as instâncias partidárias – até então consolidados. Se tal estrutura conseguiu persistir durante quase cinco décadas – sobrevivendo, ainda que mais fragilizada, aos eventos políticos dos anos 50 e 60 (Hungria e Polônia em 56, XX Congresso, conflito sino-soviético, Tchecoslováquia em 68) – ela não suportou as crescentes insatisfações e oposições internas que mesmo reprimidas, realimentavam-se no seio das próprias contradições e tensões engendradas nas sociedades socialistas.

Adicione-se a esse quadro um *outro fator, exógeno ao campo socialista*, mas igualmente determinante: trata-se das *pressões imperialistas*, ou seja, da permanente *tensão gerada pela convivência mundial entre dois sistemas antagônicos* entre si. A “guerra fria”, a coexistência pacífica, os acordos de não proliferação de armas nucleares e a própria repartição do mundo em áreas de influência – permanentemente disputadas – conformam um outro conjunto de determinações que tornavam mais dramáticas as estratégias de avanço e consolidação das sociedades pós-revolucionárias. Tal convivência de projetos societários em disputa não proporcionava apenas a intensificação, no plano internacional, da

---

<sup>205</sup> O que levou, certa feita, Gorbachev a fazer a seguinte afirmação num discurso em Praga, de 10 de abril de 1987: “Nossas sondas espaciais são assombrosamente precisas quando se trata de encontrar o cometa Halley, e de ir ao encontro do planeta Vênus (...) quando o mais simples de nossos aparelhos domésticos apresenta defeitos realmente desagradáveis”. Tal afirmativa é expressão do desequilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e científico voltado para o domínio militar e a realidade da produção e do consumo civis. Esse desequilíbrio se via também nos serviços públicos: a URSS tem “o maior número de médicos, de leitos de hospital por mil habitantes, entretanto, a qualidade da assistência médica deixa a desejar”. (Gorbachev *apud* Sendic, 1987: 16).

evidente luta política pelo poder e, internamente, o aprofundamento da centralização política dos governos socialistas, mas provocava também uma permanente corrida econômica que era revestida de corrida tecnológica, espacial e militar<sup>206</sup>. As conseqüências de tal disputa, além do óbvio tensionamento mundial expresso nos diversos conflitos militares indiretamente protagonizados por URSS e EUA, evidenciavam-se na busca constante de patamares econômicos superiores entre os sistemas.

Ao mesmo tempo em que se dava o colapso do socialismo real, o capitalismo ingressava numa nova revolução tecnológica e científica que proporcionou consideráveis aumentos da produtividade do trabalho, propiciando uma razoável retomada das taxas médias de lucros (Frederico, 1994: 33). A informática, a robótica, a microeletrônica, as novas formas de organização produtiva capitalista introduziram um padrão de desenvolvimento econômico absolutamente novo na sociedade do capital que aprofundaria alguns traços principais do imperialismo, ancorando-se num novo tipo de mundialização<sup>207</sup> – na qual não só predomina o capital financeiro, mas em seu núcleo se reproduz, com enorme capilaridade, suas formas especulativas -, ancorada fortemente na exportação de capitais, fator de fortalecimento do poderio estadunidense sobre o mundo.<sup>208</sup>

Tais fenômenos exacerbaram as contradições internas nos países do *socialismo real*, tornando mais agudas as diferenças políticas entre os mundos, bem como suas disparidades econômicas – sobremaneira a avalanche de mercadorias do mundo do capital (resultantes da diversificação da produção antedita) que expressava uma brutal diferença de

---

<sup>206</sup> Vencida, em importantes ocasiões, pela URSS, como foi o caso do primeiro ser vivo a circular pelo espaço – a cadela Laika – e do primeiro astronauta humano – Yuri Gagarin.

<sup>207</sup> Que, para I. Mészáros, representa a 3ª fase do imperialismo, seqüência da fase do “imperialismo redistributivista antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase monopolistas, chamado por Lênin de ‘estágio superior do capitalismo’(...)”, e anterior ao “primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios(...)”. Essa 3ª fase se reconhece num “imperialismo global hegemônico em que os Estados Unidos são a força dominante [a partir] de uma estrutura de comando abrangente do capital sob um ‘governo global’ presidido pelo país global dominante” (Mészáros, 2003: 72).

<sup>208</sup> Se o catastrofismo de R. Kurz o impede de enxergar as contradições políticas atinentes à crise global das sociedades socialistas, não o impediu de realizar brilhantes análises que, mesmo que por uma via fatalista-economicista, relacionam as crises – do socialismo e do capitalismo – em suas particularidades, permitindo entender como a crise econômica do capital acabou por incidir sobre o funcionamento das economias socialistas, compreendendo-as como partícipes de uma totalidade indissolúvel (cf. Kurz, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* – tradução de Karen E. Barbosa; Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1992).

*produção de valores de uso de todo tipo*<sup>209</sup> (especialmente os bens não-duráveis) contraposta à escassez e à subprodução nos países socialistas. As filas nos supermercados e as vitrines vazias nos países socialistas contrastavam com o “fantástico” mundo de fantasias burguesas<sup>210</sup>. Os fatores ideo-culturais derivados deste fenômeno não podem ser secundarizados na análise dos fatores que concorreram para a crise terminal do socialismo realmente existente. Ainda que a URSS, particularmente nos anos 80, tivesse tentado algumas medidas paliativas – como o incremento da exportação de petróleo possibilitado pela crise mundial de 1973 e o endividamento externo – elas não foram suficientes para afastar a decadência econômica (Frederico, 1994: 31).

A glamourização do consumismo, do estilo de vida<sup>211</sup> e das “liberdades” individuais capitalistas acabavam, mesmo com todo o controle de informações que se operava nos regimes do “campo”, por incidir fortemente sobre as consciências das populações, cada vez mais sensíveis a esses apelos, dadas as insuficiências econômico-produtivas apresentadas, sumariamente, aqui. Especialmente entre a juventude, composta por novas gerações que não viveram os tempos mais otimistas do socialismo e que não passaram pelas principais lutas revolucionárias. Principalmente entre os jovens, repercutia a ideologia burguesa, oxigenada intensamente com o conservadorismo neoliberal dos anos 70 e 80. Filha das gerações revolucionárias, a juventude pôde desfrutar dos avanços reais pós-revolucionários, destacadamente na ciência e na tecnologia, bem como no processo educacional, e exigia níveis de consumo cultural compatíveis com tais avanços. Havia uma exigência de artigos

---

<sup>209</sup> O modo de produção capitalista como aquele que expandiu a produção de mercadorias a patamares inigualáveis – criou um mundo de mercadorias e de relações inteiramente mercantilizadas – requer, para tanto, estratégias que induzam à geração permanente de novas necessidades de consumo; como se sabe, tal indução atende, antes, à imperiosa necessidade de criar valores de troca para o capital que, por isso, investe fortemente em mecanismos que permitem que o mundo de mercadorias não pare, dos quais a publicidade, exponenciada no imediato pós-segunda guerra, é modelar.

<sup>210</sup> Um filme recente – chamado *Adeus Lênin* – retrata o contraste e as ilusões dos dois “mundos” e mostra o impacto que a queda do Muro gerou para os alemães orientais, especialmente para a sua população jovem.

<sup>211</sup> “Os ritmos, os gostos, o vestuário e as sensibilidades recebem a influência de outras juventudes através da música, dos filmes, dos contatos, dos movimentos ecológicos e pacifistas. Segundo cifras do Komsomol, há trezentos grupos de rock profissionais e o triplo de simpatizantes em Moscou”. Tal busca de um ideal de vida ocidental-capitalista contrastava com a rotina, com o reiterado cotidiano, com o burocratismo das instituições sociais; disso resultava um *ethos* cívico pouco dinâmico propiciador de fenômenos tais como: “os bandos de jovens, a violência, o vandalismo, a toxicomania” (Sendic, 1987: 18).

culturais, de espetáculos, de, enfim, uma maior satisfação de suas necessidades individuais, além de ansiar por algum protagonismo no cotidiano da vida política. Para Sendic, a juventude atuava intensamente pelo dinamismo das estruturas sociais, acabando por participar do processo de “desintegração das velhas relações sociais e do próprio papel do partido [funcionando assim como] uma das forças que [ajudava] a abrir o caminho das reformas”. (Sendic, 1987: 18).

A partir do breve balanço traçado nas linhas anteriores, pode-se deduzir que as crises das sociedades do campo socialista tiveram como determinantes principais (desdobrados a partir daqueles que expus na abertura deste item), propiciadores do seu colapso geral, os seguintes fatores internos e externos articulados: a) o *esgotamento dos padrões extensivos* de desenvolvimento econômico; b) a *limitadíssima socialização da política*; c) a *crescente demanda por ampliação dos espaços de participação política* mais democratizados *face à necessidade de expansão econômica sob bases intensivas* de organização dos processos de produção e de trabalho; d) a *crise ideo-cultural subjacente às insuficiências sócio-econômicas e políticas* que incidiam sobre as populações dos países socialistas – e que repercutiam de maneira especialmente intensa em suas bases sociais juvenis –, o que demandava progressivamente um novo ordenamento societário capaz de contemplar os anseios por mudanças e as expectativas e perspectivas de vida, exigindo a alteração do, como foi denominado por Netto, “*ethos cívico*”<sup>212</sup>; e) a *força do novo conservadorismo ideo-político burguês-liberal* que se alastrou nos anos 80 nas sociedades capitalistas com a ascensão de Reagan e Thatcher<sup>213</sup>; f) a *ofensiva neoliberal* que, além do conservadorismo ideo-político antedito, exacerbou as antinomias econômicas entre os mundos capitalista e socialista, *estritamente* no que tange ao *impacto que o apelo consumista, que a mercantilização generalizada da vida social* – o mundo “fantástico” das mercadorias<sup>214</sup> –

---

<sup>212</sup> (*op.cit.* p. 11-12).

<sup>213</sup> Atente-se, também, para a forte sustentação católico-conservadora que partia do Vaticano, em nome de um fundamentalismo anti-comunista praticado pelo Papa João Paulo II.

<sup>214</sup> Pense-se, por exemplo, nas “maravilhas” que as tecnologias japonesas apresentavam ao mundo. No período em que (marcadamente na década de 80) a economia nipônica esbanjava vigor e inventividade, tratava-se o

provocava nas populações das sociedades pós-revolucionárias, premidas que se encontravam pela escassez econômica.

As especificidades que marcaram o desenvolvimento interno desses fatores, as singularidades que adquiriram no curso mesmo dos movimentos opositivos que geraram e as tentativas de superação e de contenção das adversidades adotadas pelos dirigentes dos Estados/partidos foram as mais diversas, desde fórmulas econômicas criativas – como foi o caso da Iugoslávia – de mudar sem alterar as estruturas fundamentais do poder político, frustradas no rumo mesmo das contradições e tensões internas, a formas francamente inovadoras – como as tentadas por Gorbatchev na URSS –, até a repressão pura e simples – como se fez na China<sup>215</sup> e na Romênia<sup>216</sup>.

Se a forma repressiva não serviu para manter as estruturas do socialismo neostalinista romeno – dadas as suas evidentes limitações militares, a força do *efeito dominó* que desintegrou as sociedades do Leste Europeu e o autocratismo anacrônico de seus dirigentes –, serviu para sufocar, de maneira brutal, as contestações na China. A *via não-repressiva* tampouco permitiu um desfecho diferente: o persistente caminho heterodoxo iugoslavo também não foi suficiente para amenizar o impacto da crise global. Por outro lado, o reformismo gorbatcheviano se não foi capaz (e suficiente) para amainar as contradições estruturais da sociedade soviética e dos países do campo socialista que em volta da URSS orbitavam, permitiu-lhes uma sobrevida nos anos 80.

---

Japão como a quintessência do capitalismo. O seu real avanço tecnológico – a nanotecnologia, a criação de mecanismos informacionais velozes, eficientes e menos custosos –, o virtuoso crescimento econômico e seus baixos índices de desemprego, encantaram meio-mundo acadêmico, inclusive setores intelectuais críticos do capitalismo como a nova escola da regulação. Basta lembrar do livro de Benjamin Coriat (*Pensar pelo Avesso*) que se tornou referência para todos aqueles que pensavam num capitalismo renovado e dinâmico. Abstraía-se, assim, não só a essência desigual da ordem burguesa, como também, obscurecia-se até mesmo as arcaicas estruturas políticas típicas da sociedade japonesa que, estendidas para as relações de trabalho, tornaram os sindicatos (de empresas) dóceis parceiros do capital, modelos para o capitalismo neoliberal.

<sup>215</sup> Num primeiro momento, já que, ao longo dos anos 90 e da década atual, promoveu intensas reformas econômicas, cujo significado tem sido analisado de maneira diversa, desde aquelas que vêem nelas uma espécie de modernização pró-capitalismo (como Mészáros [2003] e Lin Chun *in* Sader [1995]), até quem aposta nas reformas como necessárias para o futuro do socialismo chinês, como é o caso de Losurdo (2004).

<sup>216</sup> Outros fatores concorreram para particularizar ainda mais o processo de desintegração veloz e em cadeia das sociedades do *socialismo real*. Lembre-se, por exemplo, do efeito que a abertura das fronteiras da Hungria com a Áustria causou na Alemanha Oriental. Se tal iniciativa só foi possível pela crise global e terminal das sociedades pós-revolucionárias, certamente ela serviu para acelerar o *débâcle* do socialismo real alemão-oriental.

O longo interregno brejneviano<sup>217</sup> que interrompeu as intercaladas – e autocráticas – tentativas reformistas de Krushev e separou o período kruscheviano da era Gorbachev, *condicionou este último a superar a pesada herança política que dificultou sobremaneira suas reformas* desenhadas em torno da *perestroika* e da *glasnost*<sup>218</sup>. O expansionismo sob a “guerra fria” de Brejnev e a interrupção comandada por seu governo dos iniciais processos de reformas políticas iniciados por Krushev na URSS, foram fundamentais para o desenlace que se deu com Gorbachev. Ademais, diversos fatores “externos” à URSS *pré-gorbacheviana* serviram para emoldurar uma realidade extremamente desfavorável à consecução de auto-reformas, já que se defrontava com uma *estrutura societal que ingressava na década de 80 em franca decadência econômica, que se encontrava cada vez mais engessada politicamente e bastante envelhecida em seus aspectos ideo-culturais*.

Dentre estes *fatores “externos”* enfatize-se: a *luta contra o avanço do imperialismo estadunidense; o apoio (e os conseqüentes conflitos bélico-militares com as forças contra-revolucionárias locais, fortemente apoiadas pelos Estados Unidos) às lutas revolucionárias terceiro-mundistas*, estendidas ao longo dos anos 60 e 70, na Ásia (Vietnã, Indonésia, Camboja, Mongólia, etc.), na África (Congo, Angola, Etiópia, etc.) e na América Latina e Caribenha (Chile, Cuba, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, etc.); a *perda de influência entre os partidos comunistas ocidentais, especialmente na Itália, na França e na Espanha, a partir da ascendência eurocomunista*; e, ainda, o *crescimento das forças social-democratas entre a classe operária no contexto do Welfare State* –, todos esses *fatores reunidos foram*

---

<sup>217</sup> À exceção dos primeiros anos da era Brejnev, quando se tentou resgatar alguns dos traços reformadores da política kruschevista.

<sup>218</sup> Segundo Aganbeguian, as reformas econômicas preconizadas pela *Perestroika* baseavam-se em quatro eixos principais: a passagem do desenvolvimento extensivo para o intensivo; o redirecionamento da produção industrial, do setor bélico – enfatize-se que os gastos com defesa da URSS se assemelhavam aos dos EUA, beirando a faixa de 15% do PIB – e da indústria pesada para as áreas de produção de bens de consumo, para o abastecimento da população e para a construção civil; uma alteração radical nas formas de gestão das empresas, atadas a modelos dos anos 30; e, decorrente desta última, a democratização das unidades produtivas, o que supunha uma participação de novo tipo da força de trabalho no processo de produção (Aganbeguian, 1988: 36-41). Desdobro em seguida, essas tentativas de reformulações econômicas, com especial ênfase na questão da transição de um padrão de desenvolvimento extensivo para o intensivo, exatamente porque dependia dele o avanço dos outros, inclusive das reformas políticas organizadas em torno da *glasnost*.

*decisivos para a orquestração das reformas gorbatchevianas. E foram, com igual intensidade, os determinantes para o seu insucesso.*

Acrescente-se a tal fracasso dois aspectos. O primeiro diz respeito ao descompasso estrutural entre as formas de socialização da política e as necessidades econômicas reinantes na União Soviética, donde se erigia um fosso entre a *perestroika* – entendida como a estratégia pela qual se objetivavam reformas econômicas (fundamentalmente, intensificação da produção com vistas ao aumento da produtividade média do trabalho) na sociedade soviética – e a *glasnost* – que intentou reformar suas estruturas políticas, por meio de modificações que, se não alteravam o âmago do poder político centralizado, procurava introduzir mecanismos democratizantes que possibilitassem animar a vida política no conjunto da população, há muito apática diante do reduzido dinamismo das instituições políticas soviéticas.

Tal fosso advinha do fato de que as demandas reais que premiam a sociedade soviética se inscreviam nas limitadas formas de democratização da vida política. Somente uma profunda reversão delas é que poderia abrir possibilidades econômicas pretendidas pela *perestroika*. Ou seja, *as reformas econômicas dependiam decisivamente das reformas políticas*, e a elas deveriam estar subordinadas.

O segundo aspecto se refere à contradição mesmo da auto-reforma proposta por Gorbatchev e por seu grupo dirigente. Trata-se da *relação entre a propositura democratizante e a rigidez das estruturas políticas estatais e partidárias* que condicionava a introdução de qualquer modificação estrutural significativa a um ponto de partida “pelo alto”. Dito de outro modo: a arquitetura sócio-política soviética, edificada ao longo de cerca de sete décadas de *socialismo real*, instaurou na *vida coletiva do país um parasitismo e uma apatia que impossibilitavam, a priori*, o sucesso de uma iniciativa que objetivava exatamente a *reversão deste anomismo sócio-político*. Tal reversão só podia avançar a partir de um comando, pelo alto, que pudesse sinalizar às massas a possibilidade de democratização,

mesmo diante da permanência de estruturas políticas estatais e partidárias completamente avessas a ela.

Por fim, pode-se dizer que essa falência dos modelos implantados nas sociedades pós-revolucionárias levou consigo a forma burocratizada da organização partidária fundida no Estado. O partido bolchevique – o tipo de organização política que foi estratégica na URSS até os anos 20, mais precisamente até o fim da guerra civil em 1921 – perdeu-se no centralismo excessivo e burocrático<sup>219</sup> que o último Lênin tentou combater até sua morte em 1924<sup>220</sup>. Como foi estudado, a ascensão de Stalin aprofundou as tendências percebidas por Lênin e tão denunciadas por Trotsky posteriormente, que acabaram por se cristalizar na virada dos anos 20 para a década de 30, principalmente depois que Stalin conseguiu derrotar todas as forças opositoras – inclusive Trotsky, culminando com sua expulsão do país. Tal vitória stalinista só foi possível com o apoio decisivo das principais lideranças bolcheviques de então, que acabaram por isolar os oponentes.

Os anos 30 observaram a consolidação do domínio de Stalin sobre todo o partido e todo o Estado, através dos quais usou de métodos e de meios os mais arbitrários, inclusive com o recurso aberto à violência verbal e física.<sup>221</sup> Deu-se também, sobretudo depois da expansão do “socialismo real” no Leste Europeu, com as libertações do Exército Vermelho

---

<sup>219</sup> Segundo Bahro, analisando os problemas da relação entre partido e burocracia nas sociedades do socialismo real, “a concentração de todo o poder de decisão – na política, na economia e na esfera intelectual – nas mãos do partido, *leva a uma contradição insuperável entre a missão social deste último e a forma de sua existência política e organizativa*. Sua constituição interna e seu papel dominante como aparelho supra-estatal constituem hoje [o autor publicou sua obra em 1977, na Alemanha Ocidental], em nosso sistema, um impedimento decisivo para o progresso da emancipação. O partido destrói a idéia sobre a qual se apresentou ao mundo; destrói a continuidade do movimento comunista nos indivíduos que a devem perpetuar” (Bahro, 1980: 271-272). Os partidos comunistas do *socialismo real* teriam, na perspectiva do autor, abdicado do papel revolucionário quando se encastelaram nas estruturas burocráticas do Estado, distanciando-se da sociedade e isolando os indivíduos.

<sup>220</sup> Tornou-se conhecida, após a morte de Stalin, em 1953, principalmente a partir do XX Congresso do PCUS em 1956, a rejeição de Lênin à ascensão de Stalin no aparelho do partido. Lênin o considerava demasiadamente grosseiro para a função e teria sugerido o seu afastamento e a escolha de outro nome para estar à frente do PCUS, segundo registros pessoais divulgados por sua viúva, Krupyskaia.

<sup>221</sup> Mais uma vez foi Trotsky a vítima. Sua importância teórica – como grande formulador de idéias – e política – como remanescente destacado da vitoriosa Revolução de 1917, tendo inclusive sido o comandante do Exército Vermelho – o tornou o perseguido número um de Stalin. Suas denúncias da burocratização e dos desvios que a URSS sofria sob Stalin lhe custaram além de permanente perseguição, o exílio, a expulsão do país do qual foi um dos principais responsáveis pela Revolução. Mais ainda: lhe custou as vidas de dois filhos assassinados e a sua própria, em 1940, no México. A trilogia de Issac Deustcher (*O profeta armado; O profeta desarmado; O profeta banido*) editada em 1968 pela Civilização Brasileira) continua sendo a melhor maneira de conhecer a trajetória de Trotsky.

no fim da Segunda Guerra Mundial, a internacionalização do modelo soviético para todos os países sob sua influência. Tal *processo de bolchevização dos partidos comunistas stalinizou* (quase) todo o movimento revolucionário, *homogeneizando táticas, estratégias e formas de ação política*.

Mesmo após a morte de Stalin e a divulgação de suas arbitrariedades em 1956, *pouco se alterou na forma partido edificada até então*, modificando-se apenas o panorama internacional do movimento comunista, com a *perda do monolitismo soviético* provocada pela emergência da República Popular da China em 1949, do maoísmo e do posterior conflito sino-soviético. Procurou-se debitar os erros a desvios de conduta pessoal de Stalin, especialmente ao culto a sua personalidade. A verdade é que *permaneceram praticamente intactas as estruturas partidárias herdadas da cultura política stalinista na URSS e nos países a ela alinhados. Elas ruíram junto com a crise global das sociedades pós-revolucionárias* que arrefeceu todo o movimento comunista mundial. Como atestou Bahro: “os comunistas são organizados num partido que se volta contra eles mesmos e contra o povo. Não é preciso mais análise para demonstrar que, nos países do socialismo realmente existente, *este tipo de partido já está mais que superado historicamente e deve ser liquidado*” (Bahro, 1980: 272).

## **Considerações Finais**

*O que é radical é o capitalismo,  
e não o comunismo* (B. Brecht)

A experiência do *socialismo real* deixou o legado que até hoje repercute no movimento revolucionário: nos partidos ligados ao campo da esquerda, nos diversos organismos políticos das classes trabalhadoras e no conjunto das lutas de classes nos países capitalistas. O saldo de sua trajetória, entre vitórias e derrotas, pode ser localizado no próprio *breve século XX*. Cerca de 1/3 da humanidade viveu, durante boa parte daquele século, sob outra forma de organização econômica, sob outro modelo de participação na riqueza socialmente produzida. Fez progredir os níveis sociais de vida de centenas de milhões de pessoas no mundo socialista, condicionando inclusive as condições de vida no mundo capitalista que se via, entre suas próprias crises cíclicas, permanentemente ameaçado pelo “perigo vermelho”.

Deve-se à classe trabalhadora da União Soviética a vitória final e decisiva sobre as forças mais retrógradas do capitalismo: através do Exército Vermelho, cerca de vinte milhões de russos morreram lutando contra o exército nazista até derrotá-lo. A existência da União Soviética, de sua força como segunda potência mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, foi certamente o aspecto determinante para limitar o avanço das formas mais perversas de vida nos países capitalistas, servindo inclusive para fazer avançar a democracia nos Estados capitalistas como forma de contra-ponto societário ao socialismo. Portanto, tal experiência – edificada sob o sacrifício das classes trabalhadoras dos países socialistas, forçadas a níveis extremos de trabalho, como durante a fase, na URSS, da chamada economia de guerra (1917-21), da NEP (1921-28), dos Planos Quinquenais, da coletivização forçada da década de 30 – premidas pela linha dura imposta pelas políticas stalinistas, que causaram imensos danos à vida política e às liberdades individuais –, esta conjunção de esforços de toda uma geração que envolveu, ainda, diversos países que ingressaram no “modelo” do *socialismo real* involuntariamente, após as ocupações do

Exército Vermelho após o fim da Segunda Guerra Mundial, se custou caro aos que viveram diretamente as suas lutas, deixou enormes conquistas para os trabalhadores de todo o mundo.

Se não se viveu efetivamente a famosa expressão do *Manifesto do Partido Comunista* – “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” –, certamente por caminhos tortos (e tortuosos), espalharam-se por toda a humanidade as conquistas objetivas do movimento revolucionário e, mais do que isso, semeou-se entre todos os trabalhadores os melhores sentimentos humanos: a fraterna busca da igualdade entre os homens, a convicta luta pela emancipação e a certeza de que um outro mundo é possível.

Se a falência dessas experiências socialistas não permite dizer que o próprio socialismo como alternativa societária se exauriu, ela deixou um legado denso, carregado por equívocos os mais diversos que, se somados à avalanche ideológica que a burguesia fez desabar sobre o mundo a partir dos anos 90 com a queda do Muro e o fim da URSS, formam um quadro sócio-histórico extremamente adverso para a afirmação de um projeto alternativo de sociedade. Mais ainda, diante deste quadro, a própria tarefa de refundação de um projeto socialista tornou-se extremamente dificultosa *nos dias atuais*, em pleno século XXI. Além da luta ideológica pender de maneira absoluta para o mundo burguês e para todos os traços que o peculiarizam – o individualismo, a competitividade, a alienação, a aversão às formas coletivas (livres e autônomas) de organização dos homens e uma despolitização colada a ela, a plena mercantilização das relações sociais, etc. –, vive-se uma vaga histórica ela mesma pouco propícia para se reconstruir uma projeção societária assentada em valores radicalmente antagônicos aos burgueses. O ser concreto do trabalho encontra-se intensamente fragmentado, favorecendo todo tipo de saídas individuais e corporativistas. As próprias formas de reprodução social do trabalho se acham profundamente precarizadas pelas modalidades contemporâneas da produção capitalista que engendram, numa ponta o desemprego estrutural, e noutra o aviltamento salarial e as formas de trabalho desprovidas de qualquer proteção social.

Neste ambiente terrível para o proletariado, mas paradisíaco para o capital – é o seu próprio mundo (de barbárie), em estágio avançado – a luta política maior se esvai em lutas fragmentadas que até mesmo no campo econômico tem sido (no máximo) defensiva, se pensarmos na situação do sindicalismo atual, no qual crescem os sindicatos parceiros do capital. As lutas sociais contemporâneas vêm assumindo um caráter cada vez mais *particularista* em detrimento de seus conteúdos universais. E tal quadro se agrava, e é estimulado, por correntes do pensamento social contemporâneo que vêm nelas (nas lutas particularistas) a saída no interior da própria ordem burguesa.

Pensadores de esquerda as enfatizam não como bases sociais através das quais podem ser articulados movimentos de natureza classista, tampouco vêm na classe operária o papel principal<sup>222</sup>. Eles as tomam como *um fim em si mesmo*<sup>223</sup>, como o possível diante da força do capital. Esse *conformismo possibilista* tem dado o tom no debate contemporâneo, fazendo coro com a ideologia pós-moderna do fim das verdades, da impossibilidade de uma teoria totalizante, da suposta prevalência do molecular e do fragmento. Essa *dissolução analítica* da possibilidade de um projeto global de superação da ordem dissolve igualmente, mas também (e apenas) no plano analítico, a disposição política e teórica para se reconstruir organizações políticas revolucionárias como o *partido*. Ainda que essa reconstrução não dependa apenas da reunião de fatores subjetivos favoráveis – pois que depende decisivamente de condições objetivas mais propícias –, ela tampouco pode ser levada adiante sem a força das melhores e mais qualificadas vontades humanas.

---

<sup>222</sup> É o que se deduz, por exemplo, de Boaventura S. Santos: “Por minha parte, penso que a primazia explicativa das classes é muito mais defensável que a primazia transformadora. Quanto a esta última, a prova histórica parece ser por demais concludente quanto à sua indefensibilidade. Dando de barato que é fácil definir e delimitar a classe operária, é muito duvidoso que ela tenha interesse no tipo de transformação socialista que lhe foi atribuído pelo marxismo e, mesmo admitindo que tenha esse interesse, é ainda mais duvidoso que ele tenha capacidade para o concretizar. Esta verificação que *parece hoje indiscutível*, tem levado muitos a concluir pela *impossibilidade ou pela indesejabilidade de uma alternativa socialista*” (Santos, 1999: 41; itálicos meus).

<sup>223</sup> Mais uma vez o mesmo pensador pós-moderno nos fornece a melhor ilustração teórica: “Mas, enquanto futuro, o socialismo não será mais do que uma *qualidade ausente*. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, **nunca se transformar em algo existente**. (...) Nestas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, **sem fim definido**” (*Idem*: 277; itálico original; negritos meus). Curiosamente, este último trecho da citação, guardadas as devidas diferenciações históricas e teóricas, faz lembrar a máxima de Bernstein: “O movimento é tudo e o objetivo final (o socialismo) não significa nada”.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, frente às condições políticas adversas sumamente apontadas, tornou-se mais complexo e difícil – mas imperioso – o desenvolvimento de um projeto socialista – supondo todos os seus componentes indispensáveis<sup>224</sup>: combate permanente da propriedade privada dos meios de produção fundamentais; unidade das forças políticas de esquerda; propaganda e formação políticas voltadas para o desenvolvimento da consciência de classe; internacionalismo proletário que envolva as mediações dos aspectos nacionais das lutas de classes; e, como instrumento que reúna todos esses elementos e que dirija o processo revolucionário, uma organização política revolucionária sob a forma de *partido político*.

Ou seja, tornou-se extremamente problemática a consolidação de tal projeto sem que os seus principais pressupostos sejam submetidos ao crivo da realidade social, às exigências que as necessidades sociais concretas das classes põem em pleno século XXI. Isto implica que, se os conteúdos das lutas de classes incorporaram novas mediações e novas demandas sociais, a sua forma não pode ser uma mera reposição (e repetição) dos meios políticos que correspondiam às requisições de uma outra época. Numa palavra: as formas de lutas para se afirmar um projeto socialista devem se ajustar aos conteúdos atuais das lutas de classes. E as formas e os princípios (os componentes do projeto socialista acima arrolados), consagradas historicamente como revolucionários, só têm validade se ajustados, num processo de mediação que pressupõe a reflexão teórico-sistemática, ao perfil das lutas de classes contemporâneas.

Este perfil, em resumidas contas, mostra-nos o seguinte cenário: uma *explosão de interesses particulares* que, se por um lado indica uma sociedade relativamente rica do ponto de vista da diversidade social e do desenvolvimento das *possibilidades* de ampliação das faculdades humano-sociais, por outro, apresenta-nos a gestação de *particularismos* diversos que se plasmam como tal na realidade porque estão assentados em desigualdades

---

<sup>224</sup> Presentes no *Manifesto do Partido Comunista* que foi discutido no *Capítulo 1*.

sociais de classes<sup>225</sup>; configura-se na contemporaneidade, portanto, uma obstaculização das possibilidades humanizadoras que travam um pleno (e rico) desenvolvimento dos modos de ser do gênero humano<sup>226</sup>. Enquanto uma parte reduzida dele desfruta da riqueza material que estimula níveis de individualização social avançados, uma outra parte (maior) do gênero humano vive ou uma existência material limitadíssima ou, simplesmente, luta para sobreviver. Portanto, quando se afirma que na contemporaneidade vive-se uma riqueza do gênero humano, que estaria evidente na expansão das individualidades e das particularidades do ser social, está se difundindo uma visão sobre o mundo burguês não só equivocada – ocorre nessa “visão” a conversão da realidade em mera ideologia<sup>227</sup>.

O que temos visto na realidade social capitalista em pleno século XXI é uma (não-residual) regressão do ser social, conformada em processos desumanizadores que fazem recuar as formas mais evoluídas de sociabilidade entre os homens. Estes processos de desumanização social, que fazem regredir de seu desenvolvimento histórico o ser social dos homens, podem ser verificados hoje nas formas mais vis da existência humana, que cobrem

---

<sup>225</sup> Trata-se, no fundo, de uma conseqüência do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista em sua expressão mais emblemática: a plena expansão das formas de socialização da produção capitalista acompanhada do aprofundamento da apropriação privada dos frutos do trabalho humano.

<sup>226</sup> O que enseja o debate necessário acerca da contradição (e do choque) entre o desenvolvimento das forças produtivas e as formas de propriedade assentadas nas relações sociais de produção vigentes, condição para se cogitar o esgotamento de um modo de produção que, ao travar as forças produtivas, envelhece e abre possibilidades históricas para a sua superação.

<sup>227</sup> Uma sociedade que torna múltipla as formas de ser dos homens sob bases materiais desiguais não pode promover uma (desejável) diferenciação social entre os homens; promove, de fato, uma generalizada indiferença social. A ideologia pós-moderna – como a forma *ideal* do pensamento burguês contemporâneo – tem sido pródiga em difundir uma *cultura da diversidade* – ou das identidades fragmentárias – que tem cumprido duas funções sociais de uma só vez: espalha, na verdade, uma *cultura de consumo mundializada* (uma “sensibilidade consumidora”, no dizer de M. Featherstone, 1994) que uniformiza padrões culturais (comportamentais, estéticos) a partir de uma variedade de produtos que circulam por meio de um (jamais tão desenvolvido) mercado global que instalou no mundo algo que *parece* paradoxal: uma *cultura (de consumo) do diverso, ela mesma massificada*; ao mesmo tempo, e num mesmo processo, a ideologia pós-moderna apresenta e direciona os conflitos sociais (que têm na questão de classe a sua determinação central) como “direito à diferença”, como culto à diversidade, como ode ao fragmento e às formas identitárias não “totalizadoras”. Mistifica-se o determinante central dos diversos conflitos sociais sob a *aparência travestida da diferenciação social*. Insisto: o problema não está na diferenciação em si, mas em como ela é potencializada socialmente e em saber sob que condições sociais (iguais/desiguais) ela se gesta. Para um aprofundamento da ideologia pós-moderna e das origens da própria pós-modernidade ver o consagrado estudo de D. Harvey (*Condição Pós-Moderna*. Loyola: São Paulo, 1994) e o estudo histórico de P. Anderson (*As origens da Pós-Modernidade*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1999); para entender como essa ideologia impulsiona uma cultura própria à lógica do capital, ver, além de Featherstone (*Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade*. Vozes: Petrópolis, 1994), o indispensável livro de F. Jameson (*Pós-Modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. Ática: São Paulo, 1996); e para identificar os aspectos sociais e políticos da pós-modernidade, deve-se ir a um dos seus mais importantes defensores, Boaventura S. Santos (*Pela Mão de Alice*. Cortez: São Paulo, 1999).

*não apenas as condições (ou a sua privação) materiais de existência* do gênero humano, mas envolvem também as modalidades de representação social, nos modos como os homens criam as suas fantasias, apuram os seus gostos estéticos e desenvolvem formas de consciência.

Este cenário guarda íntima relação com o que problematizamos nestas *Considerações Finais*, pois supõe os processos ideológicos que, somados às formas concretas em que se manifesta o proletariado, fornecem o chão histórico sobre o qual um projeto de transformação social se constrói. Neste cenário de particularismos de todo tipo, então, e em decorrência dele, parecem sofrer enormes dificuldades de sobrevivência aquelas organizações políticas cujas estruturas se reproduzem mantendo modelos organizativos apegados a uma base material (e subjetiva) que já não mais corresponde à realidade.

Há uma intensa polêmica nas Ciências Sociais, que vem desde os anos 60 e 70, acerca das possibilidades políticas de organização e, portanto, de realização de mediações entre as lutas particulares e a luta política mais ampla. Tal polêmica se desenvolveu ao compasso das metamorfoses sofridas pelo ser das classes trabalhadoras, verificadas a partir das mutações sociais estabelecidas pela reestruturação produtiva capitalista; ela opôs o proletariado organizado como movimento operário àqueles movimentos (“novos sujeitos”) oriundos de fora do espaço fabril atinentes às várias instâncias da reprodução social – mais conhecidos como “novos movimentos sociais”. Autores bastante diferenciados como A. Touraine (1970), A. Gorz (1982), A. Bihr (1999), J. Petras (1999), B. S. Santos (1999) e R. Antunes (1995) apesar de interpretações divergentes em muitos aspectos, apresentam algumas convergências sobre este processo. Quais sejam: o consenso em torno da *constatação do declínio do movimento operário tradicional* em todo o mundo e, em particular, na Europa Ocidental (observado através de vários indicadores, tais como, diminuição de greves, das taxas de sindicalização, etc.); conseqüentemente a esta constatação, o consenso em torno da *ineficiência dos métodos e dos modelos de organização política* adotados até então por tal movimento; a idéia de que as lutas sociais

têm crescentemente extrapolado a esfera produtiva *stricto sensu*, configurando um relativo deslocamento das lutas sociais para a esfera da reprodução social; a idéia de que temos desde os anos 70 e 80 um crescimento indiscutível de “novos sujeitos” portadores de inúmeros interesses, configurando uma verdadeira *explosão de particularidades*, tal como já afirmei.

Por outro lado, a despeito destas constatações semelhantes, tem se chegado a *conclusões e saídas as mais diversas* que se polarizam, basicamente, pela questão da *centralidade do trabalho* como elemento de análise que orienta às reflexões teóricas. A partir desta questão, afirma-se, *por um lado* – aquele que nega a centralidade do trabalho – a *impossibilidade da mediação universal*<sup>228</sup> (o que significa a inviabilidade do partido como instrumento de mediação universal). Junto a isto, difunde-se uma espécie de *supervalorização das particularidades* que supõe um certo *particularismo teórico-político* na medida em que esta posição caminha em sintonia com a idéia de *inexistência de uma particularidade universal* (a classe, especificamente). Cogita-se a existência de uma universalidade humana, assentada, talvez, num humanismo do tipo abstrato. Nesta perspectiva teórica – e lembremos o quanto a teoria é fundamental para o processo revolucionário – além da inadmissibilidade da *forma partido* como o mediador universal, desdobra-se a impossibilidade de unidade ideológica e, se há algum tipo de internacionalismo, ele estaria referenciado num abstrato humanismo existente entre os homens<sup>229</sup>.

Por *outro lado* – aquele em que a centralidade do trabalho é o ponto de partida -, reconhece-se a existência de *diversas e complexas particularidades* que expressam as

---

<sup>228</sup> É o que parece pensar Holloway, o autor de *Mudar o mundo sem tomar o poder*: “Acima de tudo, o partido revolucionário é uma organização que age *no interesse da* classe trabalhadora ou das massas oprimidas. Isso já significa um processo de exclusão: aqueles *no interesse de* quem se age estão excluídos, suas próprias ações e opiniões estão subordinadas às ações daqueles que agem *em seu interesse*. (...)Dizer que o meio de avançar não são os partidos políticos, mas o desenvolvimento experimental e criativo do impulso em direção à autodeterminação coletiva não é uma resposta, é uma questão. O capitalismo é uma resposta, um fechamento. Os partidos são um fechamento, uma resposta. A revolução é uma questão, uma abertura” (Holloway, 2004: 47, 48, 49).

<sup>229</sup> Ou nalguma outra forma de internacionalismo abstrato como na *multidão*, de A. Negri e M. Hardt, autores de *O Poder da Multidão*.

inúmeras potencialidades humanas que *não inviabilizam a mediação universal, antes a complexifica*. Nesta perspectiva trabalha-se com *a centralidade da classe como particularidade que universaliza os seres sociais na sociedade capitalista* (Antunes, 1995), mesmo diante de sua imensa fragmentação contemporânea. Aqui, parte-se da idéia de que *a dissolução da centralidade do trabalho (e da classe) é analítica e não ontológica*. O desafio consiste na criação de novas formas de organização política que atuem como elementos de mediação que concorram no universo das várias particularidades no sentido de desfragmentá-las, buscando a *síntese fundamental* que se dá na *mediação universal*.

A conseqüência mais abrangente desta combinação de fatores – efetivos e teóricos – foi que ela resultou numa *progressiva crise da forma partido como organização política revolucionária* precisamente *porque se exauriam* (também progressivamente) *as possibilidades objetivas de revolução e com elas as condições subjetivas que exigiam o protagonismo político do partido* tal como se deu em *todos os processos revolucionários anteriores*.

O quadro que combinava aqueles dois fatores acima referidos evoluiu nos anos 70 e 80 e se completou nos anos 90 quando, praticamente, consumaram-se as condições objetivas e subjetivas extremamente desfavoráveis para o desenvolvimento das lutas de classes. Mais que isso: efetivamente, abriu-se entre nós uma *época contra-revolucionária que se prolonga até os dias atuais*. A crise da *forma partido* é, antes, uma crise fundada na objetividade da realidade social do que uma crise teórico-analítica. Ela deita raízes nos *modos de ser concretos das classes trabalhadoras (em especial do proletariado urbano-industrial)* que têm imposto sérias dificuldades de organização política (universal). No plano teórico, como vimos, a crise é potencializada ou mistificada por um neo-conservadorismo pós-moderno no âmbito das Ciências Sociais conservadoras e por todo o aparato midiático de que se vale a burguesia para disseminar a idéia de fim da história, das lutas de classes, etc., assim como, da possibilidade de revolução e, portanto, de se constituírem organismos políticos voltados para a sua construção.

Tal construção requer uma renovação teórica que procure realizar uma articulação entre as fontes clássicas da tradição marxista e as contribuições da tradição teórico-política que delas se derivaram e a elas associaram-se no curso da trajetória do movimento socialista e comunista; essa articulação deve se dar em função e a partir dos enormes desafios postos pela contemporaneidade das lutas de classes, expostos de maneira panorâmica nestas *Considerações Finais*.

As noções de partido e de revolução inauguradas pelo *Manifesto do Partido Comunista*, como sustentei no *Capítulo 1*, indicaram princípios gerais fundamentais que devem ser revisitadas criticamente para, a partir delas, buscar luzes para refletir a realidade contemporânea.

Segundo Netto, mesmo que Marx e Engels já tivessem apresentado no *Manifesto* as linhas-mestras e os princípios gerais que nortearam suas concepções ao longo de seus trabalhos<sup>230</sup>, há que se registrar algumas questões teóricas que foram superadas e/ou desenvolvidas pelos autores ao longo de seus trajetos político-intelectuais<sup>231</sup>. Dentre elas, a *concepção de revolução* subjacente ao texto. Nela há a idéia de que o processo revolucionário se desenvolveria num curto espaço de tempo, e a curtíssimo prazo. Sua manifestação seria explosiva e seu método insurrecional. Para Netto, pode-se debitar à participação de Marx e de Engels nas atividades prático-políticas da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) o avanço de suas concepções políticas acerca da revolução. Pode-se afirmar que refizeram suas concepções a partir de meados da década de 50, quando passaram a conceber a revolução como um longo percurso, no qual há acúmulos e avanços que processualmente a constroem (Netto, 1998: LV). Outra problemática que aparece no *Manifesto* diz respeito a uma relativa simplificação da *idéia de antagonismos de classes*, donde a inquestionável polarização entre duas classes

---

<sup>230</sup> Em prefácios a edições posteriores, especialmente o de 1872 à edição inglesa, nossos autores reafirmam o *Manifesto* em suas linhas gerais, apontando para ajustes quanto às linhas programáticas específicas (Netto, 1998: LI).

<sup>231</sup> Registre-se aqui a importância teórico-política da participação de Marx e Engels na Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional).

fundamentais aparece empobrecida de mediações que compõem a complexa estrutura de classes e suas variadas ramificações. Trata-se, segundo Netto, de uma relativa simplificação dos conflitos sociais às determinações do antagonismo entre as duas classes fundamentais.

Acerca do *partido comunista*, há diferenças entre as posições predominantes no movimento comunista do século XX e a que tem lugar no documento. Para aquelas, o partido comunista seria a vanguarda do proletariado. A idéia de partido comunista do *Manifesto* é inteiramente diversa daquela. Para o documento, o “partido comunista designa, especificamente, a *identidade ideo-política* de uma determinada corrente de pensamento e ação, fundada na perspectiva de classe(...)”. Segundo o texto do *Manifesto*, “os comunistas, em face dos outros partidos operários, não formam um partido à parte” (Marx e Engels *apud* Netto, 1998: LIX), ao que acrescenta Netto, distinguem-se de tais partidos “apenas pelo internacionalismo e pelo fato de, em todas as etapas das lutas de classes, representarem sempre ‘o interesse do movimento na sua totalidade’” (Netto, 1998: LIX). Como se vê, para o autor, o internacionalismo do *Manifesto* aparece como princípio dos comunistas.

O autor destaca, também, a questão do sujeito revolucionário, sua localização histórica, que no *Manifesto* aparece identificado com o proletariado industrial. Diante de tamanhas modificações operadas no capitalismo contemporâneo, coloca-se exatamente no centro do debate a problemática do sujeito revolucionário. Propõe, como hipótese de trabalho e estudo, a consideração do caráter multifacetado de tal sujeito, o que levaria a idéia de sujeitos revolucionários, dos quais caberia identificarmos aquele que detém hegemonia política a ponto de representar os interesses de toda a classe.

Segundo L. Secco, o *Manifesto propunha um partido político* destinado “a convencer todos os partidos operários da Europa a cumprirem os dois postulados fundamentais da conjuntura: organização dos trabalhadores como classe e realização de uma revolução social para destruir violentamente a sociedade burguesa” (Secco, 1999: 110). Para isso, o documento tinha noção exata da configuração de classes, que se circunscrevia aos antagonismos fundamentais da burguesia e do proletariado, levando-se em conta as

gradações e camadas oriundas destas duas classes. O proletariado é uma classe universal entendida em sua processualidade histórica e só pode se emancipar se articular a classe universalmente. Para o autor, a concepção de *partido* presente no *Manifesto* difere do modelo dos partidos modernos do século XX, “cujo modelo pioneiro foi a social-democracia alemã, formada como partido no Congresso de Gotha, em 1875”. À época do *Manifesto*, não havia partidos organizados de forma a disputar espaço político nos governos. “Entre socialistas e comunistas, invariavelmente excluídos da participação política legal, só havia ligas e seitas revolucionárias, vanguardistas, predispostas à ação política violenta para instaurar uma nova ordem social” (*Idem*: 117-8).

O *partido* de Marx e de Engels significa o conjunto da classe trabalhadora organizada e consciente de sua condição de classe que, perante os outros partidos operários, não forma um partido à parte. Ao contrário, deve estar ao lado dos partidos operários apoiando suas lutas. A função do partido do tipo comunista “não era concorrer com os demais partidos operários, mas colaborar com eles, subordinando-se à liderança desses partidos (como os próprios autores do *Manifesto* fizeram em relação aos operários da Liga), respeitando suas limitações, integrando-se a eles para, gradualmente, ajudarem-nos a elevarem sua compreensão da missão histórica do proletariado: a realização do comunismo” (*Ibidem*: 118).

Já para A. S. Vázquez, o *Manifesto* é, essencialmente, um documento político. Sua importância está bastante vinculada ao seu caráter prático-político, que é inaugurado por Marx e Engels, materializando a Tese XI sobre Feuerbach, “como uma interpretação do mundo para transformá-lo, ou como uma transformação dele racionalmente fundamentada” (Vázquez, 1999: 30). Vázquez ressalta que no texto há uma clareza de que não basta traçar um projeto de emancipação sem ações políticas concretas. Há nele uma série de indicações prático-políticas que devem ser postas em prática pelo movimento comunista nas diferentes épocas, por partidos políticos e pelo movimento operário. O projeto de emancipação deve

pressupor: 1º) a existência do sujeito político; 2º) sua organização para a ação; 3º) as formas e vias dessa organização.

V. Pomar discute a questão do proletariado e as polêmicas em torno de suas mudanças na atualidade. Lembra que as revoluções proletárias exitosas envolveram diversos segmentos de classe: operários, camponeses, massas consideráveis das camadas médias urbanas e parte da própria burguesia. Isso não permite que se façam confusões conceituais como as que envolvem o conceito de proletariado, associando-o a operariado industrial, eqüalizando termos distintos. O *Manifesto* “chama de proletariado a classe dos operários modernos, que só vive sob a condição de encontrar trabalho, obrigados a vender-se com se fossem uma mercadoria qualquer” (Pomar, 1999: 91). Para o autor, o texto trata o proletariado como a “classe dos trabalhadores assalariados da época burguesa(...) são obrigados a vender sua força e suas habilidades profissionais no mercado de trabalho. Pouco importa se criam valor, como os operários ou agricultores assalariados, ou não, como os comerciários, bancários, motoristas, médicos, cientistas, técnicos, etc” (*Idem*: 92).

Indica que há hoje um fenômeno crescente de proletarização, que abrange, cada vez mais, amplos setores das classes médias, abocanhando antigas (e novas) profissões, inclusive, as chamadas “liberais”, assalariando-as. Diz Pomar: “O proletariado industrial decresce *em números relativos*, mas a mancha da proletarização e a marginalização social crescem sem parar” (*Ibidem*, grifos meus). Com isso, podemos dizer que temos um quadro de intensa proletarização de significativos e amplos contingentes de trabalhadores, elevando-os à condição de proletários partícipes, direta ou indiretamente, do processo de produção capitalista, de criação de valor. Além disso, temos um aumento absoluto do chamado *lumpemproletariado*, expresso nas mais diversas formas de trabalho precarizado das quais se têm notícias.

Coutinho (1998) sustenta que a noção de partido presente no *Manifesto* é – o que atesta a sua atualidade – compatível com a realidade atual. Mesmo que tenhamos um perfil da classe trabalhadora bastante diferenciado do proletariado fabril no qual pensavam Marx e

Engels, o documento impressiona por nos apresentar uma visão ampla e aberta do processo de organização política dos trabalhadores. A heterogeneidade de hoje encontra abrigo nas idéias do *Manifesto*, já que ele *não apresenta um modelo fechado, pronto e acabado*. Como sabemos, temos no texto princípios segundo os quais os comunistas devem agir. Para Coutinho, o “tipo de partido sugerido no *Manifesto* não só é mais compatível com o pluralismo hoje manifestado pelas forças sociais que se empenham na luta por uma nova ordem social, mas também se adequa melhor ao polimorfismo com que se apresenta atualmente o mundo dos que vivem do trabalho” (Coutinho, 1998: 58).

Como pudemos ver, há vários elementos do *Manifesto* que mantêm enorme vitalidade e outros que necessitam de revisões críticas sistemáticas de forma a torná-los atualizados. Das várias acepções de partido e de revolução que pesquisei a partir do resgate histórico no qual foram engendradas, procurei destacar, além das bases postas no *Manifesto*, as formas que assumiram ao longo dos movimentos socialista e comunista – os partidos social-democratas da II Internacional, o partido bolchevique leninista, o partido stalinista. Dentre eles, o partido idealizado por Lênin foi o que mais influenciou as diversas gerações revolucionárias que dele fizeram as mais variadas interpretações: reafirmando-o, complementando-o ou contestando-o em alguns de seus aspectos. No plano prático-político, o partido leninista foi a base (embora não a única) de muitas das interpretações que surgiram – a trotskista, a luxemburgueana<sup>232</sup>, a maoísta, a eurocomunista e, até mesmo, a stalinista; elas resultaram nas mais diversas conseqüências práticas, conforme busquei mostrar ao longo da tese. Entretanto, como se viu, o tipo de partido idealizado por Lênin, esteve voltado para uma realidade específica que, se não significa que ele deva ser abandonado, tampouco permite dizer que tal forma de partido sirva de modelo para os dias

---

<sup>232</sup> Como vimos no *Capítulo 2*, as idéias que Rosa Luxemburgo defendeu para a questão da organização política do proletariado se desenvolveram a partir das necessidades das lutas de classes na Alemanha; no entanto, a revolucionária travou intensa e fecunda polêmica com a experiência do partido bolchevique de Lênin. Boa parte de *Greve de massas, partido e sindicatos* foi escrita tendo como base teórico-histórica o processo revolucionário russo.

atuais. O esforço consiste em aproveitar o que de *valor universal* desdobra-se de o *Que Fazer?*, obra que sintetiza o partido de Lênin.

Além da indispensável *distinção entre lutas econômicas e luta política revolucionária*, certamente, têm enorme validade as distinções que faz das lutas espontâneas e das lutas revolucionárias – e a idéia de que a consciência de classe não surge imediatamente das primeiras – que exigem a direção de um partido de vanguarda capaz de politizar as lutas de classes em suas várias expressões. A luta política “só pode ser desenvolvida por um setor da classe trabalhadora capaz de desenvolver uma prática política permanente, mesmo nos períodos de refluxo de massa, mesmo nas fases de ofensiva política e ideológica burguesa. Este é o fundamento estrutural da necessidade de um partido de vanguarda. Este partido funciona como memória coletiva da classe trabalhadora, impedindo que os conhecimentos e as experiências acumulados se percam nas inevitáveis fases de refluxo dessas lutas(...)” (Sader, 2004: 25). A centralização política que se vê no partido leninista depende e varia de acordo com as condições históricas das lutas de classes, o que significa que os aspectos organizativos internos ao próprio partido devem obedecer a uma flexibilidade política, conforme as exigências políticas de cada época.

As experiências revolucionárias estudadas nesta tese permitem afirmar que, até aqui, o partido foi a organização política do proletariado que, como instrumento de mediação universal, tornou possível historicamente a realização da síntese fundamental das diversas lutas numa luta política – ou, noutros termos, *tornou possível a própria revolução como emancipação humana*. Vimos que sem o seu protagonismo e sem a sua necessária ancoragem numa sólida base teórica permanentemente renovada, não é possível levar adiante a emancipação social do trabalho<sup>233</sup>. Ela será obra dos próprios trabalhadores, de

---

<sup>233</sup> Emancipação que só pode ganhar materialidade se pensada no quadro de um projeto societário alternativo efetivo – o socialista – e não a partir de idealismos e utopias, como quer o pensador português: “no final do século a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática. É realista porque assenta num princípio de realidade que é crescentemente partilhado e que, portanto tem as virtualidades que Gramsci achava imprescindíveis na construção de idéias hegemônicas. (...)Por outro lado, a utopia ecológica é utópica, porque a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção(...). É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania

suas melhores vanguardas egressas da classe operária dirigida por organismos políticos capazes de universalizar e unificar as suas diversas lutas fragmentadas, numa só luta política. E, *até hoje, não se conheceu – para além do partido*, em suas várias acepções revolucionárias – outro instrumento capaz de realizá-la.

---

individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza. É uma *utopia caótica* porque *não tem um sujeito histórico privilegiado*". (Santos, 1999: 43-44; itálicos meus).

## **BIBLIOGRAFIA**

- AGANBEGUIAN, A.G. (1988). *A revolução na economia soviética: a perestroïka*. Portugal: Publicações Europa-America.
- AGOSTI, A. (1985). "O mundo da Terceira Internacional: os 'estados-maiores'" in Hobsbawn – *História do marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional; A internacional Comunista de 1919; As frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- A QUESTÃO DO PARTIDO - Marx - Engels - Lênin - Trotsky (1978). São Paulo: Kairós.
- ALMEIDA e CANCELLI [orgs.] (1998). *150 anos de Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã.
- ANDREUCCI, F. (1982). "A difusão e a vulgarização do marxismo". In Hobsbawn, E. (org.) et al. *O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte) - História do Marxismo II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 3ª edição (coleção pensamento crítico: v. 46).
- ANTUNES, R.(1995). *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_ (2004). "Um novo desafio" in *Margem Esquerda*, no. 4, Boitempo: São Paulo, 2004.
- BAHRO, R. (1980). *A Alternativa. Para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BATALOV, E. (1985). *La teoría leninista de la revolución*. Moscou: Editorial Progreso.
- BERLINGUER, E. (1976). *A questão comunista*. Lisboa: Edições Setenta.
- \_\_\_\_\_ (1977). *Do compromisso histórico ao eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto.
- BERNSTEIN, E. (s/d). *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Tradução de Balkys Villalobos de Netto. (mimeo)
- BERTELLI, A. R. (s/d). "Introdução" in *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Tradução de Balkys Villalobos de Netto. (mimeo)
- \_\_\_\_\_ [org.] (1988). *Lênin. Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Revisionismo e Ortodoxia no Marxismo*. São Paulo: IPSO/IAP.

- BIANCHI, A . (1999). "A revolução fora do tempo - Marx, Engels em 1848". *In Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O. (org.). São Paulo: Xamã.
- BIHR, A. (1999). *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo.
- BITTAR, M .; FERREIRA Jr. (1999). "O Manifesto Comunista: um panfleto atual". *In Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O . (org.). São Paulo: Xamã.
- BLACKBURN, R. (org.) (1993). *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOFFA, G. (1967). *Depois de Krushev*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- BRAZ, M. (1998). *Dinâmica Capitalista e cultura*. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ.
- CALLINICOS (1992). *A vingança da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CARONE, E. (1993). *A II Internacional. Pelos seus congressos (1889-1914)*. São Paulo: Editora Anita/Edusp.
- CARRILLO, S. (1978). *Eurocomunismo e Estado*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL.
- CERRONI, U. (1982). *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas; Col. História e Política, no. 15.
- CLAUDÍN, F. (1975). *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. Madrid, Cidade do México e Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores.
- \_\_\_\_\_ (1983). *A oposição no "socialismo real"*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- \_\_\_\_\_ (1985; 1986). *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global. (volumes 1 e 2).
- COUTINHO, C. N. (1985). *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1992) *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Campus: Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_ (1998). "O lugar do *Manifesto* na evolução da teoria política marxista". *In Reis, D. A .(org.) O Manifesto Comunista 150 anos depois*: Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- COUTINHO, R. do L. (1989). "A questão dos intelectuais nos partidos operários". *In Estudos – Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP)*; São Paulo, julho de 1989; no. 12.
- CUNHAL, A. (1985). *O partido com paredes de vidro*. - Lisboa: Edições Avante; 5ª. ed.
- DASSÚ, M. (1985). "Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista". *In Hobsbawn; História do Marxismo - O marxismo na época da III Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DEUTSCHER, I. (1968). *A revolução inacabada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DIMÍTROV, G. (1982). *Obras escolhidas*. Sófia Press (Volume 2)
- DOIMO, A. M. (1995). *A Vez e Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs.
- EAGLETON, T. (1999). *Marx e a liberdade*. São Paulo: UNESP.
- ENGELS, F. (1975). *Contribuição para a história da Liga dos Comunistas* In Marx e Engels; *O partido de classe. Teoria e atividade*. I; Escorpião: Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (1983). *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Global; 5ª. edição (Teoria - coleção bases - 13).
- \_\_\_\_\_ (1998). "Prefácio à edição inglesa de 1888". *In Manifesto do Partido Comunista*. *Prólogo* de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez.
- FEATHERSTONE, M. (org.) (1994). *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, F.[org.] (s/d). *Lênin. Política*. São Paulo: Ática.
- FERNANDES, F. (1978). *Apresentação*. *In Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: HUCITEC.
- \_\_\_\_\_ (1989). *Marx / Engels: História*. Organização. São Paulo: Ática.
- FLORENZANO, M. (1999). "Anotações sobre a Europa em 1848". *In Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O. (org.). São Paulo: Xamã.
- FREDERICO, C. (1994). *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez.
- GARAUDY, R. (1970). *A grande virada do socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- GORENDER, J. (1999). *O proletariado e sua missão histórica*. In Almeida e Cancelli (orgs.) 150 anos de Manifesto Comunista. São Paulo: Xamã.
- GORZ, A. (1982). *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense.
- GUSTAFSSON, B. (1975). *Marxismo y Revisionismo. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona - Buenos Aires - Mexico: Grijalbo.
- HÁJEK, M. (1985). "A bolchevização dos partidos comunistas" in Hobsbawn - *História do marxismo VI: o marxismo na época da Terceira Internacional; A internacional Comunista de 1919; As frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HARVEY, D. (1994). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HAUPT, G. (1983). "Marx e o marxismo" in Hobsbawn - *História do marxismo I: o marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HISTÓRIA DAS DOUTRINAS ECONÔMICAS (1965). Zahar: Rio de Janeiro.
- HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA (BOLCHEVIQUE) DA URSS (1945). Rio de Janeiro: Vitória.
- HOBSBAWN, E. (1977) A era das revoluções. Europa 1789/1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWN, E. (1982). "A cultura européia e o marxismo entre o século XIX e século XX". - In Hobsbawn, E. (org.) et al. *O marxismo na época da Segunda Internacional; (primeira parte) - História do Marxismo II*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1983). "Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo". In Hobsbawn, E. (org.) et al. *O marxismo no tempo de Marx; volume 1- História do Marxismo*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra; 3ª. edição.
- \_\_\_\_\_ (1983). "O marxismo hoje: um balanço aberto" in Hobsbawn – *História do marxismo XI: o marxismo hoje (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª. edição. (coleção pensamento crítico: v. 46)
- \_\_\_\_\_ (1998). *Sobre História*. São Paulo: Cia. Das Letras.

- \_\_\_\_\_ (2001). *A Era das Revoluções*. Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 15<sup>a</sup>. ed.
- HOLLOWAY, J. (2004). "Partidos políticos?" in *Margem Esquerda*, no. 4, Boitempo: São Paulo, 2004; itálicos do autor
- JAMESON, F. (1996). *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- JOHNSTONE, M. (1985). "Lênin e a Revolução" in Hobsbawn – *História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional; A revolução de Outubro; o austromarxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KAUTSKY, K. (1979). *O Caminho do Poder*. São Paulo: HUCITEC.
- KOHEN, A. (1987). *La izquierda y los nuevos tiempos*. Buenos Aires: Antarca.
- KRIEGEL, A. (1986). *Las Internacionales Obreras (1864-1943)*. Barcelona: Ediciones Orbis.
- KURZ, R. (1992). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- LASKI, H. J. (1967). *O Manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- LEFEBVRE, H. (1968). *A irrupção*. São Paulo: Documentos.
- LÊNIN, V. I. (1978). *Que Fazer? As questões palpitantes de nosso movimento*. São Paulo: HUCITEC.
- LÊNIN, V.I. (1979). *Obras Escolhidas*. Tomos 1, 2 e 3. São Paulo: Alfa-Ômega.
- LÊNIN/KAUTSKY (1979). *A revolução proletária e o renegado Kautsky/A ditadura do proletariado*. São Paulo: Ciências Humanas.
- LÊNIN, V./ TROTSKY, L. (1979). *A questão do programa*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora. Série Materialismo Histórico.
- LOJKINE, J. (1999). *O tabu da Gestão*. Rio de Janeiro: DP & A Editora.
- LOSURDO, D. (2004). *Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan.

- LOWY, M. (1975). *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e 1847-1848.-  
Barcelona, Buenos Aires, Cidade do México: Critica - Grupo Editorial Grijalbo.
- \_\_\_\_\_ (2002). *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes.
- LUKÁCS, G. (1974). *História e consciência de classe*. Lisboa: Escorpião.
- \_\_\_\_\_ (1975). *O pensamento de Lenine*. Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (1978). "O particular à luz do materialismo dialético" in *Introdução a uma estética marxista. Sobre a categoria da particularidade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- LUXEMBURGO, R. (2005a). *Greve de massas, partido e sindicatos*. In Bogo, A. (org.) Teoria da Organização Política. Escritos de Engels - Marx - Lênin - Rosa - Mao. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_ (2005b). *Reforma ou Revolução*. São Paulo: Expressão Popular.
- MANDEL, E. (1978) *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto.
- \_\_\_\_\_ (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Economistas.
- \_\_\_\_\_ (1989). *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida.
- MARCUSE, H. (1970). *Capitalismo do século XX*. Rio de Janeiro: Saga.
- \_\_\_\_\_ (1973). *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MÁREK, F. (1987). "A desagregação do stalinismo" in Hobsbawn - *História do marxismo; o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*
- MARX, K. (s/d). *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro.
- MARX, K. ENGELS, F. (s/d). *Obras Escolhidas*. Tomos 1, 2 e 3. São Paulo: Alfa-Omega.
- \_\_\_\_\_ (1967). Manifesto do Partido Comunista. In Laski, H. J. *O manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_ (1975). *O partido de classe. Teoria e atividade. I*; Escorpião: Porto. Biblioteca Ciência e Sociedade.

\_\_\_\_\_ (1978). *Manifiesto del Partido Comunista*. In Obras de Marx e Engels. Manifiesto del Partido Comunista. Nueva Gaceta Renana (I) 1847-1848. Barcelona, Buenos Aires, Cidade do México: Critica- Grupo Editorial Grijalbo.

\_\_\_\_\_ (1986). *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Global Editora.

\_\_\_\_\_ (1996). “Posfácio da Segunda Edição” In *O Capital - Crítica da Economia Política*. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). Coleção Os Economistas; São Paulo: Nova Cultural.

\_\_\_\_\_ (1998a). *Manifesto do Partido Comunista*. In Ontem e Hoje: Manifesto Comunista; Coggiola, O . (org.). São Paulo: Xamã.

\_\_\_\_\_ (1998b). *Manifesto do Partido Comunista*. In Almeida e Cancelli (orgs.) 150 anos de Manifesto Comunista. São Paulo: Xamã.

\_\_\_\_\_ (1998c). *Manifesto do Partido Comunista*. In Reis, D. A .(org.) O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_ (1998d). *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José P. Netto. São Paulo: Cortez.

MATTICK, P. et. al.(1988). *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro.

MAZZEO, A.C.(1995). *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez.

MÉSZÁROS, I. (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo.

NEGT, O. (1982). “O marxismo e a teoria da revolução no último Engels” In Hobsbawn, E. (org.) et al. *O marxismo na época da Segunda Internacional; (primeira parte) - História do Marxismo II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 3ª edição (coleção pensamento crítico: v. 46).

NETTO, J. P.(1981). *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_ [org.] (1982). *Stálin: política*. São Paulo. Ática.

\_\_\_\_\_ (1987a). “Projeto Gorbachev: mudança ou continuidade?” *In* Lua Nova - Revista do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea; São Paulo: L&PM Editores, vol. 4, No. 1; Julho – Setembro / 87 – No. 13

\_\_\_\_\_ (1987b). “Lênin e a instrumentalidade do Estado” in *Lênin – O Estado e a Revolução*. Global Editora, São Paulo.

\_\_\_\_\_ [org.] (1992). *Lukács. Sociologia*. São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_ (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_ (1998) *Prólogo*. *In* Manifesto do Partido Comunista - Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Cortez.

O DISCURSO SECRETO DE NIKITA S. KHRUSCHEV no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. (s/d). Rio de Janeiro: Ipanema.

OPAT, J. (1987). “Do antifascismo aos ‘socialismos reais’: as democracias populares” *in* Hobsbawm - *História do marxismo; o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*

PAPAIOANNOU, K.(1967). *El marxismo, ideologia fria*. Madrid: Guadarrama.

\_\_\_\_\_ (1991). *De Marx y del Marxismo*. Cidade do México: Fondo

PAULA, A. de. (1998). “A atualidade do programa do Manifesto”. - *In* Reis, D. A. (org.) *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

PETRAS, J. (1999). *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB.

POMAR, W. (1999). “A ronda do fantasma”. *In* *Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O. (org.). São Paulo: Xamã.

RIAZANOV, D. (1984). *Marx-Engels e a História do Movimento Operário: conferências feitas para operários na Academia Comunista, Moscou*. São Paulo: Global (Coleção Luta de Classes; 1).

- ROSENBERG, A . (1986). *Democracia e Socialismo: história política dos últimos cento e cinquenta anos, 1789-1937*. - São Paulo: Global (Coleção Luta de Classes).
- \_\_\_\_\_ (1989). *História do Bolchevismo*. Oficina de Livros: Belo Horizonte.
- SADER, E. [org.] (1995). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (2004). “A teoria leninista de organização”. In *Margem Esquerda*, no. 4; Boitempo: São Paulo.
- SALVADORI, M. (1986). “A crítica marxista do stalinismo” in Hobsbawn – *História do marxismo VII: o marxismo na época da Terceira Internacional; a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, B.S. (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- SECCO, L. (1999). “O Manifesto Comunista e o proletariado no século XIX”. - In *Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O . (org.). São Paulo: Xamã.
- SENDIC, A. (1987). “Vida nova numa sociedade ‘enrijecida’”. In *Revista Lua Nova*; São Paulo: CEDEC/L&PM, vol. 4; no. 1; julho/setembro/87; no. 13.
- SINGER, P. (1999). “O Manifesto contestado”. In *Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O . (org.). São Paulo: Xamã.
- SPRIANO, P. (1987). “O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947”. In Hobsbawn - *História do marxismo; o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- STALIN, J. (1941). *Cuestiones del Leninismo*. Editorial del Estado de Literatura Política (Ediciones en Lenguas Extranjeras): Moscou.
- STRADDA, V. (1984). “A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905” In Hobsbawn; *História do Marxismo - O marxismo na época da II Internacional*. 2ª. Parte
- SWEEZY, P. M . (1965). *Ensaio sobre o capitalismo e o socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- TOGLIATTI, P. (1978). *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas.
- \_\_\_\_\_ (1980). *Socialismo e Democracia. Escritos escolhidos do período 1944/1964*. Rio de Janeiro: Ilha. Edições Muro.
- TROTSKY, L. (1977). *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1º Volume).
- \_\_\_\_\_ (1979). *As lições de Outubro*. São Paulo: Global.
- \_\_\_\_\_ (1981). *A revolução desfigurada*. São Paulo: Global.
- TOURAINÉ, A. (1970). *A sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes.
- VÁZQUÉZ, A . S. (1999). "Significado histórico e atualidade do Manifesto Comunista". In *Ontem e Hoje: Manifesto Comunista*; Coggiola, O . (org.). São Paulo: Xamã.
- WALDENBERG, M. (1982). "A estratégia política da social-democracia alemã". In Hobsbawm, E. (org.) et al. *O marxismo na época da Segunda Internacional; (primeira parte) - História do Marxismo II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 3ª edição (coleção pensamento crítico: v. 46).

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)